

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A MODERNIZAÇÃO DOS CERRADOS E O  
COMPLEXO SOJA NO SUL GOIANO: 1970 - 2005**

**CLAUDECIR GONÇALES**

**UBERLÂNDIA/MG  
2008**

**CLAUDECIR GONÇALES**

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A MODERNIZAÇÃO DOS CERRADOS E O  
COMPLEXO SOJA NO SUL GOIANO: 1970 - 2005**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito à obtenção do título de doutor em Geografia.

**Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.**

**Orientador: Prof. Dr. João Cleps Júnior**

Uberlândia/MG  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
**2008**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

G635p    Gonçalves, Claudecir, 1964-  
          As políticas públicas, a modernização dos cerrados e o complexo  
          soja no sul goiano : 1970-2005. - 2008  
          245 f. : il.

          Orientador : João Cleps Júnior.  
          Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Pro -  
          grama de Pós-Graduação em Geografia.  
          Inclui bibliografia.

          1. Geografia agrícola - Teses. 2. Agricultura e tecnologia - Goiás  
          Teses. 3. Políticas públicas. I. Cleps Júnior, João. II. Universidade  
          Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia.  
          III. Título.

CDU: 911.3:631(817.2)

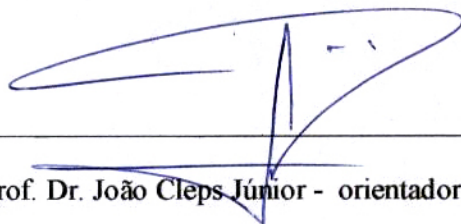
---

# UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

## Programa de Pós-Graduação em Geografia

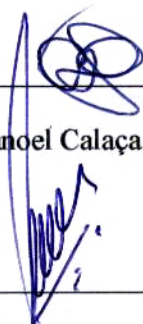
**CLAUDECIR GONÇALES**

As Políticas Públicas, Modernização dos Cerrados e o Complexo Soja no Sul Goiano: 1970 - 2005



---

Prof. Dr. João Cleps Júnior - orientador



---

Prof. Dr. Manoel Calaça - UFG



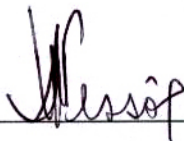
---

Prof. Dr. Sebastião Lázaro Pereira - FESURV



---

Prof. Dr. Rosselvelt José Santos - UFU



---

Profa. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessoa - UFU

Data: 31 / 01 de 2008

Resultado: Aprovado

Dedico esta Tese às pessoas que me apoiaram, não somente durante a elaboração deste trabalho, mas que acompanharam, de perto, os principais passos de minha vida:

- ✓ Aos meus pais, Ramon e Maria Rita, pela dedicação, pelo incentivo e, sobretudo, pelo exemplo de vida que me propiciaram;
- ✓ À Rosemeire, minha esposa e companheira, que me apoiou desde o início desta empreitada, pelo afeto e por compreender minha ausência, mesmo estando ao seu lado;
- ✓ À Camila e Monique, minhas filhas, pela maneira como entendia a frase que eu sempre pronunciava: “filhas, papai está trabalhando!”, e, assim negava-lhes afeição paterna.

## **AGRADECIMENTOS**

Muitas pessoas contribuíram para que esse trabalho pudesse ser concluído. Embora uma tese seja um projeto solitário e quase que artesanal, não poderia deixar de registrar os meus agradecimentos a amigos e colegas.

Em uma longa tarefa como essa, muitos realizaram esforços para abrir determinadas portas junto às agências de governo, ou para dar uma nova interpretação a tabelas e a dados, a princípio indecifráveis. Espero aqui lembrar de todos aqueles que me auxiliaram nesta empreitada, mas, desde já, quero me desculpar por qualquer omissão.

Ao Prof. Dr. João Cleps Júnior que, com tantas atividades importantes, sem medir trabalho e nem esforço, consegue dar conta de exercer, de maneira sublime, o papel de orientador. Apontando as falhas, sempre com críticas contundentes, além de me fazer crescer intelectualmente, indubitavelmente, melhorou a qualidade deste trabalho.

A todos os professores, alunos, amigos, entidades e instituições que se dispuseram a colaborar com a realização dessa pesquisa o meu apreço e gratidão. Dentre esses, agradeço:

Ao Prof. Paulo Eustáquio Resende Nascimento, Reitor da Universidade de Rio Verde e Prof. Gilberto José de Faria Queiroz que foi Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde pela confiança e amizade na liberação para que eu pudesse dedicar em tempo integral aos estudos, para que se concretizasse mais esta etapa de minha vida.

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, que me acolheram carinhosamente.

Aos amigos, Adriano pelas leituras dos textos e sugestões, Adriana sempre colaborando nas correções e sugestões dos mapas, Levy pelas discussões tentando sempre achar o caminho, ao Tatão que também estava no mesmo barco, Leocivaldo pela digitação e tabulação dos dados da pesquisa de campo, Paulo Cesar pelo aporte técnico, Alecio e Vania pelas leituras e reorganização dos capítulos, Ricardo por ter dado a oportunidade de trabalhar com os acadêmicos do 5º período do Curso de Economia na aplicação dos questionários, Loçandra na digitalização dos mapas e Prof<sup>a</sup>. Zelma Arantes Leão, pelas inúmeras horas que despendeu debruçado sobre meus textos, revisando-os e de forma especial a Divina pelas discussões e pela ajuda recebida.

Finalmente, a todos que contribuíram para a concretização deste trabalho.

A todos, muito obrigado...

*O futuro não é o lugar para onde estamos indo,  
mas um lugar que estamos criando.  
O caminho para ele não é encontrado, mas construído,  
e o ato de fazê-lo muda tanto o realizador quanto o destino.*

Autor desconhecido

## RESUMO

A tese está centrada na análise da modernização da agricultura no Estado de Goiás, ocorrida a partir das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento agropecuário na década de 1970. Para compreender a formulação e implementação destas políticas de estímulos, a pesquisa buscou analisar a dinâmica do complexo soja, com ênfase na mesorregião do Sul Goiano. As bases dessa política foram os fundos de financiamento, em princípio indiscriminados para toda agroindústria e, mais tarde, com a crise fiscal do Estado, específicos para cada segmento. As agroindústrias que atuam na região, embora exógenas em sua maioria e fortemente vinculadas à lógica espacial global, encontram nas terras do Sul Goiano um espaço favorável para se desenvolver, estabelecendo novas redes de relações produtivas, como, por exemplo, suas inter-relações com as cadeias grãos-farelos-óleos e grãos-rações-carne. Buscou-se compreender também o papel dos produtores de soja, divididos em duas categorias; o produtor empresarial/grande produtor que utiliza alto nível de tecnologia e mão-de-obra assalariada, seja ela permanente ou temporária; e os pequenos e médios produtores que utilizam menos tecnologia e apresentam maior diversificação agrícola. Os investimentos públicos afetaram de forma diferenciada a mesorregião com reflexos nos seus indicadores de desenvolvimento social e econômico gerados pela modernização excludente. As principais mudanças socioespaciais da região tiveram reflexos nas relações agricultura-indústria: como a formação de mão-de-obra técnica para o campo e as cidades; o aumento do rebanho de aves e suínos; o surgimento de associações de produtores; o fortalecimento da cultura do trabalho industrial; o surgimento de novos bairros nas periferias das cidades; a instalação de novas indústrias; o incremento do comércio e dos serviços locais; a geração/eliminação de postos de trabalho, entre outros. Como resultado, os favorecidos neste processo foram os mesmos que se beneficiaram com a modernização e introdução da cultura de grãos em grande escala e marginalizando, sobretudo, a pequena produção rural.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Modernização Agrícola, Complexo Soja, Cerrado, Reestruturação Socioespacial, Sul Goiano.

## ABSTRACT

The thesis is centered in the analysis of the modernization of the agriculture in the State of Goiás, starting from the public politics guided to the agricultural development in the decade of 70's. To understand the formulation and improvement of these incentive politics, the research looked for to analyze the dynamics of the soy complex, with emphasis in the mesoregion of the South of Goiás State. The bases of that politics were the financing funds, in indiscriminate beginning for every agroindustry and, later, with the tax crisis of the State, specific for each segment. The agroindustries that act in the area, although hexogen in its majority and strongly linked to the global space logic, find in the lands in the South of Goiás State a favorable space to develop, establishing new nets of productive relationships, as, for example, its interrelations with the chains grain-flours-oils and grain-fodder-meat. It was also looked for the understanding of the paper of the producers of soy, divided in two categories; the businessman producer/a strong producer who uses high technology level and salaried labor, even though permanent or temporary; and the small and medium producers that use less technology and they present larger agricultural diversification. The public investments affected in a differentiated way the mesoregion with reflexes in its indicators of social and economic development generated by the exclude modernization. The main socio-space changes of the area got reflexes in the relationships agriculture-industry: as the formation of technical labor for the field and cities; the increase of the flock of birds and swine; the appearance of associations of producers; the invigoration of the culture of the industrial work; the appearance of new neighborhoods in the peripheries of the cities; the installation of new industries; the increment of the trade and local services; the creation/elimination of work positions, among others. As result, the favored ones in this process were the same ones who benefited with the modernization and introduction of the culture of grains in great scale and depriving, above all, the small rural production.

**Word-key:** Public politics, Agricultural Modernization, Complex Soy, Cerrado, Socio-space (Re)structuration , South of Goiás.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|             |                                                                                                        |     |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Foto 1 -    | Rio Verde: Projeto Buriti - Painéis indicando os incentivos fiscais pelas agências de fomento .....    | 65  |
| Foto 2 -    | Rio Verde: Cargill - Painéis indicando os incentivos fiscais pelas agências de fomento .....           | 78  |
| Foto 3 -    | Rio Verde: Brejeiro - Painel indicando o incentivo fiscal pela agência de fomento.....                 | 79  |
| Gráfico 1 - | Brasil: Evolução da área das principais culturas – 1970-2004 (em Ha).                                  | 94  |
| Gráfico 2 - | Centro-Oeste: Produção x Capacidade Estática x <i>Déficit</i> - 2005.....                              | 108 |
| Gráfico 3 - | Goiás: Capacidade Estática de Grãos – 2005 .....                                                       | 108 |
| Gráfico 4 - | Goiás: Capacidade Estática dos Armazens Gerais – Governo, Cooperativa e Iniciativa Privada – 2005..... | 111 |
| Foto 4 -    | Rio Verde: Vista aérea do Complexo Industrial da COMIGO.....                                           | 123 |
| Foto 5 -    | Rio Verde: Vista aérea do Centro Tecnológico da COMIGO .....                                           | 126 |
| Foto 6 -    | Rio Verde: Parque Industrial da Perdigão (Projeto Buriti).....                                         | 132 |
| Foto 7 -    | Rio Verde: Parque Industrial da Cargill.....                                                           | 141 |
| Gráfico 5 - | Sul Goiano: Categoria de produtores – 2005 (%) .....                                                   | 148 |

## LISTA DE MAPAS

|     |                                                                                                    |     |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 - | Goiás: Mesorregiões e microrregiões geográficas – 1996 .....                                       | 17  |
| 2 - | Goiás: Localização e objetivos do Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PLADESCO) – 1973 ..... | 57  |
| 3 - | Goiás: Localização e principais objetivos do POLOCENTRO – 1975 .....                               | 61  |
| 4 - | Brasil: Sistema EMBRAPA de parcerias – cultivares de soja – 2005.....                              | 97  |
| 5 - | Goiás: Microrregião Sudoeste – área plantada de soja – 2004 (em Ha).....                           | 102 |
| 6 - | Goiás: Localização das áreas plantadas com soja segundo as microrregiões – 2004 (em Ha) .....      | 105 |
| 7 - | Goiás: Principais vias de circulação .....                                                         | 113 |
| 8 - | Goiás: Área de atuação da COMIGO – 2005.....                                                       | 120 |
| 8 - | Goiás: Área de Integração Agroindustrial da Perdigão – 2005 .....                                  | 130 |

## LISTA DE QUADROS

|     |                                                                                                                                      |     |
|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1-  | Goiás: Número de produtores selecionados nos municípios pesquisados – 2003 .....                                                     | 22  |
| 2 - | COMIGO: Municípios de instalações de base físicas e distância das unidades estratégicas em relação à sede administrativa – 2005..... | 121 |
| 3 - | COMIGO: Distribuição de funcionários por unidade estratégica de negócios – 2005.....                                                 | 121 |
| 4 - | COMIGO: Capacidade de armazenagem e secagem de produtos agrícolas – 2005.....                                                        | 122 |
| 5 - | COMIGO: Capacidade Agroindustrial – 2005.....                                                                                        | 123 |

## LISTA DE TABELAS

|      |                                                                                                                                        |     |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 -  | Brasil: Crédito Rural - Financiamentos concedidos por categoria 1970 a 1980 (em R\$ Bilhões).....                                      | 28  |
| 2 -  | Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural Brasil – 1970 a 1980 (em%)....                                                           | 29  |
| 3 -  | Goiás e Brasil: Área e número de estabelecimentos - 1970-1980 (em %).....                                                              | 30  |
| 4 -  | Brasil: Crédito Rural - Financiamentos concedidos por categoria 1980 a 1990 (em R\$ Bilhões).....                                      | 31  |
| 5 -  | Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural Brasil – 1980 a 1990 (em%)....                                                           | 32  |
| 6 -  | Brasil: Crédito Rural - Financiamentos concedidos por categoria 1990 a 2000 (em R\$ Bilhões).....                                      | 33  |
| 7 -  | Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural Brasil – 1989 a 2000 (em%)....                                                           | 33  |
| 8 -  | Brasil: Crédito Rural – Financiamentos concedidos por categoria 2000 a 2006 (em R\$ Bilhões) .....                                     | 35  |
| 9 -  | Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural Brasil – 2000 a 2006 (em%) ....                                                          | 36  |
| 10 - | Goiás: Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total – 1970 e 1995/96.....                              | 40  |
| 11 - | Goiás: Número e área dos estabelecimentos rurais por classes de área 1995/96                                                           | 41  |
| 12 - | Goiás : Classes de concentração da terra com base no coeficiente de GINI .....                                                         | 42  |
| 13 - | Brasil: Valorização anual dos preços de terras (em US\$/Ha) Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste - 1985-1995 (em %) .....            | 43  |
| 14 - | Goiás: Condição do produtor rural – 1970 e 1995/96 .....                                                                               | 44  |
| 15 - | Goiás: Uso da terra – 1985 e 1995/96 .....                                                                                             | 45  |
| 16 - | Goiás: Área, produção e produtividade da soja – Safras 1970 a 2005 .....                                                               | 46  |
| 17 - | Goiás: 10 maiores empreendimentos implantados a partir do Programa FOMENTAR (em R\$ de 1997) .....                                     | 67  |
| 18 - | Goiás: Caracterização dos principais programas oficiais do FCO em 2001.....                                                            | 74  |
| 19 - | Goiás: FCO empresarial – Principais características em 2001 .....                                                                      | 75  |
| 20 - | Mesorregião do Sul Goiano: Área dos estabelecimentos por grupos de área total por microrregiões – 1995/96 .....                        | 100 |
| 21 - | Mesorregião do Sul Goiano: Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição das terras por microrregiões – 1995/96 ..... | 100 |
| 22 - | Goiás: Área, produção e rendimento médio da soja – 2004 .....                                                                          | 103 |
| 23 - | Goiás: Produção dos principais produtos agrícolas por microrregião do Sul Goiano – 2005 .....                                          | 109 |
| 24 - | Goiás: Capacidade estática por microrregiões do Sul Goiano – 2005 .....                                                                | 110 |
| 25 - | Brasil: Capacidade de envasamento de óleo vegetal – 2001-2004 .....                                                                    | 134 |

|      |                                                                                                                                                     |     |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 26 - | Brasil: Capacidade de refino de óleo vegetal – 2001-2004 .....                                                                                      | 135 |
| 27 - | Brasil: Capacidade de processamento de óleo vegetal – 2001-2004 .....                                                                               | 135 |
| 28 - | Goiás: Capacidade instalada de processamento de soja – 2005 .....                                                                                   | 136 |
| 29 - | Economias de escala no esmagamento de soja: redução de custos de processamento esperada de acordo com o aumento no tamanho da planta - 2000 .....   | 136 |
| 30 - | Brasil: Porcentagem da capacidade de esmagamento de oleaginosas de acordo com o tamanho da planta (apenas plantas ativas) .....                     | 137 |
| 31 - | Sul Goiano: Residência do produtor, por categoria – 2005 .....                                                                                      | 150 |
| 32 - | Sul Goiano: Período de sua migração, por categoria – 2005 .....                                                                                     | 154 |
| 33 - | Sul Goiano: Período de aquisição das propriedades, por categoria – 2005 .....                                                                       | 161 |
| 34 - | Sul Goiano: Formas de aquisição das terras, por categoria – 2005 .....                                                                              | 161 |
| 35 - | Sul Goiano: Condição de acesso à propriedade, por categoria – 2005 .....                                                                            | 162 |
| 36 - | Sul Goiano: Experiência com o cultivo da soja, por categoria – 2005 .....                                                                           | 165 |
| 37 - | Sul Goiano: Assistência técnica para a agricultura, por categoria – 2005 .....                                                                      | 167 |
| 38 - | Sul Goiano: Utilização de tecnologia na cultura da soja, por categoria – 2005 .....                                                                 | 168 |
| 39 - | Sul Goiano: Produtividade da soja, por categoria – 2005 .....                                                                                       | 169 |
| 40 - | Sul Goiano: Armazenamento da cultura da soja, por categoria – 2005 .....                                                                            | 170 |
| 41 - | Goiás: População e taxa de crescimento demográfico nas microrregiões geográficas do Sul Goiano – 1970-2000 .....                                    | 183 |
| 42 - | Goiás e Mesorregião do Sul Goiano: População residente e situação de domicílio – 2000 .....                                                         | 183 |
| 43 - | Goiás: Migrantes interestaduais segundo área de destino – Urbana e Rural, por microrregiões do Sul Goiano e do Estado – 1970-1996 .....             | 185 |
| 44 - | Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Sudoeste Goiano – 2001 .....   | 193 |
| 45 - | Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Vale do Rio dos Bois – 2001 .. | 197 |
| 46 - | Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Meia Ponte – 2001 .....        | 198 |
| 47 - | Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Pires do Rio – 2001 .....      | 200 |
| 48 - | Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Catalão - 2001 .....           | 201 |
| 49 - | Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Quirinópolis – 2001 .....      | 203 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                  |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO.....                                                                                                  | 16        |
| <b>1 O PAPEL DO ESTADO NAS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA GOIANA A PARTIR DA DÉCADA DE 1970.....</b>              | <b>25</b> |
| 1.1 Instrumentos de Política Econômica Específicas para Agricultura no Brasil e a Política de Crédito Rural..... | 25        |
| 1.2 As Mudanças nos Mecanismos de Financiamento Agrícola e os impactos em Goiás                                  | 36        |
| 1.3 A Reestruturação do Sistema Produtivo e a Permanência da Concentração Fundiária em Goiás.....                | 40        |
| 1.4 Evolução das Políticas de Desenvolvimento Regional .....                                                     | 47        |
| 1.5 As Políticas de Desenvolvimento Regional de Goiás: décadas de 1970 e 1980 .....                              | 51        |
| 1.6 Políticas Regionais de Desenvolvimento em Goiás: década de 1990 e início de 2000.....                        | 73        |
| 1.7 Políticas Recentes de Incentivos Fiscais: a substituição do Programa FOMENTAR pelo PRODUIR .....             | 77        |
| <b>2 A IMPLANTAÇÃO DA CULTURA DA SOJA E A CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NO SUL GOIANO .....</b>        | <b>82</b> |
| 2.1 A Formação dos CAIs no Brasil .....                                                                          | 82        |
| 2.1.1 Efetivação dos CAIs (1960-1989) .....                                                                      | 87        |
| 2.2 A Implantação da Cultura da Soja no Sul Goiano .....                                                         | 91        |
| 2.3 A Logística de Armazenagem e Transporte do Sul Goiano .....                                                  | 107       |
| 2.4 As Diferentes Articulações da Cadeia Produtiva da Soja.....                                                  | 116       |
| 2.5 COMIGO: Uma Cooperativa Pioneira no Processo de Agroindustrialização do Estado de Goiás.....                 | 118       |
| 2.6 A Integração Agroindustrial do Sul Goiano.....                                                               | 128       |
| 2.7 As Empresas do Segmento da Soja em Goiás .....                                                               | 134       |

|       |                                                                                                                        |     |
|-------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3     | A SOJICULTURA NO SUL GOIANO E SEU PAPEL NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO .....                                       | 146 |
| 3.1   | Características do Produtor de Soja do Sul Goiano.....                                                                 | 147 |
| 3.2   | Condições Socioeconômicas do Produtor Empresarial/ Grande Produtor e Pequeno e Médio Produtor do Sul Goiano .....      | 149 |
| 3.2.1 | Origem dos Produtores .....                                                                                            | 152 |
| 3.2.2 | Caracterização da Infra-estrutura das Propriedades .....                                                               | 158 |
| 3.2.3 | Caracterização do Processo Produtivo e o Arrendamento de Terras.....                                                   | 162 |
| 3.2.4 | A Produção da Soja e o Meio Ambiente .....                                                                             | 172 |
| 3.2.5 | Cooperativismo e a Política Agrícola na Visão dos Produtores .....                                                     | 175 |
| 4     | REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO DO SUL GOIANO: os efeitos da expansão do complexo soja.....                     | 180 |
| 4.1   | Mudanças Demográficas e Migratórias de Goiás e Sul Goiano.....                                                         | 181 |
| 4.2   | O Complexo da Soja e as Relações Sociais no Espaço do Sul Goiano.....                                                  | 186 |
| 4.3   | Os Indicadores de Desenvolvimento Social e Econômico das Microrregiões da Mesorregião do Sul Goiano .....              | 189 |
| 4.4   | Ocupação Agrícola e os Impactos Ambientais no Sul Goiano .....                                                         | 206 |
|       | CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                             | 213 |
|       | REFERÊNCIAS.....                                                                                                       | 219 |
|       | ANEXOS .....                                                                                                           | 229 |
|       | ANEXO A - Roteiro de Entrevista a Pesquisa Socioeconômica: Característica do Sojicultor do Sul Goiano.....             | 230 |
|       | ANEXO B – Questionário de Pesquisa Agroindustrial: O Perfil das Empresas Oleaginosas na Mesorregião do Sul Goiano..... | 241 |

# INTRODUÇÃO

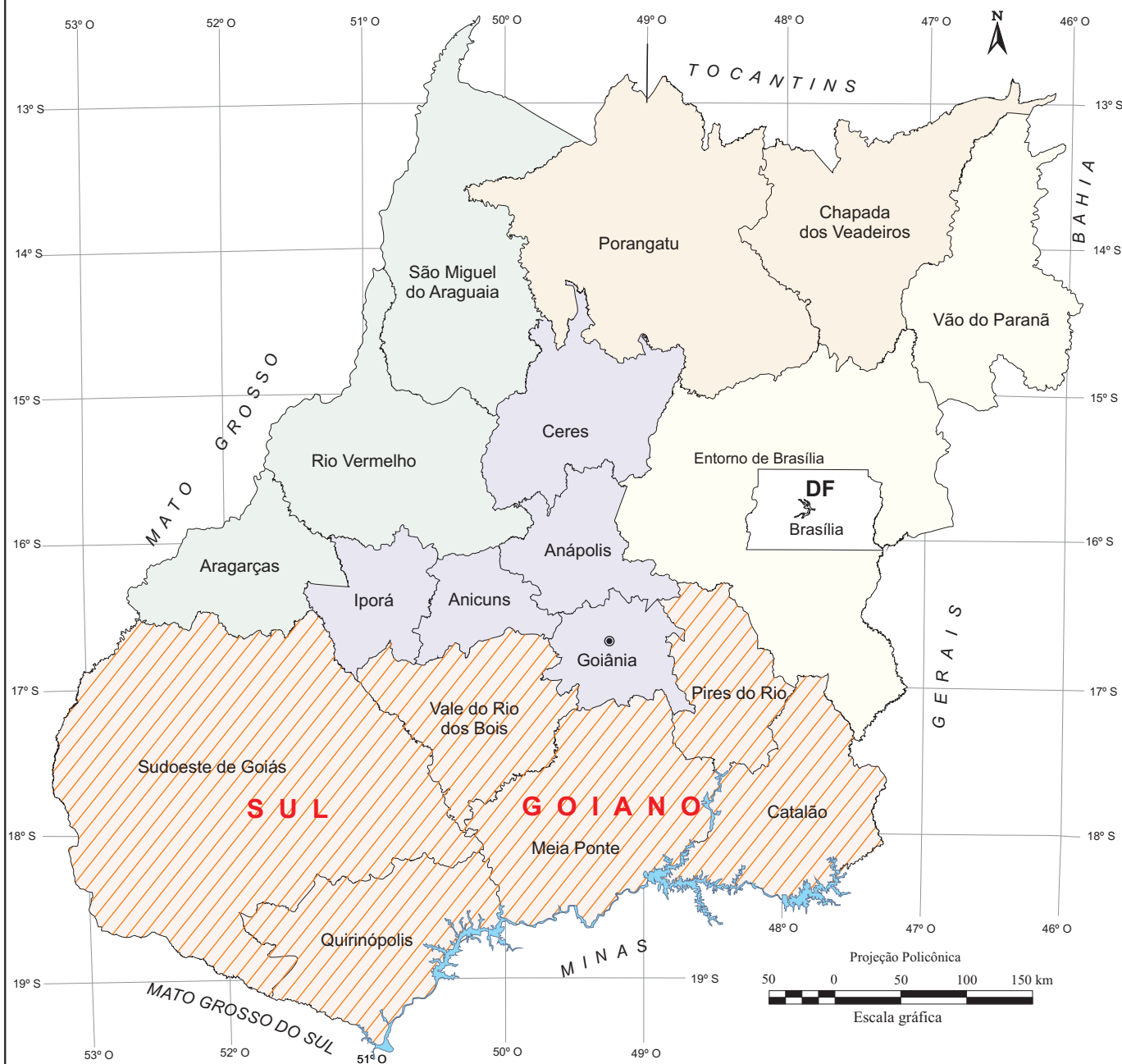
## **INTRODUÇÃO**

Ao estudar o processo de implantação do complexo soja no Sul Goiano, buscou-se inicialmente analisar as políticas públicas voltadas para esse segmento produtivo, bem como compreender os processos que fortaleceram o complexo agroindustrial, a partir da (re)definição de estruturas preexistentes. Também, fez-se necessário conhecer as características socioeconômicas do produtor de soja, como um dos principais agentes econômicos, responsável pelas transformações socioprodutivas decorrentes do desenvolvimento da sojicultura na região acima citada.

Nesse contexto, fez-se relevante compreender a dinâmica que assumiu o complexo soja no Sul Goiano, após 1970, buscando entender as transformações que ocorreram na agricultura do Estado e os incentivos de financiamento, fiscais e locacionais, dentre outros, para a instalação das indústrias processadoras da soja. Como desdobramento desse estudo, pretende-se contribuir com o debate sobre implantação do complexo soja e suas conexões no processo de reprodução capitalista do espaço geográfico do Sul Goiano (Mapa 1).

Esta pesquisa teve como objetivo geral compreender as transformações socioespaciais que ocorreram a partir da modernização dos cerrados e implantação do complexo soja no Sul Goiano (1970 a 2005), procurando destacar as políticas públicas, modernização da agricultura e a sua agroindustrialização, as características socioeconômicas dos produtores de soja e a reestruturação socioespacial da região do Sul Goiano, bem como compreender suas conexões no processo de produção e reprodução capitalista nessa região.

MAPA 1 - GOIÁS: MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS - 1996



**FONTE:**  
Departamento de Estradas de Rodagem - DER-GO.  
Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999  
(base cartográfica).  
IBGE, Divisão de Pesquisa de Goiás. Composição  
das Mesorregiões do Estado de Goiás, 1996.

**ORGANIZAÇÃO:**  
Claudécir Gonçalves

**Cartografia digital:**  
Loçandra Borges de Moraes



#### LEGENDA

##### Mesorregiões

- Noroeste Goiano
- Centro Goiano
- Leste Goiano
- Norte Goiano
- Sul Goiano

O enfoque principal do estudo da implantação complexo soja em uma região do Sul Goiano deveu-se à complexidade do tema e à necessidade de aprofundamento requerida pela pesquisa. A proposta do estudo sobre o complexo soja justificou-se pela importância que este setor representa para o Estado, igualmente pelos efeitos multiplicadores já descritos, e ainda, pela importância que esse segmento apresenta nos estudos da Geografia Agrária. Caracterizado como setor que confere dinamismo à economia do Estado, as considerações levantadas durante o desenvolvimento da pesquisa e a finalização da mesma poderão orientar as políticas públicas para o Estado.

O estudo procurou englobar as principais etapas de constituição e os fatores que influenciaram o processo, pois se verificou que o setor da sojicultura do Estado detinha um padrão de desenvolvimento tecnológico que era destaque na economia nacional. A competitividade desse setor tem atraído interesses privados e públicos na tentativa de incrementá-lo e dinamizá-lo, oferecendo infra-estruturas para a comercialização e o processamento do produto.

Como caracterização preliminar, pode-se dizer que o Sul Goiano teve, nas três últimas décadas, uma economia baseada predominantemente na pecuária extensiva de corte, na pecuária extensiva de leite, na agricultura extensiva de alimentos básicos e, na produção intensiva de milho, soja e sorgo. Esses segmentos produtivos têm sido responsáveis pela produção de matérias-primas para a agroindústria e por produtos de exportação da cadeia grãos-farelos-óleos e grãos-rações-carne e, portanto, desencadeadores do próprio processo de agroindustrialização regional, empreendido por unidades modernas e de alta produtividade, com significativos impactos a montante e a jusante.

É importante destacar que a agricultura começou a reestruturar-se no momento em que se incorporou ao circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matéria-prima para a transformação industrial.

Embora permaneça a transferência de excedentes do setor agrícola, essa transferência foi realizada notadamente pela ação do complexo agroindustrial, que passou a comandar os processos de produção na agricultura.

Os desdobramentos desse processo apontavam para uma transformação na base econômica primária do Estado de Goiás, complementada pelos efeitos das transformações e adensamentos ocorridos nos setores secundário e terciário.

A tese central enfocou o processo de modernização da agricultura nas áreas do cerrado do Sul Goiano, a partir da implantação do complexo soja, que esteve ancorado nas políticas públicas, estabelecidas a partir de meados dos anos 1970. Contudo, as mudanças na política

econômica, em nível nacional, a partir dos anos 1990, acarretaram novas determinações socioterritoriais específicas na mesorregião do Sul Goiano, notadamente no que se refere às relações agricultura-indústria e sua reestruturação produtiva.

Nesse sentido, buscou-se compreender a constituição do complexo soja no Sul Goiano, bem como o seu desempenho na estrutura e dinâmica da reprodução capitalista neste espaço geográfico. Houve, como problemas de pesquisa, as seguintes questões que deverão ser respondidas pela tese: Como ocorre a industrialização da agricultura no Sul Goiano? Como se dá o fenômeno da especialização agrícola regional? Quais as características socioeconômicas do produtor de soja dessa região? Como se deu a implantação do complexo soja no Sul Goiano? Como ocorreu a ocupação e reestruturação socioespacial da mesorregião do Sul Goiano e seus indicadores de desenvolvimento social e econômico?

A tese se divide em quatro capítulos antecidos por essa Introdução e seguidos pelas Considerações Finais. No primeiro capítulo, foram abordados os instrumentos de Políticas de Crédito Rural, as de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional e o Programa de desenvolvimento Industrial de Goiás, que trouxeram transformações econômicas, sociais e demográficas para a região.

No segundo capítulo foi analisada a expansão da soja no Sul Goiano, enfocando o processo de modernização, consubstanciado na expansão da área colhida, no aumento da produção e produtividade, e na crescente especialização da agricultura regional rumo à produção de grãos voltados para as agroindústrias e/ou para exportação. Foram apresentados, ainda, neste capítulo, os principais aspectos da infra-estrutura de armazenagem e transporte que influenciaram decisivamente no complexo soja. Também se procurou realizar o resgate das principais discussões teóricas sobre a formação dos CAIs e analisar as principais empresas que constituíram a denominada agroindústria processadora do complexo soja.

No terceiro capítulo, buscou-se conhecer as características socioeconômicas do produtor da cultura da soja concentrado na mesorregião do Sul Goiano. O embasamento para a preparação desse capítulo foram as entrevistas realizadas com produtores de soja em duas categorias, quais sejam: produtor empresarial/grande produtor e pequeno e médio produtor.

Por fim, no quarto capítulo abordou-se a reestruturação socioprodutiva regional, como resultado das transformações verificadas no processo produtivo da agropecuária regional. Destacaram-se, ainda, as características demográficas e migratórias de Goiás e Sul Goiano e suas relações sociais; os Indicadores de Desenvolvimento Social e Econômico do Sul Goiano e os impactos ambientais e as suas conseqüências decorrentes da modernização do Cerrado.

Em qualquer pesquisa científica, é preciso estabelecer um caminho, uma metodologia, ou melhor, um conjunto de procedimentos para levantar, sistematizar e analisar dados, bem como uma postura reflexiva em diferentes níveis (filosófico, epistemológico, teórico e político) sobre as relações entre os fenômenos, elementos e fatos que se inserem, circundam e produzem a realidade socioespacial a ser pesquisada e entendida. É este fato que tornou científico o conhecimento produzido, podendo ser aceito pela comunidade científica e servir, posteriormente, como referência para outros trabalhos.

Para Marconi e Lakatos (2003), a metodologia é composta por método e métodos, uma vez que se situam em níveis diferentes, no que se refere à inspiração filosófica, ao grau de distinção, à finalidade explicativa e a ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação. Neste sentido, apresentam dois níveis de métodos: o de abordagem, representado pelos métodos indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético; e o de procedimento, representado pelos métodos: histórico, comparativo, monográfico ou estudo de caso, estatístico, tipológico, funcionalista e estruturalista<sup>1</sup>.

Já para Sposito (2000), existem três abordagens teórico-metodológicas, utilizadas na Geografia: empírico-analítica, fenomenológico-hermenêutica e histórico-crítico-dialética. A primeira, muito utilizada em trabalhos do IBGE, está ligada às Geografias Quantitativa, Teorética, Positivista e Neopositivista. Esta abordagem utiliza técnicas de coleta de dados e de análise, fortemente quantitativas, com questionários codificados e tratamento informatizado dos dados. No nível teórico, foi feita uma revisão bibliográfica, explicitando conceitos, hipóteses de pesquisa, demonstrando objetividade e imparcialidade. No nível epistemológico, foi usado o método hipotético-dedutivo, ou seja, a relação causa-efeito. Nessa abordagem, o sujeito (pesquisador) deve adequar a mente (pensamento) ao objeto, ocorrendo uma supremacia deste sobre o sujeito.

A segunda abordagem, a fenomenológico-hermenêutica, foi muito utilizada em temas ligados à corrente humanista e à geografia da percepção. Como procedimento de pesquisa, utilizou-se técnicas quantitativas (entrevista livre, depoimentos, vivências, memórias, narrações, histórias de vida, etc.). No nível teórico, existiu uma intencionalidade na busca pela essência do fenômeno, indo além da aparência, despreocupando-se com a objetividade, ao contrário da abordagem empírico-analítica. Nessa, o sujeito tem a superioridade sobre o objeto, prevalecendo a compreensão e a interpretação.

---

<sup>1</sup> Segundo as autoras, estes métodos são usados, sobretudo, nas Ciências Sociais.

A terceira abordagem, a histórico-crítico-dialética, que Marconi e Lakatos (2003) chamam de dialética, utiliza-se tanto dados quantitativos quanto a visão do pesquisador; preocupando-se com a passagem da quantidade para a qualidade. A discussão no nível teórico baseia-se na idéia de movimento dos fenômenos e dos processos, bem como de suas contradições (conflitos) internas, que devem ser abstraídas pelo pesquisador. O processo histórico é o norteador da análise e do entendimento da realidade. O homem é visto como ser transformador da realidade, e é transformado por ela. Nesta abordagem, há um equilíbrio entre o sujeito e o objeto, com transformações mútuas e importâncias iguais, ou seja, tanto foi importante o que a realidade mostrou como o que o pesquisador interpretou, compreendeu.

Na realização dessa pesquisa, optou-se por mesclar os diferentes métodos de abordagem, pois se confrontou com uma realidade socioespacial complexa, em que uma boa análise só seria possível utilizando-se deste caminho. Assim, utilizaram-se procedimentos e técnicas das várias abordagens explicitadas, buscando elaborar uma mais fiel da realidade estudada.

Como procedimento de pesquisa, utilizou-se as técnicas para levantamento, organização e análise dos dados: **a) Pesquisa bibliográfica** - levantamento e análise de teorias e dados em teses, dissertações, livros, artigos, leis, jornais e folhetos informativos, tanto sobre a temática, quanto aos espaços local e regional. **b) Pesquisa documental** – para levantamento de dados (em fontes primárias) nos Censos realizados pelo IBGE (sobretudo os agropecuário, demográfico e industrial), Agência Rural de Goiás, Associação dos Produtores de Grãos de Rio Verde (APG), Banco do Brasil, Federação dos Agricultores do Estado de Goiás (FAEG), Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Sindicato Rurais e Cooperativas. **c) Pesquisa de campo** - do tipo exploratória, realizada em abril e maio de 2005. Para melhor conhecer um dos principais agentes do processo de transformação da agricultura dos cerrados, foi aplicado um roteiro de entrevista junto a 80 sojicultores da mesorregião Sul Goiano, utilizando a divisão baseada nas regiões geográficas do IBGE, formadas pelas microrregiões Sudoeste de Goiás; Vale do Rio dos Bois; Meia Ponte; Pires do Rio; Catalão e Quirinópolis (Quadro 1).

De acordo com dados oficiais do Relatório do Banco do Brasil, no ano de 2003, sobre os beneficiários de financiamento, cerca de 4.283 produtores tomaram financiamento em Goiás, sendo que 4.007 (ou 93,56%) estavam concentrados na mesorregião Sul Goiano, com destaque para três microrregiões. Sudoeste de Goiás, Meia Ponte e Vale do Rio dos Bois; no entanto, afora os dados do Banco do Brasil, muito pouco se conhece sobre as características

do sojicultor no Sul Goiano. É importante ressaltar que alguns desses municípios foram significativos como áreas de expansão de fronteira agrícola em diferentes momentos da penetração da agricultura moderna nos cerrados.

O roteiro de entrevista foi composto por nove eixos de investigação: I) identificação do produtor; II) caracterização do domicílio; III) propriedade; IV) produção pecuária; V) produção agrícola; VI) maquinários; VII) trabalho; VIII) meio ambiente e IX) associativismo (ANEXO).

| MICRORREGIÃO                | MUNICÍPIO             | AMOSTRA   | %          |
|-----------------------------|-----------------------|-----------|------------|
| <b>Sudoeste Goiano</b>      | Jataí                 | 12        | 42,86      |
|                             | Montividiu            | 8         | 34,78      |
|                             | Rio Verde             | 16        | 27,12      |
|                             | Santa Helena de Goiás | 8         | 36,36      |
| <b>Vale do Rio dos Bois</b> | Acreúna               | 4         | 30,77      |
|                             | Edéia                 | 8         | 34,78      |
|                             | Paraúna               | 4         | 44,44      |
| <b>Meia Ponte</b>           | Bom Jesus             | 8         | 34,78      |
|                             | Goiatuba              | 8         | 34,78      |
|                             | Itumbiara             | 8         | 40         |
| <b>Pires do Rio</b>         | Silvânia              | 4         | 28,57      |
|                             | Vianópolis            | 4         | 44,44      |
| <b>Catalão</b>              | Catalão               | 4         | 57,14      |
|                             | Ipameri               | 4         | 50         |
| <b>Quirinópolis</b>         | Quirinópolis          | 8         | 50         |
| <b>Total</b>                |                       | <b>80</b> | <b>100</b> |

**QUADRO 1 – Goiás: Número de produtores selecionados nos municípios pesquisados - 2003**

**FONTE:** Relatório do Banco do Brasil, 2003.

**ORG.:** GONÇALES, C.; 2005.

Na identificação do produtor, outras questões subsidiaram a sua caracterização, tais como: local de residência, processo migratório, escolaridade, origem e acesso à informação entre outras. No item caracterização do domicílio, investigou-se as condições de moradia da pessoa na propriedade: tipo de domicílio, tipo de construção, principal fonte de abastecimento de água, se dispunham de energia elétrica, destinação do lixo doméstico etc. Já no item propriedades, foram pesquisados os seguintes aspectos: ano da aquisição da propriedade ou arrendamento, área da propriedade, área destinada à cultura da soja, se possuíam outras propriedades, número de pessoas residentes na propriedade, quais foram as atividades econômicas mais importantes na propriedade entre outros.

No que tange à produção pecuária, procurou-se compreender questões relacionadas à evolução dos rebanhos como atividade complementar, à incorporação de tecnologias, dentre outros elementos que estavam relacionadas às atividades econômicas desenvolvidas nas

unidades produtivas. O passo seguinte foi o levantamento de informações acerca da produção agrícola, visando identificar o potencial produtivo e, conseqüentemente, os níveis de inserção tecnológica (maquinário). A produção de soja, em seus aspectos quantitativos e qualitativo-tecnológicos, pôde se consistir no principal parâmetro que distingue o sojicultor dos demais produtores agrícolas da região.

Posteriormente, investigaram-se os sistemas de produção: as unidades de produção, as famílias, as parcelas e os grupos de animais. O último eixo que compôs o roteiro de pesquisa objetivou abordar questões relacionadas ao potencial organizativo em caráter associativista.

Utilizaram-se dados oficiais do Relatório do Banco do Brasil (2003) acerca dos beneficiários de financiamento para a cultura da soja no Estado de Goiás, pois os mesmos não foram encontrados em outras instituições ou órgãos<sup>2</sup>, tais como o número de produtores da cultura da soja em Goiás, considerando que os dados disponíveis no último Censo Agropecuário da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1995/96) estavam defasados e não captaram o avanço recente da sojicultura em Goiás nesses últimos anos. Neste relatório constaram informações referentes ao município, número de contrato, nome do contratante e atividade agrícola.

Ao iniciar os trabalhos de campo, vários obstáculos foram encontrados, tais como: o desinteresse de instituições e órgãos de classe em informar endereço e telefone de produtores; a necessidade de treinamento dos pesquisadores que auxiliaram na aplicação do questionário; o tempo para realização da pesquisa, pois era período de plantio; a falta de interesse em responder o roteiro de entrevista; e, ainda, a crise ocorrida na agricultura no período da pesquisa em 2004/05 (ferrugem asiática e dívidas de produção), entre outros.

Nesta pesquisa, concorda-se com Cazeneuve (1976, p. 90), que diz: “o tipo ideal não deve ser considerado como um modelo [...] ele não teve nenhuma função normativa [...] mas somente a compreender e fazer compreender”.

A partir do diagnóstico das categorias de produtores de grãos, pretende-se contribuir para a melhor compreensão do produtor que atua no cerrado goiano. Também espera-se que este estudo sirva de referência como fonte para diversos órgãos do setor, contribuindo em suas ações, tanto para o fomento de políticas públicas, quanto para o conhecimento dos principais agentes do universo do agronegócio.

---

<sup>2</sup> Os dados existiam em relatórios internos do IBGE escritório local, mas não foram disponibilizados.

# **CAPÍTULO 1**

# **1 O PAPEL DO ESTADO NAS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA GOIANA A PARTIR DA DÉCADA DE 1970**

Foi feita uma abordagem, nesse capítulo, sobre os instrumentos de política econômica específicas para agricultura no Brasil e as políticas públicas implementadas em Goiás, desde o período de sua ocupação, a partir da década de 1970, até o início do ano 2000, para mostrar que, com a instalação dessas políticas, desenvolveu-se a vocação da agroindústria para o Estado.

## **1.1 Instrumentos de Política Econômica Específicas para Agricultura no Brasil e a Política de Crédito Rural**

A agropecuária apresenta condições de produção que implicam maiores riscos do que a produção industrial. Há riscos de preços, advindos quando se toma a decisão de iniciar a produção agropecuária bem antes do período de vendas. Assim, o agricultor não sabe a que preço venderá o produto a ser elaborado. Os agricultores também enfrentam o risco advindo das condições climáticas, das quais depende a produtividade a ser alcançada. Para compensar esses riscos, certas políticas são especialmente criadas para estimular a agropecuária. Além

disso, certos governos se interessaram em dar um apoio diferenciado a seu setor agropecuário devido a questões estratégicas e de interesse nacional<sup>1</sup>.

Delgado (2001, p.21) afirma que, do ponto de vista da intervenção do Estado na agricultura, dois tipos de política econômica devem ser destacados, porque são fundamentais:

*A política macroeconômica busca afetar os grandes agregados da economia, tanto em termos de quantidades – como, por exemplo, o nível, a composição e a taxa de crescimento da renda e da demanda agregadas, da quantidade total de moeda, dos gastos governamentais, das exportações e das importações, bem como dos fluxos de entrada e de saída de divisas estrangeiras e de capital externo em geral – quanto de preços – os chamados preços macroeconômicos básicos, como a taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de salários, e o nível geral de preços.*

Ainda segundo Delgado (2001, p.23),

*A política setorial refere-se à política econômica formulada com o objetivo de influenciar diretamente o comportamento econômico-social de um setor específico da economia nacional (indústria, agricultura, transportes etc.). Em relação à agricultura, pode-se mencionar três tipos principais de política econômica setorial: a agrícola, a agrária, e a política diferenciada de desenvolvimento rural<sup>2</sup>.*

No contexto macroeconômico e institucional desse período, o Estado contava com ampla capacidade de regulação e foi possível implementar políticas agrícolas (e programas setoriais) ativas que buscavam promover as transformações da estrutura produtiva e contrabalançar os efeitos negativos e o viés antiagricultura da política macroeconômica. Ou seja, a política agrícola não foi apenas compensatória, sendo desenhada e manejada de forma ativa em função dos objetivos definidos para o setor. Em alguns casos, os objetivos perseguidos pela política (a modernização da base técnica, por exemplo) foram “estimulados” acima das condições e sinais do mercado, mediante subsídios, garantias de créditos, seguros à produção, preços de garantia remuneradores etc. Essas políticas operavam modificando, fundamentalmente, os sinais de mercado para induzir os agentes a tomar decisões consistentes com os objetivos pretendidos.

Como se mencionou, a modernização da base técnica e a integração intersetorial foram os objetivos que nuclearam a intervenção. Embora o crédito subsidiado tenha desempenhado importante papel para viabilizar essa estratégia, outros instrumentos e políticas foram utilizados, desde preços mínimos, comercialização e distribuição de alimentos, regulação do

---

<sup>1</sup> Entre essas questões, podem-se citar a) a ocupação do espaço territorial; b) a garantia de suprimento doméstico de alimentos, mesmo que a preços superiores aos produtos importados; c) a busca de um desenvolvimento espacial mais homogêneo, por exemplo.

<sup>2</sup> Essa é a tipologia que tem sido mais utilizada no Brasil.

comércio externo, até aqueles orientados para a promoção de mudanças de longo prazo, como a extensão rural e a pesquisa agropecuária.

Não se pôde deixar de lado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no período de 1970 a 1990, visto que seus recursos foram decisivos para o processo de modernização conservadora do campo brasileiro e, especialmente, na modernização conservadora goiana.

O processo de modernização conservadora da agricultura no país só foi possível porque houve crédito disponível, como se viu anteriormente, para implementar uma revolução técnica nos padrões de produção. Este financiamento da acumulação e da incorporação de tecnologias mais avançadas permitiu aos latifundiários obterem maiores escalas de produção em tempo menor do que se, em princípio, fossem aplicar recursos próprios, obtidos de lucros da sua atividade.

Com o crédito disponível, tornou-se possível aumentar a escala de produção, mesmo antes da produção em si, e de obter lucro com a venda antecipada desta. O crédito antecipado induziu ao aumento da produção, ainda que esta se realizasse sem lucro ou com pequenas margens de lucro.

O impacto do crédito rural para o aumento da produção agrícola é bastante conhecido, porém, para o nosso estudo, tornou-se importante focalizá-lo, para que se possa situar Goiás neste processo, visto ser um Estado que possui uma economia baseada na agropecuária.

Para Delgado (1985, p.112), o novo padrão agrícola inaugurado no final da década de 1960 se deveu à reunião de:

[...] mudanças e inovações sintetizadas pelo desenvolvimento do sistema de crédito, consolidação do Complexo Agroindustrial, surgimento de formas especificadas, conglomerados de capitais na agricultura e, finalmente, a transformação do mercado de terras num ramo especial do mercado financeiro.

Assim, essa política de crédito teve como objetivo provocar profundas mudanças no desenvolvimento agrícola brasileiro que, até então, predominantemente se processava por meio da incorporação de novas técnicas ainda tradicionais e, concomitantemente, da ampliação do mercado para o setor industrial produtor de máquinas e insumos agrícolas.

Na década de 1970, o crédito de custeio foi a modalidade de financiamento que o Governo Federal mais aplicou na agricultura. Observando a Tabela 1, percebe-se que esse tipo de financiamento obteve acentuado crescimento ao longo da década de 1970, quando atingiu, em 1980, o montante de R\$ 52,6 bilhões.

O que chama atenção, nesse fato, é que desde sua implantação, a maior parte da verba para custeio se destinou à compra de insumos industriais. Por outro lado, usou-se o crédito de investimento para a aquisição de tratores e de outros equipamentos agrícolas. Portanto, torna-se evidente quão intensamente a política de crédito favoreceu o processo de modernização da agropecuária brasileira. Por outro lado, também fica patente o quanto os setores industriais produtores de máquinas, equipamentos e insumos se beneficiaram.

**TABELA 1 – Brasil: Crédito Rural - Financiamentos concedidos por categoria 1970 a 1980 (em R\$ Bilhões)**

| Anos | Custeio | Investimento | Comercialização | Total |
|------|---------|--------------|-----------------|-------|
| 1970 | 13,2    | 8,0          | 8,4             | 24,8  |
| 1971 | 14,9    | 10,1         | 9,3             | 29,6  |
| 1972 | 18,0    | 14,3         | 10,9            | 34,4  |
| 1973 | 25,9    | 20,1         | 14,8            | 43,2  |
| 1974 | 32,3    | 21,7         | 17,8            | 60,8  |
| 1975 | 45,3    | 32,3         | 25,9            | 71,9  |
| 1976 | 43,2    | 33,3         | 26,0            | 103,5 |
| 1977 | 44,5    | 22,8         | 26,7            | 102,6 |
| 1978 | 44,8    | 23,5         | 25,7            | 94,0  |
| 1979 | 51,3    | 25,4         | 25,2            | 94,0  |
| 1980 | 52,6    | 17,4         | 22,8            | 101,9 |

**FONTE:** Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR Valores em Real, a preço de Dez. de 2006, atualizados pelo IGPM (FGV).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2007

O Estado de Goiás teve uma participação relativa no total nacional do Crédito Rural. Em média, ao longo da década de 1970, do total de contratos firmados, 3,9% eram de produtores goianos, sendo que esses absorveram 4,8% do volume total de recursos. Conforme Tabela 2, pode-se perceber que, nesse período, exceto no ano de 1970, a proporção dos valores foi sempre superior aos contratos. Isso significa que os recursos destinados aos produtores goianos eram superiores à média nacional. Em parte, esse fenômeno pode ser atribuído à estrutura fundiária baseada em grandes e médias propriedades.

O Crédito Rural, como dito anteriormente, não foi a única fonte de financiamento da modernização da agricultura, principalmente na região de fronteira agrícola onde programas de desenvolvimento regional proviam crédito com taxas de juros ainda mais atrativas.

Lembrou-se que, em Goiás, foram os pecuaristas que receberam maiores recursos, proporcionalmente ao crédito rural total do país. A própria dinâmica da produção pecuária brasileira exigia uma maior disponibilidade de terras, portanto, uma maior concentração fundiária. Este fato, na verdade, aprofundou ainda mais a concentração fundiária no Estado. Vejamos outros dados.

**TABELA 2 - Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural Brasil – 1970 a 1980 (em%)**

| Ano  | Número de Contratos (%) | Valor (R\$ Bilhões) | Valor (%) |
|------|-------------------------|---------------------|-----------|
| 1970 | 3,8                     | 1,010               | 3,8       |
| 1971 | 3,2                     | 1,328               | 4,3       |
| 1972 | 3,6                     | 1,789               | 4,6       |
| 1973 | 3,7                     | 2,511               | 4,6       |
| 1974 | 4,1                     | 3,294               | 5,1       |
| 1975 | 4,4                     | 5,027               | 5,4       |
| 1976 | 3,7                     | 5,071               | 5,5       |
| 1977 | 3,7                     | 3,718               | 4,4       |
| 1978 | 3,8                     | 3,887               | 4,6       |
| 1979 | 4,2                     | 4,671               | 5,1       |
| 1980 | 4,3                     | 4,086               | 4,9       |

**FONTE:** Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR Valores em Real, a preço de Dez. de 2006, atualizados pelo IGPM (FGV).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2007

Em Goiás, apesar de o percentual da área das pequenas propriedades ter se mantido o mesmo de 1970 a 1980 (0,3% do total), a quantidade diminuiu de 13,2% para 12,5%. Houve também decréscimo nos estabelecimentos com áreas que vão de 10 hectares a menos de 100 hectares – de 9,9% para 8,0% do total no mesmo período, com diminuição no número de estabelecimentos, de 50% para 47,1% (Tabela 3).

No subextrato de 100 a menos de 1.000 hectares houve uma diminuição na área (de 42,8% para 40,9%), com um aumento no número de estabelecimentos (de 32,8% para 35,4% do total). Entretanto, se prestar atenção aos segmentos em que se situavam as maiores propriedades, verificou-se ter havido uma forte concentração fundiária: houve, nas áreas cujos estabelecimentos encaixam-se no subextrato de 1.000 a 10.000 hectares, um aumento de 39,4% para 41,8% do total, com um crescimento no número de estabelecimentos de 3,9% para 4,8% do total de Goiás; no segmento mais alto, de propriedades com áreas de mais de 10.000 hectares, houve um acréscimo de 7,6% para 9,0%, com um aumento do número de estabelecimentos de 0,1% para 0,2%.

Outro ponto importante a ser salientado na Tabela 3 é a comparação das áreas dos estabelecimentos e de seu número em Goiás e no país inteiro. A distribuição fundiária nos diversos subextratos é bastante diferente, denotando ser menos concentrada em Goiás do que no restante do Brasil. Enquanto nos dois subextratos superiores, em 1980, estes estabelecimentos contavam com mais da metade (50,8%) da área de Goiás, em termos nacionais, este número era até relativamente igual (atingia 45,8%): o diferencial que aponta a concentração está na quantidade destes estabelecimentos, já que em Goiás havia 5% do total, enquanto no Brasil era de 0,95%.

**TABELA 3 - Goiás e Brasil: Área e número de estabelecimentos - 1970-1980 (em %)**

| <b>ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS (%)</b>   |              |               |              |               |              |               |
|-----------------------------------------------------------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| <b>Área em há</b>                                               | <b>1970</b>  |               | <b>1975</b>  |               | <b>1980</b>  |               |
|                                                                 | <i>Goiás</i> | <i>Brasil</i> | <i>Goiás</i> | <i>Brasil</i> | <i>Goiás</i> | <i>Brasil</i> |
| Menos de 10                                                     | 0,3          | 3,1           | 0,4          | 2,8           | 0,3          | 2,4           |
| 10 a menos que 100                                              | 9,9          | 20,4          | 8,5          | 18,6          | 8,0          | 17,4          |
| 100 a menos que 1.000                                           | 42,8         | 37            | 41,1         | 35,8          | 40,9         | 34,3          |
| 1.000 a menos que 10.000                                        | 39,4         | 27,2          | 41,0         | 27,7          | 41,8         | 28,6          |
| 10.000 e mais                                                   | 7,6          | 12,3          | 9,1          | 15,1          | 9,0          | 17,2          |
| <b>NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO GRUPOS DE ÁREAS (%)</b> |              |               |              |               |              |               |
| <b>Área em ha</b>                                               | <b>1970</b>  |               | <b>1975</b>  |               | <b>1980</b>  |               |
|                                                                 | <i>Goiás</i> | <i>Brasil</i> | <i>Goiás</i> | <i>Brasil</i> | <i>Goiás</i> | <i>Brasil</i> |
| Menos de 10                                                     | 13,2         | 51,4          | 14,9         | 52,1          | 12,5         | 50,4          |
| 10 a menos que 100                                              | 50           | 39,4          | 46,8         | 38,1          | 47,1         | 39            |
| 100 a menos que 1.000                                           | 32,8         | 8,4           | 33,7         | 8,9           | 35,4         | 9,5           |
| 1.000 a menos que 10.000                                        | 3,9          | 0,7           | 4,4          | 0,8           | 4,8          | 0,9           |
| 10.000 e mais                                                   | 0,1          | 0,03          | 0,1          | 0,04          | 0,2          | 0,05          |

**FONTE:** IBGE (1970; 1975; 1980).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005

Os créditos recebidos nos anos de 1970 foram distribuídos para São Paulo (19,7%), Rio Grande do Sul (18,6%), Paraná (13,9%), Minas Gerais (13%) e Goiás (7,1%). Estes cinco Estados receberam 72,3% do total de financiamentos institucionais no ano de 1975; ao analisar sua participação no valor bruto da produção, “eles contribuíram com cerca de 68%” (ARAÚJO, 1983, p. 334).

Algumas conclusões a respeito da aplicação do crédito rural foram trazidas por Pinto (1981, p. 182-6):

- 1- Para nenhum produto e em nenhuma região, o aumento da produção acompanhou a expansão dos recursos destinados ao financiamento da agricultura.
- 2- Para nenhum produto e em nenhuma região, o aumento da produtividade correspondeu ao crescimento do valor do crédito rural.
- 3- A nível nacional, [...] com exceção do arroz em 70/72, nenhum produto apresentou acréscimo de produção ou produtividade que se comparasse com o incremento dos recursos do crédito para o custeio [...].
- 4- Os produtos mais favorecidos pela política de crédito rural foram aqueles que são considerados dinâmicos, no sentido de que se relacionam fortemente com as indústrias que se situam a montante e a jusante do processo produtivo [...], entre os produtos mais favorecidos temos: algodão, café, cana, soja, trigo e inclusive arroz em algumas regiões [...].
- 5- Os produtos chamados de “mercado interno”, voltados para a alimentação, e que são a base da subsistência das populações de menor renda, foram aqueles que menos recursos receberam, em termos relativos, através da política de crédito rural [...].
- 6- A desigual distribuição dos recursos de crédito rural entre as diversas regiões do país – em favor daquelas mais desenvolvidas e em prejuízo daquelas mais atrasadas, notadamente o Nordeste – sem dúvida alguma vem contribuir para o aprofundamento das desigualdades regionais [...].

7- A desigual distribuição do crédito dentro das regiões, tanto entre produtores como entre produtos, é acentuada, e este é um fato que não se pode marginalizar [...].

8- Na medida em que há uma concentração do crédito rural entre os produtores, em favor dos maiores; dos produtos, em favor dos mais dinâmicos; entre regiões, em favor das mais desenvolvidas, o que se verifica é uma política de crédito comandada por aqueles setores mais integrados ao processo de acumulação do capital na economia brasileira. Os financiamentos estão dirigidos, principalmente, para aqueles produtores, produtos e regiões que utilizam mais intensamente os insumos e equipamentos ditos “modernos” [...]

O crédito de custeio, que foi a modalidade de maior absorção dos recursos, atingiu seu ponto máximo (R\$ 52,7 bilhões) em 1982. Entretanto, no biênio 1983-1984, em virtude do quadro de crise em que se encontrava o país, o montante desse recurso caiu consideravelmente (60%), sendo reduzido a (R\$ 21,5 bilhões), conforme apresentado na Tabela 4. Esse movimento foi seguido tanto pelo crédito de investimento, quanto de comercialização. A partir da segunda metade do ano de 1984 alguns fatores como: redução nas taxas de juros internacionais (após terem atingido seu pico no mês de julho) e o crescimento do saldo do balanço de pagamento (apesar do crescimento das importações), sinalizavam para o fim da recessão. Conforme Graziano da Silva (1998, p. 113):

Para a safra 1985/86 houve uma inflação nas políticas agrícolas se comparada aos anos anteriores, ou seja, a política de crédito rural se tornou claramente expressiva e os aumentos nos custos de produção foram inferiores ao dos preços dos produtos, estimulando a produção. Entretanto, o agravamento do quadro macroeconômico e a instabilização financeira nos últimos anos da década inviabilizaram políticas agrícolas, refletindo no arrefecimento do setor.

**TABELA 4 – Brasil: Crédito Rural - Financiamentos concedidos por categoria 1980 a 1990 (em R\$ Bilhões)**

| Anos | Custeio | Investimento | Comercialização | Total |
|------|---------|--------------|-----------------|-------|
| 1980 | 52,6    | 17,4         | 22,8            | 92,8  |
| 1981 | 50,8    | 13,3         | 22,5            | 86,6  |
| 1982 | 52,7    | 10,8         | 18,5            | 82,0  |
| 1983 | 31,5    | 8,5          | 10,8            | 50,8  |
| 1984 | 21,5    | 3,7          | 5,3             | 30,5  |
| 1985 | 30,2    | 5,5          | 6,8             | 42,4  |
| 1986 | 51,9    | 29,7         | 11,1            | 92,8  |
| 1987 | 32,3    | 7,9          | 5,9             | 46,1  |
| 1988 | 15,3    | 3,5          | 3,5             | 22,3  |
| 1989 | 12,4    | 1,6          | 1,4             | 15,4  |
| 1990 | 11,9    | 1,8          | 2,3             | 15,9  |

**FONTE:** Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR Valores em Real, a preço de Dez. de 2006, atualizados pelo IGPM (FGV).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2007

Enquanto o Crédito Rural assumia tendência decrescente no final da década de 80, a participação relativa do Estado de Goiás, no total dos recursos fornecidos pelo mesmo, ampliava-se (Tabela 5). Embora a proporção de contratos emitidos no estado, em média, tenha sido um pouco menor (3,8%) nesse decênio (3,9% nos anos 1970), a proporção do valor dos recursos, em média 7,3%, foi significativamente superior ao período anterior (4,8%).

**TABELA 5 - Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural Brasil – 1980 a 1990 (em%)**

| Ano   | Número de Contratos (%) | Valor (R\$ Bilhões) | Valor (%) |
|-------|-------------------------|---------------------|-----------|
| 1980  | 4,3                     | 4,086               | 4,9       |
| 1981  | 3,8                     | 3,583               | 4,6       |
| 1982  | 4,6                     | 3,316               | 4,5       |
| 1983  | 3,6                     | 2,285               | 5,0       |
| 1984  | 3,7                     | 1,622               | 5,9       |
| 1985  | 3,0                     | 2,743               | 7,2       |
| 1986  | 3,5                     | 6,338               | 7,6       |
| 1987  | 3,3                     | 3,32                | 8,0       |
| 1988  | 4,5                     | 1,949               | 9,7       |
| 1989  | 4,9                     | 2,335               | 16,8      |
| 1990* | 2,4                     | 0,972               | 6,8       |

**FONTE:** Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR Valores em Real, a preço de Dez. de 2006, atualizados pelo IGPM (FGV).

\*Inclusive Tocantins.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2007

A carência de recursos, que se estendeu desde a década de 1980, foi agravada pela dificuldade dos pequenos e médios produtores terem acesso ao Crédito Rural barato, que foi sendo dirigido aos grandes produtores, os quais tinham ao seu alcance outros instrumentos de financiamento. Conforme o Censo de 1995, apenas 20% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros contavam com o apoio do Crédito Rural oficial, sendo que 5% do total eram liberados para as pequenas propriedades, enquanto 56% destinavam-se às grandes. Além disso, as pequenas propriedades tiveram menos acesso aos créditos de custeio que as grandes.

Em Goiás, segundo (IBGE, 1998), apenas 7% dos estabelecimentos tomaram recursos emprestados para o desenvolvimento e expansão de suas atividades no ano agrícola de 1995-1996. E apenas 5% tomaram crédito para o custeio. O panorama acima traçado, portanto, foi de uma agricultura com um padrão tecnológico reduzido. Entretanto, existiu um segmento moderno expressivo, responsável por parcela significativa da produção de lavouras comerciais [sic]. Foi esse o segmento responsável pelo importante incremento de rendimento das lavouras entre 1985 e 1996.

Nos anos de 1990, a Política de Garantia de Preços Mínimo (PGPM) perdeu vigor, e os valores concedidos na forma de Crédito Rural, atingiu seu ponto mínimo em 1993, com um montante de 9,5 bilhões conforme a Tabela 6.

**TABELA 6 – Brasil: Crédito Rural - Financiamentos concedidos por categoria 1990 a 2000 (em R\$ Bilhões)**

| Anos | Custeio | Investimento | Comercialização | Total |
|------|---------|--------------|-----------------|-------|
| 1990 | 11,9    | 1,8          | 2,3             | 15,9  |
| 1991 | 11,9    | 1,3          | 1,3             | 14,5  |
| 1992 | 8,8     | 1,6          | 3,5             | 14,0  |
| 1993 | 5,3     | 1,9          | 2,3             | 9,5   |
| 1994 | 14,9    | 5,3          | 8,4             | 28,6  |
| 1995 | 11,3    | 3,9          | 2,9             | 18,0  |
| 1996 | 11,3    | 3,9          | 1,0             | 16,1  |
| 1997 | 16,6    | 4,8          | 2,1             | 23,5  |
| 1998 | 15,8    | 4,3          | 2,4             | 22,5  |
| 1999 | 12,8    | 4,0          | 3,4             | 20,2  |
| 2000 | 14,3    | 4,2          | 4,5             | 23,0  |

**FONTE:** Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR Valores em Real, a preço de Dez. de 2006, atualizados pelo IGPM (FGV).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2007

Segundo o Banco Central do Brasil, entre 1989 e 2000, destinaram-se ao Centro-Oeste, 19,3% do total do Crédito Rural, com destaque para 1989 e 1994, quando sua participação atingiu 32,8% e 24,4%, respectivamente. Goiás recebeu, em média, 8,1% (Tabela 7), cerca de 42% dos recursos destinados ao Centro-Oeste, ficando Mato Grosso com pouco mais de um terço e Mato Grosso do Sul com um quarto do montante disponibilizado para a região.

**TABELA 7 - Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural Brasil – 1989 a 2000 (em%)**

| Ano  | Valor (R\$ Bilhões) | Valor (%) |
|------|---------------------|-----------|
| 1989 | 2,335               | 16,8      |
| 1990 | 0,900               | 6,3       |
| 1991 | 1,001               | 7,7       |
| 1992 | 1,033               | 8,2       |
| 1993 | 0,586               | 6,9       |
| 1994 | 2,441               | 9,5       |
| 1995 | 1,215               | 7,5       |
| 1996 | 1,116               | 7,7       |
| 1997 | 1,455               | 6,9       |
| 1998 | 1,292               | 6,4       |
| 1999 | 1,469               | 7,1       |
| 2000 | 1,694               | 7,7       |

**FONTE:** Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR Valores em Real, a preço de Dez. de 2006, atualizados pelo IGPM (FGV).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2007

Araújo e Almeida (1996, p.162-3) alertaram que:

A distribuição dos benefícios da política de crédito – que por sua própria natureza, é seletiva – foi diferente daquela determinada pelas políticas macroeconômicas que discriminaram a agricultura. Os principais beneficiários da política de crédito foram os grandes e médios agricultores, não somente por terem aumentado a produção e renda, mas também pela valorização do preço da terra. Só uma reduzida parcela dos pequenos agricultores foi beneficiada pela política. [...] Em outras palavras, isto significa dizer que o acelerado crescimento da economia brasileira como um todo e da agricultura em particular, na década de 70, revela um êxito apenas parcial da estratégia de políticas econômicas, penalizando a agricultura em nível macroeconômico e compensando este setor com o crédito fácil e barato. Embora nesse período o uso de crédito tenha revelado uma correlação positiva com alguns indicadores de modernização e com crescimento da produção, não se podem deixar de lado os aspectos negativos dessa política, agravando alguns problemas estruturais sérios, como a concentração da renda, em termos pessoais, funcionais e regionais. Além disso, é claro, perdeu-se uma excelente oportunidade de aproveitar, para o desenvolvimento social e econômico, em toda a sua plenitude, o potencial da formidável dotação dos recursos terra, clima e mão-de-obra do País, quando os preços das principais *commodities* eram favoráveis no mercado internacional.

Não há porque duvidar de que estes mesmos fatores ocorressem em Goiás. Assim, o crédito rural que os produtores receberam foi, em sua maior parte, para os de subextratos médio e grande.

Outro fator que também discriminava o pequeno produtor eram as condições impostas para a obtenção do financiamento, que favoreciam os grandes produtores. Era exigida a propriedade da terra como garantia e a própria seletividade bancária, que favorecia os clientes com menor nível de risco, isto é, os grandes proprietários, além disso, condicionava-se ao empréstimo a aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Todos estes fatores induziram à concentração fundiária.

A concentração fundiária ocorreu em Goiás e também no restante do país, como se acabou de demonstrar. Um aspecto relevante a ser analisado no nível estadual é a mudança na produção agrícola e seus impactos na divisão de sua renda interna, que dará pistas de como se situou a classe dominante nativa neste processo.

Todos estes programas e planos afetaram a estrutura produtiva goiana. Mudaram-se as relações sociais de produção, a pauta produtiva passou a ser mais concentrada em produtos agro-industrializáveis e passíveis de exportação, tendo a soja como a principal produção. Aumentaram-se as áreas plantadas, surgiram novas classes sociais no campo goiano, metamorfoseou-se o produtor: de fazendeiro tradicional passou a ser um participante de uma esfera produtiva maior - o agronegócio, surgiu, também, como uma nova situação, o arrendatário, mantendo a concentração fundiária de Goiás.

Esta situação é de fácil observação uma vez que as políticas de créditos para o seguimento do agronegócio aumentou significativamente no período de 2000 a 2006 (Tabela 8), principalmente em regiões em que já estavam determinadas as seguiuimentações produtivas, através da implementação de diversificados complexos agroindustriais, o que garantiu demanda crescente, obrigando os produtores de produtos primários a recorrerem a linhas de financiamentos com objetivo de garantir competitividade do seguimento.

**TABELA 8 – Brasil: Crédito Rural - Financiamentos concedidos por categoria 2000 a 2006 (em R\$ Bilhões)**

| Anos | Custeio | Investimento | Comercialização | Total |
|------|---------|--------------|-----------------|-------|
| 2000 | 14,3    | 4,2          | 4,5             | 23,0  |
| 2001 | 17,0    | 6,0          | 5,8             | 28,8  |
| 2002 | 21,8    | 7,8          | 6,5             | 36,1  |
| 2003 | 30,5    | 11,4         | 8,1             | 50,0  |
| 2004 | 37,4    | 14,4         | 13,2            | 65,0  |
| 2005 | 37,6    | 14,9         | 15,1            | 67,6  |
| 2006 | 39,2    | 16,3         | 14,9            | 70,4  |

**FONTE:** Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR Valores em Real, a preço de Dez. de 2006, atualizados pelo IGPM (FGV).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2007

Observando-se os dados apresentados na Tabela 8, identifica-se que os valores concedidos e pleiteados para os objetivos de custeio, investimento e comercialização, vem crescendo de forma linear, garantindo aumento significativo no volume de crédito concedido junto às instituições financeiras, principalmente através do Banco do Brasil que hoje é o principal agente de difusão de crédito do governo federal. Por outro menciona-se as políticas expansionistas executadas pelo governo, através dos diversos mecanismos de incentivo ao crédito.

Analisando-se as políticas adotadas na região Centro-Oeste, destaca-se a liberação de crédito subsidiado para o seguimento do agronegócio, através do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, que hoje é de grande importância para promover a expansão deste seguimento em nossa região.

O que pode ser observado, na Tabela 9, é exatamente os reflexos destas políticas, uma vez que a participação do Estado de Goiás, no volume de crédito total disponibilizado no Brasil, vem crescendo de forma a garantir o aumento da capacidade de produção desta região que se destaca, a cada ano, no cenário nacional, como forte produtora agropecuária e agroindustrial, tendo uma participação significativa na balança comercial do Estado e do País.

**TABELA 9 - Goiás: Participação Relativa no Crédito Rural Brasil – 2000 a 2006 (em%)**

| <b>Ano</b> | <b>Valor (R\$ Bilhões)</b> | <b>Valor (%)</b> |
|------------|----------------------------|------------------|
| 2000       | 1,694                      | 7,7              |
| 2001       | 2,216                      | 7,7              |
| 2002       | 2,881                      | 8,0              |
| 2003       | 3,713                      | 7,4              |
| 2004       | 5,527                      | 8,5              |
| 2005       | 5,682                      | 8,4              |
| 2006       | 4,584                      | 6,5              |

**FONTE:** Banco Central do Brasil – BACEN/DPRO/SISTEMA RECOR Valores em Real, a preço de Dez. de 2006, atualizados pelo IGPM (FGV).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2007

Demonstra-se, a seguir, as conseqüências que o volume de recursos e políticas públicas ofertadas em grande montante ocasionou ao nosso objeto de estudo – à soja – dentro do espaço goiano.

## **1.2 As Mudanças nos Mecanismos de Financiamento Agrícola e os Impactos em Goiás**

Diante da redução da capacidade de financiamento do Estado, os recursos para o setor diminuíram significativamente, já no início dos anos 1980 e é exatamente a partir desse período que os cerrados irão apresentar o maior crescimento da produção agrícola. Deste modo, no momento de maior necessidade de crédito agrícola por Goiás, houve arrefecimento no volume de recursos.

Segundo Resende (2001), esse processo fez com que a agricultura nos cerrados se baseasse, desde o início, em uma estrutura de financiamento diferente da tradicional, independente do crédito oficial. A produção no cerrado demanda grande investimento pelas necessidades já citadas de preparação do solo com intenso uso de insumos químicos. Com a escassez de recursos oficiais, os produtores recorreram ao autofinanciamento e ao crédito não-oficial. O autor ressalta que essa situação pode ter levado à maior presença, na região, de produtores capitalizados, ou com menor dependência do capital de terceiros, o que atualmente constitui uma vantagem para esses produtores.

Nos anos de 1990, a redução do papel do Estado como financiador da agricultura foi mais intensa, e o próprio governo passou a estimular a criação de novos mecanismos de financiamento dentro do mercado. Esse processo fez com que as indústrias, a montante e a jusante, buscassem disponibilizar novas formas de crédito aos produtores, como a compra

antecipada da produção, a troca de parte da produção por insumos, ou mesmo fornecimento de crédito a juros mais baixos, através de recursos captados no mercado externo.

Na verdade, à medida que se reduziam esses recursos, novos mecanismos de financiamento foram surgindo, ocupando, de certa maneira, lacunas que certamente iam aparecendo. Dessa forma, a intervenção estatal continuou sendo um importante elemento estimulador do crescimento econômico goiano.

Com base nos anuários estatísticos do Crédito Rural de 1969 a 1995, Cardoso (1997, p.197) apresenta quatro etapas:

A primeira, de 1969 a 1979, foi de crescimento acentuado da oferta. Neste último ano, os valores reais dos financiamentos foram os mais elevados de todo o período. Em seguida, de 1979 a 1984, houve restrições severas de crédito. Na terceira fase, de 1984 a 1990, novo decréscimo de crédito foi a característica marcante. Finalmente, de 1990 a 1995, apesar da evolução dos níveis populacionais e das necessidades alimentares, os valores dos empréstimos oficiais se estabilizaram em posições muito baixas, próximas das verificadas de 1969 a 1971. Sobretudo a partir da década de 80, a orientação política passou a ser diminuição da oferta dos financiamentos e dos subsídios através do crédito.

Conforme Castro e Fonseca (1995), na década de 1980, o declínio dos recursos do Crédito Rural destinados ao subsegmento agricultura foi considerável em todas as regiões do país. Entretanto, considerando-se o início dos anos 1980, período do agravamento da crise e do monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, normalmente, impõe uma política de corte de gastos com vista a eliminar o déficit das contas do governo, percebeu-se que o total de crédito (Brasil) destinado à agricultura não foi reduzido, pelo menos até o ano de 1987 (exceto nos anos 1984 e 1985)<sup>3</sup>.

Outra observação importante a ser feita diz respeito a uma mudança quanto à fonte de financiamento para o setor agropecuário. Nesses termos, em 1985, o Tesouro Nacional financiou 92% do total de crédito e 89,6% do custeio, mas, em 1989, esses números reduziram-se para 29,7% e 25,7%, respectivamente. Por sua vez, os recursos das cadernetas rurais que, em 1987, representavam 18% do total de crédito, sendo 15% destinado ao custeio, saltaram para 54% do total de 1989 (CASTRO; FONSECA, 1995, p.149-150).

Entretanto, muitos agricultores em todo o Brasil ainda não têm acesso ao Crédito Rural. Pior que isso, a má distribuição dos recursos beneficiava os grandes produtores que, em

---

<sup>3</sup> Principalmente na região Sul do país, que à época já era uma das principais regiões agrícolas. Esta, ao contrário do que normalmente se afirma, até aquele ano apresentou um crescimento em torno de 77%.

tese, deveriam depender menos dos limitados recursos oficiais. Conforme Cardoso (1997, p.188),

para a parcela de produtores que usa financiamentos, a distribuição não é homogênea. Por exemplo, analisando-se especificamente a atividade agrícola (culturas), verifica-se que, de 1989 a 1991, em média, os pequenos produtores representavam 81,9% do número de contratos, mas recebiam apenas 24,7% do volume de recursos. Por outro lado, os grandes produtores, com apenas 5,1% do número de contratos, recebiam 37,6% do volume total.

Torna-se, portanto, relevante ressaltar que mesmo com a redução no volume de crédito concedido, de forma perversa, ainda se mantinha a concentração nas mãos de poucos grandes produtores. Isso certamente reduzia o acesso aos recursos provenientes do Crédito por parte dos pequenos e médios produtores<sup>4</sup>.

Além da introdução de novos instrumentos, uma nova estratégia para o setor e para a própria política agrícola tem sido anunciada. O Estado passaria a privilegiar a criação de condições gerais e de incentivos macroeconômicos adequados para o crescimento da produção agropecuária e concentraria seus recursos na promoção e fortalecimento da agricultura familiar, inclusive por meio da reforma agrária. Muitas das funções tradicionais da política agrícola, entre as quais o financiamento, estabilização de preços, manutenção de estoques etc., seriam desempenhadas pelo próprio setor privado, utilizando, para tanto, os instrumentos de mercado.

Ao contrário do crédito rural oficial que pouco participou da expansão da produção agrícola em Goiás, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), sempre foi tida como uma política que favoreceu a região. Isso ocorreu devido à inconsistência espacial na definição dos preços mínimos, claramente explicitada por Resende (2002). Para que exista consistência na definição dos preços, é necessário que o preço definido na região consumidora seja igual ao preço da região produtora mais os custos de transporte. Se o preço na região consumidora for menor, o comércio entre essas regiões é desestimulado, e foi isso o que aconteceu em Goiás. Como os preços mínimos não eram compatíveis com os custos de transporte, o governo acabava adquirindo boa parte da produção da região, “liberando” o produtor da preocupação com armazenagem e comercialização da produção, que ficavam a cargo do governo.

---

<sup>4</sup> Esse fenômeno tem sido estudado por autores, como Graziano da Silva, que trata da questão da modernização (agrícola) conservadora e excludente. Conservadora porque não mudou a estrutura da propriedade da terra, pelo contrário, agravou ainda mais a concentração fundiária; excludente, pois alijava os pequenos e médios proprietários de terra das fontes disponíveis de recursos públicos.

Enquanto o uso dos EGFs-COV (Empréstimos do Governo Federal, com Opção de Venda) se concentravam na região Sul, em Goiás, a concentração era de AGFs (Aquisições do Governo Federal). Os preços pagos pelo governo estimulavam a produção, permitindo que ela se expandisse ao invés de ajustar-se à demanda. Essa política teve importante papel indireto na expansão da soja, pois o arroz “foi sempre cultivado como produto de transição para a soja e pastos” (COELHO, 2001, p. 30), e, ao definir preços mínimos para este produto, subsidiava-se a expansão da fronteira agrícola. A dimensão desse processo pode ser observada nos dados apresentados por Rezende (2002, p.16, Tabela 7): as AGFs representaram, em média, 17,9%, da produção de arroz no Centro-Oeste, no período de 1980-1984, e 50,9% no período de 1985-1989.

Se por um lado a Política de Garantia de Preços Mínimos estimulou a produção no Centro-Oeste, por outro, atrasou a instalação de outros estágios da cadeia agroindustrial devido aos preços “inflados”, como defende Resende (2002). Por “assumir o monopólio virtual da comercialização agrícola do Centro-Oeste” (RESENDE, 2002, p. 30), o governo atrasou a solução dos problemas de armazenagem e comercialização em Goiás. O segmento passa atualmente por uma reestruturação.

Com a redução da Política de Garantia de Preços Mínimos na década de 1990, as empresas voltadas para o agronegócio buscaram investir mais em armazenagem, criando alternativas de comercialização da safra para os agricultores. Empresas como a Cargill, Bunge e Monsanto passaram a atuar mais intensamente junto aos produtores, fornecendo crédito ou comprando antecipadamente a produção. Essa atuação, que foi mais presente na produção de soja, se estendeu também ao milho e ao algodão. A Monsanto, em 2000, lançou contratos de opção de milho, destinado aos produtores de Goiás, com preços melhores do que o governo (DINIZ, 09/05/2000), além de não exigir o pagamento de taxas. Bastava o produtor emitir uma Cédula do Produtor Rural (CPR) e, se na hora da liquidação do contrato, o preço de mercado fosse maior, a Monsanto pagava a diferença. A empresa criou ainda outros programas, como o seguro contra perda de safra (em parceria com a Cosesp) e vantagens na troca entre as CPRs e alguns insumos específicos. Obviamente, esses programas foram restritos devido ao seu alto custo.

Tornou-se, então, muito interessante, no contexto desta pesquisa, aferir se o perfil do agricultor-sojicultor é o mesmo que foi beneficiado pelas políticas públicas, de forma que, se acaso isto se repetir, aponta-se para uma clara escolha do Estado na não-alteração da formação geo-social goiana.

### 1.3 A Reestruturação do Sistema Produtivo e a Permanência da Concentração Fundiária em Goiás

Examinou-se aqui a evolução, entre 1970 e 1996, da distribuição dos estabelecimentos agropecuários (número e área) por classes de tamanho em Goiás. Trabalhando com proporções, e na hipótese de que o universo captado pelo Censo de 1995-1996 não tenha levado a ocorrência de viés significativo, em determinados intervalos de área, tornou-se válido comparar a estrutura de distribuição dos estabelecimentos agropecuários do último censo com a de censos anteriores. A escolha do período deve-se ao fato de que, na ausência de intervenções redistributivas radicais, mudanças na estrutura fundiária levam tempo para se materializar.

Os dados da Tabela 10 mostram que não houve substancial mudança na estrutura da distribuição de estabelecimentos agropecuários em Goiás, desde 1970; a mesma continua fortemente concentrada. Em 1970, os estabelecimentos com menos de 100ha, representavam 63,2% do total e controlavam apenas 10,2% da área; em 1995/1996 essas proporções foram, respectivamente, de 60,5% e 9,2%. No outro extremo, os estabelecimentos com 1000ha e mais representavam em 1970 3,9% do total de estabelecimentos e controlavam 47% da área total; e, em 1995/96, 4,9% dos estabelecimentos detinham 47,1% da área.

**TABELA 10 – Goiás: Proporção do número e da área dos estabelecimentos, por grupos de área total – 1970 e 1995/96**

| Grupos de área total (ha)      | Proporção do número de Estabelecimentos em (%) |         | Proporção da área de Estabelecimentos em (%) |         |
|--------------------------------|------------------------------------------------|---------|----------------------------------------------|---------|
|                                | 1970                                           | 1995/96 | 1970                                         | 1995/96 |
| <b>Menos de 10</b>             | 13,2                                           | 11,2    | 0,3                                          | 0,3     |
| <b>10 a menos de 100</b>       | 50,0                                           | 49,3    | 9,9                                          | 8,9     |
| <b>100 a menos de 1.000</b>    | 32,9                                           | 34,6    | 42,8                                         | 43,7    |
| <b>1.000 a menos de 10.000</b> | 3,8                                            | 4,8     | 39,4                                         | 41,6    |
| <b>10.000 e mais</b>           | 0,1                                            | 0,1     | 7,6                                          | 5,5     |
| <b>Total</b>                   | 100,0                                          | 100,0   | 100,0                                        | 100,0   |

**FONTE:** IBGE – Censos Agropecuários de Goiás – 1970 e 1995/96.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Há, assim, uma intensa reestruturação do sistema produtivo, sem que tivesse ocorrido ainda a alteração da base fundiária brasileira (Tabela 10). Conforme Martine e Beskow (1987, p.19), “mesmo nas regiões onde não ocorreram alterações significativas na base tecnológica, a política de modernização teve fortes impactos sociais, via fortalecimento e penetração do complexo agroindustrial e/ou via majoração do preço da terra”.

No intuito de aprofundar a análise acerca dos impactos sociais provocados pela “modernização” da agricultura no Estado de Goiás, efetuaremos uma abordagem da estrutura fundiária, a partir da metodologia do coeficiente de Gini, utilizada por Calaça e Rodrigues (2004). O coeficiente de Gini é empregado em estudos de distribuição da renda, do trabalho e da terra, dentre outros, possibilitando a identificação dos níveis de distribuição, bem como a espacialização para subsidiar a análise espaço-temporal em diferentes escalas.

No que tange à estrutura fundiária, apresentada nos Censos Agropecuários do IBGE, Calaça e Rodrigues (2004) ressaltam que a informação referente aos estabelecimentos não permite analisar a concentração da propriedade da terra, pois o estabelecimento é uma unidade de uso do solo, mas possibilita analisar a concentração do uso das terras entre os produtores rurais. Isto quer dizer que uma só propriedade pode ser desmembrada em vários estabelecimentos agropecuários, conforme a realização de contratos de arrendamento, parceria, dentre outras formas de condição de produtores rurais (Tabela 11).

**TABELA 11 – Goiás: Número e área dos estabelecimentos rurais por classes de área 1995/96**

| Classes de área (ha) | Nº. de estabelecimentos | Área (ha) ocupada |
|----------------------|-------------------------|-------------------|
| Menos de 1           | 1.118                   | 569               |
| 1 a –2               | 848                     | 1.195             |
| 2 a –5               | 4.370                   | 16.768            |
| 5 a –10              | 6.190                   | 50.752            |
| 10 a –20             | 10.807                  | 167.738           |
| 20 a –50             | 25.245                  | 867.925           |
| 50 a –100            | 19.021                  | 1.389.648         |
| 100 a –200           | 16.382                  | 2.353.647         |
| 200 a –500           | 15.686                  | 4.977.980         |
| 500 a -1 000         | 6.660                   | 4.679.929         |
| 1 000 a -2 000       | 3.425                   | 4.783.563         |
| 2 000 a -5 000       | 1.668                   | 4.887.198         |
| 5 000 a -10 000      | 270                     | 1.774.920         |
| 10 000 a -100 000    | 73                      | 1.326.042         |
| Mais de 10 0000      | 1                       | 194.774           |
| <b>Total</b>         | <b>11.1764</b>          | <b>27.472.648</b> |

**FONTE:** CALAÇA e RODRIGUES, 2004

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Conforme a metodologia de Calaça e Rodrigues (2004), para classificar, espacializar e analisar a concentração da terra no Estado de Goiás foram estabelecidas as seguintes categorias: Concentração Nula; Concentração Fraca; Concentração Regular, estas com coeficiente menor que 0,500; Concentração Moderada; Concentração Forte; Concentração

Muito Forte e Concentração Absoluta, para índices acima de 0,500 (Tabela 12). Como o coeficiente varia de Zero (0) a Um (1), foi convencionado um intervalo de classe com base no quartil e, para facilitar a identificação de tendências espaço-temporal, foi subdividido o quartil em duas subclasses. Dessa forma, quanto mais próximo de **zero** menor é a concentração da terra e, quanto mais próximo de **um**, maior é a concentração.

**TABELA 12 – Goiás: Classes de concentração da terra com base no coeficiente de GINI**

| <b>Código</b> | <b>Intervalo</b> | <b>Classes de concentração da terra</b> |
|---------------|------------------|-----------------------------------------|
| <b>N</b>      | 0,001 a 0,250    | Nula                                    |
| <b>Fr</b>     | 0,251 a 0,375    | Fraca                                   |
| <b>R</b>      | 0,376 a 0,500    | Regular                                 |
| <b>M</b>      | 0,501 a 0,625    | Moderada                                |
| <b>F</b>      | 0,626 a 0,750    | Forte                                   |
| <b>MF</b>     | 0,751 a 0,875    | Muito Forte                             |
| <b>A</b>      | 0,876 a 1,000    | Absoluta                                |

**FONTE:** CALAÇA e RODRIGUES, 2004

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Calaça e Rodrigues (2004, p.4):

há mais segurança nos resultados das reflexões, para análises em escalas mais detalhadas, tanto do ponto de vista espacial quanto do detalhamento dos dados. É necessário estar atento à composição interna das classes de área, a história do lugar, os tipos de atividades econômicas desenvolvidas no campo, políticas públicas implementadas, como linhas de crédito rural, assentamentos rurais, nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações produção, dos lugares em análise, etc. Os elementos qualitativos devem formar a base da reflexão, para evitar conclusões equivocadas.

O período de 1970 a 1996, em Goiás, se manteve com os mesmos níveis de concentração da terra, tendo apresentado um pequeno aumento do coeficiente de GINI, porém dentro da mesma categoria de terras. Calaça e Rodrigues (2004, p.4) comentam que “o coeficiente variou de 0,677 em 1970, para 0,712 em 1980 e 0,681 em 1995/96, situando-se entre os Estados brasileiros com os maiores índices de concentração da terra”.

Deste modo, podemos observar a partir dos dados que o modelo de desenvolvimento adotado para a modernização da agricultura no cerrado, voltada especialmente para a monocultura exportadora, revela o caráter concentrador do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, durante o período militar, também em outras regiões do país, modelo este que permaneceu inalterado no período pós-ditadura, pelos diferentes governos civis que, embora estivessem revestidos por uma roupagem de mudanças, praticamente tem sustentando

e mantido as políticas que resultam no crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento socioespacial.

A valorização nas terras de Goiás é ilustrativa do seu recente processo de incorporação produtiva, de intensificação e modernização das culturas, de crescimento dos mercados regionais e da especulação fundiária, favorecida pelo regime fiscal vigente. A Tabela 13, com os percentuais de crescimento anual do preço das terras, conforme sua utilização, para os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, permite verificar que a valorização média das terras dos estados do Centro-Oeste foi superior à dos demais estados em quase todos os grupos de área, no período considerado.

**TABELA 13 – Brasil: Valorização anual dos preços de terras (em US\$/Ha) Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste - 1985-1995 (em %)**

| <b>Sudeste</b>      | <b>Lavouras</b> | <b>Lavoura<sup>1</sup></b> | <b>Campos</b> | <b>Pastagens</b> | <b>Matas</b> |
|---------------------|-----------------|----------------------------|---------------|------------------|--------------|
| Minas Gerais        | 4,99            | 1,68                       | 5,6           | 5,23             | 4,03         |
| Espírito Santo      | 4,45            | 1,56                       | 3,92          | 4,52             | 2,52         |
| Rio de Janeiro      | 4,34            | 1,05                       | 5,46          | 4,47             | 4,94         |
| São Paulo           | 9,42            | 5,96                       | 7,78          | 8,57             | 2,5          |
| <b>Sul</b>          |                 |                            |               |                  |              |
| Paraná              | 5,85            | 1,92                       | 8,99          | 7,77             | 2,78         |
| Santa Catarina      | 7,85            | 4,44                       | 8,98          | 7,9              | 6,92         |
| Rio Grande do Sul   | 5,1             | 1,79                       | 7,02          | 5,24             | ND           |
| <b>Centro-Oeste</b> |                 |                            |               |                  |              |
| Mato Grosso do Sul  | 7,1             | 3,72                       | 7,81          | 8,74             | 7,09         |
| Mato Grosso         | 5,09            | 1,72                       | 6,81          | 6,09             | 4,36         |
| Goiás               | 9,71            | 6,25                       | 11,98         | 10,5             | 12,96        |

**FONTE:** AGRIANUAL 96. Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira (1996, p.81-85).

<sup>1</sup> Dólares deflacionados para dezembro/94 pelo índice de preços a varejo dos EUA.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

É interessante observar também a evolução da proporção dos grupos responsáveis pela exploração agropecuária, entre 1970 e 1995/1996 (Tabela 14). Verifica-se que não ocorreu mudança acentuada nas proporções do *número* (cerca de 79% em 1970 para quase 90% em 1995/1996) e da *área* (de 71% em 1970 para 89% em 1995/1996) dos estabelecimentos agropecuários de Goiás explorados por proprietários. Esse aumento se fez à custa das categorias de ocupantes e de administradores.

Como se pode ver na Tabela 14, a proporção do número de estabelecimentos geridos por administradores diminuiu acentuadamente, de 6,9% em 1970, para apenas 0,7% em 1995/96; já, a proporção da área desse grupo apresentou queda de 23,5% para 5,7% entre esses dois períodos. Essa evolução revela que administradores geriam estabelecimentos em

média bem maiores do que em 1970; na verdade, a média dos estabelecimentos controlados por gerentes aumentou de 771,2ha para 2.036,7ha em 1995/96.

No que diz respeito aos ocupantes, a proporção do número de estabelecimentos por eles controlados caiu de 9,1% em 1970, para 5,1% em 1995/1996; e a proporção da área diminuiu de 3,9% para 2,9% entre os dois períodos. Essa redução resultou, em parte, do processo de consolidação da posse da terra no Estado. Em 1970, Goiás ainda incluía amplas zonas de fronteira, o que não mais ocorria em 1995/1996. Nesse período, muitos dos estabelecimentos ocupados em 1970 tiveram sua situação regularizada, tendo acontecido o mesmo com outros formados depois. Com isso, declinaram as proporções dessa categoria de responsável pela exploração.

**TABELA 14 – Goiás: Condição do produtor rural – 1970 e 1995/96**

| Condição do responsável | Proporção do número em (%) |         | Proporção da área em (%) |         |
|-------------------------|----------------------------|---------|--------------------------|---------|
|                         | 1970                       | 1995/96 | 1970                     | 1995/96 |
| <b>Proprietário</b>     | 79,1                       | 89,8    | 71,0                     | 89,3    |
| <b>Arrendatário</b>     | 4,9                        | 4,4     | 1,6                      | 2,9     |
| <b>Ocupante</b>         | 9,1                        | 5,1     | 3,9                      | 2,1     |
| <b>Administrador</b>    | 6,9                        | 0,7     | 23,5                     | 5,7     |

**FONTE:** IBGE – Censos Agropecuários de Goiás – 1970 e 1995/96.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

A Tabela 15 apresenta dados sobre o uso da terra referente aos Censos Agropecuários de 1985 e de 1995/1996. O propósito dessa tabela não é o de estabelecer comparação de magnitudes, e sim o de determinar, em grandes linhas, as principais tendências recentes no uso da terra.

Observou-se, entre 1985 e 1995/1996, uma redução tanto no número de estabelecimentos, de 131,4 mil para 111,8 mil unidades, como área total dos mesmos, de 29,9 milhões para 27,5 milhões de hectares.

A área total dos estabelecimentos de Goiás registrada para 1995/1996 compreendeu 80,3% da área territorial do estado (34,2 milhões de ha); uma proporção bastante elevada. E a proporção da área aberta (antrópica) dos estabelecimentos – ou seja, a soma das áreas em lavouras, em pastagens plantadas, em matas plantadas, terras em descanso e produtivas, mas não utilizadas – foi de 63%. Portanto, em 1995/96, apenas 37% da área em estabelecimentos não tinha sido significativamente alterada, embora, em alguns casos, as pastagens naturais possam ter estado em uso, dado o avanço da pecuária bovina do estado, porém, isso acontece cada vez menos.

É interessante ressaltar que da redução de número e de área total, anteriormente discutida, a área aberta – conforme definida no parágrafo anterior – registrou um incremento de 1,34 milhões de hectares (de quase 16 milhões para 17,3 milhões de hectares).

Ainda na Tabela 15 pode-se verificar que o principal responsável pelo aumento na área aberta foi o item *pastagens plantadas*, que registrou um incremento de mais 2,9 milhões de hectares entre 1985 e 1995/96 (de 11,3 milhões para 14,2 milhões de hectares). Esses dados indicam que Goiás experimentou, no período, acentuada pecuarização, e isso ocorreu juntamente com forte redução na área em lavouras.

O declínio da área em lavouras, de 2,9 milhões de hectares em 1985 para 2,2 milhões de hectares em 1995/96, talvez exagere a magnitude da redução ocorrida, mas as estimativas anuais da área cultivada com as principais lavouras do Estado revelam que, a partir do início dos anos de 1990, houve certa retração no segmento de lavouras.

**TABELA 15 – Goiás: Uso da terra – 1985 e 1995/96**

| <b>Categorias</b>             | <b>1985 (ha)</b> | <b>1995/96 (ha)</b> |
|-------------------------------|------------------|---------------------|
| Número de estabelecimentos    | 131.365          | 111.791             |
| Área em estabelecimentos      | 29.864.106       | 27.472.648          |
| Área aberta                   | 15.960.632       | 17.318.106          |
| Área em lavouras              | 2.928.199        | 2.174.853           |
| Pastagens plantadas           | 11.324.595       | 14.267.411          |
| Matas plantas                 | 83.630           | 72.652              |
| Área em descanso              | 396.747          | 257.641             |
| Área produtiva, mas não usada | 1.227.461        | 545.549             |
| Pastagens naturais            | 9.569.989        | 5.137.285           |
| Matas naturais                | 2.828.529        | 3.774.654           |
| Terras inaproveitáveis        | 1.504.958        | 1.242.603           |

**FONTE:** IBGE – Censos Agropecuários de Goiás - 1985 e 1995/96.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Em algumas regiões do Estado, embora o padrão tecnológico seja ainda reduzido, tem-se constatado uma tendência de incremento do uso de máquinas e fertilizantes, aumento da adoção do controle de pragas e doenças, e uso da irrigação, entre outros insumos e práticas agrícolas.

A soja é, atualmente, cultivada em várias regiões do território goiano. Essa cultura desenvolveu-se inicialmente com a expansão da área cultivada e, posteriormente, com a elevação da produtividade. Nota-se na Tabela 16, que no Estado de Goiás houve um crescimento tanto da área colhida como da produção e produtividade, saltando, em 1970/71,

de 34.140 ha para 41.012 toneladas de grãos e de uma produtividade de 1.201 kg/ha para 2.663.380 ha, 6.983.860 toneladas produzidas e 2.622 kg/ha, 2004/05.

**TABELA 16 – Goiás: Área, produção e produtividade da soja – Safras 1970 a 2005**

| Ano     | Área colhida (ha) | Produção (t) | Produtividade (kg/ha) |
|---------|-------------------|--------------|-----------------------|
| 1970/71 | 34.140            | 41.012       | 1.201                 |
| 1971/72 | 33.450            | 49.917       | 1.492                 |
| 1972/73 | 59.600            | 89.701       | 1.505                 |
| 1973/74 | 110.000           | 99.000       | 900                   |
| 1974/75 | 55.600            | 73.932       | 1.320                 |
| 1975/76 | 32.920            | 48.722       | 1.480                 |
| 1976/77 | 68.000            | 89.760       | 1.320                 |
| 1977/78 | 96.600            | 100.464      | 1.040                 |
| 1978/79 | 152.650           | 282.402      | 1.850                 |
| 1979/80 | 246.066           | 455.794      | 1.812                 |
| 1980/81 | 289.916           | 382.713      | 1.320                 |
| 1981/82 | 317.302           | 560.916      | 1.768                 |
| 1982/83 | 370.688           | 693.106      | 1.870                 |
| 1983/84 | 581.910           | 847.910      | 1.456                 |
| 1984/85 | 734.210           | 1.356.240    | 1.847                 |
| 1985/86 | 621.810           | 1.128.428    | 1.815                 |
| 1986/87 | 544.985           | 1.064.650    | 1.953                 |
| 1987/88 | 773.530           | 1.497.990    | 1.936                 |
| 1988/89 | 989.237           | 2.051.768    | 2.074                 |
| 1989/90 | 998.710           | 1.293.530    | 1.295                 |
| 1990/91 | 797.740           | 1.661.260    | 2.082                 |
| 1991/92 | 822.860           | 1.797.670    | 2.185                 |
| 1992/93 | 984.000           | 1.968.000    | 2.000                 |
| 1993/94 | 1.090.000         | 2.387.100    | 2.190                 |
| 1994/95 | 1.121.511         | 3.476.900    | 1.914                 |
| 1995/96 | 913.633           | 3.665.886    | 2.208                 |
| 1996/97 | 1.017.068         | 3.709.138    | 2.416                 |
| 1997/98 | 1.382.705         | 2.544.193    | 2.465                 |
| 1998/99 | 1.333.646         | 3.420.653    | 2.565                 |
| 1999/00 | 1.491.066         | 4.092.934    | 2.745                 |
| 2000/01 | 1.538.988         | 4.052.169    | 2.633                 |
| 2001/02 | 1.902.950         | 5.405.589    | 2.841                 |
| 2002/03 | 2.176.720         | 6.319.213    | 2.903                 |
| 2003/04 | 2.591.167         | 6.091.687    | 2.351                 |
| 2004/05 | 2.663.380         | 6.983.860    | 2.622                 |

**FONTE:** Anuário Estatístico do Brasil, ano 1970/71 a 1993/94. Fundação IBGE, ano 1994/95 a 2004/05.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Em resumo, o Estado teve e tem um papel determinante para o desenvolvimento capitalista da agropecuária brasileira e, muito particularmente, a do Sul Goiano. O que se buscou apresentar foram os programas e projetos desenvolvidos, muito seletivos, que buscaram manter a estrutura fundiária existente, sem afetar a classe dominante nativa. No máximo, o que se viu foi um fortalecimento de algumas de suas frações de classe. E o que se vê, a seguir, é a evolução das políticas de desenvolvimento regional e a sua atuação em Goiás.

#### 1.4 Evolução das Políticas de Desenvolvimento Regional

Em geral, as sociedades organizam-se com o propósito de atingir objetivos determinados por sua coletividade, como, por exemplo, o crescimento econômico, a liberdade política, a equidade social e a integração territorial. Invariavelmente, entre as sociedades modernas, estes objetivos pouco se diferenciam. Por conseguinte, as políticas públicas, como instrumento fundamental para o alcance desses objetivos, e conduzidas com o intuito de suprimir e minimizar as dificuldades e barreiras impostas no seu caminho, também apresentam padrões semelhantes.

A preocupação em definir ações dirigidas para o campo regional tem origem na percepção da preponderante existência de determinados fatores em regiões específicas, responsáveis pela desigualdade encontrada no desenvolvimento entre regiões. Esses fatores, condicionantes das diferenças regionais, tornam-se foco de políticas econômicas quando percebidos como problemas pelos agentes com responsabilidade no processo de formulação de políticas, gerando a elaboração de ações no campo regional (MATTOS, 1988).

Uma das características dos processos de concentração territorial, centralização territorial e diferenciação territorial é sua propensão a sofrer transformações com o passar do tempo. Na maior parte das sociedades, a evolução dos desequilíbrios entre regiões passa da categoria de fator funcional do desenvolvimento do sistema social à condição de entrave em relação a esse objetivo. Essa oposição entre objetivos e impedimentos gera os problemas regionais em uma interpretação, além da tradicional dimensão estritamente econômica, assumindo a conotação de problema regional real (BOISIER, 1989).

Baseadas nessas relações entre os objetivos e necessidades das sociedades e a problemática dos desequilíbrios entre regiões, as políticas públicas regionais têm sido entendidas com uma parcela da política econômica. Em outras palavras, na política regional “[...] trata-se não de uma política econômica para uma determinada região, mas de levar em conta as peculiaridades regionais, visando ao incremento da eficiência da política orientada no sentido da economia como um todo” (FÜRST et al., 1982, p. 16).

A distinção entre a política econômica regional e a política econômica geral deve-se ao destaque que a primeira concede aos aspectos territoriais. Por causa dessa ênfase, a política econômica regional também é entendida como sendo a atuação regionalizada do Estado (FÜRST et al., 1982). As políticas públicas de desenvolvimento regional passaram a receber atenção especial nas décadas após a Segunda Guerra. Embora em países europeus,

especialmente Inglaterra, França e Itália, a preocupação com a problemática regional tenha se iniciado já nas primeiras décadas do século, foi no período do pós-guerra que a ênfase como objeto de estudo expandiu-se globalmente. Roura (1995, p. 6),

ainda que a política regional e a preocupação mais geral pela reordenação do território possam contar com antecedentes notáveis em países europeus, a década de 1950 fora a que marcou realmente o despertar da inquietude pelos problemas regionais na Europa ocidental.

Segundo Andrade (1987), durante a década de 50, com o grande avanço econômico e a percepção de que nem todas as regiões alcançavam o mesmo crescimento, surgiram diversas teorias focadas em explicar o fenômeno das disparidades regionais. Entre elas, destacava-se a teoria das etapas de crescimento, que firmava, de forma determinista, as diversas fases que as regiões deveriam superar em um processo de desenvolvimento. Outra importante teoria formulada foi a de base de exportações, a qual indicava o comércio externo como o principal motor do crescimento regional (TIEBOUT, 1969).

Nesse período, com o crescimento da popularidade da programação de modelos para a identificação da eficiência das decisões de políticas, diversos modelos de otimização foram desenvolvidos para a análise dos problemas de políticas econômicas, políticas regionais e políticas urbanas, dentre outras. As estratégias de políticas públicas para o desenvolvimento regional que surgiram, se baseavam na expansão do crescimento econômico de cada região, a partir de um processo de incentivo à industrialização e à ampliação da base exportadora (NIJKAMP & MILLS, 1986).

Os anos de 1960, como constataram George Benko e Alain Lipietz (1995), foram dominados por uma primeira ortodoxia em matéria de desenvolvimento regional. Nessa época, predominaram os modelos neoclássicos de desenvolvimento regional, baseados no equilíbrio derivado dos fluxos de fatores (RICHARDSON & TOWNROE, 1986). Predominaram, também, os modelos neokeynesianos, calcados no processo de acumulação circular e defensores da intervenção estatal (FRIEDMANN, 1966). Esses modelos foram acompanhados pela teoria dos pólos de crescimento, defendida principalmente por François Perroux (1955) e Jacques Boudeville (1966). As estratégias das políticas públicas da década de 1960 focaram seus esforços na mobilidade inter-regional dos fatores de produção. As políticas adotadas variavam conforme o modelo adotado. No modelo neoclássico davam prioridade aos mecanismos de mercado. No modelo neokeynesiano, os governos atuavam na correção das falhas de mercado através de políticas compensatórias às regiões menos

desenvolvidas. Esta última estratégia foi largamente utilizada no Brasil a partir da década de 1960 (STEINBERGER, 1988).

A década de 1970, marcada mundialmente pela crise do petróleo, apresentou grandes modificações no cenário das políticas regionais, ensejando mudanças nas suas concepções devido a três condicionantes. A primeira derivou da necessidade da aplicação de medidas econômicas restritivas, as quais deixavam pouca margem para as políticas de promoção regional. A segunda mudança foi causada pela redução dos recursos disponíveis para as propostas regionais. Por fim, a terceira condicionante decorreu do grande número de críticas surgidas quanto às políticas públicas adotadas nos períodos anteriores, seja pela pouca eficiência das políticas, seja pela inadequação de suas estratégias. Como consequência dessas condicionantes, “[...] o peso da política regional se reduziu sensivelmente em todos os países e, ademais, se iniciou uma clara volta em direção a suas proposições anteriores” (ROURA, 1995, p. 16).

Sob a ênfase dessas novas condições, as estratégias das políticas públicas regionais passaram a identificar, nas próprias características e potencialidades da região, o melhor caminho para o seu crescimento. Uma das principais teorias desse enfoque, denominada de desenvolvimento de baixo para cima ou da base para o topo, deslocava os condicionantes do crescimento para dentro da região. Dessa forma, as estratégias preconizavam um processo de redução na centralização da elaboração de políticas regionais e a adoção de políticas locais (STÖHR & TAYLOR, 1981).

Outra corrente, surgida na década de 1970, conduziu a teoria do desenvolvimento regional para o debate centro-periferia. Nesse enfoque, uma região periférica constitui-se, em si mesma, em um obstáculo ao desenvolvimento regional. Na sua conformação, fatores determinantes do progresso, como informação e inovação, dificilmente podem ser distribuídos da região central para toda a periferia. As políticas propostas defendiam a reorientação da relação centro-periferia, melhorando os acessos da periferia aos fatores produtivos e aos mercados (POLÈSE, 1998).

Nessa mesma década, uma série de novos instrumentais foi introduzida no processo de elaboração e análise de políticas públicas regionais. Entre esses, pode-se destacar o desenvolvimento de modelos de dinâmica regional, especialmente direcionados à programação dinâmica, além de modelos de análise de conflitos, baseados na teoria dos jogos. Ainda na década de 1970, a controvérsia entre eficiência e equidade assumiu uma importância maior na problemática regional, sobretudo aplicada para a questão do desenvolvimento de

regiões periféricas, caracterizadas por baixas taxas de crescimento, indústrias obsoletas e elevados níveis de desemprego (NIJKAMP & MILLS, 1986).

Durante a década de 1980, com a reestruturação produtiva internacional em moldes pós-fordistas de especialização flexível (PIORE & SABEL, 1984), iniciou-se o ressurgimento do espaço físico da região como base territorial da organização produtiva, das relações sociais e dos processos de desenvolvimento. Um novo contexto para as políticas de desenvolvimento regional foi então construído, onde as regiões subnacionais e as variações de regiões, que incluem partes de mais de um país, têm recebido uma crescente atenção pelos elaboradores de políticas econômicas (STORPER, 1997).

Frente a esses novos desafios, governos e comunidades regionais têm tomado iniciativas e têm formulado políticas públicas para tornar mais eficientes seus sistemas produtivos. Utilizando as potencialidades de desenvolvimento existentes no próprio território, as políticas regionais mais recentes centram, na diversidade territorial, a base do crescimento, evitando a polarização e a concentração. “O desenvolvimento econômico pode surgir difusamente se utilizar-se, eficientemente, do potencial de expansão existente no território como mostram os modelos de acumulação flexível.” (VÁZQUEZ BARQUERO, 1996, p. 105).

O sucesso da experiência em outros países, como a Itália, comprova que as políticas direcionadas a promover o desenvolvimento regional somente terão êxito se, paralelamente às ações específicas de suporte às potencialidades endógenas, abrangerem também os componentes sociais, como os valores cívicos, que transmitem, culturalmente, as características necessárias para enfrentar as incertezas de quaisquer processos de desenvolvimento. A partir da década de 1990, com a ampliação das incertezas e dos riscos, esse segundo espectro das políticas regionais deverá ser uma das principais preocupações das administrações públicas.

Benko (1999, p. 151):

Em nossa sociedade, o risco e sua gestão se transformaram no campo maior da política e da arte de governar. No mundo moderno, as técnicas são cada vez mais complexas e nosso meio ambiente cada vez mais artificial, o que torna cada vez mais vulnerável a sociedade, deixando-a à mercê dos acidentes imprevisíveis. A ciência regional se encontra no coração dos problemas ligados tanto aos riscos naturais como sociais. As pesquisas se multiplicam neste domínio depois de 1990, evoluindo sobre muitos eixos. Entre eles, notadamente, as reflexões sobre os riscos, como fundamento de nossa cultura, ou sobre as previsões, a economia, o ordenamento territorial e os riscos naturais e tecnológicos.

Portanto, as estratégias de desenvolvimento regional, nas próximas décadas, serão totalmente distintas das adotadas no passado. Para Storper (1997, p. 268):

Os desafios para a política são, então, estabelecer e manter não uma, mas duas dinâmicas econômicas: a trajetória tecnológica [...] e a trajetória das convenções, as quais conectam e reconectam os agentes uns com os outros em uma forma de agir coordenada.

A segunda dinâmica econômica considerada por Michael Storper será fundamentalmente determinada pelos fatores qualitativos e intangíveis definidos pelas relações sociais existentes em cada região, sendo consubstanciada somente em processos de longo prazo.

Tais fatores são construídos historicamente, com a evolução da estrutura social regional, em um processo endógeno, através de componentes específicos da cultura que interagem diretamente nessas relações. O desenvolvimento regional endógeno de Goiás e, mais especificamente, do Sul Goiano, suas características principais, bem como os instrumentos de políticas públicas formulados com o intuito de empreender um desenvolvimento regional sob esse enfoque, serão abordados na seção seguinte.

### **1.5 As Políticas de Desenvolvimento Regional de Goiás: décadas de 1970 e 1980**

O propósito, neste item, é mostrar o grande número de planos e políticas de desenvolvimento, algumas federais outras próprias do governo estadual, que foram ofertadas pelo Estado. Deve-se, de antemão, assumir que não é propósito analisar cada uma delas, se o que foi descrito no projeto foi efetivamente gasto, etc., o que se quer evidenciar é a clara intenção do Estado, em sua política de desenvolver “pelo alto” a agricultura.

O simples fato de existir uma política específica, para algum setor da economia, já demonstra uma escolha de vencedores, pelo Estado. Um esforço, entre os diferentes níveis de administração estatal, envolvido em um só direcionamento, traz repercussões profundas na sociedade historicamente estabelecida na região. É o que se tenta demonstrar adiante.

É inegável a importância do Estado na expansão da agricultura em direção à Goiás. No entanto, essa atuação ocorreu de diversas formas, resultando em implicações positivas e negativas para o próprio desenvolvimento da região.

O Estado, enquanto órgão normativo da sociedade, pode abrir ou frear modernizações (SANTOS, 1999). Toda política econômica governamental pode ser considerada como manifestação particularmente privilegiada das relações entre o Estado e a economia. Para Becker (1993), a redefinição do processo produtivo e reprodutivo do capitalismo e a nova orientação das forças sociais internas convergiam para a implantação de um novo modelo de acumulação que, consolidando o capitalismo no Brasil, iria, como de fato ocorreu, redefinir e aprofundar a dependência econômica do país; e ainda, que o território foi e continua sendo um produto e um instrumento do capitalismo nacional que, através de estratégias espaciais implícitas e explícitas do Estado, adquire novas configurações territoriais. Assim, o Estado vem, constantemente, revendo o seu papel, enquanto gestor econômico, e dirimindo suas atividades, segundo determinados interesses sociais de classe. Como forma de melhor compreender a atuação do Estado na economia, especificadamente no setor primário, será feita uma breve discussão do poder estatal sobre a agricultura.

Além das políticas aplicadas em nível nacional, o Governo Federal desenvolveu políticas particulares para certas regiões que apresentavam um menor nível de desenvolvimento das forças produtivas. Antes de se avançar nesse aspecto, é importante caracterizar, ainda que de forma sintética, as dificuldades encontradas no estudo dos problemas regionais. Em primeiro lugar, existe uma tendência que identifica espaços físicos com espaços legais. Por exemplo, Estados ou divisões jurídicas são considerados suficientes para definir a existência de uma região. Em segundo lugar, as regiões são tratadas de forma a-histórica, como realidades permanentes.

Pode-se distinguir uma região como sendo um espaço físico, se as relações de produção adquirirem aspectos distintivos. Nesse sentido, todo Estado nacional constitui uma região, na medida em que a própria existência do Estado determina certa unidade à reprodução das relações sociais.

Segundo Sorj (1986, p.96), no próprio Estado, a existência de regiões pode adquirir três sentidos:

- 1) quando não existe um centro de produção capitalista unificador do conjunto, a unidade do Estado é até certo ponto formal, no sentido de que não existe uma classe dominante capaz de integrar todas as relações sociais na direção de seus interesses;
- 2) quando existe um centro unificador, que chega a transformar as relações de produção em determinados setores ou espaços geográficos, mesmo assim estes mantêm uma certa especificidade nos seus processos de reprodução;
- 3) quando existe uma unificação das relações de produção, mas os processos de concentração e desenvolvimento desigual se exprimem em diferenças regionais.

Portanto, as políticas regionais têm de ser analisadas em termos das características do processo de formação e desintegração das regiões, a partir das transformações na estrutura de classes e no surgimento dos padrões de acumulação que redefinem as relações sociais no conjunto da formação social.

A partir do final da década de 1960, Goiás, fronteira agrícola, tornou-se um importante lugar para a produção de alimentos, e ainda mais atrativo para o fluxo migratório, ampliando-se a integração do território à dinâmica econômica nacional.

Durante os anos de 1970, e com menor intensidade na década de 1980, os programas de desenvolvimento regional constituíram-se em um dos principais mecanismos de intervenção do Estado na economia. A maioria desses programas tinha forte viés para a promoção de atividades vinculadas à agricultura. Eram financiados por organismos internacionais, com objetivos, concepção e alcance variados e reunia um conjunto de instrumentos de intervenção, desde o crédito, assistência técnica, fortalecimento institucional etc. Além disso, viabilizavam as ações do Estado nas mais variadas áreas, desde a educação até a construção de infra-estrutura. Por concentrar tanto poder de intervenção, a apropriação do controle operacional desses programas e de seus recursos foram sempre objetos de fortes disputas políticas, o que, em muitos casos, desviou suas ações e comprometeu a eficácia e o próprio desempenho.

No decênio de 1970, o Estado autoritário militar, por meio de investimentos expressivos, visando elevar a produção para exportação (com destaque para os insumos básicos), bem como criando ou aprimorando infra-estruturas para o seu escoamento, induziu o crescimento econômico da periferia nacional, principalmente na fronteira agrícola. Com isso, a nação experimentou desconcentração econômica<sup>5</sup>, ao mesmo tempo em que o país obtinha as maiores taxas de crescimento do globo terrestre<sup>6</sup>.

Em Goiás, no Governo de Leonino Caiado (1971-1974), elaborou-se o plano intitulado “Ação do Governo do Estado”, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento da economia goiana de modo a ampliar sua participação na economia nacional. Goiás deveria

---

<sup>5</sup>Sobre os processos de concentração, desconcentração e reconcentração econômica no Brasil, veja o estudo clássico de Cano (1998).

<sup>6</sup> Ressalte-se que, embora não comungue com os atos autoritários que vergonhosamente desarticulam os movimentos que buscavam dar à nação uma identidade própria, o desenvolvimento de regiões como o Centro-Oeste contou com significativos aportes do Governo Federal nesse movimento de desconcentração econômica. Por outro lado, não podemos perder de vista que a proximidade geográfica com o núcleo dinâmico nacional (São Paulo) tenha exercido enormes influências.

atingir um ritmo acelerado de crescimento anual, compatível com o proposto no plano federal<sup>7</sup>.

O plano objetivava reduzir o desemprego/subemprego, ampliar a ação distributiva por meio da implantação de programas nos setores sociais e elevar o nível de investimento intermediado por recursos próprios ou de origens externas. Buscava-se, ainda, fortalecer a agricultura, a pecuária, e dinamizar as atividades de pesquisa de lavra e minérios.

Costa (1987) diz que as estratégias de ação para se atingir os objetivos propostos foram as seguintes: coordenar a ação estatal com a do Governo Federal, objetivando concretizar as metas propostas; estimular o desenvolvimento da economia estadual pelo aproveitamento das oportunidades de investimentos, visando à ampliação do número de empregos, principalmente no que diz respeito à indústria de transformação de matéria-prima local, de modo a aumentar a participação relativa do setor secundário na renda interna; fortalecer o setor primário, tendo em vista o aumento e diversificação da produção e a elevação da produtividade da agricultura e da pecuária; dinamizar a implantação da exploração racional de minério para que o potencial latente do subsolo goiano seja tecnicamente liberado ao aproveitamento econômico; fortalecer os sistemas de comercialização e abastecimento, com vistas à conquista de novos mercados e ampliação dos já existentes; promover o desenvolvimento educacional, adequando-se às necessidades de cada região, por meio da expansão quantitativa, melhoria qualitativa, profissionalização do ensino e valorização do magistério; melhorar as condições de saúde, principalmente através da ação profilática e do reaparelhamento da infra-estrutura de saneamento; promover a integração das atividades turísticas, culturais e esportivas no conjunto de fatores ligados ao desenvolvimento estadual; estabelecer controle das aplicações financeiras, assegurando maior rentabilidade dos investimentos públicos; aperfeiçoar a máquina administrativa do Estado, adaptando-a aos objetivos do plano; implementar políticas de desenvolvimento da indústria, com ênfase na transformação da matéria-prima local, de origem agropecuária e mineral.

No âmbito nacional, no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), consideráveis recursos públicos se canalizaram para Goiás. O Plano de Desenvolvimento

---

<sup>7</sup> Para tanto, alguns mecanismos foram criados, tais como: Lei Estadual n.º 7.700, de 19 de setembro de 1973, dispondo sobre a concessão de incentivos fiscal-financeiros e sobre implantação de infra-estrutura básica para o assentamento industrial; Lei Estadual n.º 7.773, de 30 de outubro de 1973, que instituiu o programa de industrialização de madeiras, visando reduzir a saída do produto in natura no Estado; Lei Estadual n.º 7.776, de novembro de 1973, que constituiu a Campanha de Distritos Industriais de Goiás – Goiás Industrial, responsável pela criação e administração dos Distritos Industriais do Estado, com destaque para o Distrito Agroindustrial de Anápolis-DAIA.

Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO), criado pela SUDECO, em 1973, vigorou entre 1973 e 1974, cujos objetivos estão relacionados abaixo.

De acordo com Otamar de Carvalho (1998, p.106), este plano não contemplava, em seu contexto estrutural, um modelo de regionalização, mas apenas grandes linhas de ação orientadas para a organização do espaço econômico regional, conforme ocorria na SUDENE e na SUDAM:

- 1) elevar a participação do produto regional na formação do PIB, de 3,3% para 5%, até o fim da década. Para tanto, o crescimento médio da economia, no período, deveria atingir a taxa de 13,8%;
- 2) elevar a participação do setor industrial na formação do PIB regional, de 5,5% para 10%, até o fim do período considerado. O setor agrícola teria uma participação de 40%, com taxa de crescimento de 12%, fundada na incorporação de novas áreas de produção;
- 3) elevar o coeficiente médio de utilização da força de trabalho para 50%;
- 4) elevar o índice de abastecimento de água para a população de 22% para 80%, as ligações domiciliares aos sistemas de esgoto de 18% para 50% e, pelo sistema habitacional, atender pelo menos 10% da demanda das residências na Região;
- 5) atingir e manter um mínimo de 60% da população com renda per capita igual ou superior à renda nacional.

O PLADESCO procurava conciliar seus objetivos com o elenco nacional de propriedades referentes às migrações internas e às exportações, ou seja, incorporar novas áreas de produção, desenvolver o meio urbano e a agroindústria. Nesse sentido, havia a necessidade de ações em pontos estratégicos que oferecessem melhores condições e potencial para o atendimento dos objetivos traçados. Assim, foram eleitas 13 áreas-programa: uma no atual Estado de Rondônia, duas no presente Estado de Tocantins e 10 na região que hoje representa o Centro-Oeste. Especificamente para Goiás (na atual conformação), foram escolhidas duas áreas-programa (Mapa 2), onde Ceres e Anápolis compreendiam o espaço geoeconômico sob influência da nova capital federal, contudo, sendo orientado no sentido norte-sul, seguindo a BR-060. A programação da área estava voltada para o aproveitamento de seu potencial exportador, tendo em vista a existência de infra-estrutura básica de transporte, e foram investidos US\$ 24,7 Milhões. Rio Verde e Itumbiara foram selecionados pela existência de solos férteis e empresariado atuante, pela proximidade com o Centro-Sul e

pela disponibilidade infra-estrutural para atividades exportadoras e receberam investimentos de US\$ 11,6 Milhões. Ainda foi acrescida a área-programa de Paranã (TO), conforme podemos observar no Mapa 2, pela influência que esta cidade exerceu na região Nordeste goiana que recebeu investimentos na ordem de US\$ 7 Milhões.

Para os anos seguintes, o Governo de Irapuan Costa Jr. criou o plano "Diretrizes Gerais e Setoriais da Ação do Governo" (1975 a 1978), que tinha como objetivo principal o desenvolvimento social. Para tanto, este governador canalizou suas ações no sentido de manter o crescimento acelerado e contínuo do Estado. Entre suas metas, destacavam-se a busca de distribuição mais justa de renda entre os setores da economia; o desejo de propiciar crescimento harmônico e equilibrado entre todas as regiões do Estado, por meio da desconcentração das atividades econômicas, políticas e administrativas; o anseio de prover maior eficiência à utilização dos fatores de produção e dos recursos naturais, com vistas à estabilidade econômica e à preservação da ordem socioeconômica e política. Para se atingir tais metas, buscou-se maior participação relativa do setor industrial na renda interna, com melhor adequação à utilização dos recursos naturais e por meio de forte estímulo à ampliação da Formação Bruta de Capital Fixo do setor privado, aumentando assim a capacidade produtiva da "empresa goiana" e, simultaneamente, introduzindo melhores níveis tecnológicos<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Para viabilizar essas metas foi constituído o Banco de Desenvolvimento de Goiás S/A - BD - Goiás, em abril de 1976 (Lei Estadual nº 8.062).

## MAPA 2 - GOIÁS: LOCALIZAÇÃO E OBJETIVOS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (PLADESCO) - 1973

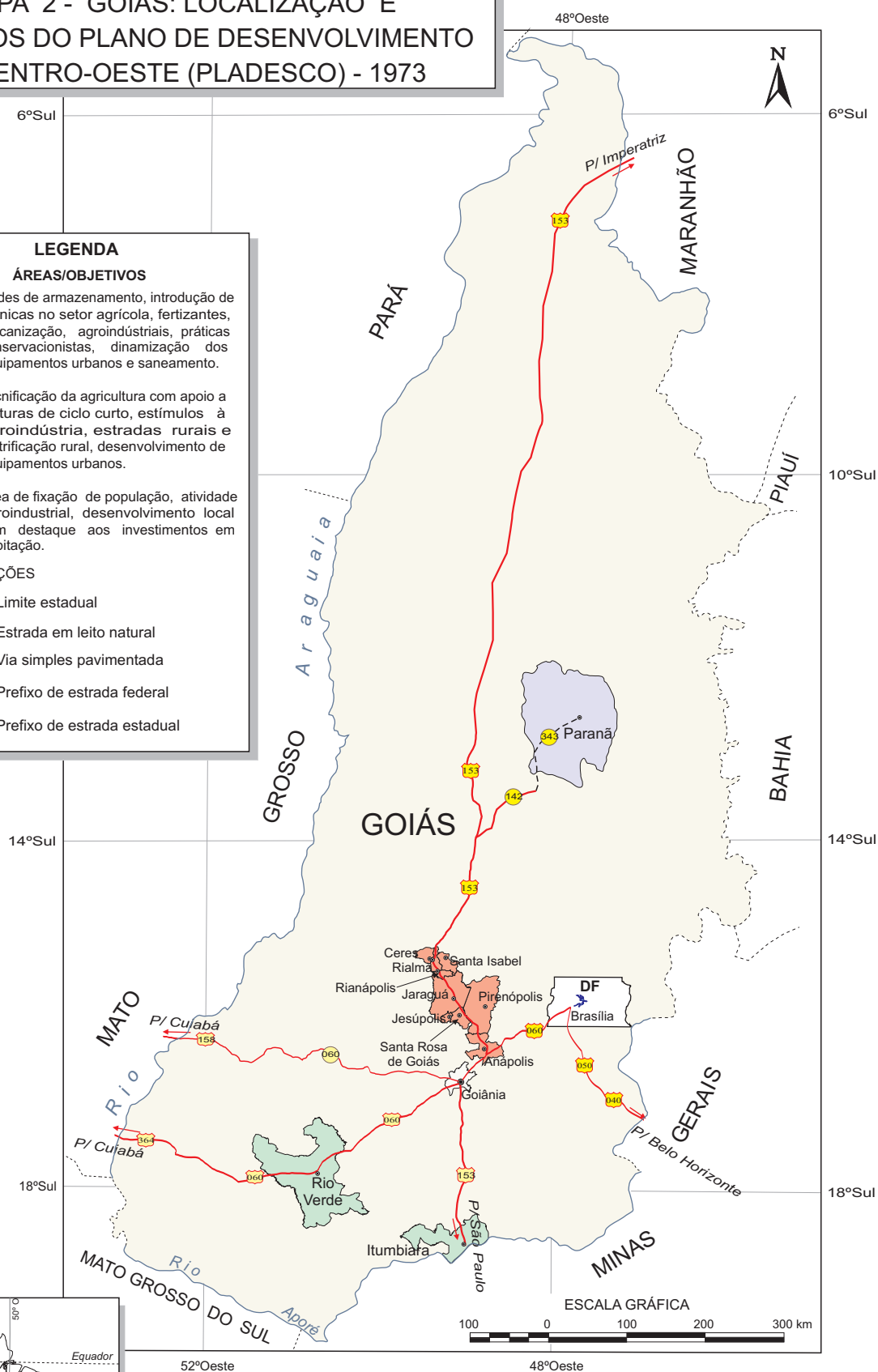
**LEGENDA**

**ÁREAS/OBJETIVOS**

-  Redes de armazenamento, introdução de técnicas no setor agrícola, fertilizantes, mecanização, agroindústrias, práticas conservacionistas, dinamização dos equipamentos urbanos e saneamento.
-  Tecnificação da agricultura com apoio a culturas de ciclo curto, estímulos à agroindústria, estradas rurais e eletrificação rural, desenvolvimento de equipamentos urbanos.
-  Área de fixação de população, atividade agroindustrial, desenvolvimento local com destaque aos investimentos em habitação.

**CONVENÇÕES**

- ..... Limite estadual
- Estrada em leito natural
- Via simples pavimentada
-  Prefixo de estrada federal
-  Prefixo de estrada estadual



FONTE:  
OTAMAR de CARVALHO, J., 1998,  
p. 106-108.

ORGANIZAÇÃO:  
Claudecir Gonçalves

Cartografia digital:  
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca  
Loçandra Borges de Moraes

Por outro lado, o plano se empenhava em promover a elevação da produção e da produtividade do setor agropecuário e a ampliação da integração do setor comercial ao mercado interno e externo, potencializado à produção regional. Entretanto, para dar suporte a essas metas, o governo preocupou-se em expandir a oferta no setor de energia elétrica.

No campo social, o plano visava, ainda, realizar investimentos direcionados à ampliação das ofertas de serviços que proporcionassem melhorias nas condições de vida da população. Adotou-se a expansão dos serviços básicos de saúde a todas as comunidades do território goiano. Buscou-se ainda orientar o setor de educação através uma integração da sociedade com as comunidades escolares na participação de atividades recreativas, cursos, palestras e de outros assuntos de interesse dos participantes.

Na esfera federal, o Programa de Ação do Governo para a Região Centro-Oeste, no âmbito do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND de 1975-1979), ampliou a importância da região, destacando-a no cenário econômico brasileiro. Isso ocorreu em razão do crescimento da sua participação reativa na produção nacional de alimentos e, intermediado por Brasília, como entrada e via principal para a ocupação da Amazônia.

Assim, Goiás foi reconhecido como área alternativa para o processo de desconcentração industrial do país, potencialmente capaz de cooperar para o processo de descentralização do Sudeste. Para o Centro-Oeste, definiram-se as funções de produzir alimentos e matérias-primas, notadamente as de origem mineral, voltadas para a exportação, e de absolver e reorientar as correntes espaciais de mão-de-obra. É certo que essas matérias-primas também alimentariam a produção industrial paulista, o que comprova as análises feitas anteriormente, embasadas em Cano (1998), no que diz respeito à desconcentração industrial paulista justificada, a partir da ampliação da produção de bens intermediários na periferia nacional.

Respeitou-se a orientação estabelecida pelo PLADESCO de priorizar áreas dinâmicas capazes de responder aos investimentos, porém complementadas e acrescidas das áreas objeto de programas especiais, sendo estabelecidas as seguintes diretrizes, conforme Otamar de Carvalho (1998, p.109-10):

- 1) concentração de esforços em áreas prioritárias, com potencialidades efetivas já definidas;

- 2) orientação das correntes espaciais de mão-de-obra para áreas de expansão da fronteira agrícola;
- 3) reforço aos programas de abertura de vias de penetração;
- 4) melhoria das condições de habitabilidade nos núcleos urbanos de grande porte e nos aglomerados urbanos em formação;
- 5) aumento da participação do PIB regional no PIB nacional;
- 6) elevação do coeficiente médio de utilização da força de trabalho regional;
- 7) elevação da renda regional e melhoria da sua distribuição.

Para viabilizar essas metas previstas no PLADESCO, as quais não se alteraram no âmbito do II PND, criaram-se os Programas Especiais de Desenvolvimento Regional que atingiram especificamente a região estudada, como o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), com recursos na ordem de US\$ 1,8 bilhões para o biênio 1975-1977. A esses, ainda se somariam os recursos distribuídos pelos Ministérios para a região, com destaque para Minas e Energia e Transporte.

O POLOCENTRO, concebido para estimular o crescimento da empresa agrícola tecnificada, foi criado em 29/01/1975 (decreto nº 76.320/75) em função da experiência desenvolvida pelo Programa Integrado de Crédito (PCI), do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Suas últimas liberações de crédito ocorreram em 1982, contudo o período 1975 a 1979 (execução do II PND) foi o de maior vigor.

O objetivo geral do POLOCENTRO era incorporar três milhões de hectares de cerrado à agropecuária, sendo 1,8 com lavouras, no período 1975 a 1979. Conforme Estevam (1998, p.168), em 1975 e 1976 o valor do crédito rural concedido ao Centro-Oeste foi superior ao valor bruto da produção agrícola da região. Para os anos 1975-1977, foram previstos investimentos na ordem de US\$ 1,8 bilhões, sendo destinados US\$ 1,5 bilhões para a pesquisa e a experimentação agrícola, crédito agropecuário<sup>9</sup> e incentivos fiscais para florestamento e reflorestamento. As diretrizes do programa foram as seguintes de acordo com Otamar de Carvalho (1998, p.112-13):

---

<sup>9</sup> Financiavam desde o desmatamento, fertilização e conservação dos solos, construção de estradas, açudes, benfeitorias diversas, eletrificação, drenagens, irrigação, aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e regularização fundiária, até projetos de investimentos.

- 1) pesquisa e experimentação agropecuária a cargo da EMBRAPA, universidades, e outras entidades especializadas, inclusive estaduais;
- 2) promoção e expansão agropecuária, por intermédio de apoio aos organismos estaduais e disponibilidade de crédito, principalmente à projetos integrados;
- 3) estímulos aos projetos de florestamento/reflorestamento beneficiários de fiscais setoriais, incluídos no Fundo de Investidores Setoriais – Fiset Reflorestamento;
- 4) estradas vicinais;
- 5) eletrificação rural;
- 6) implantação de sistemas de beneficiamento, armazenagem e transporte de produtos agrícolas;
- 7) regularização fundiária.

Dos 12 pólos de desenvolvimento a cargo do POLOCENTRO, três estavam no Oeste de Minas Gerais, um no atual Estado do Tocantins, dois em Mato Grosso, dois em Mato Grosso do Sul e quatro em Goiás, conforme Otamar de Carvalho (1998, p.114). Os pólos e principais objetivos desse Programa são apresentados no Mapa 3.

a esmagadora maioria dos recursos era proveniente do POLOCENTRO, seguindo-se a EMBRAPA e EMBRATER, sendo a distribuição concentrada nos programas de armazenamento em primeiro lugar, seguindo-se os de pesquisas agropecuárias e transportes. Os programas voltados para energia e assistência técnica, e por último o de irrigação, apenas para a área de Xavantina-MT, contemplavam o quadro. A distribuição interna não se fez item no qual o Distrito Federal recebeu mais do que Goiás, considerando os três anos do POLOCENTRO. A parte de energia foi mais equitativamente distribuída, assim como o armazenamento; a de transporte privilegiou Goiás e Mato Grosso e a de assistência técnica previu mais recursos para Mato Grosso e Minas Gerais.

Aprovaram-se, no POLOCENTRO, para o período de 1975 a 1982, 3.373 projetos, cujo valor monta aproximadamente US\$ 630 milhões. Dos projetos, 71,3% foram para a área de abrangência do atual Centro-Oeste, Rondônia e Tocantins, que absorveu 74,1% do valor total. O maior número de projetos foi para o Estado de Goiás (38,1%); no entanto, Mato Grosso consumiu um montante mais expressivo (34,1%).

### MAPA 3 - GOIÁS: LOCALIZAÇÃO E PRINCIPAIS OBJETIVOS DO POLOCENTRO - 1975

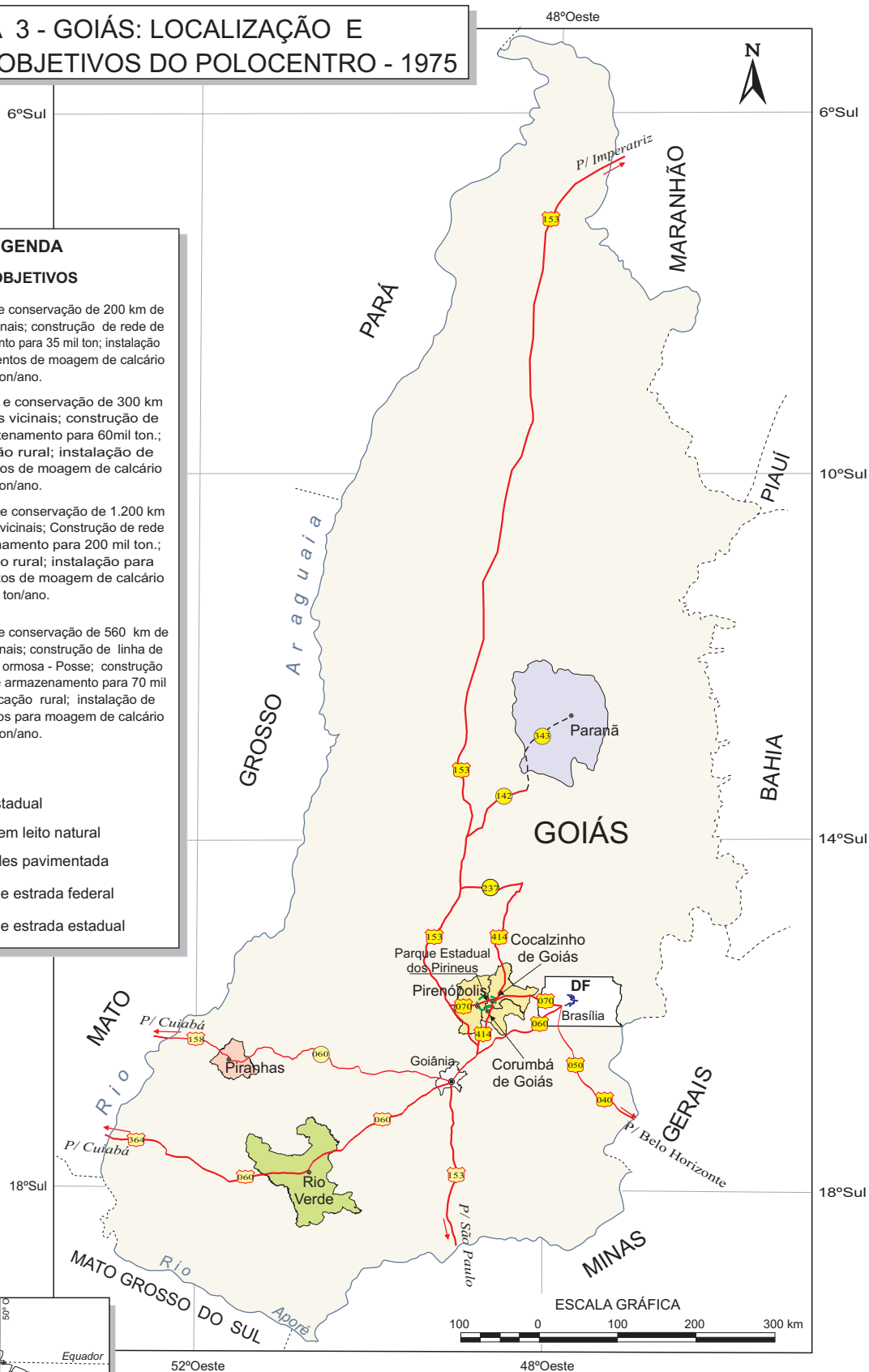
**LEGENDA**

**PÓLOS/OBJETIVOS**

- Construção e conservação de 200 km de estradas vicinais; construção de rede de armazenamento para 35 mil ton; instalação de equipamentos de moagem de calcário para 30 mil ton/ano.
- Construção e conservação de 300 km de estradas vicinais; construção de rede de armazenamento para 60 mil ton.; eletrificação rural; instalação de equipamentos de moagem de calcário para 60 mil ton/ano.
- Construção e conservação de 1.200 km de estradas vicinais; Construção de rede de armazenamento para 200 mil ton.; eletrificação rural; instalação para equipamentos de moagem de calcário para 170 mil ton/ano.
- Construção e conservação de 560 km de estradas vicinais; construção de linha de transmissão ormosa - Posse; construção para rede de armazenamento para 70 mil ton.; Eletrificação rural; instalação de equipamentos para moagem de calcário para 60 mil ton/ano.

**CONVENÇÕES**

- Limite estadual
- Estrada em leito natural
- Via simples pavimentada
- Prefixo de estrada federal
- Prefixo de estrada estadual



**FONTE:**  
OTAMAR de CARVALHO, J., 1998,  
p. 113-114.

**ORGANIZAÇÃO:**  
Claudécir Gonçalves

**Cartografia digital:**  
Cláudia Adriana Bueno da Fonseca  
Loçandra Borges de Moraes

Conforme Salim (1986, p.319), “o POLOCENTRO, até o ano de 1978, realizou praticamente todas as metas programadas, chegando a ultrapassar algumas, principalmente as relacionadas com infra-estrutura física”. Contudo, Otamar de Carvalho (1998) revelou que parte do que se pretendia atingir com o POLOCENTRO não se alcançou. A questão da criação de novos empregos, por exemplo, não foi completada, privilegiando-se os projetos para as grandes e médias propriedades<sup>10</sup>. A meta de se incorporar três milhões de hectares de cerrado à agropecuária, dos quais 1,8 com lavouras, ficou restrita a cerca de 2,5 milhões, segundo a Fundação João Pinheiro, sendo 2,06 milhões no Centro-Oeste, e a ênfase às lavouras foi desviada para a formação de pastagens.

Contudo, o POLOCENTRO, incontestavelmente, colocou Goiás em uma posição de maior destaque no cenário nacional. As políticas públicas, além de ampliarem a forma de inserção da agricultura no processo da acumulação capitalista, principalmente por meio de superação de seu arcaísmo tecnológico e de sua gradual transformação, têm sido decisivas na aceleração do processo de diferenciação e de diversificação da produção agrícola.

Sobre os recursos que atuaram como mecanismo de implementação do crescimento econômico, Otamar de Carvalho (1998, p.114) observa que no POLOCENTRO,

as condições de financiamento eram extremamente atrativas. Em uma conjuntura de inflação crescente, chegaram a ser mais interessantes do que o Crédito Rural. Os projetos de investimentos tinham prazo de até 12 anos, com seis de carência, juros entre 0% e 14% a.a., capitalizáveis durante a carência. Não havia correção monetária de débitos e o financiamento, conforme o valor do projeto, poderia variar de 75% a 100%.

No entanto, isso não significa que o Crédito Rural não tenha sido uma opção amplamente utilizada.

Nos primeiros anos da década de 80, em Goiás, na administração de Ary Valadão (1979 a 1982), criou-se o Plano de Ação do Governo, cujos objetivos centravam-se na modernização e dinamização da agricultura e pecuária; no fomento ao desenvolvimento industrial; na ordenação e promoção do desenvolvimento urbano; na ampliação dos serviços de saúde; educação e lazer; na ampliação dos programas de habitação, estendendo-os à área rural, e na implantação de programas de colonização e assentamentos.

---

<sup>10</sup> Foram apresentados 734 projetos nas áreas com dois mil ha ou mais, os quais consumiram 42,8% do total dos financiamentos; já nas áreas com até 200ha, os 313 projetos receberam somente 2,2%.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo Governo, em razão da crise econômica nacional, era patente nesse plano o forte apoio à agropecuária (visando sua modernização) e ao setor industrial (com intenso empenho ao ingresso de capitais). Buscavam-se ainda fortalecer o sistema bancário do Estado, bem como solucionar problemas nas áreas de transporte, saneamento e habitação, advindos do rápido crescimento goiano.

Segundo Bandeira (1999, p.33),

esse governo teve forte preocupação com o desenvolvimento da agricultura regional, implantando o 'Projeto Rio Formoso', com o objetivo de irrigar 62.292ha ao Norte de Goiás - hoje Tocantins. Além disso, alavancou o 'Projeto Alto Paraíso', de colonização e desenvolvimento regional na região Leste e ao Norte do Distrito Federal.

No âmbito federal, escassearam-se os recursos provenientes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Contudo, o Centro-Oeste ainda continuou sendo beneficiado pelas políticas destinadas especialmente para a região.

No período 1983 a 1986, durante o primeiro mandato do Governo Íris Rezende (completado pelo seu Vice-governador Onofre Quinan - 14/02/1986 a 15/03/1987)<sup>11</sup>, criou-se o Plano Global de Trabalho que, em síntese, visava o crescimento econômico, criação de empregos, redução dos níveis de pobreza e das desigualdades regionais.

Nesse Governo<sup>12</sup>, as estratégias de ação eram para maior participação efetiva da administração como um todo, bem como da população (organizada em mutirões), com a qual seria possível obter maior engajamento, gerando consciência coletiva e integração que, por sua vez, possibilitaria maior articulação, potencializando os esforços do setor público apoiando-se na sociedade civil.

Indiscutivelmente, essa administração priorizou a integração (rodoviária) interna do Estado. Destinando aproximadamente 30% do orçamento para o setor de transportes, ampliou-se a rede viária estadual pavimentada de 1.512km para mais de 4.500km, ou seja, 200% a mais do que existia. Isso se deu graças a financiamentos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Essa administração enfrentou grandes dificuldades em virtude da crise que assolava o país, solapando a capacidade do Governo Federal de agir como estimulador do desenvolvimento. Assim, a União foi gradativamente reduzindo sua participação,

<sup>11</sup> Nesse período, Íris Resende assumiu cargo de Ministro da Agricultura no Governo de Sarney, em cujo cargo permaneceu por mais de quatro anos (1986/1989).

<sup>12</sup> Será considerado Governo Íris Resende sua administração e a de seu vice-governador.

minimizando assim as ações dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Entretanto, na contramão do processo recessivo nacional, nesse período evidenciou-se em Goiás o maior dispêndio em termos orçamentários. Destacou-se, ainda, a criação do Fundo de Participação à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), no âmbito da "guerra fiscal".

No âmbito da “Guerra Fiscal”, especificamente para Goiás, instituiu-se, através da Lei Estadual nº 9.489, de 19 julho de 1984<sup>13</sup>, o Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR)<sup>14</sup>, visando criar mecanismos de atratividade de novos investimentos para o Estado (Foto 1). Assim, o Fundo nasceu com objetivo de incrementar a implantação e a expansão das atividades industriais, preferencialmente as do ramo da agroindústria que efetivamente contribuíssem para o desenvolvimento econômico do Estado. O FOMENTAR apoiava técnica e financeiramente as micros, pequenas e médias empresas, e ainda buscava estimular grandes empreendimentos industriais que fossem considerados de grande relevância econômica e social.

A estratégia de tornar o Estado mais atraente a novos investimentos privados se embasava nos seguintes incentivos: financiamento de projetos aprovados; empréstimos de até 70%, através de recursos orçamentários do Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que a empresa tivesse de recolher ao erário estadual, a partir da data de fruição desse benefício fiscal, pelo prazo concedido por resolução, limitado ao da Lei<sup>15</sup>, nos casos de implantação e expansão industrial; venda de lotes e terrenos localizados nos Distritos Industriais do Estado<sup>16</sup>, destinados aos empreendimentos com projetos aprovados; construção de obras de infra-estrutura básica; pagamento do ICMS pela alíquota de 7% nas operações realizadas com outros estabelecimentos industriais também beneficiários do Programa, com produtos de fabricação própria previstos no projeto industrial ou incluída, posteriormente, à linha de produção do empreendimento com autorização do Conselho Deliberativo (CD/FOMENTAR); inclusão, como imposto abrangido pelo benefício

---

<sup>13</sup> Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 2.453 de 22 de fevereiro de 1985.

<sup>14</sup> No Governo Iris Rezende Machado.

<sup>15</sup> Os financiamentos das empresas industriais e agroindustriais beneficiadas com recurso do FOMENTAR deveriam ser resgatados no prazo de 5 anos, com 2 anos de carência, quando iniciaria o pagamento mensal dos encargos com incidência de taxa anual de 33% da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN's, aí inclusa a remuneração de 3% do Agente Financeiro.

<sup>16</sup> A partir de 1987 os Distritos Agroindustriais proliferaram no território goiano e atualmente os encontramos nos seguintes municípios: Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Itumbiara, Rio Verde, Mineiros, Luziânia, Morrinhos, Porangatu, Caldas Novas, Uruaçu, Cabeceiras, Posse, Iporá, Quirinópolis, Formosa, Jataí, Goiandira, Orizona, Pontalina, Abadiânia, Alexânia, Bela Vista, Caturai, Ceres, Cidade de Goiás, Goianésia, Goiatuba, Inhumas, Ipameri, Itapuranga, Jaraguá, Nazário, Pires do Rio, Rubiataba, Santa Bárbara de Goiás, São Luís de Montes Belos, São Miguel do Araguaia, Santo Antônio do Descoberto e dois pólos industriais localizados em Senador Canedo (Grande Goiânia).

do FOMENTAR, desde que o montante contratado com o agente financeiro do Programa não fosse aumentado em decorrência dessa inclusão e respeitadas as condições estabelecidas no Termo de Acordo de Regime Especial (TARE) firmado com a Secretaria da Fazenda.<sup>17</sup>



**FOTO 1 – Rio Verde: Projeto Buriti - Painéis indicando os incentivos fiscais pelas agências de fomento**  
**AUTOR:** GONÇALES, C., out./2005.

As despesas oriundas do FOMENTAR se supriram com recursos de dotações e de créditos orçamentários específicos como: cobrança de emolumentos (recolhimento) de 0,6% do valor integral de financiamento de projetos pelo CD/FOMENTAR; rendimentos auferidos a qualquer título, tais como juros, correção monetária, reembolso do valor principal do empréstimo e seus acréscimos e do resultado de aplicações de numerário disponível no mercado financeiro, em operações de curto prazo, feitas por intermédio de instituições oficiais de crédito; repasses ou subvenções, a qualquer título, concedidas por instituições públicas ou

<sup>17</sup> O ICMS correspondente às seguintes entradas: do diferencial de alíquota na entrada de bens para integração do ativo fixo da empresa; de bens adquiridos no exterior para a integração do ativo fixo da beneficiária; da matéria-prima também importada para ser utilizada em processo industrial, desde que não pudesse ser produzida no Estado de Goiás.

privadas; alienações de ações, debêntures ou outros títulos representativos de capital, subscrito de empresas societárias, bem como bens de imóveis disponíveis.

Em parte, o resultado dessa “guerra fiscal” pode ser apresentado pela quantidade de empresas migrantes para o Estado. Conforme Paschoal (2001), no segmento agroindustrial, vieram para Goiás (décadas de 1980 e 1990) cerca de 18 laticínios, nove usinas de açúcar e álcool, 11 curtumes, 10 frigoríficos, 5 indústrias alimentícias, 6 indústrias processadoras de oleaginosas e 4 de derivados de milho. Isso, indubitavelmente, ampliou substancialmente a agregação de valor no Estado, pois esse tipo de indústria utiliza como insumos básicos os de origem agropecuária. Logo em seguida, outras empresas de diversos ramos se juntaram a essas: 12 metalúrgicas, 6 cerâmicas, 7 fábricas de bebidas, 4 de cimento, 14 confecções, 5 farmacêuticas, 6 de embalagens, 3 serralherias, 1 montadora de veículos utilitários e 1 de tratores.

Verificou-se que a distribuição espacial dos investimentos realizados com o apoio do Programa FOMENTAR, a partir de 1985, esteve concentrada nos municípios que integram o Mato Grosso Goiano, Centro-Sul e algumas poucas na Região Norte e Nordeste. Pela contagem do número de empreendimentos, verificou-se que a primeira Região recebeu 59,6% dos mesmos, com destaque para Goiânia que recebeu 28,9%, seguida de perto por Anápolis, com 25,3%. Com porcentagens menores, temos Aparecida de Goiânia (5,4%), Itumbiara (6%), Catalão (4,8%), Rio Verde (4,2%) e Jataí, Trindade, Inhumas e Luziânia (1,2%) (PASCHOAL, 2001).

Ainda com relação à distribuição espacial dos investimentos, pode-se perceber, por meio da Tabela 17, que os 10 maiores projetos também se concentraram essencialmente na região denominada de Centro-Sul e que suas relações custo/benefício, tendo em vista o volume de investimentos realizados pelo Estado, por intermédio FOMENTAR, deixaram a desejar, principalmente, no que tange à criação de postos de trabalho.

Quando se refere ao custo do emprego, alerta-se que, em razão dos dispêndios realizados pelos agentes públicos terem sido altos, os empregos gerados acabaram tendo um custo elevado para o Programa, além de o impacto ter sido menor que o imaginado, senão vejamos: Ao relacionarmos os 10 maiores projetos aprovados, conforme a Tabela 17, percebe-se que cada emprego, em comparação com os investimentos realizados pelo Estado e municípios, custou em média de R\$ 45.664,87.

**TABELA 17 – Goiás: 10 maiores empreendimentos implantados a partir do Programa FOMENTAR (em R\$ de 1997)**

| <b>Empresa</b>                      | <b>Cidade</b> | <b>Número de Empregos</b> | <b>Investimentos Fixos (R\$)</b> | <b>Custo do Emprego para o Programa</b> |
|-------------------------------------|---------------|---------------------------|----------------------------------|-----------------------------------------|
| 1 – Cervejaria Antártica Níger      | Goiânia       | 1.140                     | 79.875.424                       | 70.066,17                               |
| 2 – Arisco Produtos Alimentícios    | Goiânia       | 3.406                     | 54.604.458                       | 16.031,85                               |
| 3 – Cia Níquel Tocantins            | Niquelândia   | 892                       | 47.906.596                       | 53.706,95                               |
| 4 – Lê Griffon S/A                  | Anápolis      | 1.121                     | 44.770.569                       | 39.938,07                               |
| 5 – Maeda S/A                       | Itumbiara     | 400                       | 40.315.819                       | 100.789,55                              |
| 6 – Ceval Agr. Ind. S/A             | Luziânia      | 358                       | 35.077.977                       | 97.983,18                               |
| 7 – Caramuru Óleos Vegetais         | São Simão     | 150                       | 33.079.247                       | 220.528,32                              |
| 8 – Agroelysa                       | Itumbiara     | 102                       | 28.776.101                       | 282.118,64                              |
| 9 – Alimentos Xereta                | Ipameri       | 738                       | 15.004.810                       | 20.331,73                               |
| 10 – Nutrizo Agr. Ind. De Alimentos | Ipameri       | 299                       | 13.580.805                       | 45.420,76                               |
| <b>TOTAL</b>                        | <b>-</b>      | <b>8.606</b>              | <b>392.991.806</b>               | <b>946.915,22</b>                       |

**FONTE:** Relatório de Auditoria realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no FOMENTAR no período compreendido entre 1986 a 1994.\* Os investimentos realizados couberam ao Estado e aos Municípios. (apud PASCHOAL, 2001, p.95).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Por outro lado, o crescimento goiano, a partir dos anos 1970, certamente tornou o Estado mais atraente aos empreendimentos agroindustriais que, por características próprias, deslocam-se para locais próximos das fontes de matérias-primas. Surge então um questionamento quanto à possibilidade de ter ocorrido crescimento do parque agroindustrial: mesmo sem “guerra fiscal” ou caso a mesma não tivesse se estabelecido, teria Goiás também ampliado o número de agroindústrias? O fato é que existia renúncia fiscal e que houve aumento de empresas instaladas em Goiás. Contudo, não se pode perder de vista que os esforços “(agro)industrializantes” do poder público local comprometeram a arrecadação, limitando sua capacidade de intervenção no desenvolvimento sócio-econômico. Dessa forma, conforme Varsano (1997), a prática de renúncia fiscal não se justifica pela expectativa de que o uso privado dos recursos públicos possa superar os benefícios que os mesmos poderiam produzir por sua utilização pública. Veja o que diz Varsano (1997, p.8),

todos os impostos utilizados na prática, por induzirem mudanças no comportamento dos agentes econômicos, afetam a alocação de recursos e, portanto, impõem – uns mais, outros menos – custos à sociedade. Conceitualmente, a tributação justifica-se na medida em que o benefício gerado pelo uso público de recursos da sociedade, possibilitado pela arrecadação, seja maior que seu custo de oportunidade – medido pelo benefício social do melhor uso privado dos recursos –, acrescido do custo criado pela tributação. Estaticamente considerada, a renúncia fiscal é sempre injustificada: se há mérito na tributação, o uso privado dos recursos é sempre uma alternativa inferior; e, se não há, não cabe a renúncia, mas sim a extinção do tributo.

Em síntese, todos os programas que se espalharam pelo Brasil, no âmbito da “Guerra Fiscal”, visavam atrair para seus territórios investimentos privados, acreditando nos efeitos estimuladores que esses poderiam gerar. Contudo, para Varsano (1997, p.8) o resultado final certamente não será o esperado:

Com o passar do tempo, as renúncias fiscais se avolumaram e os Estados de menor poder financeiro perderam a capacidade de prover os serviços e a infra-estrutura de que as empresas necessitam para produzir e escoar a produção. As batalhas da guerra fiscal passam a ser vencidas somente pelos de maior poder financeiro, que são também os que têm acesso fácil a crédito. Ao mesmo tempo, com a generalização dos benefícios fiscais – todos os Estados concedendo incentivos semelhantes – estes perdem seu poder de estímulo que depende de diferenças na tributação. A guerra fiscal transforma os incentivos em meras renúncias de arrecadação que não têm qualquer efeito estimulador. Em face da redução generalizada do peso da tributação, as empresas passam a escolher sua localização em função de fatores econômicos, entre os quais a qualidade da infra-estrutura e dos serviços públicos oferecidos. Evidentemente, a guerra fiscal é inimiga da política de desenvolvimento regional e da desconcentração industrial.

Em um contexto de profunda crise econômica, coube a Henrique Santillo a administração do Estado de Goiás, nos últimos anos da década de 1980 (1987-1990). Conforme Bandeira (1999), este Governo apresentou um plano composto de 13 pontos básicos, com o objetivo de reconduzir o Estado ao crescimento econômico. Em síntese, esse plano visava estimular os setores agropecuário e industrial<sup>18</sup>, ampliando e diversificando a produção, buscando assim atingir novos mercados. Segundo Bandeira (1999, p.35),

Através do levantamento do solo para o zoneamento agrícola; a doação do preço mínimo regionalizado; o aumento do crédito para investimento; a diversificação de culturas; expansão das culturas irrigadas; o estímulo à olericultura e o abastecimento urbano; o fomento à fruticultura; o incentivo à produção de mudas e o controle sanitário; o estímulo à produção de sementes certificadas; a consolidação da pecuária de corte e de leite; introdução de pequenos animais; o apoio à pequena produção; a organização dos produtores; a eletrificação rural e programa de conservação do solo e da natureza.

---

<sup>18</sup> A industrialização dos produtos e insumos agropecuários.

Por mais paradoxal que pareça, mesmo num panorama nacional de crise econômica recessiva, Íris Resende conseguiu expandir consideravelmente a capacidade do Estado de intervir na economia goiana. Mesma "sorte" não teve seu sucessor. Importantes alterações no quadro macroeconômico nacional (apresentadas adiante) limitaram o acesso às fontes de recursos, até então amplamente utilizadas. Assim, os dispêndios em 1989 foram similares aos de 1972.

Por outro lado, a capacidade governamental, na esfera estadual, de agir com maior tenacidade no desenvolvimento regional, era limitada, pois os recursos destinados às Funções de Administração Geral, Educação e Cultura, gastos em grande parte com folha de pagamento dos servidores dessas respectivas áreas, apresentavam aproximadamente metade dos dispêndios reais orçamentários.

Na esfera federal, no ano de 1985, a SUDECO constatou que os programas até então implementados no Centro-Oeste tinham causado *efeitos colaterais* não desejados, relacionados à ocupação espacial, à transferência de população e ao desenvolvimento agrícola, que demandavam soluções pertinentes. Criou-se, no mesmo ano, o Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (PDRCO), revisto e ampliado em 1987, que apontava para uma ação centrada na melhoria da distribuição de renda, racionalização da ocupação do espaço e do uso dos recursos naturais, na implementação de planos diretores locais e na reformulação dos programas especiais.

Para a execução do PDRCO, criou-se o Programa do Centro-Oeste (PROCENTRO), nos moldes dos programas existentes naquela época nas regiões Norte e Nordeste. Nele estava contida a necessidade de reestruturação da SUDECO, atribuindo-lhe a função de coordenação e promoção do desenvolvimento regional. No bojo do Plano, havia a preocupação de se criar um programa único de desenvolvimento para a região, bem como o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Para tanto, o PROCENTRO, que deveria durar cinco anos, para iniciar em 1987, teria que contar com maciça participação do Governo Federal, com um orçamento de US\$ 5,4 bilhões, somente para os três primeiros anos de execução, o que não ocorreu. Assim, nem o PDRCO, nem o Banco de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste se efetivaram.

A segunda metade dos anos 1980 caracterizou-se pela interrupção da ação da união do Centro-Oeste, em razão dos planos regionais de desenvolvimento, em um momento em que o país passava por uma transição democrática e, concomitantemente, fortalecia-se o preceito neoliberal.

A partir dos anos 1980, conforme Oliveira (1995), o controle do déficit público assumiu posição de destaque entre os problemas que o país enfrentava. Isso se deveu ao aprofundamento da crise mundial com o segundo choque do petróleo em 1979, com a suspensão dos financiamentos externos e, seguindo a "cartilha" imposta pelo Fundo Monetário Internacional, tornando-se questionável toda a funcionalidade do esquema de articulações entre as esferas de governo, bem como a própria estrutura do Sistema Tributário.

A carga tributária, que havia crescido significativamente desde o final da década de 1960 e se mantido em níveis razoáveis no decênio seguinte, manteve-se até 1983. A partir de então, o processo recessivo, agravado pelo crescimento inflacionário e somado à perda de eficiência na incidência de impostos (gerados pelos incentivos/renúncias fiscais), resultou na redução do volume de recursos à disposição do poder público por meio da tributação.

As reduções da receita tributária e do financiamento público comprometiam a capacidade do Estado de conduzir suas políticas de desenvolvimento econômico. Conseqüentemente, as articulações entre as esferas de governo se abalaram, em parte pela restrição das fontes de créditos públicos, em parte pela impossibilidade de obtenção de crédito externo, redundando em modificações nos Fundo de Participação dos Estados (FPE) e no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), por meio da Emenda Passos Porto<sup>19</sup>.

Durante a elaboração da Constituição de 1988, o debate a respeito da Reforma Tributária centrou-se na maior autonomia fiscal dos estados e municípios. Assim, embora se tenha levado em consideração (em um segundo plano) a questão das despesas governamentais, no sentido de resgate da dívida social, em termos de estrutura tributária, destacaram-se as seguintes modificações:

- 1) ampliação do grau de autonomia fiscal dos estados e municípios<sup>20</sup>;
- 2) alterações nas repartições das receitas tributárias<sup>21</sup>;
- 3) identificações na redistribuição dos encargos entre as esferas de governo<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> Por meio dessa Emenda, o FPE teve sua participação acrescida para 12,5%, em 1984 e 14% no ano seguinte, ao passo que o FPM, nos mesmos anos, elevou-se para 13,5% e 16%, respectivamente. Essa emenda refletia, de certa maneira, a pressão que exerciam os Estados e Municípios junto à União.

<sup>20</sup> Cessou, por parte da União, a capacidade de interferir nos impostos estaduais e municipais. Foi vedado ao Governo Federal impor qualquer tipo de restrição à entrega de transferências, findando assim as vinculações. Dessa forma, os Estados e Municípios passaram a ter liberdade de manipular suas alíquotas e gastos.

<sup>21</sup> O ICM sofreu alterações, incorporando os impostos de circulação de mercadoria e de serviços de comunicação e transporte, que eram federais, e passou a ser chamado ICMS. Os impostos únicos de energia elétrica passaram para os Estados. Foi modificado o percentual FPE e FPM sendo elevado a 21,5% e 22,5% respectivamente. Foi criado um fundo de exportação de 10% do IPI para compensar os Estados isentados. Criaram-se ainda os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, com 3% do IPI e IR. Os Municípios receberam aumentos na partilha, que era de 20% para o ICM, passando a 25% do ICMS.

Portanto, houve redução considerável dos recursos disponíveis para a União, arrefecendo-se desse modo a sua capacidade de induzir o desenvolvimento. No contexto, na concepção do Governo Federal, a reduzida ação estatal federal na região Centro-Oeste não mais justificaria a sustentação de uma Superintendência de Desenvolvimento; então, no ano de 1990, extinguiu-se a SUDECO, no processo de enxugamento do Estado. É importante registrar que houve, conforme Otamar de Carvalho (1998, p.132):

[...] ausência de pressões políticas originadas da própria região no sentido de manutenção do organismo regional. O Centro-Oeste não possuía cultura de região, e as estratégias de desenvolvimento ali exercidas em nada contribuíram para modificar essa percepção. Porém, dentro de uma visão de política regional, a extinção da SUDECO representou para o Centro-Oeste a quebra de um elo importante de representação da região no plano federal.

No bojo dessa iniciativa federal, o estado de Rondônia e o recém-criado estado do Tocantins (1989) passaram a compor a área de abrangência da SUDAM. Atualmente, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), criado em 1989, é o único programa, em nível federal, em ação na região.

No final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal (1988), surgiu outro mecanismo de incentivo ao desenvolvimento econômico e social, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), por meio da lei 7.827/89<sup>23</sup>. Esse Fundo se gerencia, no Centro-Oeste, pelo Banco do Brasil, haja vista que o Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste não foi implantado. Aos Fundos Constitucionais se estabeleceram as seguintes diretrizes (BRASIL, 2000, p.133):

- 1) destinação exclusiva dos financiamentos aos setores produtivos, com tratamento preferencial aos pequenos e miniprodutores e às pequenas empresas;
- 2) utilização intensiva de mão-de-obra e matérias-primas locais;
- 3) produção de alimentos básicos para consumo da população;
- 4) concessão de créditos e projetos de irrigação de pequenos e miniprodutores rurais, suas associações e cooperativas;
- 5) preservação do meio ambiente;
- 6) adoção de prazos e carências, limites de financiamentos, juros e outros encargos diferenciados e favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos;

<sup>22</sup> Houve redistribuição dos recursos tributários, porém, não se explicou a repartição dos encargos.

<sup>23</sup> Dispositivo constitucional artigo 159, inciso I, alínea C: “Art. 159. A União entregará: I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma: a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal; b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios; c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer”. (BRASIL, 1988).

- 7) conjugação do crédito com assistências técnicas para setores tecnologicamente carentes;
- 8) criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda;
- 9) utilização criteriosa dos recursos e adequada política de garantias, com limitação das responsabilidades de crédito por clientes ou grupo econômico, de forma a atender um universo maior de benefícios e assegurar racionalidade, eficiência, eficácia e retorno às aplicações;
- 10) proibição de aplicações de recursos e fundo perdido.

Por intermédio do FCO, desenvolveram-se Programas de Desenvolvimento Rural, Industrial, de Infra-estrutura Econômica<sup>24</sup>, de Turismo Regional, de Apoio à Política de Reforma Agrária (PAPRA) e de preservação ambiental<sup>25</sup>, ficando para os primeiros, historicamente, a absorção da maior parte dos recursos<sup>26</sup>.

Os recursos se distribuíram na região conforme Resolução da SUDECO (1989), sendo destinados 19% ao Distrito Federal, 29% para Goiás, 29% para o Mato Grosso e 23% para o Mato Grosso do Sul.

Desde sua criação, o FCO tem se constituído em um importante instrumento de política de desenvolvimento regional. O aporte permanente de recursos do fundo possibilitou financiamentos de longo prazo para diversos segmentos econômicos, gerando novas perspectivas de investimentos para o empresariado comprometido com a dinamização da economia local. Assim, seu gerenciador (Banco do Brasil), em consonância com as diretrizes e metas estabelecidas para o desenvolvimento da região, tem buscado eficiência na aplicação dos recursos do Fundo como forma de elevar os níveis de produção, gerando novos postos de trabalho, aumentando a arrecadação e melhorando a distribuição da renda, afirma o Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2000).

Desta forma, a programação de financiamento tem por objetivo (BRASIL, 2000, p.5):

- 1) melhoria dos padrões de produtividade e competitividade das atividades econômicas regionais, através da redução dos custos de produção e comercialização;
- 2) fortalecimento prioritário de áreas com comprovada capacidade de diversificação e expansão de suas atividades produtivas;
- 3) integração da economia regional com as áreas dinâmicas do comércio nacional e internacional, em especial com os grandes blocos de comércio, como o Mercosul.

<sup>24</sup> Para a região Centro-Oeste, até 25% dos recursos podem ser destinados a projetos de infra-estrutura econômica (armazenagem, energia e transporte) nas áreas de fronteira agrícola.

<sup>25</sup> Em relação ao meio ambiente, o programa PRONATUREZA objetiva proporcionar assistência financeira aos projetos voltados para recuperação e preservação dos recursos naturais, na busca do desenvolvimento sustentável para a região.

<sup>26</sup> FCO Empresarial – Programa de Desenvolvimento Industrial; FCO Empresarial – Programa de Infra-Estrutura Econômica; FCO Empresarial – Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional; FCO Empresarial – Programa de Incentivo às exportações; Programa de Desenvolvimento Rural; Programa de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural; Programa Nacional de Fortalecimento da PRONAF – Reforma Agrária; Programa de Preservação da Natureza – PRONATUREZA

## 1.6 Políticas Regionais de Desenvolvimento em Goiás: década de 1990 e início de 2000

No âmbito nacional, o início da década de 1990 caracterizou-se pela interrupção das políticas federais para o fomento do desenvolvimento regional. Embora a SUDECO não tivesse a mesma importância das suas co-irmãs (SUDENE e SUDAM), sua extinção, em 1990, representou significativa perda de representatividade do Centro-Oeste junto à União.

O FCO sofreu alterações em 1996, sendo inseridas novas diretrizes resultantes de entendimentos entre SEPRE – MPO, governos estaduais e o Banco do Brasil. Contudo, embora o volume de recursos disponíveis do FCO<sup>27</sup> tenha se mantido de forma regular, o mesmo tem sido consideravelmente inferior aos que foram destinados pelo Governo Federal na década de 70. Entretanto, o aporte permanente dos recursos do Fundo (29% para Goiás, 29% para o Mato Grosso, 23% para o Mato Grosso do Sul e 19% para o Distrito Federal) tem possibilitado financiamentos de longo prazo, ainda dinamizando a economia regional.

Otamar de Carvalho (1998, p.135) diz que, dentre as novas diretrizes, pode ser citada:

[...] a possibilidade de ampliação dos prazos de financiamento nos projetos do Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional, bem como daqueles destinados à aquisição de bovinos para a engorda, sob condições específicas; a inclusão dos projetos para a engorda de novilho precoce em Goiás e Distrito Federal; a assistência financeira à floricultura, à aquisição de suínos híbridos e reprodutores e matrizes do gado suíço; a prioridade, no MS, aos projetos da avicultura de corte, da suinocultura, da sericultura, da piscicultura, da pecuária leiteira e da fruticultura e de agroindústria de pequeno e médio porte.

Conforme Relatório Anual do FCO, o ano de 2000 ficou marcado pelas modificações promovidas pelo Governo Federal na política de encargos financeiros das operações com recursos dos Fundos Constitucionais. Esse relatório do FCO (BRASIL, 2000, p.48) diz:

Ao editar a MP 1.988-16, de mais alta taxa efetiva de juros prefixada nos financiamentos, em substituição ao IGP-DI, mais taxa efetiva de juros de 8% a.a., o Executivo decretou o início de um novo ciclo na história do FCO, uma vez que a figura do indexador oficial para a correção de saldos devedores, presentes desde o início das atividades do Fundo, foi abolida.

---

<sup>27</sup> São disponibilizados 3% do produto da arrecadação do imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza e do imposto sobre Produtos Industrializados, entregues pela União, na forma do artigo 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal, distribuídos entre as Regiões Norte (0,6%), Nordeste (1,8%) e Centro-Oeste (0,6%).

Ainda instituiu-se a substituição dos redutores financeiros<sup>28</sup> pelo bônus de adimplência de até 15%, incidente sobre saldos de encargos financeiros das operações, concedidos aos mutuários que honrassem seus compromissos até a data do vencimento.

Para 2001, conforme o Ministério da Integração Nacional (MI), os prazos para pagamento (setor rural) eram de até 10 anos (incluído o período de carência de 3 anos) para os Investimentos Fixos; até 10 anos (incluído o período de carência de 3 anos), observada a vida útil do bem financiado, para maquinaria e veículos e até 6 anos (incluído o período de carência de até 2 anos) para os demais, sendo que a assistência máxima do programa é de R\$ 20 milhões (Tabela 18).

**TABELA 18 – Goiás: Caracterização dos principais programas oficiais do FCO em 2001**

| Enquadramento/<br>Porte | Faturamento<br>Anual<br>(R\$ mil) | Juros<br>(%)<br>aa. | Juros com<br>Pontua-<br>lidade | Limite<br>Financiável<br>Recursos | Prazo<br>para<br>pagto. | Carência | Teto<br>(R\$<br>mil) |
|-------------------------|-----------------------------------|---------------------|--------------------------------|-----------------------------------|-------------------------|----------|----------------------|
| PRONAF                  | Até 27                            | 4,00                | 3,40                           | 100                               | 08 anos                 | 03 anos  | 15                   |
| Mini                    | Até 40                            | 6,00                | 5,10                           | 100                               | 12 anos                 | 03 anos  | 2.880                |
| Pequeno                 | De 40 a 80                        | 8,75                | 7,44                           | 100                               | 12 anos                 | 03 anos  | 2.880                |
| Médio                   | De 80 a 500                       | 8,75                | 7,44                           | 90                                | 12 anos                 | 03 anos  | 2.880                |
| Grande                  | Acima de 500                      | 10,75               | 9,14                           | 80                                | 12 anos                 | 03 anos  | 2.880                |
| Cooperativas            | Acima de 500                      | 10,75               | 9,14                           | 80                                | 12 anos                 | 03 anos  | 5.760                |

**FONTE:** Ministério da Integração Nacional / Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamentos do Centro-Oeste – CONDEL/FCO. FCO (2001) – Programa de Desenvolvimento Rural<sup>29</sup>, desenvolvimento de Sistema de Integração Rural<sup>30</sup> e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar<sup>31</sup>.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

<sup>28</sup> Concedido aos mutuários segundo a natureza e localização do empreendimento, a finalidade do financiamento de seu porte.

<sup>29</sup> São considerados prioritários e de grande interesse para efeito de concessão do financiamento com recursos do FCO os seguintes empreendimentos: a) voltado à produção de algodão, arroz, batata, feijão, mandioca, milho, soja, trigo, hortifrutigranjeiros, carne de aves, de bovinos, de peixe, de suínos, e leite; b) voltados para a criação de animais de pequeno e médio porte; c) direcionados à implantação de projetos para a criação e engorda de novilho precoce; d) destinados à implantação de projetos de irrigação; e) que adotem sistema de manejo integrado de controle de pragas e doenças; f) que se destinem à implantação de infra-estrutura de armazenagem e energia elétrica por produtores reunidos em cooperativas ou associações, ou em nível de propriedades em projetos agropecuários integrados; g) destinados ao beneficiamento e à transformação de matéria-prima regional “in natura”, de produção própria; h) para açudagem, obras de irrigação e outras inversões necessárias à captação, ao armazenamento e à distribuição de água para explorações agropecuárias, realizadas nos municípios pertencentes ao nordeste goiano; i) enquadrados nos programas Oficiais Específicos de Desenvolvimento amparados por Lei Estadual ou do Distrito Federal que tenham sido submetidos e aprovados pelo CONDEL/FCO.

<sup>30</sup> Financiamento de projetos destinados à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos conduzidos em regime de integração, cujo processo produtivo esteja direcionando as necessidades da unidade integradora. Por exemplo: avicultura, suinocultura piscicultura, fruticultura e olericultura, dentre outras.

<sup>31</sup> Financiamento das atividades agropecuárias e agroindustriais desenvolvidas pelos agricultores familiares, suas cooperativas e associações na Região Centro-Oeste.

As taxas de juros, bem como os limites financiáveis, variam conforme o enquadramento do tomador, havendo bônus de adimplência aos mutuários sem atrasos nas prestações até a data do vencimento, conforme estipulado nas Condições Gerais de Financiamento.

Os demais setores produtivos também são atendidos pelo FCO. Conforme o MI, em sintonia com o esforço da Região na implantação de pólos de desenvolvimento e formação de clusters, os segmentos industriais, agroindustriais e minerais têm à disposição os recursos oferecidos por meio do FCO Empresarial – Programa de Desenvolvimento Industrial, com prazos de pagamento compatíveis com os retornos previstos nos projetos de implantação, ampliação, modernização ou realocização. Os prazos, limites financiáveis, carência e teto para 2001 estão apresentados na Tabela 19.

**TABELA 19 - Goiás: FCO empresarial<sup>32</sup> – Principais características em 2001**

| Enquadramento/Porte | Faturamento Anual (R\$ mil) | Juros (%) aa. | Juros com Pontualidade | Limite Financiável Recursos FCO (%) | Prazo para pagamento | Carência | Teto (R\$ mil) |
|---------------------|-----------------------------|---------------|------------------------|-------------------------------------|----------------------|----------|----------------|
| Micro               | Até 244                     | 8,75          | 7,44                   | 90                                  | 12 anos              | 03 anos  | 6.400          |
| Pequeno             | De 244 a 1.200              | 10,00         | 8,50                   | 90                                  | 12 anos              | 03 anos  | 6.400          |
| Médio               | De 1.200 a 20.000           | 12,00         | 10,20                  | 80                                  | 12 anos              | 03 anos  | 6.400          |
| Grande              | Acima de 20.000             | 14,00         | 11,90                  | 60                                  | 12 anos              | 03 anos  | 6.400          |
| Grupo Econômico     | Acima de 20.000             | 14,00         | 11,90                  | 60                                  | 12 anos              | 03 anos  | 9.600          |
| Cooperativas        | Acima de 500                | 10,75         | 9,14                   | 80                                  | 12 anos              | 03 anos  | 5.760          |

**FONTE:** Ministério da Integração Nacional/Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamentos do Centro-Oeste – CONDEL/FCO para 2001.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Em Goiás, o FCO está vinculado ao Conselho de Desenvolvimento do Estado, que direciona as propriedades do uso dos recursos do Fundo, objetivando conciliar os interesses privados com o plano de Ação do Governo do Estado, dentro das diretrizes emanadas pela União. Ressalta-se que o empresariado goiano não tem absorvido, na totalidade, os recursos do FCO desde a sua criação. A distribuição dos valores transferidos pelo Tesouro Nacional ao Fundo é feita da seguinte forma: 10% para o financiamento aos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo INCRA; 50% às unidades

<sup>32</sup> Programa de Desenvolvimento Industrial, Programa de Infra-estrutura Econômica, Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional, Programa de Incentivo às Exportações, Programa de Desenvolvimento dos Setores Comercial e de Serviços.

federativas e 40% também às unidades federativas; porém conforme a demanda pelos recursos.

Desta forma, destina-se ao Estado de Goiás 29% do montante do Fundo, podendo este percentual ser elevado ou ser reduzido, de acordo com o montante solicitado no conjunto das contratações. Entretanto, no período de 1989 a 1999, a efetiva aplicação dos recursos se deu em níveis inferiores ao que o Fundo disponibilizava. Este fenômeno pode ser atribuído, em parte, às distintas políticas de juros implementadas pelo FCO ao longo de sua existência. O fato de que a parcela do Fundo (40%) se distribuiu conforme a demanda, possibilitou ao Estado obter, em quatro anos, valores superiores aos que lhe eram destinados.

O jornal O Popular (2005) diz que, desde sua criação, em 1989, o FCO já financiou mais de 80 mil empreendimentos produtivos de todos os portes e em todos os segmentos. Os investimentos totais, até 2004, foram de R\$ 3,163 bilhões, com a geração de cerca de 360 mil novos empregos.

Com a análise deste trabalho, ao longo das últimas décadas, a atuação do Estado, quer pelos investimentos em infra-estrutura econômica, quer via estímulos fiscais e financeiros, foi decisiva para a ocupação de áreas no planalto central do país, principalmente a partir de 1970. Em decorrência deste modelo de desenvolvimento brasileiro e dos programas mencionados, o Estado de Goiás sofreu consideráveis transformações na sua estrutura sócio-produtiva: a técnica de produção foi alterada pelos segmentos industriais a montante (indústrias vendedoras de máquinas e insumos) e a jusante (indústrias transformadoras de matéria-prima agropecuária), e a redução do tempo de trabalho necessário/período de produção modificou as relações sócio-econômicas regionais eminentemente no Centro-Sul do Estado. A maioria desses programas tinha objetivos amplos, incluindo aspectos fundiários, melhoria da produtividade, construção de infra-estrutura básica e provisão de serviços. Os programas atuavam por meio do próprio Estado, responsável pela implementação dos projetos e obras (diretamente ou contratando empresas privadas) e da concessão ao setor privado (empresas, pequenos produtores, colonos etc.) de financiamentos em condições especiais e isenção fiscal.

A estratégia refletia a orientação geral dos planos nacionais de desenvolvimento que, mesmo levando em conta os aspectos sociais, pobreza e desigualdade de renda, priorizavam de fato a modernização da base técnica e construção de infra-estrutura.

Pelo menos até os primeiros anos da década de 1980, tanto o desenho como a implementação dos programas eram centralizados, com pouca ou nenhuma participação dos beneficiários e/ou da comunidade em geral. A implementação quase sempre produziu a

criação de verdadeiros quistos dentro do aparelho de Estado, integrados por uma tecnoburocracia numerosa, com grande autonomia em relação aos ministérios e secretarias de Estado, aos quais estavam formalmente subordinados.

Os resultados desses programas, segundo as avaliações oficiais e não oficiais, confirmam que os aspectos sociais e distributivos, inclusive a redistribuição de terra, foram marginalizados, e que os investimentos em infra-estrutura, os financiamentos para a modernização técnica, implantação de novas unidades produtivas e expansão de atividades já existentes, absorveram a maior parcela dos recursos que não foram absorvidos na manutenção da própria máquina responsável pela execução.

### **1.7 Políticas Recentes de Incentivos Fiscais: a substituição do Programa FOMENTAR pelo PRODUIR**

Em 18/01/2000, através da Lei nº 13.591, criaram-se o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUIR) e o Fundo do Desenvolvimento de Atividades Industriais (FUNPRODUIR), em substituição do FOMENTAR. Em linhas gerais, tratava-se de incentivo financeiro que apoiava indústrias, com base no faturamento e arrecadação tributária.

Uma das principais diferenças do PRODUIR em relação ao FOMENTAR consistia na alegação de que este não se configurava como isenção fiscal. No PRODUIR, o beneficiário quitaria junto ao erário público todo o seu débito (mensal) de ICMS. O Estado, depois de ter recebido (não havendo, portanto, renúncia fiscal), “devolveria” à empresa, em forma de financiamento, valor equivalente a até 73% do imposto gerado no período, driblando assim a Lei de Responsabilidade Fiscal. Este financiamento, com juros de 2,4% aa., capitalizados mensalmente, não teria correção monetária. Outra distinção importante era no prazo de fruição, que seria no máximo 15 anos, com data prevista para encerramento em 2020 (Foto 2).

A forma de pagamento do principal (das parcelas utilizadas mensalmente) seria de uma parcela anual, a partir do segundo ano de fruição e referente aos primeiros 12 meses do período anterior, sucessivamente. A título de subvenção para investimento, poderia ser concedido um desconto de 30% a 100% sobre o valor do saldo devedor do financiamento, dependendo da prioridade do projeto. O beneficiário poderia pagar em espécie, ou seja, abater em sua dívida gastos por ele realizados, voltados ao benefício social, como escolas, creches e outros.

Como garantia, as empresas beneficiárias do FUNPRODUZIR deveriam comprometer-se a realizar, no ato da liberação de cada parcela mensal utilizada, a antecipação do percentual do seu valor de, no máximo, 10%, relativo ao pagamento do valor financiado.

Parte do montante resultante da antecipação do pagamento, somada aos valores correspondentes aos retornos das aplicações do Fundo, seria aplicada em outras atividades.<sup>33</sup>



**FOTO 2 – Rio Verde: Cargill - Painéis indicando os incentivos fiscais pelas agências de fomento**  
**AUTOR: GONÇALES, C., out./2005.**

O PRODUZIR visava amparar projetos industriais direcionados à implantação de novos empreendimentos; expansão e diversificação da capacidade produtiva; modernização tecnológica; gestão ambiental; aumento de competitividade; revitalização de unidade industrial paralisada (Foto 3). O Programa financiava parte igual ao investimento fixo,

<sup>33</sup> Sendo previsto 20% para a cultura; 20% para o esporte, praticado de modo não profissional; 45% para apoio às micro e pequenas empresas, e 15% para custeio do PRODUZIR e do FUNPRODUZIR.

multiplicado pelo coeficiente de prioridade para ele estabelecido, somado com o montante do capital do giro estimado para um ano, e/ou aquele que pudesse ser fruído durante o prazo máximo possível para o financiamento, considerando-se a data de término do FUNPRODUZIR.



**FOTO 3 – Rio Verde: Brejeiro - Painel indicando o incentivo fiscal pela agência de fomento**

**AUTOR:** GONÇALES, C., out./2005.

No caso do MICROPRODUZIR, subprograma do PRODUIR para indústrias enquadradas no Regime Simplificado de Recolhimento dos Tributos Federais (SIMPLES), o valor do financiamento atingiria até 90% pelo período máximo de até cinco anos, contados a partir da liberação da primeira parcela com o FUNPRODUZIR,<sup>34</sup> considerando-se a data limite de 31/12/2020 e outros sub-programas como o TELEPRODUZIR, o CENTROPRODUZIR, o COMEXPRODUZIR, e o LOGPRODUZIR, tendo todos o objetivo

<sup>34</sup> Que financiará outras atividades não relacionadas com a indústria, tais como: turismo, comércio, prestação de serviços, no valor de até R\$ 30 mil.

comum à ampliação dos negócios das Empresas instaladas no Estado, bem como a função de atrair novas empresas para o território goiano.

A valorização cambial e a abertura comercial expuseram, negativamente, o aparelho produtivo nacional à concorrência internacional. Por conseguinte, sucederam alterações nas políticas regionais de desenvolvimento, no Crédito Rural e, no âmbito da “Guerra Fiscal”, inclusive na substituição do FOMENTAR pelo PRODUZIR, em Goiás. Por outro lado, visando minimizar a lacuna deixada pelo arrefecimento da intervenção estatal, introduziram-se novos mecanismos de financiamento e, consolidou-se uma forma de integração agroindustrial peculiar na região.

O jornal O Popular (2005), o FOMENTAR e o PRODUZIR movimentaram juntos quase R\$ 9 bilhões entre 1999 e 2004, financiando 742 empresas. As micro e pequenas empresas também têm apoio da Agência de Fomento e do Fundo de Mineração.

Por fim, a intenção de fundamentar a capacidade de crescimento endógeno da região do Sul Goiano, nos princípios do modelo de competitividade sistêmica, demonstrou positivamente a percepção governamental de que o desenvolvimento regional se fundamenta em seus sustentáculos locais e que a ação do Estado deveria abranger políticas com esse escopo. Contudo, os instrumentos adotados nesta perspectiva, que preconizavam o aperfeiçoamento da base legal, institucional e gerencial e a melhoria da infra-estrutura e da oferta de serviços, dificilmente conseguiram atingir esses objetivos, visto que a estratégia sistêmica adota uma construção artificial dos fatores condicionantes competitivos regionais. Ao não enraizar na base social os elementos determinantes do ambiente competitivo, os instrumentos de políticas públicas implementados impossibilitam a real formação de uma estrutura regional preparada para superar os obstáculos que serão impostos ao seu desenvolvimento com o decorrer do tempo.

No capítulo 2, enfatiza-se como ocorreu a implantação da cultura da soja no Estado de Goiás, com ênfase para o Complexo Agroindustrial no Sul Goiano.

## **CAPÍTULO 2**

## **2 A IMPLANTAÇÃO DA CULTURA DA SOJA E A CONSOLIDAÇÃO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL NO SUL GOIANO**

Neste capítulo, analisou-se a implantação da cultura da soja e o levantamento dos elementos constitutivos de sua cadeia no Sul Goiano, bem como se estudou a especialização produtiva com sua especificidade para o Sul Goiano. Analisou-se, também, a logística de armazenagem e transportes e a capacidade de absorção da produção da região em foco, pelas principais empresas que constituem o complexo soja, com ênfase às empresas e cooperativas comerciais e agroindústrias, com base na sua evolução histórica e sua inserção no mercado nacional e internacional.

### **2.1 A Formação dos CAIs no Brasil**

Pelo exposto no capítulo primeiro, não se pode falar em modernização, industrialização da agropecuária e a conformação dos complexos agroindustriais no Brasil excluindo-se ou minimizando a figura do Estado. As ações e políticas estatais demarcaram as mudanças no sistema de poder nos últimos 50 anos.

O surgimento dos CAIs vinculou-se a um amplo e contínuo desenvolvimento do capitalismo, após a II Guerra, cujo setor industrial em grande efervescência, alcançou o âmago do setor agrário que, por sua vez, buscava novos caminhos para superar a queda da lucratividade e a depreciação da renda da terra.

Como ocorrera com a indústria, no final do século XIX, a agropecuária também passou por concentrações horizontal e vertical no seu processo de “caificação”. Nas palavras de Johnston e Kilby (1977, p. 51) “o mecanismo do processo econômico na agricultura é o

mesmo que opera em todos os demais setores de uma economia. O nome desse mecanismo é *especialização*”.

A entrada da agricultura no complexo industrial não se dará de modo tranqüilo, pois muitos problemas advirão como, por exemplo, o aumento dos custos produtivos, sem a devida compensação em termo de aumento da rentabilidade, além do mercado ir perdendo o seu caráter competitivo e penetrar na esfera monopolista.

O conceito de complexo agroindustrial<sup>35</sup> surgiu na década de 1950, nos países centrais, como resultado de estudos sobre a participação das atividades agrícolas nas relações inter-setoriais, a partir de teorias a respeito destas relações formuladas por W. Lentief, como aponta Guimarães (1979).

Um dado fundamental refere-se à distinção entre os termos que compõem essa grande equação do comportamento moderno da agricultura. Kageyama et al. (1996), ao iniciar a sua apreciação sobre o assunto, distingue conceitualmente os termos modernização e industrialização da agricultura.

Por modernização entende-se, basicamente, a mudança da base técnica da produção agrícola. Em outras palavras, ocorreu uma transformação da produção artesanal camponesa numa agricultura consumidora de insumos (“inputs”) e com elevado grau de intensidade. O processo de modernização pode ser aquilatado pela elevação do consumo intermediário na agricultura. A industrialização da agricultura correspondeu à fase mais “evoluída” da modernização e, por sua vez, nas palavras dos autores: “Envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo da produção semelhante a uma indústria, como uma fábrica que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos de produção” (KAGEYAMA et al., 1996, p. 113).

Quando se fala em industrialização da agricultura é mister lembrar os seus limites, pois, diferentemente da indústria, a agropecuária possui especificidades (ritmos, ciclos naturais etc.) que não se coadunam com o método industrial. Prosseguindo sua análise, acrescentam Kageyama et al. (1996, p.114) que, conectada com outros ramos da produção, esta agricultura para produzir: “depende dos insumos que recebe de determinadas indústrias, e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou as matérias-primas para outras indústrias de transformação”

Segundo eles, três transformações básicas diferem a modernização e industrialização da agricultura:

---

<sup>35</sup> Segundo Alvarenga (2000), o termo “agrobusiness” foi criado por Ray Golberg, professor da Universidade de Harvard, por volta de 1960.

- mudanças nas relações de trabalho - ocorre à divisão do trabalho dentro da família, o trabalho coletivo ultrapassa o individual;
- mudanças qualitativas na mecanização - quando se introduzem as máquinas em todo o processo de produção (da preparação do solo ao transporte do produto);
- internalização do D1 - no Brasil isto correu com a instalação da indústria de base que passou a produzir máquinas e insumos ao campo.

Com a industrialização da agricultura brasileira (década de 1960), o setor industrial passou a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica da agricultura. Esta, no entanto, quando (semi)integrada, perdeu o direito a concorrer no mercado consumidor final e ficou presa aos interesses das indústrias, principalmente processadoras de suas matérias-primas.

Logicamente que, quanto mais modernizada se torna a agricultura, mais amplos os caminhos se abrem à sua industrialização. Quando ela alcança este “estágio”, o processo vai tomando caráter de irreversibilidade. O mais elevado grau de irreversibilidade ocorre no contexto do CAI, pois a agricultura encontra-se altamente modernizada e industrializada, principalmente se a sua forma de integração for direta. Assim, o processo de industrialização do setor agrário brasileiro levou à emergência os complexos agroindustriais, somente na década de 1970.

A existência dos CAIs pressupõe, logicamente, a presença no mínimo de dois setores integrados – agricultura (industrializada) e industrial. Este representado pelas indústrias de insumos e processadoras, sendo as últimas possuidoras de maior ascendência sobre a agricultura.

A partir do momento em que ocorre a industrialização do campo, a indústria passa a comandar as transformações verificadas na agricultura. De acordo com essa realidade, a produção agrícola insere-se numa cadeia ou ciclo produtivo, que resulta na formação dos complexos agroindustriais, e sua constituição é “apreendida a partir da dinâmica conjunta da indústria para agricultura (montante)/ agricultura/ agroindústria (jusante)” (MARAFON, 1998, p.16).

Cada CAI pode estar mais ou menos integrado a nível intersetorial, sendo que os CAIs mais completos atuam nas esferas de estocagem, comercialização e transporte de produtos e, até mesmo, na do financiamento. Já os CAIs incompletos, segundo Graziano da Silva (1993), só apresentam relações para frente, isto é, com as indústrias processadoras.

Os vários conceitos elaborados sobre os sistemas ou complexos agroindustriais, de certa forma, acham-se circunscritos aos aspectos formais já citados, isto é, aos setores envolvidos, suas funções e integração. Seguem-se alguns conceitos de CAIs, com ênfase nos aspectos econômicos, políticos e ideológicos.

O CAI constitui-se de um complexo entre tantos outros, como industrial, portuário, cafeeiro. Giarracca (1985, p. 23) define complexo como “a estrutura de relações entre as distintas etapas que intervêm na elaboração de um bem”. E quanto este bem (produto) tem origem na agroindústria, está-se em presença de um CAI. Para Goldbery, citado por Bruneau e Imbernon (1980, p. 212), o sistema agroindustrial vem a ser “o conjunto da produção e da distribuição de fornecimento para a agricultura, as operações de produção ao nível das exportações, como a estocagem, a transformação e distribuição de produtos agrícolas e de alimentos transformados”.

Para Vigorito, reproduzido por Giarracca (1985, p. 23), o CAI constitui-se de um:

Mecanismo de reprodução que se estrutura em torno da cadeia de transformações diretamente vinculadas à produção agrária, até chegar a: a) seu destino final como meio de consumo ou inversão, ou b) tomar parte da órbita de outro complexo não agroindustrial.

Muito semelhante à definição de Goldbery, Sorj (1986, p. 29) vê o CAI como: “um conjunto formado pelos setores produtores de insumos agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição e financiamento nas diversas fases do circuito”.

Graziano da Silva, citado por Scopinho (1996, p. 29), introduz um viés político em sua visão. Para ele, o CAI é um produto histórico a partir de uma conjugação de interesses institucionais (público e privado), num determinado nível organizacional. Explicitando, ele acrescenta:

É uma verdadeira máquina de organizar interesses no quadro das relações conflituais entre segmentos da iniciativa privada e o Estado, privilegiando e até mesmo incluindo atores que por razões estritamente econômicas deveriam ou não fazer parte de uma dada estrutura tecnoprodutiva.

Nesse sentido, “o complexo agroindustrial” constitui uma fase dinâmica e, no final das contas, transitória, no desenvolvimento industrial da agricultura, e não sua expressão final e mais completa (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p. 2). Logo, podemos afirmar que o termo *complexo agroindustrial* corresponderia ao período histórico em que se consolidou o padrão denominado “pacote tecnológico” da Revolução Verde, viabilizado pelo

desenvolvimento de variedades adaptadas à mecanização e à quimificação (LIFSCHITZ; PROCHNIK, 1991, p.12) e com forte participação do Estado através do crédito rural e dos investimentos em pesquisa e nas redes técnicas.

Em outra linha de abordagem, com uma visão ideológica, Neves (1990, p. 26) entende que a modernização, modernização conservadora e complexo agroindustrial são termos referentes à “modelos gerais relativamente abstratos de compreensão de formas específicas de interligação da agricultura com a indústria, nem sempre realizáveis tais quais”.

Ainda Cleps Jr. ( 1998, p.19) cita em sua tese o que para o autor é uma das principais definições do complexo agroindustrial (CAI) brasileiro que é proposta por Muller, como:

Em termos formais, o complexo agroindustrial, CAI, pode ser definido como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/ transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica.

Em função da complexa natureza dos CAIs e considerando sua rápida capacidade evolutiva, cada conceito retratado, embora se constitua em valioso instrumental de entendimento da realidade, carece de uma visão mais global. Assim, há necessidade de novas abordagens para tecer conceitos mais abrangentes do fenômeno.

Uma vez completado o ciclo de integração do setor agrário aos CAIs, o entendimento do movimento deste setor só pode ser apreendido em sua real dimensão a partir da dinâmica industrial a ele afeita. Por seu turno, o desempenho dos complexos industrial e agroindustrial encontra-se atrelado à esfera do capital industrial e financeiro que opera, de modo simultâneo e integrado, em escalas distintas, isto é, regional, nacional, continental e internacional. Em outras palavras, Bruneau e Imbernon (1980, p. 213):

O sistema agroindustrial se desenvolve, acentuando o processo de internacionalização do capital social, sob todas as formas: capital produtivo (implantações industriais e migração de mão-de-obra), capital financeiro (movimento internacional do capital bancário e industrial), mercadorias/transferência de tecnologia, importação e exportação de diversos bens e serviços.

É bom lembrar que, embora a modernização-industrialização da agricultura brasileira, inclusive integrando-se aos CAIs, tenha se intensificado em escala crescente desde o pós II Guerra, não se pode esquecer de que este processo não se deu de forma homogênea em todos

os setores agrários e no espaço nacional. Ainda existem muitos espaços, tipos de cultura e criação, fragilizados ou ainda não atingidos pela modernização.

A introdução das relações capitalistas no campo faz-se de maneira seletiva, principalmente em função dos objetivos do sistema que, em última análise, é o da reprodução ampliada do capital. Por outro, há que se valorizar a “força do lugar”, pois as áreas, regiões, países selecionados apresentam especificidades históricas, características naturais, acessibilidade, possuindo infra-estruturas e são dotadas de situações geográficas fundamentais.

Apesar dos CAIs não elaborarem um modelo universal, ao tomá-los como unidade escalar, o estudo dos setores agrário e industrial, feito mesmo de modo isolado, revestir-se-á de grande significado para o entendimento dos seus vários processos econômico, social, político e principalmente espacial.

O uso da expressão sistema agroindustrial, na acepção dos autores Bruneau e Imbernon (1980), tornou-se necessário, pois “não significa um simples processo de reorganização industrial no campo, mas uma reestruturação do processo produtivo”.

### **2.1.1 Efetivação dos CAIs (1960 - 1989)**

Constituiu-se esta fase na consolidação da modernização da agricultura e sua subordinação definitiva à indústria, tendo também ocorrido a efetivação dos CAIs no país.

Tal fato realizou-se de modo rápido e intenso pela ação de políticas governamentais que incentivaram a criação de indústrias de maquinarias e insumos básicos, tanto por iniciativa oficial, como particular (empresas nacionais e internacionais).

As firmas multinacionais, algumas já atuando no país, acorreram em grande número e passaram a operar, tanto na indústria de base quanto na de processamento, em forma de mono ou oligopólios. O Estado também cria incentivos ao consumo, via política de crédito subsidiado, difusão de pacotes tecnológicos (revolução verde), facilidade de aquisição de terras, principalmente nas áreas de fronteiras.

A propriedade fundiária desfruta de um intenso processo de valorização, constituindo-se num bem com reserva de valor, o que Kageyama et al. (1996) denominou de “territorização do capital”, acentuando a concentração fundiária. Com o aumento do valor da terra, a pequena produção fica fragilizada frente às pressões do capital e, assim, muitos dos seus agricultores

foram obrigados a abdicar de suas terras. Muitos deles “optaram” em viver em cidades (estimula-se que 30 milhões de brasileiros deixaram o campo pela cidade neste período). Uma outra parcela deles transformou-se em assalariados permanentes ou temporários nas empresas modernizadas. Uma percentagem das pequenas propriedades familiares conseguiu se capitalizar e penetrar no circuito da agroindústria, integrando-se aos CAIs, mas, em compensação, perdeu grande parte de sua independência.

Esta fase, principalmente no período de 1965 a 1979, ficou conhecida pelos críticos como “modernização conservadora” (GRAZIANO DA SILVA, 1982), ou “milagre econômico” pelos simpatizantes do regime militar que a patrocinou. Este autor afirma que a modernização da agricultura brasileira só deslanchará ao se consolidar a hegemonia da indústria de base.

Sorj (1986, p. 11) observou que, em meados dos anos 1960, houve uma redefinição das relações entre a agricultura e a indústria, a partir do desenvolvimento do complexo agroindustrial. Sobre isto, ainda, acrescenta o autor: “A agricultura passa a se reestruturar a partir da sua inclusão imediata no circuito da produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matérias-primas para a transformação industrial”.

Tal modernização encontra-se presente em quase todos os setores e não só naquelas plantagens voltadas ao mercado externo. Em relação à modernização recente da agricultura brasileira (década de 1980), Martine (1991) fez importantes observações, sendo que algumas delas foram aqui incorporadas.

Quase toda a economia nacional e nela os CAIs amargaram na década de 1980 e início de 1990, intensas dificuldades, em função da crise econômica que afetou o mundo ocidental. Mais uma vez o Estado elaborou distintas políticas setoriais, não só visando mitigar os efeitos perversos da crise, como dinamizar a economia nacional frente às transformações que se operavam no mercado mundial.

Martine distinguiu nessa década duas fases: 1980-84 e 1985-89, caracterizadas por crise de estagnação econômica. A primeira fase atinge tanto o setor industrial como o agrário. No entanto, esta crise encontrou a agricultura com uma estrutura produtiva já consolidada em termos técnicos, amortecendo suas seqüelas negativas.

A atividade rural perdeu o seu tratamento preferencial junto ao sistema financeiro. O crédito subsidiado e com taxa de juros negativa, que era concedido de modo genérico, perdeu o seu ímpeto e deu a vez ao dirigido. Ao lado desta nova atitude creditícia, o Estado

implementou a política de subsídios, de câmbios e de preços mínimos aos setores ligados à cana-de-açúcar (PROGRAMA DO PROÁLCOOL), soja, trigo, cacau, algodão e laranja.

Observou-se, por um lado, uma queda na importação de produtos alimentares e por outro, incentivos à exportação, fato que redundou em elevados “superávit” na balança comercial brasileira.

Genericamente, constatou-se uma retração no ritmo de crescimento das áreas cultivadas, em particular nas culturas permanentes e do rebanho. Esta queda afetou, naturalmente, a expansão do uso de maquinaria, em especial dos tratores. Comparado às décadas anteriores (1960-1970), observou-se maior morosidade no processo de incorporação de novas fronteiras.

Mesmo assim, a cultura da soja foi a grande responsável pelo alargamento destas fronteiras, sobretudo na região Centro-Oeste, e também vai expandir-se na região Sul. A criação de gado fortaleceu sua presença nas regiões Centro-Oeste e Norte.

A retração relativa da economia rural modernizada propiciou o crescimento de certas formas não-capitalistas de produção. Isto se revelou pelo aumento do ritmo de crescimento do número de trabalhadores dos pequenos estabelecimentos, caracterizando o chamado processo de “minifundiarização”.

Apesar da conjuntura externa bastante desfavorável, a agricultura brasileira conseguiu colher duas supersafras (1985-86) ver Tabela 16, indicativas da recuperação do setor. Simultaneamente, a esfera industrial ainda se encontrava mergulhada numa crise recessiva, sem precedente, em busca de novos padrões tecnológicos, fato que veio agravar o debilitado mercado de trabalho, gerando elevados índices de desemprego no setor.

Sem abandonar a política de incentivos à exportação, o governo da “Nova República” dinamizou o setor agropecuário voltado ao mercado interno, através do chamado “Plano Cruzado” com efeitos, porém, limitados no tempo. Este plano, ao conter a inflação, elevou o poder de compra da população trabalhadora urbana, havendo inclusive necessidade da importação de gêneros alimentícios. Foi garantido ao produtor o preço mínimo mais elevado para os produtos alimentares.

Novamente, o governo pôs em prática a política de crédito rural (custeio e investimento) com taxas de juros reais negativas (1986-87). Já em 1988, observou-se o saldo positivo na balança comercial, com elevação do preço dos produtos exportados.

A valorização de terras para a produção ou para o especulato forçou, novamente, a proletarianização dos camponeses ou o seu deslocamento para novas áreas (principalmente Rondônia), reproduzindo o ciclo dos posseiros que agiam como batedores à passagem do

grande proprietário. A expropriação parcial dos pequenos produtores levou muito deles a lutar pelo direito à terra. Nesta fase, consubstancia-se a formalização do Movimento dos Sem-Terra, que passou a comandar as incursões dos latifúndios improdutivos (1984/85), como medida política de chamar a atenção da nação sobre a eterna questão da reforma agrária. Não se pode esquecer que a pequena agricultura familiar continuava resistindo, inclusive, pela via da incorporação aos CAIs. Uma vez integrada e capitalizada, ela passou a produzir matérias-primas para as agroindústrias.

Na década de 1990, chegaram ao poder os presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, que assumiram práticas ligadas à doutrina neoliberal. No Governo Fernando Collor de Melo, a recessão, desemprego e inflação atingiram patamares nunca vistos e que não foram debelados, apesar dos planos econômicos implementados. Já o Governo de Fernando Henrique Cardoso obteve êxito quanto ao controle da inflação, via Plano Real.

Nessa década, o Estado não só perdeu a sua capacidade de investimentos em indústrias de base e em infra-estrutura, como também vem se retirando do processo econômico com a política de privatização das estatais. Abriu-se, por outro lado, o mercado brasileiro, até então protegido em favor das indústrias existentes no país, objetivando, via concorrência, elevar o padrão de qualidade dos produtos e serviços a preços baixos. A estabilização da moeda, indubitavelmente, atraiu ao mercado consumidor, sobretudo nos produtos de primeira necessidade, uma parcela da população nacional de baixa renda, ausente do circuito formal da economia.

Em outro patamar, nesta década efetivou-se a aliança econômica entre os países sul-americanos do chamado Cone-Sul, constituindo-se num supra-organismo, o MERCOSUL, com repercussões diferenciadas na economia de todas as nações membros. Esta realidade, embora muito recente, vem trazendo modificações na esfera econômica e na organização do espaço brasileiro, principalmente na região Sul, a mais próxima dos países integrantes no macro-organismo.

Tudo indica que haverá a médio e longo prazo uma maior especialização setorial nas diversas regiões geoeconômicas, em função de sua proximidade, das potencialidades naturais e das vantagens comparativas. Algumas, certamente, ganharão dinamismo enquanto outras poderão ficar até mesmo marginalizadas.

Finalmente, o Estado, com objetivos de - a) ampliar a produção agrária e, com ela, a consolidação dos CAIs, b) garantir a soberania nacional sobre áreas pouco habitadas, principalmente de fronteiras, - elabora um conjunto de instrumentos, como incentivos fiscais

para a ocupação de vastas zonas do interior, sob o lema “integrar para não entregar”. Neste sentido, criaram-se ou modernizaram-se instituições oficiais, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a fim de planejar e executar políticas de desenvolvimento setorial e regional e para o Centro-Oeste, como vimos no capítulo 1, criou-se o PLADESCO e o POLOCENTRO entre outros.

## **2.2 A Implantação da Cultura da Soja no Sul Goiano**

A soja é uma cultura de origem chinesa – provavelmente da China do norte, atualmente denominada Kaoliang – pertencente à família das papilionáceas, rica em proteínas (+ ou – 38%) e em lipídios (+ ou – 18%), é considerada a mais rica leguminosa, e foi utilizada inicialmente como alimento animal. Mas o seu uso foi introduzido rapidamente e de maneiras diversas na alimentação humana, além de passar a ser usada como conservante do solo na adubação verde. Provou ser cultura de fácil manejo, amplamente mecanizável da sementeira à colheita, e tem exigências de solos parecidas com as do milho e trigo. Sua história de produção e consumo alerta a curiosidade pela sua extrema grandeza.

Com a expansão geográfica da soja no Brasil e, com as políticas desenvolvimentistas, que buscavam incrementar as relações entre os setores industriais e os setores agrícolas, o grão da soja foi utilizado como grande possibilidade de transações e incorporação através do processo de agroindustrialização. Tratando dessa expansão, Lunas (1996, p.16) esclarece que,

no Brasil, a soja foi introduzida primeiramente na Bahia em 1882, sem sucesso e, posteriormente em São Paulo em 1892, onde foi estudada e cultivada em pequenas áreas, para a alimentação de famílias de imigrantes japoneses. No Rio Grande do Sul foi introduzida em 1914, onde a cultura apresentou evolução mais consistente, em 1949, cerca de 18 mil toneladas constituíram a primeira exportação brasileira de soja. O Paraná iniciou o seu cultivo em 1954, e só chega em Goiás no final da década de 1960.

Até a década de 1960, a soja não se encontrava entre as culturas mais importantes para o país. O processo de consolidação da soja deu-se no final da década de 60, quando o incremento da produção possibilitou sua inserção no mercado internacional e transformou o país num dos importantes exportadores mundiais. A expansão da soja no interior do país acentuou-se após o desenvolvimento tecnológico de variedades para a região do cerrado. Daí

a importância da ação pública na produção de tecnologias para essa região, conforme foi salientado no capítulo 1.

Apesar do significativo crescimento da produção no decorrer dos anos de 1960, foi na década seguinte que a produção da soja mais cresceu e se consolidou como a principal lavoura do agronegócio brasileiro, passando de 1,5 milhões de toneladas (1970) para mais de 15 milhões de toneladas (1979). Esse crescimento se deveu não apenas ao aumento da área cultivada (1,3 para 8,8 milhões de hectares), mas também ao expressivo incremento da produtividade (1.140 para 1.730 kg/ha). Com tais avanços, o trigo cedeu lugar à soja como a cultura mais importante do sistema produtivo regional. Mais de 80% da produção brasileira de soja ao final dos anos 1970 ainda se concentrava nos três Estados da região Sul, mas a região central do país (latitudes entre 10° e 20°S) já dava sinais de que entraria para ocupar seu espaço na produção da soja, o que efetivamente ocorreu a partir da década de 80 (CONAB, 2004).

Em 1970, menos de 2% da produção nacional de soja foi colhida nessa região. Em 1980, esse percentual passou para 20%, em 1990, já era superior a 40%, e, em 2004, alcançou 64%, com tendência a ocupar maior espaço a cada nova safra. Essa transformação promoveu e consolidou o Estado do Mato Grosso como líder nacional de produção e de produtividade de soja.

De acordo com Roessing e Guedes (1993, p.22):

a produção da soja no Brasil concentrou-se na região Centro-Sul até o início dos anos 1980. A partir daí, a participação da região Centro-Oeste aumentou significativamente. A expansão da área cultivada de soja no Brasil é resultado tanto da incorporação de novas áreas, nas regiões Centro-Oeste e Norte, quanto da substituição de outras culturas, na região Centro-Sul.

O processo crescente de substituição das lavouras tradicionais pela soja decorreu primeiramente dos aspectos positivos de sua rentabilidade. De acordo com os dados apresentados na Revista Retrospectiva (1990, p.60), ao analisar a evolução da sojicultura no Brasil, destaca alguns pontos do modelo adotado para a implantação da cultura no país, onde,

a evolução da lavoura no Brasil apresentou algumas peculiaridades, estando associada ao modelo de desenvolvimento posto em prática na década de setenta e, igualmente, à divisão do trabalho que os governos de então quiseram influenciar. Para tanto, concederam crédito farto e barato, além de garantia de preços remuneradores, para produtos novos, com valor adicionado, a serem exportados.

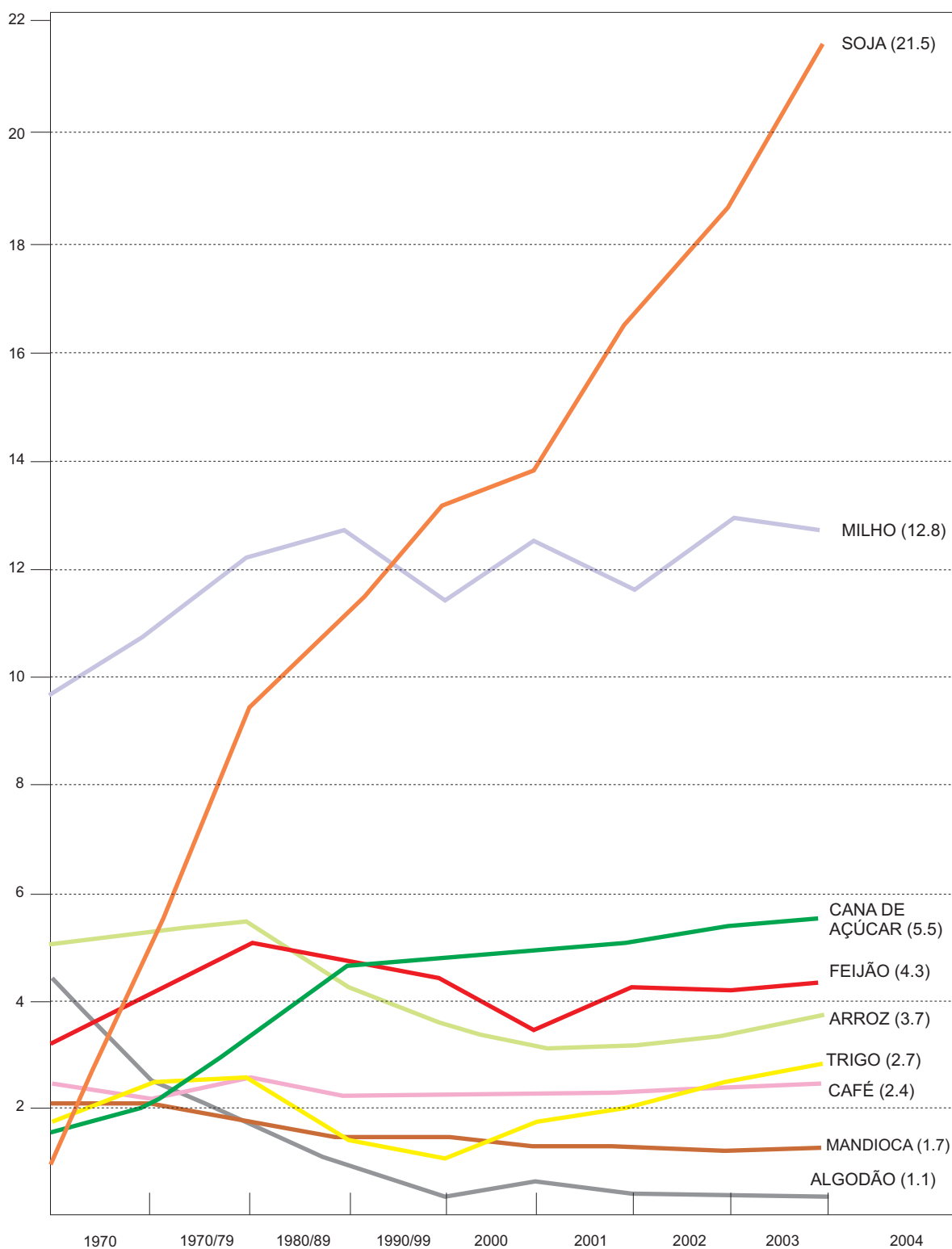
Restringiram-se, na época, as vendas externas do grão. Até 1973, não havia tributação sobre as exportações do complexo soja.

Analisando os aspectos físicos como ambiente favorável à produção, o explosivo crescimento da produção de soja no país, cerca de 250 vezes no transcorrer de apenas quatro décadas, determinou uma cadeia de mudanças sem precedentes na sua história (Gráfico 1). Foi a soja, inicialmente amparada pelo trigo, a grande responsável pelo surgimento da agricultura comercial no Brasil. Ela, também, apoiou ou foi a grande responsável pela aceleração da mecanização das lavouras brasileiras, pela modernização do sistema de transportes, pela expansão da fronteira agrícola, pela profissionalização e pelo incremento do comércio internacional, pela modificação e pelo enriquecimento da dieta alimentar dos brasileiros, pela aceleração da urbanização do país, pela interiorização da população brasileira (excessivamente concentrada no Sul, Sudeste e litoral do Norte e Nordeste), pela tecnificação de outras culturas (destacadamente a do milho), bem como impulsionou e interiorizou a agroindústria nacional, patrocinando as expansões da avicultura e da suinocultura brasileiras.

A soja transformou-se num dos principais produtos agrícolas brasileiros pela atração de capitais nacionais e internacionais para montagem de setores industriais a montante e a jusante. A partir do fortalecimento da produção de soja brasileira, os setores industriais internacionais interessam-se pela internalização da produção de vários insumos e máquinas no país, favorecendo o dinamismo do desenvolvimento brasileiro e contribuindo positivamente nos indicadores de atividades industriais ligadas ao setor agrícola.

No Sul Goiano, o Cerrado foi incorporado, a partir do início da década de 1970, e tornou-se uma das mais promissoras regiões para a produção de grãos no país. Os principais programas dirigidos à região dos Cerrados, particularmente no Sul Goiano, permitiram que a soja fosse introduzida com um capital e uma base tecnológica de alto padrão para a agricultura brasileira. Esses programas permitiram criar condições para a expansão da agricultura comercial necessária para que a modernização agrícola brasileira se desse de forma intensa.

**GRÁFICO 1 - BRASIL: EVOLUÇÃO DA ÁREA DAS PRINCIPAIS CULTURAS - 1970-2004 (EM Ha)**



Fonte: CONAB, 2004.  
Org. GONÇALES, C., 2005

O fenômeno, conhecido por modernização agrícola, aliado aos fatores abaixo relacionados, provocou o interesse pelas terras do cerrado e proporcionou a expansão da soja no Sul Goiano.

O interesse pela região dos cerrados deu-se por causa de três fatores, Wedekin (1994):

- Aspectos edafo-climáticos favoráveis: topografia plana, chuvas regulares, altas temperaturas. Estes fatores, associados às tecnologias regionais específicas, têm desencadeado um substancial aumento de produtividade em áreas não-tradicionais; isto é, fora da Região Sul.
- Procura de terras mais baratas: os sulistas voltaram-se para a concentração dessas terras, por causa do seu baixo preço, tendo em vista o aumento da rentabilidade da exploração agrícola (lucro sobre ativos) e os ganhos com a valorização do capital fundiário. Boa parte dos sulistas sentiu-se atraída pelo acesso à terra, graças a não obrigatoriedade de sua compra, para nela produzir, tornando-se arrendatários. Isto lhes possibilitava reservar capital para investimento em tecnologia e insumos, dentro de um sistema moderno de arrendamento.
- Economias de escala: a busca por este fator é provocada pelo baixo preço das terras, possibilitando, com um mesmo patrimônio, um aumento na escala de operação. Já está comprovado que, quando se aumenta a área plantada de 50 a 1.000 ha, o custo de produção da soja, por saca, reduz-se cerca de 40%.

Não devemos esquecer da importância e os investimentos que a EMBRAPA tem feito quanto à pesquisa no desenvolvimento de várias culturas, mas, em especial, a da soja. Desde a sua criação, a EMBRAPA parte da premissa de que a agricultura sustentável depende da boa ciência e do desenvolvimento tecnológico, fatores estes que têm sido decisivos para aumentar a oferta de alimentos e fibras para a população brasileira, sobretudo nos últimos 20 anos. Nestes últimos 15 anos, estrategicamente, a EMBRAPA vem-se preparando para gerar e adaptar tecnologias agropecuárias de última geração, e acredita que o uso seguro da biotecnologia moderna desempenhará papel de alta relevância no desenvolvimento sustentável da economia nacional, pelas possibilidades que traz de redução de custos de produção e de impactos ambientais positivos no meio rural. EMBRAPA Soja (2004, p.27),

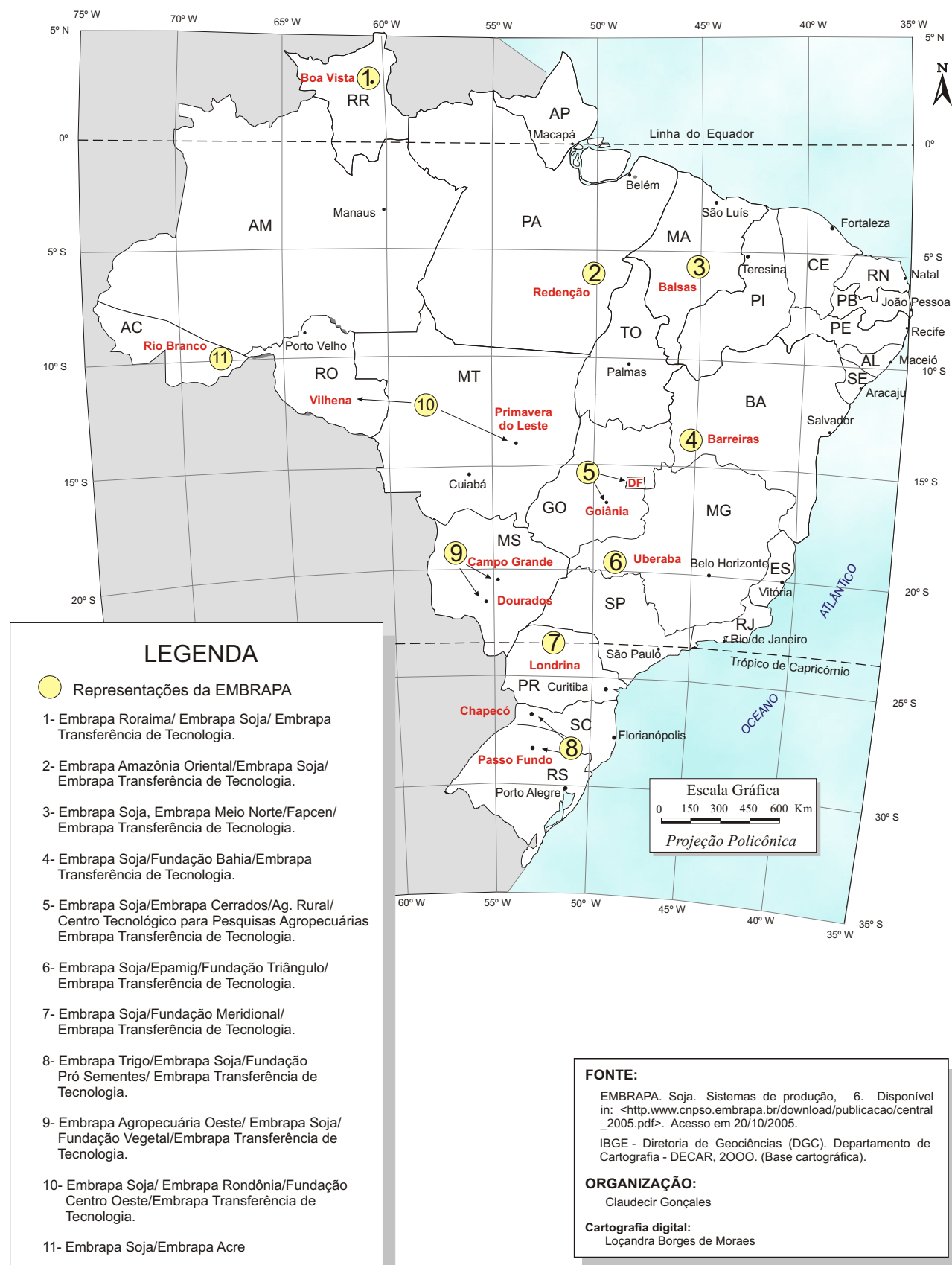
até 1970, a preocupação maior dos programas de pesquisa de soja brasileiros era com a produtividade. Com menor ênfase, também buscavam a altura adequada da planta para a colheita mecânica, as resistências ao acamamento e à deiscência natural das vagens. Os problemas fitossanitários não preocupavam muito os pesquisadores da época. Foi somente a partir dos anos 80 que resistência a doenças como a Pústula Bacteriana, o Fogo Selvagem e a Mancha Olho-de-Rã passaram a se constituir em características necessárias para a recomendação de uma nova cultivar. Posteriormente, problemas fitossanitários maiores surgiram, como o Cancro da Haste, o Nematóide de Cisto, o Oídio e a ferrugem ampliando a lista de exigências para a recomendação de novas cultivares.

Deve-se salientar que vários produtos estão em fase experimental em sua modificação genética e devidamente autorizado pela CTNBio. Além do programa de pesquisa da EMBRAPA Soja, localizado no Paraná, outros programas de pesquisa com a cultura estabeleceram-se, desde 1975 aos dias atuais, pelo Brasil afora: Universidade Federal de Viçosa e EPAMIG, em Minas Gerais; EMGOPA, em Goiás; EMBRAPA Cerrados, no Distrito Federal (Mapa 4); COODETEC, INDUSSEM e FT – Sementes, no Paraná; FUNDACEP, no RS, e EMBRAPA Agropecuária Oeste e EMPAER, no Mato Grosso do Sul. Além de novos programas oficiais, programas já existentes na EMBRAPA Trigo e Secretaria da Agricultura, no RS e IAC, em SP, foram fortalecidos. Com o advento da Lei de Proteção de Cultivares, em 1997, novos programas de pesquisa privados estabeleceram-se no país, dentre os quais merecem destaque os da Monsoy, da Fundação Mato Grosso, da Syngenta, da Pioneer e da Milênia.

Aliados a esses fatores, os programas e políticas adotadas nas áreas do Sul Goiano deram condições para o crescimento da agricultura de exportação e ocupação nesses locais. A demanda da soja nos mercados internacionais tornou o cerrado atrativo para a agricultura comercial. Assim sendo, viabilizou-se a agricultura nas áreas de melhor infra-estrutura e mecanização. Os produtores foram incentivados a explorar novas terras porque se tornou lucrativo ampliar a produção de mercadorias para o comércio externo. Desenvolveu-se uma agricultura moderna que exporta e, posteriormente, agroindustrializa produtos para o mercado interno.

O Sul Goiano apresenta um relevo predominantemente plano, onde se destaca uma cobertura vegetal típica de cerrado e as vegetações do agroecossistema local, quais sejam, as extensas lavouras de cereais e leguminosas. Apesar de a sua fisiografia ser bastante favorável à mecanização agrícola, predomina na região os solos ácidos e de baixa fertilidade natural, que necessitam de correção e/ou adubação para serem eficazmente aproveitados para a produção agrícola.

# **MAPA 4 - BRASIL: SISTEMA EMBRAPA DE PARCERIAS - CULTIVARES DE SOJA - 2005**



A partir da década de 1970, na medida em que a exploração intensiva dos cerrados se tornou viável, houve um estímulo oficial para a implantação e o desenvolvimento de uma atividade agrícola moderna no Sul Goiano.

A introdução das frentes de agricultura comercial no Sul Goiano significou a implantação do sistema de produção intensivo, utilizando-se principalmente a cultura da soja, mas também a do milho. Pela explicação de Shiki (1997, p.151),

a essência do sistema se baseia na mecanização tratorizada do plantio à colheita, passando por operações de pulverização, fertilização e tratos culturais, o que confere ao sistema uma alta produtividade de trabalho, permitindo a uma só família operar centenas de hectares, com necessidades apenas pontuais de contratação de trabalhadores temporários.

A incorporação do Pacote Tecnológico da Revolução Verde, no Brasil, conhecida como Modernização Conservadora ou Dolorosa, transformou profundamente a realidade do setor rural, desde a estrutura física e produtiva da unidade rural até a forma de trabalho no campo. Em razão da incorporação de técnicas da Revolução Verde, pretendia-se alcançar a completa extinção do antigo sistema produtivo do país, quase auto-suficiente, para um sistema integrado aos vários segmentos industriais e serviços. Os autores Martine e Beskow (1987, p.20) esclarecem que esse pacote “prometia a elevação da produtividade média por meio de sementes melhoradas ou de ‘altos rendimentos’; o aproveitamento efetivo dessas sementes, porém, era condicionado ao uso integrado de máquinas e insumos químicos”.

O pacote foi difundido por meio do intercâmbio e dos interesses de firmas multinacionais que importavam tecnologias de seus países de origem e vendiam aos países em desenvolvimento, como o Brasil, caracterizando um processo mundial de difusão de tecnologias. De acordo com Goodman, Sorj, Wilkinson (1990, p.26) “a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agrônômicas e de insumos agrícolas genéricos”.

No Sul Goiano, esses programas foram responsáveis pela incorporação de áreas que adotaram a nova base tecnológica, alterando as relações com a mão-de-obra para o setor. Conforme Estevam (1998, p.180), “no contexto deste movimento de modernização agrícola – em função das alterações técnicas de produção – ocorreram modificações nas relações de

trabalho com maior proletarização do trabalhador rural em Goiás”. Mendonça (2004, p. 121) reafirma o processo de proletarização e precarização das relações de trabalho no campo:

as alterações nas relações de trabalho decorrentes das investidas modernizantes em Goiás e principalmente no Sudeste Goiano, apontam para uma diferenciação significativa entre os trabalhadores rurais, pois o assalariamento que para muitos seria a redenção do trabalhador e a efetiva comprovação de que a “revolução” estava próxima, não se efetiva na prática. Grande parcela dos trabalhadores sofreram e ainda sofrem todas as formas de violência, a partir do momento que são desterritorializados. Parte, que ainda continua exercendo as atividades no campo, fazem múltiplas tarefas, adquirindo várias habilidades como forma de assegurar o sustento da família, assim como de atender a demanda colocada pelas empresas rurais.

A soja entra pelas regiões Sul e Sudoeste do Estado que fazem parte da mesorregião do Sul Goiano, onde, especialmente na última, os chapadões revestidos pelo Cerrado, dito improdutivo até este momento, foram transformados numa paisagem verde e homogênea, como os cinturões norte-americanos, dando indicativos de uma região articulada com o processo produtivo internacional.

O processo de modernização do Sul Goiano possibilitou a emergência de culturas para o mercado internacional, como é o caso da soja. As características da soja fizeram com que houvesse um rápido incentivo ao processamento industrial para obtenção dos derivados que tinham um mercado de demanda em crescimento na década de 1980. A sojicultura atende a interesses tanto privados quanto estatais, conforme Bertrand (1987, p.94-95), “a expansão da soja resulta, pois, de uma série de interesses convergentes: os do Estado, no quadro do ‘milagre econômico’; os de certos produtores, em busca de alternativas de cultura; os de industriais, que nela vêem um fator de dinamização da produção”.

No Sul Goiano, esse desenvolvimento foi particularmente incentivado pelos programas governamentais de expansão da fronteira agrícola, como o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO) e Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO), entre outros que já foram mencionados no capítulo 1. Esses programas forneciam subsídios para aquisição e explorações produtivas das terras de fronteiras, tendo por objetivo principal a integração econômica da região à economia nacional. De acordo com Martine e Beskow (1987, p.27),

este conjunto de programas (embora presente, em alguns casos, um discurso e uma roupagem formalmente desconcentradores) é nitidamente favorecedor da grande produção, tendo contribuído fortemente para um processo de conglomeração de capitais na agricultura, através de vários tipos de combinação de capitais multissetoriais, operando conjuntamente.

Deste modo, podemos observar que o modelo de desenvolvimento adotado para a modernização da agricultura no Sul Goiano, voltada especialmente para a monocultura exportadora, revela o caráter concentrador do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado, durante o período militar, também em outras regiões do país, modelo este que permaneceu inalterado, no período pós-ditadura, pelos diferentes governos civis que, praticamente, tem sustentado e mantido as políticas que resultaram no crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento socioespacial.

A estrutura fundiária do Sul Goiano é caracterizada por um processo de concentração da propriedade, conforme os dados dos Censos Agropecuários do IBGE. Tal realidade pode ser constatada nas Tabelas 20 e 21, onde se procurou apresentar a estrutura concernente a área ocupada e número de estabelecimentos da mesorregião.

**TABELA 20 – Mesorregião do Sul Goiano: Área dos estabelecimentos por grupos de área total por microrregiões – 1995/96**

| Microrregião         | Menos de 10 (ha) | 10 a menos de 100 (ha) | 100 a menos de 1.000 (ha) | 1.000 a menos de 10.000 (ha) | 10.000 (ha) e mais | Total     |
|----------------------|------------------|------------------------|---------------------------|------------------------------|--------------------|-----------|
| Sudoeste de Goiás    | 2.488            | 156.875                | 1.673.691                 | 2.336.168                    | 320.986            | 4.490.208 |
| Vale do Rio dos Bois | 3.530            | 123.091                | 626.428                   | 457.040                      | 72.676             | 1.282.765 |
| Meia Ponte           | 4.364            | 245.532                | 1.167.033                 | 498.215                      | -                  | 1.915.144 |
| Pires do Rio         | 4.590            | 154.154                | 505.620                   | 115.556                      | -                  | 779.921   |
| Catalão              | 1.946            | 103.968                | 710.866                   | 427.450                      | 50.264             | 1.294.494 |
| Quirinópolis         | 1.682            | 91.489                 | 619.145                   | 659.607                      | 45.980             | 1.417.903 |

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários de Goiás – 1995/96.

ORG.: GONÇALES, C., 2005.

**TABELA 21 – Mesorregião do Sul Goiano: Número de estabelecimentos por grupos de área total e condição das terras por microrregiões – 1995/96**

| Microrregião         | Menos de 10 (ha) | 10 a menos de 100 (ha) | 100 a menos de 1.000 (ha) | 1.000 a menos de 10.000 (ha) | 10.000 (ha) e mais | Total |
|----------------------|------------------|------------------------|---------------------------|------------------------------|--------------------|-------|
| Sudoeste de Goiás    | 337              | 2.491                  | 3.955                     | 1.038                        | -                  | 7.821 |
| Vale do Rio dos Bois | 468              | 2.414                  | 1.888                     | 213                          | -                  | 4.983 |
| Meia Ponte           | 575              | 4.459                  | 3.679                     | 270                          | -                  | 8.983 |
| Pires do Rio         | 626              | 3.284                  | 1.825                     | 67                           | -                  | 5.802 |
| Catalão              | 283              | 2.072                  | 2.222                     | 198                          | -                  | 4.775 |
| Quirinópolis         | 169              | 1.577                  | 1.643                     | 317                          | -                  | 3.706 |

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários de Goiás – 1995/96.

ORG.: GONÇALES, C., 2005.

A valorização nas terras no Sul Goiano é ilustrativa do seu recente processo de incorporação produtiva, de intensificação e modernização das culturas, de crescimento dos mercados regionais e da especulação fundiária, favorecida pelo regime fiscal vigente.

Pode se observar que a cultura da soja desenvolveu-se, em primeiro lugar, a partir de expansão de área e, posteriormente, também como resultado da elevação da produtividade. Esses incrementos na produção da cultura permitiram ao Sul Goiano se destacar como promissor para o desenvolvimento das relações entre os agentes produtivos, constituindo o complexo agroindustrial da soja.

De acordo com Estevam (1998, p.175),

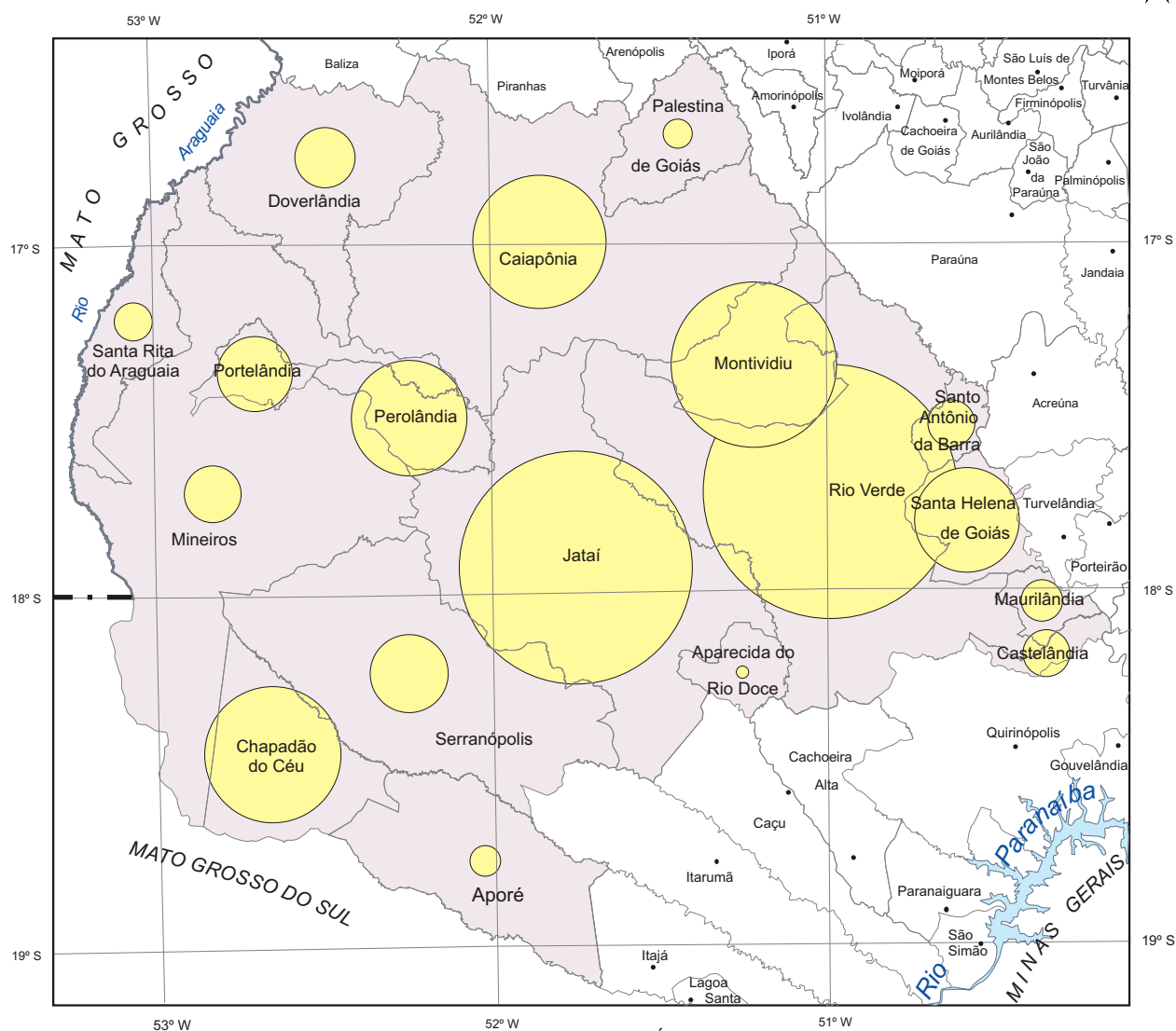
o plantio da soja em Goiás, de um lado, esteve associado à mobilidade espacial de imigrantes do sul do país, “empurrados” da origem – pela concentração de terras – rumo às regiões de fronteira; de outro, pelo avanço técnico nas pesquisas de plantio no cerrado e pelo crédito concedido pelo governo federal.

Esse processo de entrada de imigrantes com um relativo capital e experiência com a sojicultura permitiu que o Sul Goiano pudesse acelerar o processo de modernização financiado via crédito rural como já foi mencionado no capítulo 1.

As mudanças provocadas pela política de crédito rural no Sul Goiano podem ser mais dimensionadas quando se analisam algumas das variáveis disponibilizadas pelos dados estatísticos, verificando que houve uma alteração significativa da base produtiva na região, principalmente referente à utilização do padrão proposto pelo Pacote Tecnológico da Revolução Verde (com tecnologias biológicas, químicas e mecânicas). Essa prática beneficia principalmente as culturas de exportação, como a soja, que passam a apresentar uma elevada produtividade.

A contribuição da região do Sudoeste de Goiás para a economia do Sul Goiano também vem se destacando pela agroindustrialização, que tem sido implantada com incentivos públicos e investimentos privados. A sojicultura tem sido favorecida tendo em vista os objetivos de conseguir conquistar um mercado que se encontra em expansão internamente e garantindo a oferta no mercado internacional (Mapa 5).

# MAPA 5 - GOIÁS: MICRORREGIÃO SUDOESTE - ÁREA PLANTADA DE SOJA - 2004 (Em Ha)



ESCALA GRÁFICA  
20 0 20 40 60 80km  
*Projeção Policônica*

## **FONTE:**

Departamento de Estradas de Rodagem - DER - GO. Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999 (base cartográfica).  
IBGE. GCEA-GO. Levantamento sistemático de produção agrícola, mar. 2004.

## **ORGANIZAÇÃO:**

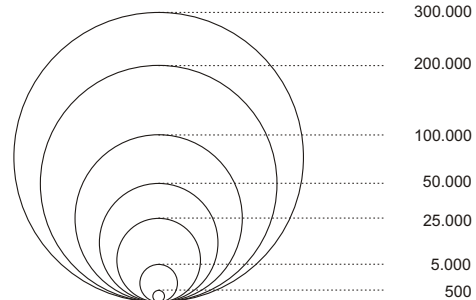
Claudecir Gonçalves

## **Cartografia digital:**

Loçandra Borges de Moraes

## **LEGENDA**

Área plantada (ha)



Isso é possível uma vez que o setor apresenta competitividade para inserir-se num espaço cada vez maior quanto aos derivados do complexo soja, principalmente devido ao alto padrão tecnológico de produção de grão da região. Esse fato é confirmado por Couto e Monteiro (1999, p.207), que esclarecem que “o aumento crescente da produtividade dos grãos em Rio Verde e no sudoeste de Goiás, reflete a introdução constante de modificações tecnológicas que vem sendo adotadas pelos agricultores”.

Observando a Tabela 22, no ano de 2004, as microrregiões a noroeste do Estado, São Miguel do Araguaia, Rio Vermelho e Aragarças, apresentam uma pequena área plantada de 28.467ha, com o rendimento médio de 2.558kg/ha. As microrregiões do norte, Porangatu e Chapada dos Veadeiros, também apresentam uma pequena área plantada de 52.030ha, mas com rendimento médio de 2.802kg/ha, só comparado à microrregião do sudoeste goiano, que é de 2.875kg/ha e a microrregião de Anápolis, de 2.864kg/ha. As microrregiões do centro goiano, Ceres, Anápolis, Iporá, Anicuns e Goiânia, apresentam uma área plantada de 55.957ha que quase se equivale à área plantada da mesorregião norte. No leste se destaca a microrregião do Entorno de Brasília, com uma área plantada de 244.260ha, mas com baixo rendimento médio de 2.530kg/ha. Porém, a área mais representativa na cultura de soja do estado de Goiás é a microrregião Sudoeste de Goiás, onde Jataí, Mineiros, Montividiu e Rio Verde, somadas as suas áreas plantadas, num total de 732.200ha, é maior do que somadas as mesorregiões noroeste, norte, centro goiano e leste, num total de 384.694ha de área plantada.

**TABELA 22 – Goiás: Área, produção e rendimento médio da soja - 2004**

| Nº | Microrregião           | Área (ha) Plantada | Produção (t) | Rend. Médio (kg/ha) |
|----|------------------------|--------------------|--------------|---------------------|
| 01 | São Miguel do Araguaia | 595                | 1.541        | 2.589               |
| 02 | Rio Vermelho           | 7.682              | 19.373       | 2.521               |
| 03 | Aragarças              | 20.190             | 51.807       | 2.565               |
| 04 | Porangatu              | 39.430             | 103.750      | 2.631               |
| 05 | Chapada dos Veadeiros  | 12.600             | 37.480       | 2.974               |
| 06 | Ceres                  | 14.230             | 33.670       | 2.366               |
| 07 | Anápolis               | 17.680             | 50.645       | 2.864               |
| 08 | Iporá                  | 6.775              | 17.420       | 2.571               |
| 09 | Anicuns                | 4.524              | 11.520       | 2.546               |
| 10 | Goiânia                | 12.748             | 33.752       | 2.647               |
| 11 | Vão do Paranã          | 3.980              | 8.835        | 2.219               |
| 12 | Entorno de Brasília    | 244.260            | 618.210      | 2.530               |
| 13 | Sudoeste de Goiás      | 1.083.740          | 3.115.854    | 2.875               |
| 14 | Vale do Rio dos Bois   | 242.200            | 540.940      | 2.233               |
| 15 | Meia Ponte             | 460.850            | 978.865      | 2.124               |
| 16 | Pires do Rio           | 152.800            | 407.260      | 2.665               |
| 17 | Catalão                | 189.590            | 511.051      | 2.695               |
| 18 | Quirinópolis           | 74.850             | 156.809      | 2.094               |

**FONTE:** IBGE – GCEA – LSPA – GO. Levantamento sistemático da produção agrícola (LSPA) (IBGE, mar/2004).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

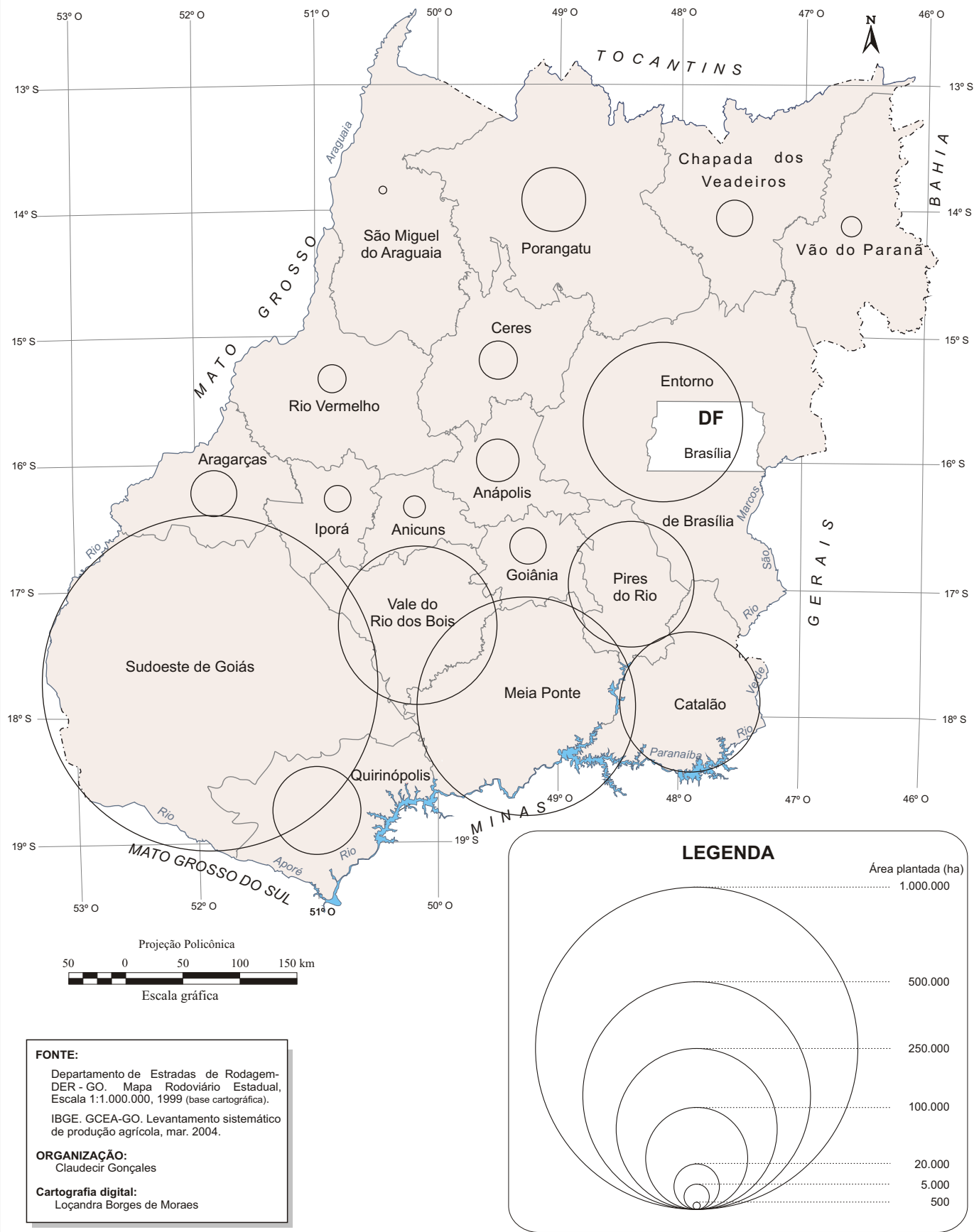
Na mesorregião Sul Goiano, a área plantada de Rio Verde, de 265.000ha é a maior do que a somatória individual da microrregião do Vale do Rio dos Bois (242.200ha), Pires do Rio (152.800ha), Catalão (189.590ha) e Quirinópolis (74.850ha) só perdendo para a microrregião de Meia Ponte, que tem uma área plantada de 460.850ha. Mas é importante frisar que a microrregião do sudoeste de Goiás tem a maior área plantada, de 1.083.740ha, e apresenta um rendimento médio de 2.875kg/ha, sendo a área mais dinâmica de referência do desenvolvimento agrícola do Estado (Mapa 6).

É importante ainda observar que, paralelamente aos aumentos de produção, as constituições de outros complexos agroindustriais, como o de frangos e suínos, incentivam a demanda por farelo de soja para a elaboração da ração, motivando os investimentos em tecnologia. De acordo com Shiki (1997, p.147), “atrás da matéria-prima agrícola, os mais importantes grupos do complexo das oleaginosas e cárneos se instalaram na região (Cerrado), entre os quais as empresas líderes como a Sadia, a Perdigão e a Ceval”. Isso beneficiou as relações comerciais de Goiás, já que a soja é o produto de maior participação na exportação do Estado.

O Sul Goiano, pela dimensão territorial, representa uma parcela significativa de terra agricultável de Goiás. Esta abundância em terras contribuiu para que a expansão das lavouras dentro do Estado se processasse de forma acentuada e tecnificada, com utilização de altas tecnologias para a mecanização, desenvolvendo o potencial agrícola que o Sul Goiano já apresentava. A evolução da economia de Goiás tem sido pautada no desenvolvimento agroindustrial.

O setor agrícola do Sul Goiano revela um dinamismo próprio, a exemplo de sua economia como um todo, estando extremamente vulnerável a fatores exógenos: conjuntura econômica, fatores climáticos, mudanças de política para o setor, entre outros. A mecanização das lavouras é favorecida pela topografia, resultando no uso de máquinas e equipamentos até de última geração em todas as etapas, da semeadura à colheita. A partir do Censo Agropecuário do IBGE, de 1995-1996, e considerando as estimativas dos principais revendedores de que ocorreu um incremento anual de 3% de lá para cá, calcula-se que, no final de 2004, existiam cerca de 10,2 mil tratores, 4,4 mil máquinas de plantio e 2,3 mil colheitadeiras só na região do Sudoeste de Goiás. A razão para esta situação é o dinamismo apresentado pelas cooperativas agrícolas na região, os novos mecanismos de crédito para infra-estrutura nas propriedades e o conhecimento técnicos dos migrantes que aqui chegavam.

# MAPA 6 - GOIÁS: LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS PLANTADAS COM SOJA SEGUNDO AS MICRORREGIÕES - 2004 (Em Ha)



As grandes empresas fornecedoras de produtos para a agropecuária, como Agrocere, Aventis, Basf, Bayer, Bunge Fertilizantes, Cargill, Dow Agrosiences, Dupont, John Deere, Monsanto, Milenia, New Holland, Pionner e Syngenta, entre outras, mantém distribuidores locais, em alguns casos com exclusividade nas vendas. Isso significa a importância dessa região no contexto do agronegócio goiano.

As principais formas de relacionamento entre os fabricantes de insumos e seus clientes passam necessariamente por eventos de transferência de tecnologias para a região, como dias de campo, simpósios, cursos de capacitação e palestras técnicas. Nesse objetivo destacam-se também as instituições envolvidas com pesquisa e desenvolvimento, que contribuem para consolidar a mesorregião do Sul Goiano como pólo de desenvolvimento agroindustrial.

Sabe-se que a atividade agrícola afeta o setor de tratores e máquinas agrícolas, elo entre a indústria de implementos e a atividade fim, e que existe uma forte demanda reprimida no mercado brasileiro, provocada pelo sucateamento da frota agrícola do país.

Estima-se que, dos 500 mil tratores existentes em 1995, 30% não estejam em condições de operação. Nesse mesmo ano, a frota de Goiás era de 43.313 tratores e 6.033 colheitadeiras. O respectivo sucateamento é de 13.000 e 1.800.

Outro dado é que as fazendas de maior escala passaram a exigir maior mecanização e elevado nível de automação, provocando um impacto na indústria de máquinas. Houve um crescimento do número de tratores acima de 100 HP's, nas fazendas do Sul Goiano e a utilização dessas máquinas elevou o consumo de óleo diesel.

Com a aceleração do processo de modernização nos chapadões do Sul Goiano, passa-se a exigir máquinas cada vez mais possantes, com maior capacidade operacional, elevando a relação números de hectares trabalhados por unidade de máquina, pois há um predomínio, nessa região, de estabelecimentos de maior extensão.

A aquisição das máquinas possibilitou a utilização de adubos (embora não necessitasse de máquina pesada para a sua aplicação) e corretivos. A utilização de adubos e corretivos também é um forte indicador de modernização da agricultura e representa uma tecnologia de ponta no setor da indústria petroquímica.

Segundo Roessing e Santos (1997), as despesas da lavoura de soja são compostas pelos principais insumos modernos que são calcários, semente, fertilizante, herbicida, inseticida e formicida. Dados da Economia & Desenvolvimento (2001, p.8). “A produção de insumos essenciais para ganhos de produtividade agrícola vem crescendo em Goiás. O

calendário agrícola saltou de uma produção de 627 mil toneladas em 1995 para 2,2 milhões em 2000”.

O calcário tem efeito residual, por isso sua aplicação tende a se reduzir ao longo dos anos. A sua aplicação exige máquinas pesadas, mesmo assim 18% dos estabelecimentos rurais do Sul Goiano utilizaram-no em 1980.

No caso de sementes, a Monsanto e Aventis iniciaram suas atividades na região do Sul Goiano no final da década de 1990. As cultivares mais utilizadas no Estado, em 1996, foram: FT. Estrela, com 22,44% da área do estado, CAC 1, com 15,96%. As cultivares Emgopa 302, FT Cristalina e Embrapa 20 ocuparam cerca de 35% da área plantada.

Os inseticidas e herbicidas utilizados nas plantações pelos produtores goianos são todos fabricados fora do Estado. Em Goiás, não há nenhuma unidade produtiva instalada, apenas postos de revenda.

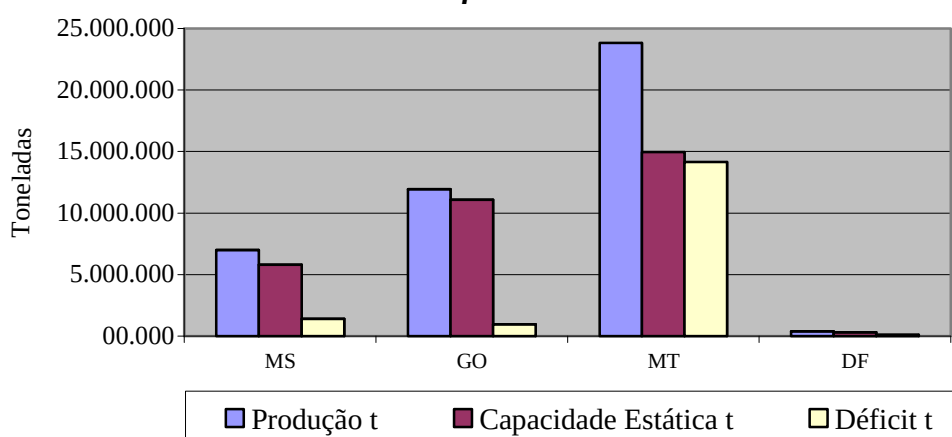
Dentro dessa perspectiva, é fundamental a implantação de mais armazéns e agroindústrias nas regiões produtoras, melhoria e diversificação da rede de escoamento – rodovia/ferrovia/hidrovia – é o veremos no tópico a seguir.

## **2.3 A Logística de Armazenagem e Transporte do Sul Goiano**

Com o intenso avanço tecnológico, a expansão da fronteira agrícola e o aumento significativo da produção de grãos em Goiás e no Brasil, a atividade agrícola tem enfrentado um obstáculo ao seu desenvolvimento no que diz respeito à infra-estrutura de transportes e armazenamento de grãos, em nível nacional.

Conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (2005), a região Centro-Oeste é responsável pela produção de 43,18 milhões de toneladas que significam 1/3 da produção nacional de grãos. Cabe ao Estado do Mato Grosso do Sul a produção de 7 milhões de toneladas de grãos. Sua capacidade estática é de 5,8 milhões de toneladas sofrendo com um déficit de 20,7% de armazenagem, no Estado de Goiás, esta relação é de 11,96 milhões de toneladas produzidas contra 11,08 milhões de toneladas de capacidade estática, com déficit de apenas 7,9%, Mato Grosso produz 23,83 milhões de toneladas, contando com 14,96 milhões de toneladas de capacidade estática, 35,2% de defasagem, e o Distrito Federal com produção de 371 mil toneladas e uma capacidade estática de 304 mil toneladas apresenta um déficit de 22% (Gráfico 2).

**GRÁFICO 2 - Centro-Oeste: Produção x Capacidade Estática x Déficit - 2005**

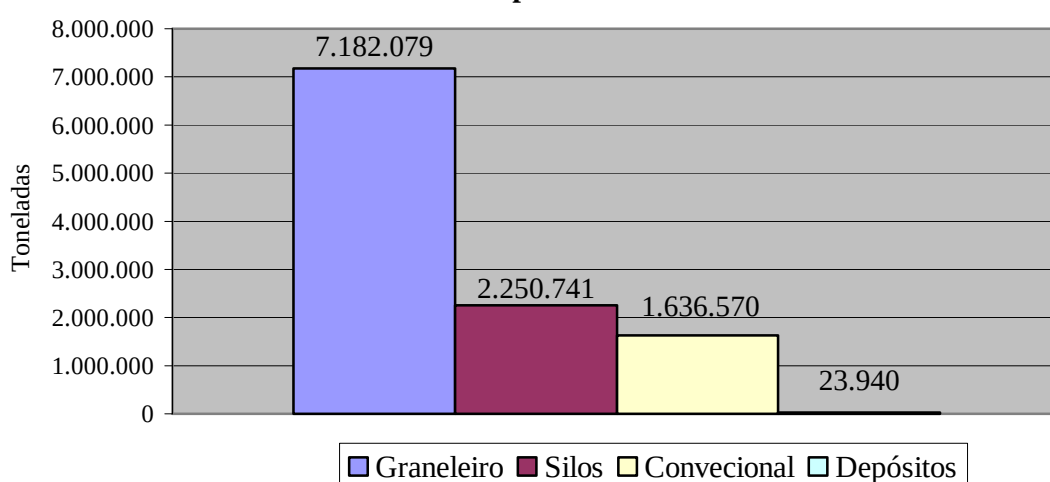


FONTE: CONAB/SUARM/GECAD, 2005

ORG.: GONÇALES, C., 2005.

A armazenagem de produtos agrícolas cada vez mais se projeta como alternativa para a maximização de resultados na agricultura, por seu papel estratégico no pós-colheita e comercialização, deixando de representar apenas uma etapa após a produção, na qual a unidade armazenadora beneficia, guarda e conserva os produtos agrícolas para carrear importante apoio à oportunização e agregação de valor, através do momento mais propício da comercialização (DUARTE, 2002). Veja a capacidade estática da rede de armazenamento de Goiás (Gráfico 3).

**GRÁFICO 3 - Goiás: Capacidade Estática de Grãos - 2005**



FONTE: CONAB/GOIÁS, 2005

ORG.: GONÇALES, C., 2005.

Ao observar a produção dos principais produtos agrícolas da safra 2004/05 (Tabela 23), a microrregião do Sudoeste de Goiás aparece como maior participação na produção de grãos com destaque para a soja e milho. Outra região de destaque é a microrregião do Meia Ponte, que se destaca também pelos produtos soja e milho, e a única microrregião da mesorregião do Sul Goiano que produz arroz irrigado no município de Vicentinópolis, com área plantada de 80ha e uma produção de 320t. A mesorregião do Sul Goiano representa 77,04% da produção dos principais grãos do Estado de Goiás. E a microrregião de Quirinópolis tem menor representatividade nessa mesorregião, com uma produção de 209.855t que representa, em relação ao Estado, 1,82%.

**TABELA 23 – Goiás: Produção dos principais produtos agrícolas por microrregião do Sul Goiano – 2005**

| Produto                   | Sudoeste de Goiás | Vale do Rio dos Bois | Meia Ponte       | Pires do Rio   | Catalão        | Quirinópolis   | Total Micror-Região | Total Goiás       |
|---------------------------|-------------------|----------------------|------------------|----------------|----------------|----------------|---------------------|-------------------|
| Arroz de Sequeiro         | 72.615            | 37.810               | 28.167           | 3.660          | 12.628         | 3.610          | <b>158.490</b>      | <b>333.229</b>    |
| Arroz Irrigado            | –                 | –                    | 320              | –              | –              | –              | <b>320</b>          | <b>68.260</b>     |
| Algodão Herbáceo          | 199.316           | 159.979              | 57.352           | 779            | 53.345         | 2.926          | <b>473.697</b>      | <b>500.850</b>    |
| Feijão (1º safra)         | 8.460             | 17                   | 705              | 4.470          | 1.543          | –              | <b>15.195</b>       | <b>66.871</b>     |
| Feijão (2º safra)         | 7.365             | 650                  | –                | –              | –              | –              | <b>8.015</b>        | <b>24.831</b>     |
| Milho (1º safra)          | 418.016           | 172.950              | 294.028          | 77.070         | 208.740        | 69.444         | <b>1.240.248</b>    | <b>2.174.535</b>  |
| Milho (2º safra)          | 675.950           | 350                  | 5.390            | –              | –              | –              | <b>681.690</b>      | <b>700.700</b>    |
| Soja                      | 3.073.148         | 500.850              | 1.111.981        | 469.500        | 551.130        | 121.325        | <b>5.827.934</b>    | <b>7.137.196</b>  |
| Sorgo                     | 303.160           | 11.050               | 101.854          | 18.000         | –              | 12.550         | <b>446.614</b>      | <b>483.724</b>    |
| Total de Produtos por MRG | <b>4.758.030</b>  | <b>883.656</b>       | <b>1.599.797</b> | <b>573.479</b> | <b>827.386</b> | <b>209.855</b> | <b>8.852.203</b>    | <b>11.490.196</b> |

**FONTE:** IBGE – GCEA – LSPA – GO, Levantamento sistemático da produção agrícola (LSPA) (IBGE, mar/2005).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

A soja, atualmente, é o principal produto de exportação da economia goiana e também o cultivo em quantidade e espaço, ocupa o primeiro lugar no *ranking* da produção de grãos de Goiás. É a microrregião Sudoeste que mais produz soja, onde situam os seis municípios maiores produtores do Estado nas safras de 2003/04, a saber: Rio Verde (609.178t), Jataí (647.726t), Mineiros (369.600t), Montividiu (280.000t), Chapadão do Céu (220.320t) e Caiapônia (188.340t) (IBGE, 2005). É importante ressaltar que grande parte da rede de

armazéns se localiza nessa região, em razão da área se constituir em importante zona de produção agrícola (Tabela 24).

A tendência da produção agrícola é de expansão, mas há necessidade de despender atenção especial à infra-estrutura paralela a essa produção, que pode configurar-se no grande gargalo, o freio para o crescimento da produção agrícola nacional (RODRIGUES, 2004).

O produtor conta com pelo menos três formas de armazenar sua produção: através do sistema estatal de armazenamento e abastecimento, tendo como principal entidade a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), órgão federal oficial responsável por essa atribuição; através da terceirização desse serviço prestado por empresas constituídas, credenciadas ou não à CONAB, tendo cunho comercial e lucrativo, podendo ainda ser independente ou atrelada a alguma agroindústria; e, através do associativismo ou cooperativismo, quando um grupo de produtores assume essa atividade com uma unidade armazenadora em comum, também podendo ser, ou não, credenciada à CONAB (GRÃOS BRASIL, 2004).

**TABELA 24 – Goiás: Capacidade estática por microrregiões do Sul Goiano – 2005**

| <b>MRG da Mesorregião do Sul Goiano</b>                      | <b>Graneleiro</b> | <b>Silo</b>      | <b>Convencional</b> | <b>Depósito</b> | <b>Total Microrregião</b> |
|--------------------------------------------------------------|-------------------|------------------|---------------------|-----------------|---------------------------|
| Sudoeste de Goiás                                            | 3.067.838         | 990.492          | 317.850             | 0               | <b>4.376.180</b>          |
| Vale do Rio dos Bois                                         | 847.708           | 61.360           | 125.517             | 10.030          | <b>1.044.615</b>          |
| Meia Ponte                                                   | 1.183.120         | 440.763          | 110.406             | 6.740           | <b>1.741.029</b>          |
| Pires do Rio                                                 | 189.090           | 78.150           | 34.531              | 0               | <b>301.771</b>            |
| Catalão                                                      | 252.720           | 125.870          | 50.300              | 0               | <b>428.890</b>            |
| Quirinópolis                                                 | 272.571           | 38.810           | 41.579              | 0               | <b>352.960</b>            |
| <b>Total/Tipo de armazenamento Mesorregião do Sul Goiano</b> | <b>5.813.047</b>  | <b>1.735.445</b> | <b>680.183</b>      | <b>16.770</b>   | <b>8.245.445</b>          |
| <b>Total/Tipo de armazenamento de Goiás</b>                  | <b>7.180.709</b>  | <b>2.250.741</b> | <b>1.622.990</b>    | <b>26.200</b>   | <b>11.080.640</b>         |

**FONTE:** CONAB/GOIÁS, 2005.

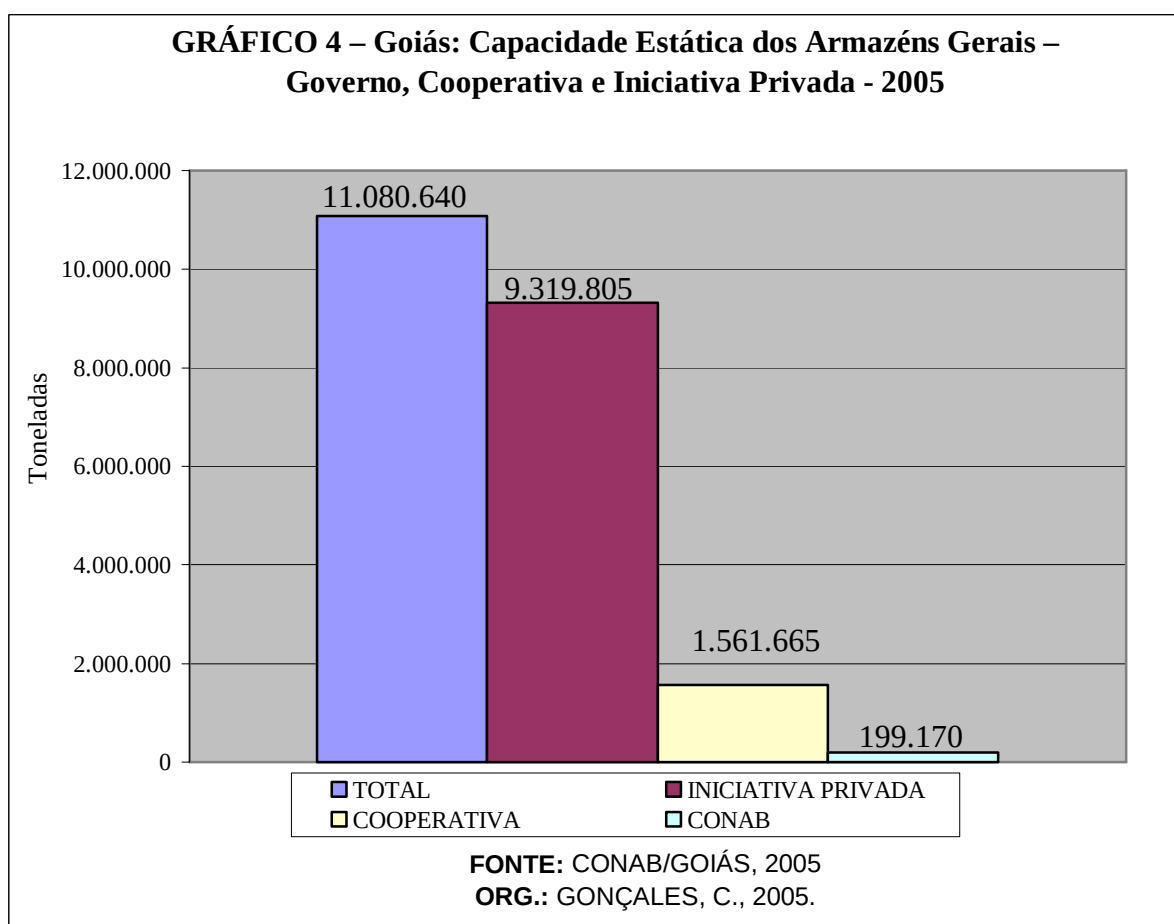
**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Nesta última modalidade existem vantagens, tais como: menor investimento individual, redução dos riscos, maior possibilidade de verticalização da atividade, racionalização dos custos (fixos e variáveis), maior acesso a crédito, dentre outras. Mas também existem as desvantagens, tais como: menor autonomia sobre seu negócio (decisões via assembléia) e maior fluxo e demanda pelos serviços. O que se nota quanto à

administração da maioria das cooperativas é que as mesmas operam na mesma linha das empresas comerciais, não auferindo ao produtor grandes vantagens.

Uma quarta alternativa é a de o produtor implantar sua própria unidade armazenadora, localizada na sua, ou em uma das suas propriedades, tendo, assim, maior autonomia sobre seu produto e negócio (Gráfico 4).

Com exceção da unidade própria em (nível de fazenda particular), a qual exige um esforço da própria atividade rural para cobrir seus custos operacionais, todas as outras sobrevivem de cobrar taxas e/ou tarifas para realizar os serviços inerentes ao armazenamento, tendo ou não fins lucrativos (AFONSO, 2004).



Partindo desse pressuposto, pode-se conseguir vantagens e desvantagens no armazenamento em nível de fazenda. Produtores de equipamentos e máquinas para essa atividade defendem a viabilidade dessa implantação, enquanto coletores comerciais (armazéns gerais, unidades industriais) mostram-se contrários, utilizando como argumentos

os riscos e a questionável eficiência, já que o foco dos produtores é produção agrícola e não armazenagem, podendo não estar preparados e/ou profissionalizados para tal atividade.

O sistema de transportes, apesar de ser, ainda hoje, considerado precário, não se constitui como um fator isolado, mas complementar e integrado aos macrossistema sócio-político-econômico, ao perfil setorial e espacial da economia, ao desenvolvimento regional, através da incorporação e consolidação de novas áreas, e, também, ao surgimento e expansão de núcleos urbanos. Constitui um elo de uma cadeia que abrange desde a atividade produtiva inicial, até o consumo final de bens e serviços.

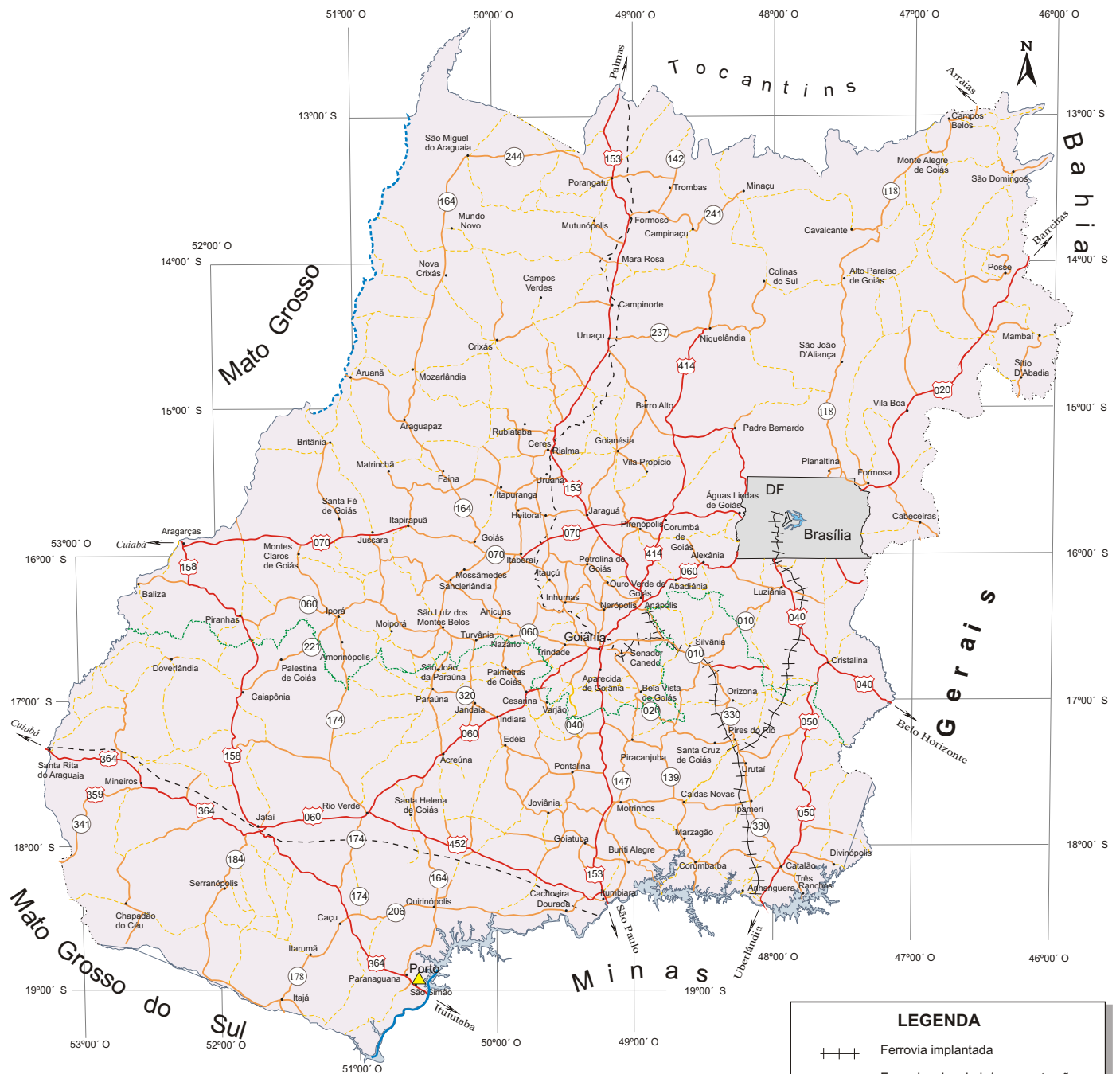
Visto hoje como fator fundamental da organização socioeconômica do país, e principal sustentáculo do sistema produtivo, o setor de transporte vem adotando uma política de natureza multimodal, através de expansão e incremento dos modais ferroviário e aquaviário, buscando amenizar os problemas derivados do aumento das distâncias médias de transporte entre áreas produtivas, mercados consumidores e complexos portuários.

No Estado de Goiás, relativamente, estabeleceu-se uma rede rodoviária capaz de dar sustentação ao transporte das regiões produtoras de grãos e minerais para os pontos de captação de cargas ferroviárias de Goiânia, Anápolis, Brasília, Pires do Rio e Catalão.

Na área de influência do corredor goiano de exportação, os principais troncos utilizados para atingir os pontos de transbordo ferroviário, sobretudo para a soja e o farelo de soja, são: a BR – 153 (conhecida popularmente como Belém-Brasília), principal eixo de escoamento do norte de Goiás e de Tocantins, interligado ao ponto de transbordo rodoferroviário de Anápolis; a GO – 070, que liga Aragarças a Goiânia, numa distância de 388Km; a BR – 020, que liga o nordeste de Goiás à região oeste da Bahia e a Brasília, onde está instalado outro ponto de transbordo; a BR – 060, partindo de Brasília e passando por Rio Verde e Jataí, no sudoeste do Estado, até encontrar com a BR – 364, que corta a mesorregião do Sul Goiano rumo ao Mato Grosso e Minas Gerais; a BR – 452, que liga Rio Verde a Itumbiara, importante centro produtor e beneficiador de grãos, e segue até Uberlândia/MG, onde está instalada uma rede de armazenagem de grande capacidade é uma outra opção para o escoamento da produção goiana (Mapa 7).

No entanto, especialmente no período chuvoso, não faltam reclamações de produtores quanto à conservação das rodovias, pois estradas ruins, além de dificultarem o transporte dos grãos, encarecem o frete, com reflexo direto no valor dos produtos.

# MAPA 7 - GOIÁS: PRINCIPAIS VIAS DE CIRCULAÇÃO



PROJEÇÃO POLICÔNICA  
50 km 0 50 100 150km  
Escala Gráfica

**FONTE:**  
DNIT, Dep. Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Mapa rodoviário de Goiás. Escala 1:1.250.000, 2002.

**ORGANIZAÇÃO:**  
Claudécir Gonçalves

**Cartografia digital:**  
Loçandra Borges de Moraes

**LEGENDA**

Ferrovia implantada

Ferrovia planejada/em construção

Hidrovia existente

Hidrovia planejada

Rodovia federal pavimentada

Rodovia federal em leito natural

Rodovia estadual pavimentada

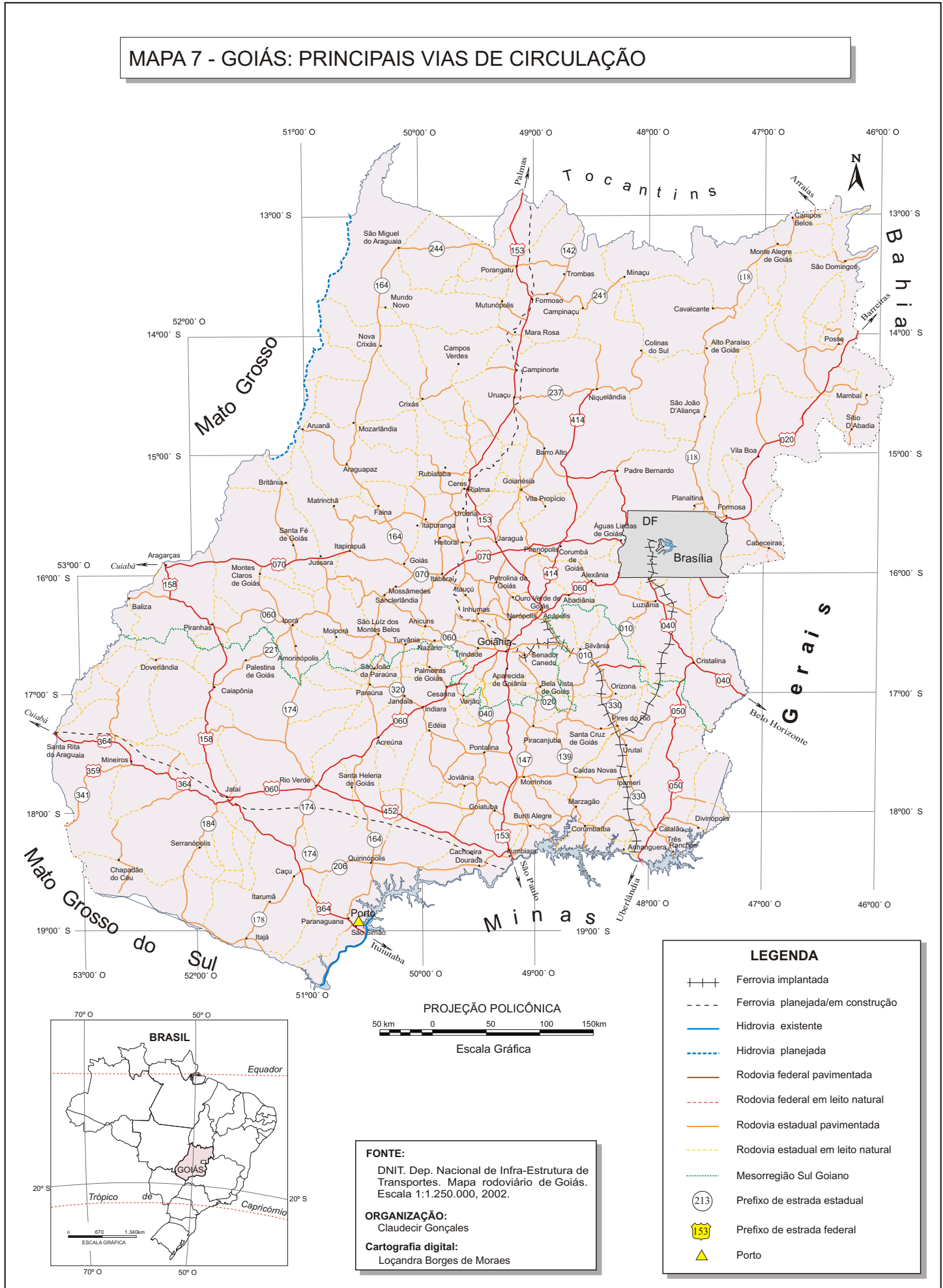
Rodovia estadual em leito natural

Mesorregião Sul Goiano

Prefixo de estrada estadual

Prefixo de estrada federal

Porto



É importante ressaltar a existência de um desequilíbrio entre o sistema funcional e o sistema local, incompatível com o sistema arterial e coletor, dificultando o fluxo de origem/destino da produção.

O modal ferroviário constitui um dos meios de transporte mais eficientes e econômicos, embora sua implantação esteja condicionada a ações modernizadoras, abrangendo os aspectos institucional e operacional do setor.

Em Goiás, este meio de transporte possui uma extensão de apenas 525 Km, localizados em área ao sul do Distrito Federal, e a leste de Goiânia, sendo que a maior parte encontra-se inserida em municípios integrantes da mesorregião do Sul Goiano – Silvânia, Anhanguera, Três Ranchos Div. GO/MG. As linhas são constituídas de bitolas métricas operadas pela Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), que propiciam conexões com os portos do Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Vitória, através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e Santos, pela Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA).

A carga movimentada pela ferrovia, apesar de gerar menor custo, constitui-se basicamente de derivados de petróleo, minérios e fertilizantes. Já o transporte de grãos, mesmo diante do potencial encontrado na região, é insignificante via estrada de ferro, uma vez que se encontra condicionado à implantação de terminais graneleiros, silos e sistemas de conexão intermodal.

Os principais pontos de estrangulamento verificados no transporte ferroviário no Estado são: baixa densidade das linhas férreas; má distribuição das linhas existentes, não atingindo as áreas mais produtivas do Estado e da região em análise; obsolescência física das linhas, principalmente nos trechos Roncador-Goiânia e Jarina-Anápolis; inexistência de terminais adequados; morosidade do tráfico, em razão da baixa velocidade e da excessiva imobilização das composições nos pátios e terminais. Esses fatores vêm contribuindo para a subutilização deste sistema, que vem apresentando uma capacidade ociosa. E com uma necessidade de construção de alguns terminais graneleiros na mesorregião do Sul Goiano.

Os Estados do Centro-Oeste e Minas Gerais precisam viabilizar, com urgência, alternativas de transporte capazes de gerar maior rapidez e menores custos na chegada dos produtos ao seu destino final. Essas alternativas terão que passar, obrigatoriamente, pela consolidação de um sistema intermodal, que integre rodovias, ferrovias e hidrovias. É nesse contexto que a Ferrovia Leste-oeste surge como fator de fundamental importância no desenvolvimento regional.

Com o objetivo de interligar as regiões produtoras do Centro-Oeste, optou-se por uma ligação ferroviária. O traçado escolhido teve como referência o estudo elaborado pelo

GEIPOT/MT – Plano Diretor Ferroviário da região Centro-Oeste, que apresentou duas alternativas básicas: Corredor Cuiabá-noroeste de São Paulo (Santa Fé do Sul) e Corredor Cuiabá-triângulo mineiro.

No Estado de Goiás a segunda alternativa corta a mesorregião do Sul Goiano, abrangendo uma área de 107.692 Km<sup>2</sup>. Constata-se, ainda, que a Ferrovia Leste-oeste, ramal Alto Araguaia/Uberlândia, estará conectada ao Corredor Centro-leste e à hidrovía Tietê-Paraná-Paranaíba. Já em operação, constituindo um importante e eficiente sistema intermodal de transportes, que em médio e longo prazo, será um agente de transformação e desenvolvimento, possibilitando o desenvolvimento do eixo econômico localizado atualmente no centro goiano, para sua região de influência, e permitirá ao Estado seu ingresso de forma competitiva no mercado nacional e internacional.

Com a adoção da política multimodal, o setor de transportes foi induzido a redirecionar suas linhas de ação. Nessa perspectiva, e considerando a extensão da rede hidrográfica, existe atualmente uma preocupação pela utilização racional do transporte hidroviário interior, que, até então, em virtude de fatores físicos, políticos e econômicos, se realiza no país de forma precária e incipiente.

A Hidrovía Tietê-Paraná-Paranaíba é o resultado de um conjunto de obras projetadas e executadas pelo Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE), Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIPU) e Companhia Energética de São Paulo (CESP), visando o aproveitamento múltiplo das águas dos rios Paraná e Tietê.

Esta via de navegação, quando totalmente implantada, terá uma extensão de 2.400Km, sendo 1.800Km de hidrovias principais. A hidrovía se dividirá em dois tramos: o tramo sul, correspondente ao trecho compreendido entre a foz do Rio Tietê e pela barragem de Ilha Solteira, abrangendo os trechos inferiores dos rios Paraná e Grande, e o tramo norte, compreendendo o trecho entre Ilha Solteira e Itaipu, no sul do país.

No Estado de Goiás, a área de influência da hidrovía compreende a mesorregião do Sul Goiano, que apresenta um cenário econômico de alto grau de integração do capital, com predominância para a atividade agropecuária, responsável por cerca de 3/4 da produção de grãos do Estado, destacando-se também como tradicional fornecedor desses produtos e de bovinos para São Paulo. Vem, ainda, apresentando uma considerável tendência agroindustrial, principalmente no processamento de grãos e carnes.

Diante disso, pode-se ressaltar que a hidrovía está inserida em uma região, cuja malha rodoviária existente, ainda que precária, possibilita uma integração entre estes modais

(hidroviário e rodoviário), permitindo o escoamento da produção regional, através do porto de São Simão/GO para outros centros consumidores.

A Hidrovia Tietê-Paraná-Paranaíba, articulada a um sistema intermodal de transporte, será um fator de transformação das estruturas produtivas como parte de um conjunto de meios e estratégias que impulsionarão o crescimento, expansão e integração do Sul Goiano, delineando uma nova configuração de desenvolvimento regional e estadual.

No próximo tópico, vamos descrever a formação e consolidação do complexo agroindustrial em Goiás, mas especificamente na mesorregião do Sul Goiano.

## **2.4 As Diferentes Articulações da Cadeia Produtiva da Soja**

Cabe notar que o eixo formado pela linha que vai do comércio à indústria constitui-se na coluna mestra da reprodução desta cadeia. A agricultura somente integra este eixo, na medida em que incorpora espaços comerciais e industriais. Observa-se que as políticas estatais concorrem na afirmação dessa coluna mestra, sobretudo no contexto agroindustrial. O que deixa claro que o ingresso de novas empresas transnacionais decorreu da política do Estado em promover a industrialização da soja no país, procurando evitar a exportação do grão. Neste sentido, estas empresas extraem das linhas de força sociais existentes no país as suas estratégias de acumulação. Desta feita, a realização interna da maior parte dos excedentes (no caso, esmagamento de grãos), a existência de um mercado urbano e rural consumidor e os incentivos à exportação de manufaturados oleaginosos, induzem as próprias políticas estatais a regularem os fluxos agrícolas prioritariamente tendo em vista o pólo industrial.

Observe-se que não se está afirmando que as empresas transnacionais estabeleçam as grandezas dos excedentes agrícolas, sua destinação e preços. O conjunto dos grupos com interesses nas oleaginosas, com suas respectivas capacidades de barganha, é que participam da determinação destes elementos. O que se quer sustentar é que o núcleo central desta cadeia reside na agroindústria, em razão de sua localização na esfera produtiva e na de consumo: os excedentes agrícolas obrigatoriamente devem ser industrializados e o consumo de óleos e gorduras vegetais tornou-se obrigatório, bem como se expandiu o emprego de rações para aves e gado. Dessa feita, a agroindústria converteu-se no eixo da acumulação do setor.

No entanto, com a progressiva industrialização da agricultura das oleaginosas, os custos de produção elevaram-se e devem ser absorvidos pela indústria. A par desta profunda

mudança estrutural em andamento no campo, observa-se a ampliação das funções das cooperativas. A questão que surge de imediato é a seguinte: Em que essas alterações afetaram a capacidade de barganha da indústria e, mais particularmente, das grandes empresas?

O que se pode dizer é que as cooperativas afetaram determinada via pela qual a indústria exercia o controle sobre a produção e a apropriação dos excedentes agrícolas. Mas a capacidade global da indústria em relação à agricultura cooperativa de um lado, e em relação aos consumidores de óleos, gorduras e de rações, de outro, parece não só ter se mantido como deve ter sido ampliada. Essa conclusão funda-se em duas razões básicas.

A primeira relaciona-se ao fato de as indústrias terem expandido, a partir de 1975, extraordinariamente sua capacidade instalada, tendo em vista atender não apenas o mercado interno, mas também o externo, no que se enquadram perfeitamente com a política estatal de captar divisas. Esta expansão, contudo, implicou a destinação garantida de matérias-primas, em volumes e preços condizentes à acumulação industrial, o que pressupõe que haja uma política correspondente. Convém observar também que a produtividade industrial das grandes unidades elevou-se de modo acentuado com a expansão da capacidade instalada, o que, por si só, permitiria absorver a provável queda na capacidade de barganha.

A segunda diz respeito a uma mudança qualitativa dos esquemas de captação dos excedentes agrícolas, em razão das enormes quantidades agrícolas geograficamente dispersas, o que, de certa maneira, estava sendo posto em prática pelas grandes companhias; ou seja, as cooperativas vêm substituir um arcaico esquema de captação que, para as grandes empresas processadoras, mostrava-se já obsoleto devido à expansão territorial dos cultivos e da miríade de produtores que a cooperativa aglutina. A perda relativa sofrida pelas indústrias na captação dos excedentes agrícolas não implicou privá-las de matéria-prima, em razão da necessidade de alianças que as cooperativas devem contrair nas exportações (e as que exportam também industrializam internamente as matérias-primas) e da obrigatoriedade de prover prioritariamente o parque fabril instalado no país.

Observe-se, ademais, que as atuais funções desempenhadas pelas cooperativas constituem-se, de fato, em um dado novo no mercado de oleaginosas. Mas, caso permanecessem restritas às funções agromercantis, dificilmente fariam parte do pequeno núcleo que determina as condições de reprodução da cadeia agroindustrial. Seu fortalecimento, como integrantes do núcleo, dependem do êxito na criação de atividades agroindustriais e de canais mercantis relativamente autônomos das demais empresas nacionais e transnacionais. Convém registrar que, se as cooperativas procuram pautar-se pelas estratégias empresariais das transnacionais e nacionais, a partir do monopólio da produção

rural assegurada por seus associados, cabe não esquecer que este monopólio não é um dado líquido e certo. Não é imperativa da participação do produtor na cooperativa, a entrega de seus excedentes a esta organização, o que deixa em aberto um enorme flanco à concorrência com a indústria, que dispõe de silos nas zonas rurais.

## **2.5 COMIGO: Uma Cooperativa Pioneira no Processo de Agroindustrialização do Estado de Goiás<sup>36</sup>**

Historicamente, os objetivos e interesses comuns que levam indivíduos a se organizarem em bases associativas para formarem uma cooperativa são, por natureza, essencialmente econômicos. Na economia de mercado, a empresa cooperativa estrutura-se para participar, com maior poder de concorrência, dentro das leis que regem a produção e a sua distribuição social. E isto depende da maior competência gerencial, nesta face empresarial da cooperativa.

De modo geral, com base em Panzutti (1997), as cooperativas que se mantêm hoje em dia são as que passaram da cooperação pura para a de grandes empresas, nas quais a maioria das características da cooperação foi substituída por administrações centralizadas, exercício de poder capitalizado e intervenção no mercado de forma agressiva. O que, aliás, praticamente não as distingue das grandes sociedades comerciais. A COMIGO é uma empresa cooperativa que se ajusta ao mercado, pois não havendo uma política e legislação específica, a cooperativa tem que ter o mesmo comportamento que as empresas mercantis. Ou elas se enquadram no processo mercantil capitalista ou fecham suas portas.

A necessidade de união para resolver os problemas dos produtores rurais da região do Sudoeste de Goiás, o armazenamento, assistência técnica e comercialização foram alguns dos determinantes da fundação da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda. (COMIGO) que, a partir de 2004, mudou sua razão social, passando a ser chamada de Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano. Através de uma cooperativa, os interesses agrícolas de um grupo poderiam ser melhor representados. Oficialmente criada, em Assembléia Geral dos sócios fundadores, a 06 de julho de 1975, em Rio Verde, Goiás, a COMIGO só iniciou de fato suas atividades em fevereiro do ano seguinte, em condições bastante precárias: havia um inexpressivo quadro social e, conseqüentemente,

---

<sup>36</sup> Para a elaboração desse tópico foi utilizado, em grande parte, GONÇALES (2001).

escasso capital. Mas recordamos que, em 29/01/75, foi criado o POLOCENTRO que teve como objetivo incorporar três milhões de hectares de cerrado à agropecuária.

Iniciou-se a partir da ocupação de terras com a produção de arroz e milho que, em geral, constitui a primeira etapa da formação de pastagens. Os primeiros 50 cooperados fundadores decidiram constituir a sociedade para reunir quota-parte equivalente a 4 mil dólares americanos da época que permitissem integralizar o investimento para a constituição da infra-estrutura de armazenagem necessária à expansão da produção de grãos.

A abertura da primeira loja de revenda de produtos de consumo, em fevereiro de 1976, marcou o início das atividades da COMIGO. Inicialmente com várias dificuldades, a cooperativa foi se consolidando aos poucos no cenário agrícola econômico do Sul Goiano e, após 30 anos, tornou-se uma das potências econômicas do Estado, no ranking das doze maiores cooperativas agrícolas do país. Esse acentuado crescimento, sem dúvida, deveu-se ao condicionante de excelentes condições de desenvolvimento agrícola da região do Sudoeste de Goiás, local onde foi criada a COMIGO: solos de média fertilidade, proximidades dos centros consumidores, uma indiscutível tradição agrícola e as Políticas Governamentais.

No seu estatuto social, a COMIGO, em sua área de ação para efeito de admissão de associados, abrangeu, em 2005, 32 municípios: Rio Verde, Montividiu, Santo Antônio da Barra, Castelândia, Acreúna, Santa Helena de Goiás, Caçú, Aparecida do Rio Doce, Perolândia, Quirinópolis, Jataí, Paraúna, São João da Paraúna, Caiapônia, Cachoeira Alta, Bom Jesus de Goiás, Serranópolis, Chapadão do Céu, Aporé, Jandaia, Indiara, Edéia, Ivolândia, Maurilândia, Itajá, Doverlândia, Iporá, Amarinópolis, Itarumã, Mineiros, Santa Rita do Araguaia, Portelândia e outros que foram desmembrados dos ora relacionados, e que constituem a região geoeconômica homogênea convergente para Rio Verde (Mapa 8).

MAPA 8 - GOIÁS: ÁREA DE ATUAÇÃO DA COMIGO - 2005



**FONTE:**

COMIGO. Relatório do Conselho de Administração, Dez. 2004.

IBGE. Divisão de Pesquisa de Goiás. Composição das Mesorregiões do Estado de Goiás, 1996.

Departamento de Estradas de Rodagem - DER-GO. Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999 (base cartográfica).

**ORGANIZAÇÃO:**

Claudecir Gonçalves

**Cartografia digital:**

Loçandra Borges de Moraes

**LEGENDA**

- Limites municipais
- Microrregiões
- Mesorregiões
- Localidades de atuação da COMIGO para efeito de admissão de associados
- Cidades onde a COMIGO atua diretamente (com lojas, armazéns e unidades de produção)

Inicialmente, a COMIGO teve suas atividades restritas ao município de Rio Verde, onde foi fundada e onde funciona sua sede administrativa: loja agropecuária (seções de peças, veterinária e demais insumos agrícolas); armazéns; indústrias de óleo e farelo de soja (moageira e refinaria); indústria de laticínios; misturador de fertilizantes; fábrica de rações; unidade de descaroçamento de algodão; fábrica de sabão; laboratório de controle de qualidade de produtos acabados, de matérias-primas, de análises de solo, foliar e de dejetos; laboratório veterinário; unidade de beneficiamento de sementes; COMIGO Florestal I e II; Centro Tecnológico de geração e difusão de tecnologias agropecuárias. Desde a sua fundação até hoje se observa ampliações e diversificação de suas atividades. Atua diretamente nas cidades abaixo e suas distâncias em relação à sede administrativa (Quadro 2).

| Municípios          | Instalações                                                                               | Km     |
|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|--------|
| <b>Acreúna</b>      | Armazéns, loja agropecuária e posto de recepção de leite                                  | 71 km  |
| <b>Indiara</b>      | Armazéns e loja agropecuária                                                              | 136 km |
| <b>Jandaia</b>      | Loja agropecuária                                                                         | 150 km |
| <b>Jataí</b>        | Armazéns, loja agropecuária, unidade de produção de sal mineral e posto recepção de leite | 90 km  |
| <b>Montividiu</b>   | Armazéns e loja agropecuária                                                              | 45 km  |
| <b>Paraúna</b>      | Armazéns e loja agropecuária                                                              | 135 km |
| <b>Santa Helena</b> | Armazéns e loja agropecuária                                                              | 56 km  |
| <b>Serranópolis</b> | Armazém e loja agropecuária                                                               | 150 km |

**QUADRO 2 – COMIGO: Municípios de instalações de base físicas e distância das unidades estratégicas em relação à sede administrativa – 2005**

**FONTE:** Relatório do Conselho de Administração da COMIGO – 12/2005

**ORG.:** GONÇALES, C., 2006.

Em 2005, a cooperativa reunia 3.937 sócios e 1.377 funcionários (Quadro 3). Possui uma capacidade de armazenagem de 13.543 (Em mil sacas de 60 kg), 2.335 (Ton/h) de secagem e também a recepção de grãos (Quadro 4).

| Unidade Estratégica de Negócios | Nº de Funcionários |
|---------------------------------|--------------------|
| <b>Insumos</b>                  | 84                 |
| <b>Apoio Administrativo</b>     | 143                |
| <b>Lojas</b>                    | 225                |
| <b>Apoio Industrial</b>         | 317                |
| <b>Agronegócios</b>             | 608                |
| <b>Total</b>                    | 1.377              |

**QUADRO 3 – COMIGO: Distribuição de funcionários por unidade estratégica de negócios - 2005**

**FONTE:** Relatório do Conselho de Administração da COMIGO - 12/2005

**ORG.:** GONÇALES, C., 2006.

| Unidade Armazenadora  | Capacidade de Armazenagem<br>(Em mil sacas de 60 kg) | Secagem (Ton/H) |
|-----------------------|------------------------------------------------------|-----------------|
| Rio Verde             | 3.818                                                | 730             |
| Jataí                 | 3.950                                                | 570             |
| Montividiu            | 2.417                                                | 400             |
| Paraúna               | 1.008                                                | 320             |
| Santa Helena de Goiás | 600                                                  | 100             |
| Acreúna               | 1.000                                                | 120             |
| Indiara               | 500                                                  | 65              |
| Serranópolis          | 250                                                  | 30              |
| <b>Total</b>          | <b>13.543</b>                                        | <b>2.335</b>    |

**QUADRO 4 – COMIGO: Capacidade de armazenagem e secagem de produto agrícola - 2005**

**FONTE:** Relatório do Conselho de Administração da COMIGO – 12/2005

**ORG.:** GONÇALES, C., 2006.

A produção rural é um processo bastante complexo e vários fatores interferem no seu desempenho. Sua evolução começa desde os preços e distribuição de insumos e vai até a venda ao consumidor final, seja através de produtos finais ou apenas beneficiados. Neste trajeto, aqueles que produzem produtos primários são os mais expostos à exploração dos intermediários, que fazem a transferência da riqueza do meio rural para outros segmentos da sociedade.

Percebendo essa trajetória, a diretoria da COMIGO, após cinco anos de experiência e luta pelos interesses do produtor, resolveu investir na industrialização. Procurou, com isso, criar autonomia e mecanismo de defesa contra o quadro de alienação e exploração eminente. Por outro lado, trouxe benefícios indiretos para a região, através de pagamento de impostos e oportunidade de gerar novos empregos.

Em 1982, a COMIGO inaugurou um novo ramo de negócio em Goiás, sendo a primeira indústria de esmagamento de soja no Estado. Inicialmente os subprodutos do processo industrial eram óleo bruto e farelo. Em 1984, foi inaugurada a refinaria que passou a produzir óleo de soja refinado e, na segunda metade dos anos de 1980, entrou em atividade a fábrica de sabão que aproveita resíduos do processo de industrialização da soja (Foto 4).



**FOTO 4 – Rio Verde: Vista aérea do Complexo Industrial da COMIGO**

**FONTE:** COMIGO, 2005.

O farelo é comercializado para a fabricação de ração nos mercados interno e externo. O óleo é refinado e enlatado com marcas COMIGO e BRASILEIRO com o processamento e enlatamento de até 150 t/dia. Em curto espaço de tempo, conquistou a aceitação em diversos estados brasileiro. Para a borra, eliminada no processo de refino, no ano de 1985, foi instalada a saboaria, onde é fabricado o sabão LAV-COMIGO, hoje simplesmente COMIGO, com uma produção de 20 t/dia. No Quadro 5 está a capacidade agroindustrial da COMIGO.

| Ramos de Atividades                   | Capacidade        |
|---------------------------------------|-------------------|
| Moageira de Soja                      | 3.500 t/dia       |
| Refinaria de Óleo de Soja             | 200 t/dia         |
| Fábrica de Fertilizantes              | 90 t/h            |
| Fábrica de Ração                      | 40 t/h            |
| Fábrica de Sabão                      | 20 t/dia          |
| Unidade de Processamento de Leite     | 120 mil l/dia     |
| Unidade de Sal Mineralizado           | 36 t/dia          |
| Unidade de Descaroçamento de Algodão  | 7.500 @/dia       |
| Unidade de Beneficiamento de Sementes | 200 mil sacos/ano |

**QUADRO 5 - COMIGO: Capacidade Agroindustrial - 2005**

**FONTE:** Relatório do Conselho de Administração COMIGO – 12/2005

**ORG.:** GONÇALES, C., 2006.

Em recente estudo sobre a competitividade na indústria de óleos vegetais, Coutinho e Ferraz (1993, p.11) assim se referem à COMIGO, inferindo para as demais cooperativas, quando aborda a questão das estratégias empresariais:

Além da comercialização de grãos em grande escala, a COMIGO processa soja e produz óleo refinado e enlatado, em uma moderna planta industrial. O caminho da diversificação agroindustrial está conduzindo a cooperativa à abertura de leque de empreendimentos agroindustriais, com a implantação de uma fábrica de rações, além de uma algodoeira. Os planos de investimentos futuros incluem a construção de uma fábrica de laticínios e, principalmente, um abatedouro de aves e suínos. As cooperativas possuem uma lógica própria segundo a qual a diversificação de atividades atende prioritariamente à base produtiva dos seus cooperados [...] As cooperativas não competem com as empresas líderes do complexo soja nacional, mas dirigem sua produção para os mercados regionais, onde competem por preço.

Observa-se que a posição do cooperativismo no contexto do desenvolvimento econômico brasileiro obedeceu à lógica da dinâmica do capital em seu processo de internacionalização. Concordamos que as cooperativas têm desempenhado um papel fundamental no processo de desenvolvimento e modernização da agricultura, mas ao exportarem matérias-primas, acabam ficando numa função secundária na cadeia agroalimentar, pois essas cooperativas atuam numa esfera em que há menor inversão de capital e maiores riscos e oscilações. Nesse sentido, concordamos com Panzutti (1997), as empresas cooperativas, para fazerem frente às exigências do mercado e a modernização de seus associados, terão que se tornar macro-organizações e, para tanto, necessitam de recursos financeiros, que viriam através do associado ou através de financiamento. Nesse aspecto, as cooperativas de crédito rural têm funcionado como instrumentos de repasse de recursos do Tesouro Nacional e, também, dos demais agentes de crédito, por estarem mais próximas do produtor e pela capilaridade de suas instituições.

A COMIGO é de grande importância no Estado de Goiás, sendo em parte responsável pela elevada participação das cooperativas na arrecadação total do ICMS que foi de 8.542.018,38, no exercício de 2005, e encontra-se no momento implementando seu parque industrial com novas tecnologias para melhorar suas atividades. As cooperativas são, em si, um universo heterogêneo e, entre si, distinguem-se por realizar ou não atividades agroindustriais, possuírem ou não os seus centros de decisão na região, produzirem em setores mais ou menos dinâmicos, assim como adotarem, ou não, uma atitude empresarial na busca de diversificação produtiva, respeitando evidentemente as normas e especificidades do cooperativismo.

Em 1996, um importante passo para o desenvolvimento da região e da cooperativa foi a aquisição de um misturador de adubos por solicitação dos cooperados, motivado pelos altos preços e pelo poder de barganha das empresas que comercializavam fertilizantes. Esta iniciativa apresenta um grande sucesso, evoluindo de 20 mil t. de adubos entregues aos cooperados no primeiro ano, para cerca de 112 mil t. em 2001. A garantia de produção e de comercialização de adubos, pela cooperativa, foi um importante elemento de competitividade para a produção de soja local.

Ainda em meados dos anos de 1990, com a finalidade de desenvolver agricultura local e mercado para os produtos oriundos do processamento da soja, a COMIGO inovou fomentando entre os produtores associados a atividade da suinocultura na região. Inicialmente foi formada uma joint-venture com a Dalland, empresa Holandesa, com o objetivo de instalar um pólo de desenvolvimento genético de suínos na região.

Esta atitude inicia uma importante fase, em que a cooperativa procura manter o seu foco no SAG-Soja, mas acredita em formas diferentes de promover o desenvolvimento de seus associados, sem, entretanto se envolver diretamente em outras atividades.

Em 1996, a COMIGO mobilizou os produtores rurais para reuniões diretamente com a Perdigão, de forma a incentivar e atrair a instalação desta empresa em Rio Verde, o que acaba por ocorrer, efetivamente, com sua inauguração em 2000.

Deste modo, ocorre a formação de uma importante rede, onde uma parcela desta é responsável pelo desenvolvimento genético para a produção de matrizes; a segunda iniciativa à integração; e uma terceira ainda possibilita a colocação de rações, e, por fim, a economia local é incrementada e, assim, o produtor rural tem acesso a alternativas de renda.

A Dalland-COMIGO fornece parte das fêmeas e dos machos para o Projeto Buriti da Perdigão, e como consequência, os produtores associados à COMIGO participam de contratos de fornecimento com a Perdigão.

Para dar um atendimento técnico e de qualidade aos seus cooperados, a COMIGO associou-se à Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico Ltda (COODETEC), em 1999, com a finalidade de desenvolver e disponibilizar sementes de soja, algodão, milho e trigo adaptadas à região de cerrados e, atendendo à solicitação dos cooperados, adquiriu uma área destinada à pesquisa. Uma área de 114 hectares, localizada a 15 km da cidade, onde foi implantado o Centro Tecnológico COMIGO (CTC), destinado a gerar experimentos e pesquisas agropecuárias e a difundi-las com o objetivo de auxiliar as atividades dos produtores rurais da região. As empresas, entidades,

faculdades e instituições convidadas para realizar o trabalho aceitaram o desafio, permitindo a implantação definitiva do projeto em 2001.

O Encontro Tecnológico que a COMIGO realizava em seu Centro Tecnológico (CTC) ganhou dimensão e, a partir de 2004, passou a se chamar AGRISHOW COMIGO. Uma parceria entre duas marcas fortes, AGRISHOW e COMIGO, foi firmada para dar maior amplitude ao evento. Essa feira tecnológica agropecuária veio para ficar registrada no calendário oficial de eventos agropecuários do país, como uma das principais do setor. Nela, o visitante conhece diversos experimentos de campo que visam auxiliar o produtor rural, bem como as novidades de máquina e equipamentos utilizados no agronegócio (Foto 5).



**FOTO 5 – Rio Verde: Vista aérea do Centro Tecnológico da COMIGO**

**FONTE:** COMIGO, 2005.

É importante salientar que este tipo de atividade não é realizado independentemente, mas sim, por meio de parcerias importantes com empresas como a Pionner/Dupont, Monsanto/Agroceres, Basf, Bayer, Aventis, Embrapa, entre outras. A cooperativa tem uma

ação específica de articulação de uma rede onde cada um dos agentes tem interesses em comum, resguardados os seus interesses empresariais.

A cooperativa tem credibilidade do produtor rural por ser um “pool” de interesse do próprio produtor que, em tese, tende a dar preferência à assistência técnica da cooperativa, a balança de pesagem e os critérios de sua cooperativa, bem como o fertilizante.

Esta situação é interessante para a cooperativa porque não só garante um faturamento importante, que é parte dos 17,26 % faturados com insumos no ano de 2005, como também na relação contratual chamada de “troca-troca” o que garante uma recepção mínima de soja para a cooperativa, que pode ser travada em hedge cambial e operações de ACC – Adiantamento de Contratos de Câmbio. Deve-se ressaltar que o restante da produção poderá ser transacionado com quaisquer outros agentes regionais do SAG-Soja, garantindo a estes também uma produção marginal advinda dos produtores da cooperativa. Não há instrumento contratual que exija fidelidade entre o produtor e sua cooperativa, e esta, quando existir, será apenas como uma decorrência de relação ética e habitual.

A visão da presidência da COMIGO é de que: “quanto maior o número de concorrentes e maior a competição de mercado, melhor é para o cooperado, pois terão melhores alternativas e oportunidades, bem como a cooperativa terá que ser também obrigatoriamente mais competitiva”.

O preço regional é sinalizado pelo preço COMIGO. Isto indica que o balizamento dado pela cooperativa é acompanhado pelas outras empresas no mercado, sendo o hedge da cooperativa, que é formado pelos valores da relação fertilizantes/soja, um sinalizador de mercado favorável ao produtor e a todo sistema. Neste sentido, a COMIGO tem o desafio de se manter competitiva em um mercado de margens baixas, ao mesmo tempo em que oferece preços mais vantajosos aos seus cooperados.

A cooperativa é estimulada como uma forma de promover o desenvolvimento e a garantia de renda para o associado. De outra forma, as grandes empresas do setor têm a compreensão de que a cooperativa é importante pelo seu nível de credibilidade, sua função de hedge nas operações de troca-troca e no desenvolvimento tecnológico para a manutenção da competitividade regional.

A função pública de coordenação e estímulo privado ao desenvolvimento tem como alternativa a sua implementação dada às características de uma organização cooperativada, ou seja, uma rede que apresenta externalidades econômicas positivas para toda coletividade.

## 2.6 A Integração Agroindustrial do Sul Goiano

Com a consolidação do parque industrial em São Paulo (segunda metade da década de 1950), encerrou-se a possibilidade de industrialização autônoma de estados da periferia nacional. Restavam, porém, a alternativa de complementaridade à economia paulista e investimentos para o atendimento de demandas localizadas ou fornecimento para o mercado nacional em determinados segmentos. Assim, Goiás encontrou na agroindústria o segmento capaz de promover desenvolvimento regional, através dos efeitos estimuladores dele provenientes, com destaque para os setores grãos-óleo-carne e seus encadeamentos a jusante e a montante. Desta forma, independentemente da origem dessas indústrias, de certa forma ampliou-se, mesmo que minimamente, a autonomia de decisão de investimento e, até mesmo reinvestimento, do excedente econômico dentro do próprio Estado.

Entretanto, a integração agroindustrial em Goiás tem configuração diferenciada da existente na região Sul. De acordo com Leite (2000) há duas dinâmicas distintas de agroindustrialização: a primeira ocorre quando a agroindústria produz intervenção externa à agricultura, integrando, articulando e fomentando os produtores agrícolas. Essa dinâmica possui afinidades com a produção familiar, como as que acontecem no Sul, por exemplo, na produção integrada de aves, suínos, leite, uva e fumo; a segunda ocorre quando a agroindústria se torna extensão da atividade agrícola, ou seja, no caso das cooperativas agropecuárias (como a COMIGO no Sudoeste Goiano), que estão relacionadas a uma agricultura em larga escala (oleaginosas), que procura verticalização da produção, agregando mais valor ao produto. Como a escala mínima requerida é elevada, essa dinâmica torna-se incompatível com a agricultura familiar.

O modelo de integração que vem se delineando em Goiás, nos últimos anos, absorve características das duas dinâmicas: a agroindústria age como elemento exógeno, articulando os produtores agrícolas locais, porém, trata-se de médios e grandes produtores, com capacidade de operar em escalas elevadas<sup>37</sup>.

Os casos da Van den Bergh Alimentos, do grupo Unilever (Cica) atualmente SIOL Goiás Indústrias de Alimentos Ltda e Projeto Buriti (Perdigão) são bons exemplos pra ilustrar este movimento. A Cica transferiu sua fábrica de Jundiá-SP para o Sudoeste Goiano e entrou

---

<sup>37</sup> Conforme Censo Agropecuário de 1996, em Rio Verde, município mais dinâmico do Sudoeste Goiano, metade das propriedades (55%) tem área superior a 100 ha, correspondendo a 93% da área cultivada. Por outro, lado metade dessa área (47%) encontra-se concentrada em 8% das propriedades que possuem mais de 1.000 ha.

em operação, em 2000, em Rio Verde. A opção pela região teve como base estudos técnicos que apontaram alto potencial na região, em função das variantes climáticas e da sua vocação agrícola. Contribuíram, ainda, a existência de facilidades locais, necessárias ao funcionamento da nova fábrica: boa infra-estrutura de serviços e disponibilidade de áreas que já contam com sistema de irrigação. A fábrica da Van den Bergh Alimentos, em Rio Verde, foi concebida dentro do sistema integrado de produção; mesmo com capacidade produtiva significativamente superior, sua previsão era operar com apenas 25 produtores integrados num raio de até 100 quilômetros da unidade de processamento. O projeto prevê uma capacidade final para processar 250 mil toneladas de tomate/ano.

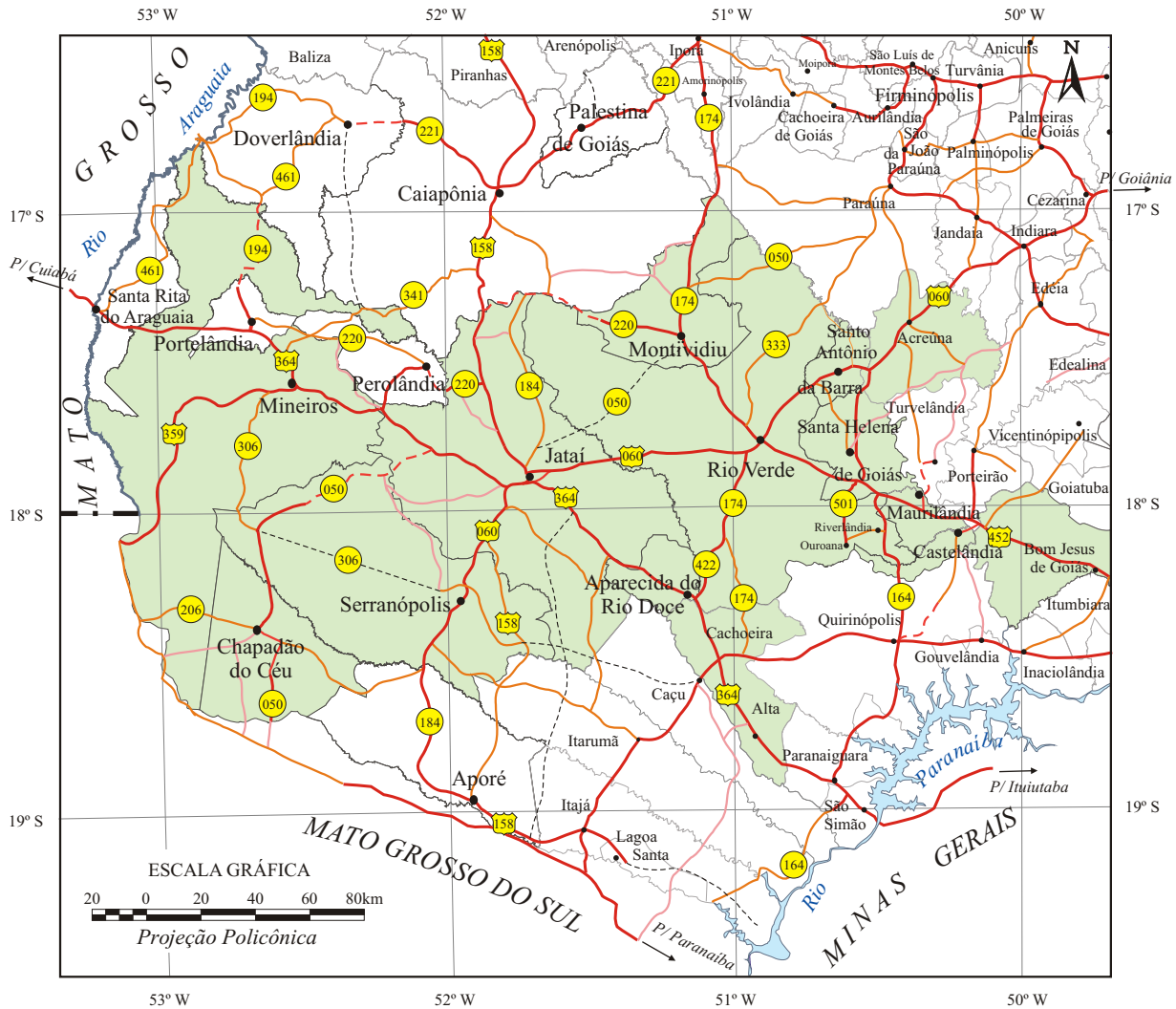
A Perdigão instalou em Rio Verde, em 1998, um grande complexo agroindustrial, o maior da América Latina, com um investimento inicial de R\$ 500 milhões, e atualmente já passou da casa de 1 bilhão de Reais, gerando inicialmente 2.200 empregos diretos e em 2006 na faixa 6.000. A empresa recebeu do governo do Estado incentivos fiscais e obras de infra-estrutura, como estradas vicinais e serviços de terraplanagem. (Istoé/Dinheiro, 2001).

Para Helfand e Rezende (1999), o projeto Buriti, da Perdigão, é um exemplo do deslocamento da agroindústria avícola e suinícola do Sul do país para o Centro-Oeste, estimulada pela proximidade com as áreas produtoras de matéria prima (soja e milho), com significativa redução de custos: além da redução no gasto com rações, a construção de abatedouros integrados a criadores de animais, propicia economias de escala na produção e no abate. A integração a um número menor de grandes produtores reduz custos de logística associados ao suprimento de insumos, provisão de rações, serviços veterinários e coleta dos animais prontos para o abate. Todos os produtores utilizam equipamentos idênticos, que incorporam a tecnologia mais avançada, com alimentação automática e controles climáticos. Atualmente, a integração de pequenos agricultores é considerada um obstáculo para a redução de custos, devido aos maiores custos implicados na supervisão de um maior número de produtores. Além das dificuldades em instalar este tipo de sistema no Sul do país<sup>38</sup>, o autor destaca os estímulos oferecidos no Centro-Oeste, como o Fundo Constitucional do Centro-Oeste e incentivos fiscais estaduais (Mapa 9).

---

<sup>38</sup> Região tradicional na avicultura e suinocultura de pequeno porte.

# MAPA 9 - GOIÁS: ÁREA DE INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL DA PERDIGÃO - 2005



## FONTE:

Mapa Rodoviário Estadual, Escala: 1:1.000.000, DER-GO, 1999 (Base cartográfica).

## ORGANIZAÇÃO :

Claudecir Gonçalves

## Cartografia digital:

Loçandra Borges de Moraes

## LEGENDA

- Área de integração da Perdigão
- Estradas pavimentadas
- Estradas em leito natural
- Estradas municipais
- Estradas em construção
- Estradas planejadas
- Prefixo de estrada federal
- Prefixo de estrada estadual

Durante a pesquisa de campo, em Rio Verde, realmente se constatou que, para se integrar à Perdigão, o produtor deve estar bem capitalizado: a empresa exige a construção de um módulo mínimo de quatro aviários ou terminadores de suínos, com um investimento que gira em torno de R\$ 700.000, sendo 93% financiado pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). A fábrica da Perdigão é composta pelas seguintes unidades: unidade de abate de aves (abate 310 mil aves por dia); unidade de abate de suínos (abate 3,5 mil animais por dia); unidade de fabricação de alimentos derivados de carne suína e de frango; fábrica de ração com capacidade para processar 42 mil toneladas de milho e 15 mil toneladas de soja por mês; duas granjas de matrizes de aves (1.738 mil ovos/semana), um incubatório de aves (1.460 mil pintos/semana) e também preconizados 848 módulos<sup>39</sup> de integração. As granjas, por sua vez, foram projetadas para capacidade de 25 mil frangos, enquanto as instaladas, em Santa Catarina, possuem capacidades que variam entre seis e 15 mil frangos (Foto 6).

A fábrica trabalha em um processo integrado com produtores da região que funciona da seguinte maneira:

- Sistema de produção de ovos para o incubatório da fábrica: a Perdigão entrega a matriz para o produtor, que é criada e produz ovos na granja, que são vendidos à Perdigão e lá incubados. A matriz começa a pôr ovos em cerca de 24 semanas, e é abatida em 66 semanas, quando já não bota ovos de qualidade. Um percentual destes ovos (inadequado para a incubação) é usado em processos industriais. A fábrica manda, além das matrizes (pinto), a ração, medicação e assistência técnica. O produtor é remunerado para criar a ave, em média em 45 dias, com base no peso atingido e idade de mortalidade; sistema de produção de leitões: a fábrica manda a matriz, que o produtor engorda até atingir o peso de 25 kg (mais ou menos 80 matrizes por produtor). Depois, o leitão engorda na Perdigão, de 25 para 120 kg.

---

<sup>39</sup> É uma quantidade significativamente reduzida, considerando-se que essa empresa possuía, em sua planta em Santa Catarina, aproximadamente 7.000 integrados.



**FOTO 6 – Rio Verde: Parque Industrial da Perdigão (Projeto Buriti)**

**AUTOR:** GONÇALES, C., out./2005.

A empresa se instalou, em Rio Verde, devido ao financiamento do Estado à facilidade para a obtenção de insumos, à segurança do rebanho da região, que não foi afetado por doenças típicas de regiões produtoras tradicionais, e à possibilidade de ganhos de escala. A seleção dos integrados é baseada nos seguintes critérios: garantia junto ao órgão financeiro, localização da propriedade, preferencialmente próxima à fábrica, e construção de módulos contendo quatro aviários ou terminadores de suínos, com uma casa para colonos.

Conforme Favaret Filho e Paula (1998), o dimensionamento dos módulos de integração deste Projeto partiu da hipótese de que o sistema original implantado na região Sul (baseado na pequena propriedade diversificada e mão-de-obra familiar) encontrava-se esgotado, pois os custos operacionais de logística e de gerenciamento<sup>40</sup> de elevado número de integrados cresceram demasiadamente, resultando em perda de competitividade e

<sup>40</sup> Que consiste em levar ração, coletar animais, prestar assistência técnica e supervisionar os diversos tipos de contratos feitos com milhares de pequenos integrados com escalas, tecnologias e rendimentos diferenciados.

lucratividade. Além disso, o tamanho atual das granjas constitui obstáculo à adoção de tecnologias mais modernas e produtivas, limitando a expansão do modelo.

Embora o investimento nas granjas seja de responsabilidade do integrado, fontes de recursos como FCO e Crédito Rural, aliados aos benefícios advindos da “Guerra Fiscal”, têm se constituído em importante mecanismo de viabilização do Projeto. Mesmo assim, a Perdigão negociou junto ao Banco do Brasil a criação de um Fundo de Amortização formado pela retenção de parcela dos pagamentos destinados aos integrados, que pode ser utilizado na quitação dos empréstimos, reduzindo o risco para o Banco e diminuindo os encargos financeiros para o integrado<sup>41</sup>. Para Favaret Filho e Paula (1998, p.131),

ao estabelecer uma redução de 45% da TJLP (denominada “rebate”), o FCO reduz sensivelmente o custo do financiamento para o integrado. Adicionalmente, o prazo de 12 anos, incluindo dois de carência, suaviza o esquema de amortização. Mesmo assim, se fosse mantido o sistema tradicional de amortização, a renda líquida anual gerada por aviário cairia de R\$ 4,2 mil, no 4º ano, para R\$ 1,5 mil, no 12º ano.

Para se ter uma idéia do perfil desse integrado, com base numa publicação da Perdigão<sup>42</sup>, um dos primeiros integrados selecionados<sup>43</sup> recebeu financiamento na ordem de R\$ 1,1 milhão, com contrapartida de R\$ 100 mil, para colocar em funcionamento dois módulos para produção de leitões. Outro integrado<sup>44</sup> viabilizou a instalação de quatro módulos para produção e terminação de leitões e aviários, em duas propriedades da família com cerca de 2.200 ha, com investimentos de aproximadamente R\$ 3 milhões.

Fica claro, portanto, que esse padrão de integração entre agroindústrias e grandes/médios produtores não se trata simplesmente de migração de investimentos, já que está em jogo o futuro da agricultura familiar nos moldes delineados no Sul do país. Segundo Leite (2000, p.39) “são fortes as evidências de que o novo impulso de crescimento experimentado pelo Sudoeste Goiano poderá agravar ainda mais as desigualdades sociais. [...] A agricultura familiar, por sua vez, continuará marginalizada dos processos de modernização”.

Outro impacto provocado é a atração de empresas (indústrias, prestadores de serviços, lojas especializadas, transportadoras) para o município, tais como: Triel (indústria de carrocerias), Cadê (construtora), Orsa (embalagens de papel), Mercar (indústria de baús

<sup>41</sup> Embora haja redução da renda líquida nos dois primeiros anos com a eliminação da carência oferecida pelo FCO, a rentabilidade do investimento estabilizar-se-á na faixa de R\$ 4,5 mil (por aviário) até o final do período do financiamento.

<sup>42</sup> PARCERIA: informativo do Projeto Buriti, Perdigão Agroindustrial S/A, dezembro de 1998.

<sup>43</sup> Um médico proprietário de fazenda de gado de corte, soja e milho.

<sup>44</sup> Um advogado juntamente com quatro filhos.

refrigerados) e Videplast (embalagens de plástico), que vieram atraídas pelos incentivos fiscais do governo e pela facilidade de créditos, e para atender a Perdígão e aos mercados locais e do Centro-Oeste.

Atualmente, em Goiás, os incentivos à indústria incluem a redução do imposto do boi, de 7% para 3%, um crédito de ICMS para frigoríficos exportadores, que recebem do Estado 7% do valor das exportações para a aquisição de equipamentos.

Ao finalizarmos estudo sobre o papel do Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR) e atualmente PRODUIR na formação da estrutura industrial de Goiás, percebe-se que eles geraram impactos positivos no que concerne à atração de indústrias para o Estado. No entanto, o que se destaca é que tais impactos foram limitados e que geraram distorções ao longo da implantação do Programa.

Somente no futuro será possível dizer se este Programa PRODUIR efetivamente obteve resultado diferenciado do seu antecessor. Embora os mecanismos de financiamento tenham sofrido alterações, a cumplicidade entre gestores dos setores público e privado poderá dar a este o mesmo “final feliz” que deram ao FOMENTAR.

## 2.7 As Empresas do Segmento da Soja em Goiás

Segundo divulgação recente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), levando em consideração os últimos quatro anos, Goiás apresenta um relevante destaque nacional em processamento, refino e enlatamento de oleaginosas, assumindo o segundo lugar na capacidade de enlatamento (14,7%); o terceiro lugar na capacidade de refino (11,6%) e o quarto lugar na capacidade de processamento (12,8%). Veja Tabelas 25, 26 e 27.

**TABELA 25 – Brasil: Capacidade de envasamento de óleo vegetal – 2001-2004**

| Estado    |    | Capacidade de Enlatamento |                   |                   |                   | %    |
|-----------|----|---------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------|
|           |    | 2001<br>(ton/dia)         | 2002<br>(ton/dia) | 2003<br>(ton/dia) | 2004<br>(ton/dia) |      |
| São Paulo | 1º | 3.836                     | 3.310             | 4.080             | 4.170             | 30,3 |
| Goiás     | 2º | 1.370                     | 1.370             | 1.570             | 2.020             | 14,7 |

**FONTE:** <http://www.abiove.com.br/capaci.html> em 29/08/2005

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

**TABELA 26 – Brasil: Capacidade de refino de óleo vegetal – 2001-2004**

| Estado           |           | Capacidade de Refino |                   |                   |                   |      |
|------------------|-----------|----------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------|
|                  |           | 2001<br>(ton/dia)    | 2002<br>(ton/dia) | 2003<br>(ton/dia) | 2004<br>(ton/dia) | %    |
| <b>São Paulo</b> | <b>1º</b> | 6.256                | 5.840             | 5.880             | 6.230             | 34,6 |
| <b>Paraná</b>    | <b>2º</b> | 2.730                | 2.490             | 2.650             | 2.910             | 16,2 |
| <b>Goiás</b>     | <b>3º</b> | 1.420                | 1.570             | 1.610             | 2.090             | 11,6 |

**FONTE:** <http://www.abiove.com.br/capaci.html> em 29/08/2005

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Para Oliveira (1993), os grandes grupos nacionais passaram a assumir o principal papel no *ranking* de estocagem, produção e exportação de óleo e farelo de soja. Um exemplo disso é a Ceval, que, em 1986, já se destacava como o principal exportador desses subprodutos da soja. Em 1993, era o maior exportador da América Latina e o segundo do mundo.

A Ceval foi adquirida pela Bunge e sua estratégia é a de desfazer das áreas que não sejam o negócio de *commodities* e refino de óleo. A Bunge, juntamente com a Cargill e ADM, constituem-se nas principais empresas que competem nos mercados mundiais de soja. Após a aquisição da Ceval, passou a deter a liderança mundial nas exportações de farelo de soja e na exportação de óleo.

**TABELA 27 – Brasil: Capacidade de processamento de óleo vegetal – 2001-2004**

| Estado                   |           | Capacidade de Processamento |                   |                   |                   |      |
|--------------------------|-----------|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------|
|                          |           | 2001<br>(ton/dia)           | 2002<br>(ton/dia) | 2003<br>(ton/dia) | 2004<br>(ton/dia) | %    |
| <b>Paraná</b>            | <b>1º</b> | 31.500                      | 28.650            | 28.950            | 31.765            | 24,1 |
| <b>Mato Grosso</b>       | <b>2º</b> | 10.820                      | 14.500            | 14.500            | 20.600            | 15,6 |
| <b>Rio Grande do Sul</b> | <b>3º</b> | 19.000                      | 20.150            | 20.100            | 19.700            | 15   |
| <b>Goiás</b>             | <b>4º</b> | 8.660                       | 9.060             | 10.320            | 19.920            | 12,8 |

**FONTE:** <http://www.abiove.com.br/capaci.html> em 29/08/2005

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Para atingir tais resultados, atualmente o Estado de Goiás conta com a participação das seguintes empresas agroindustriais e cooperativa no ramo de processamento da soja: COMIGO, Bunge, Cargill, Caramuru, Cereal, Coinbra, Granol, Brejeiro, Lasa & Carol e Olvego.

Segundo dados das empresas, em 2005, a capacidade de esmagamento instalada no Estado de Goiás estava assim constituída:

**TABELA 28 – Goiás: Capacidade instalada de processamento de soja – 2005**

| Indústria      | Local        | Esmagamento |           | Refino |         |
|----------------|--------------|-------------|-----------|--------|---------|
|                |              | t/dia       | t/ano     | t/dia  | t/ano   |
| Caramuru       | Itumbiara    | 1.700       | 620.500   | 600    | 219.000 |
| Caramuru       | São Simão    | 1.800       | 657.000   | -      | -       |
| Cargill        | Rio Verde    | 1.500       | 547.500   | -      | -       |
| Bunge          | Luziânia     | 1.000       | 300.000   | 350    | 105.000 |
| Coinbra        | Jataí        | 1.000       | 300.000   | 160    | 58.400  |
| COMIGO         | Rio Verde    | 3.500       | 1.277.500 | 200    | 73.000  |
| Comove         | Catalão      | 1.200       | 360.000   | -      | -       |
| Granol         | Anápolis     | 700         | 210.000   | 200    | 73.000  |
| Grupo Brejeiro | Rio Verde    | 600         | 219.000   | -      | -       |
| Grupo Cereal   | Rio Verde    | 600         | 219.000   | -      | -       |
| Lasa*          | Ipameri      | 600         | 219.000   | -      | -       |
| Olvego         | Pires do Rio | 600         | 219.000   | -      | -       |

**FONTE:** ABIOVE

\*Obs. Da autora – a Lasa está operando com ABC Inço.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Percebe-se na Tabela 28 que, das 11 empresas esmagadoras, somente a Bunge e a Granol não estão no Sul Goiano e apenas 5 esmagadoras de soja instaladas desenvolvem a atividade de refino do óleo de soja. São elas: Caramuru, Bunge, Coinbra, COMIGO e Granol. A Caramuru detém a maior capacidade de refino.

Lazzarini e Nunes (2000) ressaltam que, com o aumento do tamanho das plantas industriais, os custos médios de esmagamento decrescem e utilizam-se as estimativas elaboradas pela empresa de consultoria Sparks sobre as economias de escala na atividade de processamento de soja, para demonstrar substanciais reduções de custo com o aumento do tamanho das plantas, conforme Tabela 29.

**TABELA 29 – Economias de escala no esmagamento de soja: redução de custos de processamento esperada de acordo com o aumento no tamanho da planta - 2000**

| Aumento de escala         | Redução de custos |
|---------------------------|-------------------|
| De 300 para 600 t/dia     | 15,0%             |
| De 600 para 1.000 t/dia   | 3,5%              |
| De 1.000 para 1.500 t/dia | 7,0%              |
| De 1.500 para 2.000 t/dia | 5,6%              |

**FONTE:** Sparks Companies; In: Lazzarini & Nunes (2000).**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Também constatam que as escalas das plantas de esmagamento, no Brasil, são inferiores às de outros países como as da Argentina, onde cerca de 78% da capacidade total refere-se a plantas de escala superior a 1.499 t/dia, contra 54,8% no Brasil.

Os estudos do IEPE (Instituto de Estatística e Pesquisa Econômica) da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) demonstram que uma planta esmagada de soja passa a ser mais competitiva quando a sua capacidade está acima de 1.500 t/dia (CANZIANI, 1995). Daí a explicação da redução de 46,0% para 8,9% das plantas com capacidade de até 599 t/dia e o aumento de 22,4% para 54,8% das plantas acima de 1.499 t/dia no período analisado na Tabela 30.

**TABELA 30 – Brasil: Porcentagem da capacidade de esmagamento de oleaginosas de acordo com o tamanho da planta (apenas plantas ativas)**

| <b>Capacidade (t/dia)</b> | <b>1977</b>   | <b>1982</b>   | <b>1989</b>    | <b>1993</b>   | <b>1997</b>    |
|---------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| Até 599                   | 46,0%         | 24,0%         | 20,3%          | 12,2%         | 8,9%           |
| De 600 para 1.499         | 31,6%         | 27,9%         | 37,9%          | 39,8%         | 36,3%          |
| Acima de 1.499            | 22,4%         | 48,1%         | 41,8%          | 48,0%         | 54,8%          |
| <b>TOTAL (t/dia)</b>      | <b>41.567</b> | <b>89.989</b> | <b>100.426</b> | <b>95.250</b> | <b>104.195</b> |

**FONTE:** Aguiar (1994) e dados da ABIOVE: In LAZZARINI & NUNES (2000).

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Percebe-se, pelos dados da Tabela 30, uma mudança substancial de participação das plantas esmagadoras de oleaginosas no Brasil quanto à capacidade de esmagamento, entre 1977 e 1997. Neste período, a capacidade total de esmagamento (t/dia) sofreu um acréscimo de 151% e, em 1977, havia um predomínio (46,0%) de plantas cuja capacidade chegava a 599 t/dia e uma menor participação de plantas com capacidade de esmagamento acima de 1.499 t/dia (22,4%). Esse quadro alterou-se ao longo dos anos, diminuindo o percentual de plantas com menor capacidade de esmagamento e aumentando o percentual de plantas com capacidade acima de 1.499 t/dia, chegando a 1997 com 8,9% das plantas cuja capacidade de processamento vai até 599 t/dia e com 54,8% das que vão acima de 1.499 t/dia. Isto reflete a busca de ganhos com economias de escala, ligada à desativação de plantas pequenas.

Com isso, podemos afirmar que, no estado de Goiás, das onze plantas esmagadoras instaladas apenas quatro encontram-se na faixa de aumento do processamento de 1.500 para 2.000 t/dia, duas da empresa Caramuru, uma está em Itumbiara (1.700 t/dia) e outra em São Simão (1.800t/dia), as outras são a COMIGO (3.500 t/dia) e a Cargill (1.500 t/dia). Elas se destacam pelo aumento de sua capacidade de esmagamento, propiciando-lhes uma redução de custos esperada de 5,6%. Usufruem uma economia de escala na atividade de processamento.

Apenas uma empresa encontra-se na situação de aumento de escala de 1.000 para 1.500 t/dia – a Comove (1.200 t/dia) – cuja redução de custos esperada é de 7,0%. As outras seis indústrias de esmagamento de soja estão entre 600 a 1.000 t/dia e a redução de custos esperada pelo tamanho da planta é de 3,5%. Portanto, a maior parte das plantas instaladas no estado de Goiás está operando com a mínima redução de custos (com baixa economia de escala).

Nos anos 1990, assistiu-se a um novo comportamento na produção do complexo soja, que foi favorecido pela consolidação de posições de grandes grupos nacionais nos quais se destacam a Ceval e a Sadia. Estes, além de integrarem verticalmente várias atividades e de diversificarem seus investimentos (abate de aves, de suínos e de bovinos), também passaram a trabalhar com produtos diferenciados, como a margarina e maionese, cuja penetração no mercado é dificultada pelos grandes oligopólios com marcas consolidadas nacional e internacionalmente.

Quanto ao refinamento de óleo de soja comestível, destacam-se:

- \* A Caramuru, com a produção do óleo Sinhá, consolida-se como uma marca tradicional no mercado, distribuída em todos os estados do país.
- \* É da Coinbra, em Rio Verde, a produção do óleo Valença.
- \* A COMIGO produz os óleos Brasileiro e COMIGO, na cidade de Rio Verde.
- \* A Bunge Alimentos S/A fabrica o óleo Soja na cidade de Luziânia – GO.
- \* Em Pires do Rio a OLVEGO produz o óleo OLVEGO.
- \* Em Anápolis, a Granol produz o óleo Granol, Tupã, Adamantina e Celina.

A Caramuru Alimentos S/A, fundada, em 1964, na cidade de Maringá (PR) para participar na industrialização do milho, passou a explorar também o mercado da soja. Expandiu-se pelo estado de Goiás, iniciando suas atividades, em 1975, na cidade de Itumbiara (GO), com a abertura de uma filial e, em março de 1981, de um armazém geral. Outros armazéns foram abertos em Inaciolândia (1983), em Lagoa do Bauzinho e Vicentinópolis (1986), em Montividiu e em Portelândia (1986). Em dezembro de 1986, a Caramuru abriu uma fábrica de óleo degomado e farelo de soja em Itumbiara (GO).

Em 1989, a Caramuru abriu uma unidade armazenadora em Rio Verde (GO). Aconteceu, em 1992, a implantação da refinaria de óleo de soja, Caramuru Óleos Vegetais Ltda., em Itumbiara (GO), e em 1995, abre uma indústria de óleo de soja em São Simão (GO). Como o município de Chapadão do Céu (GO) se destacou como um grande produtor de soja, conforme já mencionado neste trabalho, em 1995, a Caramuru abriu, nesta região, uma

unidade armazenadora e, em 1999, implanta, em Itumbiara (GO), uma unidade de envase PET, Caramuru Óleos Vegetais Ltda.

As vendas de óleo de soja refinado, produzido na indústria Caramuru, têm como destino, principalmente, a Bahia e Minas Gerais, e a maior parte da produção é direcionada para o Estado da Bahia. Quanto ao farelo, quase a totalidade do que é produzido é exportado para a Europa. Pequena quantidade atende o mercado interno.

Outra empresa de destaque na região do Sudoeste Goiano é a Comércio e Indústrias Coimbra S/A, multinacional pertencente ao grupo Louis Dreyfus, inaugurada em 1990, no município de Jataí. Atua na produção de farelo, óleo de soja degomado e óleo de soja refinado, direcionado ao mercado regional, cuja capacidade de refino no território goiano é de 160 t/dia. A comercialização de seus produtos é centralizada no escritório central em São Paulo.

Essa empresa exporta para o mercado europeu o farelo de soja por ela produzido. Ao mesmo tempo, pretende atender às exigências do mercado regional com a possibilidade de produzir um farelo especial, com proteína, para a Perdígão, já instalada na região.

A Granol (Anápolis), cuja capacidade de esmagamento é 700 t/dia, tem uma capacidade de produção de 130 ton/dia de óleo bruto de soja, 200 ton/dia de óleo refinado de soja e 540 ton/dia de farelo de soja. Seus principais produtos derivados da soja são o farelo e o óleo (Tupã, Granol, Adamantina e Celina).

Quanto ao canal de distribuição, o óleo de soja refinado pela empresa Caramuru só atende à demanda do mercado consumidor interno. A produção é repassada aos distribuidores que atendem aos supermercados e outros.

A produção de óleo da Granol é toda vendida no mercado interno para supermercados, mercearias, padarias e hotéis. Quanto ao farelo de soja, aproximadamente 25% são vendidos para os pecuaristas de Goiás, Tocantins e sul do Pará, o restante é exportado para os países da Europa (Holanda, Luxemburgo, etc.). A Granol também exporta o tocopherol, que é um subproduto do óleo, para o Japão. No tópico seguinte, veremos como se dá a relação de uma empresa no seguimento da soja com o produtor.

A Cargill, outra empresa do segmento de *commodities*, iniciou suas atividades no Brasil criando um departamento de sementes para operar uma pequena usina de beneficiamento e produção de sementes híbridas de milho, na cidade de Avaré-SP. Hoje a empresa comercializa, processa e distribui, mundialmente, produtos e serviços agrícolas, alimentícios, financeiros e industriais. Sua matriz está situada em São Paulo-SP e conta com fábricas e escritórios em mais de 170 cidades, incluindo mais de 120 filiais de compra

espalhadas pelas regiões do Brasil, para processamento e exportação (principalmente da soja, para países da Europa e Ásia).

As matérias-primas processadas pela Cargill são: soja, milho, trigo, cacau, laranja e mandioca, porém, a comercialização, a exportação e o processamento da soja são algumas das principais atividades da empresa, tornando-a uma das maiores processadoras do grão no país e a maior exportadora brasileira desse produto.

O grão de soja é esmagado industrialmente e desse processamento originam-se o óleo bruto, o óleo degomado, o óleo refinado e o farelo de soja.

Suas atividades no Estado de Goiás são sediadas em duas cidades: Bom Jesus (produção de fertilizantes sólidos) e Rio Verde. Esta última conta com uma unidade esmagadora de soja com capacidade para processar diariamente 1.500 toneladas do grão (Foto 7). A disponibilidade de matéria-prima, a demanda local por farelo e as facilidades para o escoamento da produção foram fundamentais para a escolha de Rio Verde. A cidade é um dos 20 municípios goianos nos quais a Cargill investe, numa parceria que teve início há mais de 26 anos, revelando números dos mais expressivos. Em função deste bom relacionamento, a Cargill foi incentivada pelo governo goiano a investir mais no Estado. Com isso, os produtores rurais têm mais motivos para ampliar o plantio de soja e, conseqüentemente, o potencial agrícola local. Vale ressaltar que, atualmente, cerca de 2.700 agricultores de Goiás comercializam sua produção de soja com a Cargill (CARGILL, 2005).

A Cargill (2005), em Rio Verde, além da unidade de processamento, a empresa tem instalações com capacidade de armazenagem de 100 mil toneladas de grãos, oito mil toneladas de farelo e dois tanques para óleo degomado, com capacidade para 1.800 toneladas.

Somada às suas outras cinco processadoras, a capacidade de esmagamento de soja da empresa no país atinge 12.500 toneladas por dia. A fábrica de Rio Verde é a primeira processadora de soja da Cargill no Centro-Oeste, as outras estão em Uberlândia-MG, Ponta Grossa-PR, Mairinque-SP, Barreiras-BA e Três Lagoas-MS. Anualmente, deverão ser processadas entre 450 e 500 mil toneladas de soja na unidade de Rio Verde, resultando em cerca de 370 mil toneladas de farelo e 90 mil toneladas de óleo degomado (CARGILL, 2005).

“A Companhia participa com cerca de 20% da safra de soja goiana e hoje, neste setor, é a maior contribuinte de ICMS do Estado, além de gerar cerca de 230 empregos diretos e mais de 500 indiretos”, afirma José Luiz Glaser, diretor do Complexo Soja da Cargill. Em Rio

Verde, a processadora de soja está gerando 80 novos empregos diretos, dos quais 90% para pessoas da região<sup>45</sup>.



**FOTO 7 – Rio Verde: Parque Industrial da Cargill**  
**AUTOR:** GONÇALES, C., out./2005.

Também, em Rio Verde, a nova misturadora da Mosaic facilita o acesso dos produtores, geram empregos e desenvolvimento. A Mosaic foi criada em outubro de 2004, como resultado da união as Cargill Crop Nutrition com a americana IMC Global.

Aspectos logísticos tiveram uma grande importância na escolha do local para as fábricas. A unidade de Rio Verde foi construída ao lado da unidade de processamento de grãos do Complexo de Soja da Cargill, possibilitando assim uma possível sinergia das operações de logística das empresas.

Cada uma das unidades tem a capacidade para produzir cerca de 370 mil toneladas/ano de produtos que utilizam matérias-primas granuladas fosfatadas e nitrogenadas, que poderão ser comercializados a granel, ensacados em embalagens com 50 kg ou em *big bags* de 500 kg

---

<sup>45</sup> Pesquisa de Campo, out./2005.

ou 1.000 kg, o que representa uma inovação no setor, proporcionando economia para os produtores.

Desta forma, vejam o que pensam os produtores: “Com a proximidade de nossa região, a expectativa de redução do preço do fertilizante é muito grande”, avalia o produtor Euniro Viera Borges, de Mineiros - GO. Outro produtor, Urbano Clarimundo de Resende, também de Mineiros, acredita que “com a instalação da Fábrica, em Rio Verde, além da melhoria dos preços, as entregas se tornarão ainda mais ágeis”<sup>46</sup>.

A implantação dessa unidade exigiu investimentos da ordem de US\$ 5 milhões, dos quais US\$ 300 mil somente para a proteção do meio ambiente. Nesse quesito, a misturadora está totalmente dentro dos padrões exigidos pela legislação brasileira e pela matriz da Mosaic. A construção tem piso de concreto assentado sobre um filme de polietileno, de alta densidade, para evitar qualquer possibilidade de contato do estoque de matéria-prima com o solo. Além disso, foi criado um sistema de tratamento de águas pluviais e um sistema de despoejamento na área de recebimento de matérias-primas e de produção e ensaque de fertilizantes.

Quase a totalidade dos funcionários para a unidade foi contratada localmente, assinalando a contribuição da Mosaic para o processo da região.

Desde novembro de 2004, o complexo soja da Cargill trabalha no projeto denominado *Futuro do Complexo da Soja*. O objetivo não é apenas desenvolver ações estratégicas, mas também criar uma nova cultura interna que conduza ao crescimento da unidade.

A partir de uma nova grande interação entre as equipes da Cargill, foi realizada uma série de workshops e formaram-se seis grupos, que vão buscar soluções inovadoras em cada uma das áreas de trabalho. Entre eles, um dos destaques é o grupo responsável pelo relacionamento com os fornecedores. A principal meta é fazer do Complexo Soja a primeira opção de comercialização de grãos e oleaginosas para fornecedores de todo o Brasil. “É essa a visão da Unidade de Negócio sobre aonde queremos chegar” afirma Valdir Bertolino, gerente nacional de origemação<sup>47</sup>.

Alcançar o objetivo é um desafio que exige agilidade, qualidade, preços competitivos e um cardápio variado de opções de negócios. Para atrair e fidelizar o fornecedor, o Complexo Soja terá de unir todas essas características e superar qualquer outra empresa do mercado.

Entre estratégias adotadas, a Cargill aposta na mudança do conceito de “fornecedor”. Todos os produtores de grãos e oleaginosas serão tratados como clientes. “De agora em

---

<sup>46</sup> Pesquisa de Campo, out./2005.

<sup>47</sup> Pesquisa de Campo, out./2005.

diante, não temos mais fornecedores. Temos clientes na originação de grãos” afirma Bertolino<sup>48</sup>.

A Cargill acredita que só se tornará a principal opção de comercialização de grãos se identificar, conhecer e atender todas as necessidades do fornecedor. Isso inclui as qualidades, os valores e características buscadas por um produtor, cooperativa ou comerciante na hora de vender seus produtos.

Ao invés de pesquisas, os contatos comerciais da Cargill estão sendo diretos com os fornecedores para tentar entender melhor as suas necessidades e expectativas. “Esse papo nos dará mais força e direção para atingirmos nossa meta” afirma Bertolino<sup>49</sup>.

Na hora de vender a safra, os agricultores dificilmente ficam satisfeitos com o valor que seus produtos atingem no mercado e, na expectativa de obter uma maior remuneração, prorrogam ao máximo à espera de um “preço mais justo”.

Ocorre que nem sempre esse tal de “preço justo” chega quando o produtor mais precisa, ou seja, na hora de quitar dívidas, comprar insumos, pagar funcionários e outras obrigações. O que fazer? Sem opção, o caminho óbvio acaba sendo vender a produção pelo valor de mercado. Em algumas situações, às vezes dias ou semanas depois, os preços melhoram muito para a sua infelicidade, já que não pôde aproveitar a alta. Para minimizar tais distorções, a multinacional norte-americana Cargill lançou um serviço que procura favorecer os agricultores, o Cargill Garantia Plus.

“O objetivo é tranquilizar o produtor para que não tenha que adivinhar qual o melhor momento para vender sua safra”, diz Cesar Infante, gerente para América Latina da Divisão de Soluções aos Produtores. Trata-se de um contrato entre o produtor e a Cargill em que os dois concordam em negociar soja a um preço mínimo preestabelecido, com base nas cotações de Chicago, a referência mundial para o grão. “Uma ferramenta que funciona como um seguro”, diz o entrevistado<sup>50</sup>.

A inovação é que, além do preço mínimo, o produtor que optar pelo Garantia Plus poderá se beneficiar do aumento dos preços da soja, caso ocorra. “O Garantia Plus vai mudar a forma de comercialização da soja no Brasil”, diz. Para a empresa, é uma forma de garantia de recebimento de mercadoria.

---

<sup>48</sup> Pesquisa de Campo, out./2005.

<sup>49</sup> Pesquisa de Campo, out./2005.

<sup>50</sup> Pesquisa de Campo, out./2005

No contrato fica estabelecido o período que será definido para as médias da bolsa americana e o produtor não pode sair de posição no meio do contrato. Ou seja, se estipular que o fim da operação será em 30, 60 ou 90 dias, ele terá que respeitar tal prazo.

Se as cotações subirem neste período, ele receberá mais. O cálculo é feito pela média dos preços negociados na bolsa no período de vigência do contrato. "O produtor rural nunca perde." Se os preços subirem, o agricultor participa dos ganhos; caso caiam, ele já tem assegurado o preço mínimo.

No capítulo (3), buscaremos caracterizar o sojicultor do Sul Goiano, fazendo uma análise socioeconômica da propriedade e do processo produtivo da soja (desde técnicas utilizadas para o plantio até formas de armazenamento e comercialização), além das relações com o meio ambiente e as formas de associativismo dos produtores.

## **CAPÍTULO 3**

### **3 A SOJICULTURA NO SUL GOIANO E SEU PAPEL NA TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO**

No contexto socioeconômico da constituição da sojicultura, colocava-se em evidência duas faces interdependentes da modernização dos cerrados: além de ser favorecida pela modernização, também era considerada pilar de sustentação dessa atividade. A divulgação dos novos sistemas de produção passava, na maioria dos casos, por mudanças no modelo de produção. O sucesso desse empreendimento dependia fortemente da existência de agentes capazes de se adequarem ao novo padrão tecnológico e às novas regras impostas ao setor pelo capital financeiro e industrial, sendo o produtor consumidor de insumos do capital industrial e, ao mesmo tempo, seu fornecedor, uma vez que ele era responsável pelo suprimento da indústria, com a matéria-prima.

A escassez de recursos levou a seletividade de agentes, sobre os quais se criaram expectativas quanto ao desempenho, que permitiria a reprodução do capital aplicado no setor. O perfil socioeconômico e tecnológico dos agentes ajudou a compreender o potencial que eles tiveram que desenvolver para se adaptar ao novo contexto socioeconômico, sobretudo com as mudanças ocorridas na política econômica da década de 1980, quando o Estado reorientou a alocação de recursos e reduziu sua participação no setor.

### 3.1 Características do Produtor de Soja do Sul Goiano

Pretendeu-se caracterizar o produtor de soja, com o objetivo de elucidar suas práticas econômicas e políticas, bem como suas representações ideológicas, que podiam permitir reconhecê-lo enquanto categoria social.

Os tipos de produtores definidos nesta pesquisa se basearam na conjunção do conceito de categoria social do produtor e o sistema de produção. O primeiro conceito definidor do tipo, a categoria social, foi aquele que se estabeleceu a partir da relação social básica no processo produtivo, isto é, a relação estabelecida entre os proprietários de meios de produção, do trabalho e da terra. O segundo conceito definidor do tipo de produtor, o sistema de produção, foi entendido como o conjunto coerente de combinações de culturas e criações dentro de uma unidade de produção.

Esses conceitos estiveram presentes na pesquisa, visto que, a soja possuía importância significativa na formação da riqueza e no processo de agroindustrialização ocorrido no Estado, após a sua expansão. E, assim, definiram-se dois tipos de produtores:

**1) Pequeno e médio produtor:** entende-se como pequeno e médio produtor aqueles que dispunham de áreas de até 200 hectares com plantio da soja. Tratava-se de um grupo bastante heterogêneo, e seu trabalho era quase que exclusivamente familiar. Em geral, esses produtores apresentavam alto nível de diversificação agrícola e sistemas de produção. Em alguns casos, os pequenos e médios produtores contratavam diaristas para tarefas exigentes em mão-de-obra (capina, plantio ou colheita).

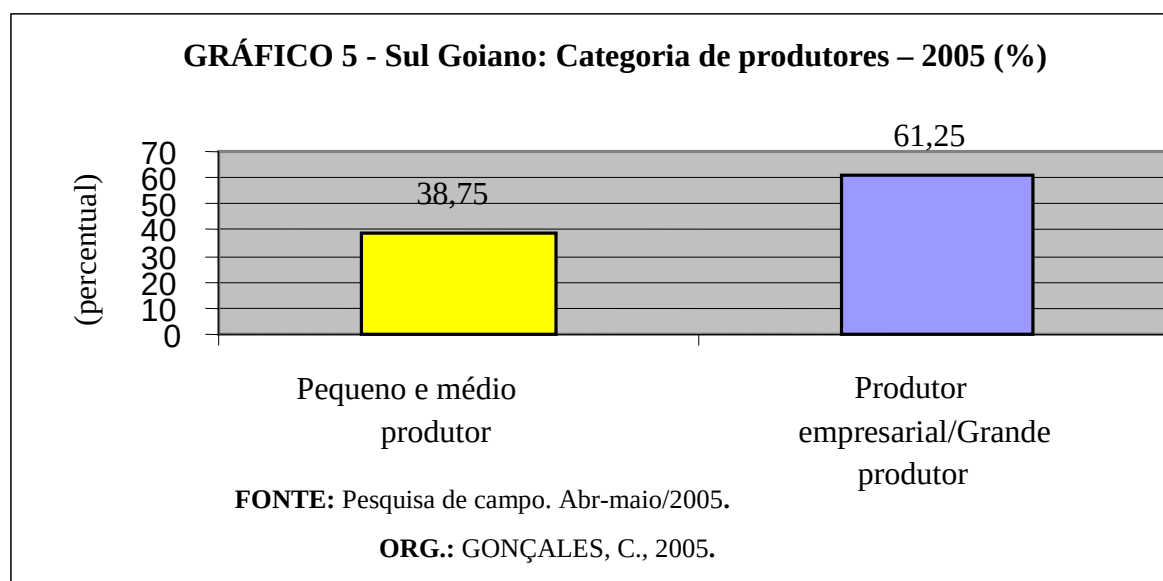
**2) Produtor empresarial/Grande produtor:** foi adotada essa nomenclatura que irá abranger os produtores que utilizavam terras de exploração acima de 200 hectares, com o plantio da soja, podendo ser proprietários ou arrendatários. Esses produtores utilizavam alto nível tecnológico, com predominância da monocultura e pouca rotação de culturas nas quais a produção fora realizada pelo proprietário ou administrador e, simultaneamente, por trabalhadores assalariados, contratados, fossem eles permanentes ou temporários.

Segundo Garcia Filho (1995, p.25),

não há uma tipologia padrão, válida para qualquer situação. É a realidade estudada que diz quais são os critérios mais pertinentes para agrupar os agricultores. Tampouco existe uma fronteira rígida entre cada tipo de produtor. Na realidade, os produtores estão sempre em evolução e podem mudar seus sistemas de produção ou passar de uma categoria social a outra, caso apresentem uma trajetória de acumulação de capital ou, ao contrário, de descapitalização. É importante que a tipologia revele essa dinâmica.

A hipótese implícita da diferenciação de tipos de produtores foi a de que eles reagiam de forma diferente às políticas, produzindo diferentes formas de adaptação à dinâmica produtiva desta região. O critério utilizado foi determinado como suficiente para diferenciar os tipos produtores, se dá pela identificação do tamanho da propriedade, quando observou que o pequeno e médio produtor dispunha em média de 58,86 ha no total, sendo 39,89 ha disponível para produção de soja o que garante participação 68% sobre área total, já o produtor empresarial/grande produtor apresentou área total de 857,95 ha em média e 554,38 ha plantados de soja sendo esta a grande diferença que se estabelece entre os tipos apresentados.

A divisão e análise das categorias poderão demonstrar que os segmentos produtivos foram diferenciados, visando garantir que as políticas públicas pudessem atingir as deficiências de cada categoria bem como também facilitar a análise e compreensão da organização das estruturas sociais rurais na produção de grãos. No Gráfico 5 encontram-se as porcentagens desses produtores pesquisados. Dos entrevistados, 61,25% aparecem como produtor empresarial/grande produtor e o pequeno e médio produtor com 38,75%.



Quanto à posse da terra, a maioria dos entrevistados eram proprietários, com índices de 63,26% para o produtor empresarial/grande produtor e 100% para o pequeno e médio produtor. A diferença existente entre as duas categorias residia no fato de que, na condição de produtores empresarial/grande produtor, estavam incluídos os produtores arrendatários, em um número bastante elevado, possibilitando inferir que os arrendatários compunham significativamente a categoria do sojicultor moderno/empresarial do Sul Goiano.

### **3.2 Condições Socioeconômicas do Produtor Empresarial/Grande Produtor e Pequeno e Médio Produtor do Sul Goiano**

Neste item, foram apresentados os dados da pesquisa que procurou fazer uma caracterização socioeconômica, por categoria de produtores de soja de Goiás, em que se buscou mostrar os problemas advindos com a implantação desse modelo agrícola, especialmente na mesorregião do Sul Goiano. Nesta parte do trabalho levantaram-se alguns pontos de reflexão sobre a atividade agrícola da região do cerrado, considerando as dimensões social, cultural, ambiental e econômica.

Os dados da pesquisa indicaram a concentração de atividades desenvolvidas pelos produtores dentro de suas propriedades. Os pequenos e médios produtores possuíam uma diversificação produtiva maior que as dos produtores empresariais/grandes produtores, em que pesasse ser a produção de soja a que representava maiores ganhos. A especialização, por parte dos produtores empresariais/grandes produtores favoreceu a fragilidade da atividade econômica frente às flutuações de preços e custo da atividade produtiva. Em períodos de crise na produção principal, ocorreu a perda da rentabilidade e, conseqüentemente, uma crise cíclica nos principais setores ligados à atividade, tanto nos setores a montante quanto nos setores a jusante.

Devido ao fato das demais atividades agrícolas não terem sido consideradas relevantes pelos entrevistados, optou-se por não efetuar a análise dos dados referentes ao processo produtivo da bovinocultura de leite/corte e demais atividades. Pôde-se inferir que as categorias analisadas nesta pesquisa reproduziram o mesmo quadro geral das propriedades goianas. Mesmo que, a pequena existência de atividades marginais, para custear o consumo interno das propriedades fosse bastante comum, não obstante, existirem novas formas de obtenção de renda na região pesquisada como, por exemplo, a integração da produção de

suínos e aves, que, muito embora, fosse uma opção importante de renda, tanto para o pequeno e médio produtor como para o produtor empresarial/grande produtor, essa modalidade não estava disponível para todos.

A pesquisa também procurou enfocar a residência dos produtores, pois esses dados podiam indicar o grau de capitalização dos mesmos, já que para manter uma família na cidade era necessário contar com recurso maior para o custeio de despesas, além de possibilitar a percepção de como se dava a organização da família dentro do meio rural.

Devido à baixa remuneração dos pequenos e médios produtores, a maioria (22 em 31 produtores, 71 %) residia com a família na propriedade. Um dado destacado nesta categoria foi o fato de que dois produtores trabalhavam na propriedade, porém a família vivia fora dela. Essa separação podia estar relacionada à busca por melhores condições, principalmente no aspecto da educação. Esse dado também indicou que os pequenos e médios produtores necessitavam que a renda fosse elevada, para que pudessem custear as despesas nos centros urbanos, ou até mesmo que seus familiares desenvolvessem atividades remuneradas nas cidades. Encontraram-se, também, nesta pesquisa, cinco produtores que moravam em outro local, mas que iam diariamente à propriedade. Também mereceu destaque o fato de que dois dos produtores residiam em outro local e iam à propriedade quando necessário. Isso revelou que alguns tinham atividades remuneradas na cidade, mas mantinham alguma atividade dentro da propriedade rural por garantia de posse ou complementação de renda (Tabela 31).

No segmento produtor empresarial/grande produtor, ocorreu o contrário dos pequenos e médios produtores, pois a minoria residia com a família na propriedade (10 em 49 produtores, 20,41 %). Foi verificado que uma pequena parte dos produtores, seis residem na propriedade e sua família na cidade. Essa separação, também, pôde estar relacionada à busca por melhores condições, no aspecto da educação.

**TABELA 31 - Sul Goiano: Residência do produtor, por categoria – 2005**

| <b>Residência do Produtor</b>                                     | <b>Produtor Empresarial/<br/>Grande Produtor</b> | <b>Pequeno e Médio<br/>Produtor</b> |
|-------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------|
| Mora com família na propriedade                                   | 10                                               | 22                                  |
| Permanece durante a semana na propriedade e a família reside fora | 6                                                | 2                                   |
| Mora em outro local e vai diariamente à propriedade               | 24                                               | 5                                   |
| Mora em outro local e vai à propriedade quando necessário         | 9                                                | 2                                   |
| <b>Total</b>                                                      | <b>49</b>                                        | <b>31</b>                           |

**FONTE:** Pesquisa de campo/abril-maio/2005.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

A grande maioria, num total de 24 produtores, se deslocava diariamente à propriedade, residindo na cidade; nove produtores moravam na cidade, todavia, iam à propriedade somente quando necessário. Percebeu-se, assim, que o produtor empresarial/grande produtor tinha todo um arcabouço fora do campo, visando manter sua família, o que demonstrava que ele necessitava de renda elevada para custear essas despesas.

Considerando a difusão da cultura da soja entre os produtores agrícolas, pôde-se deduzir que, mesmo com uma escolaridade baixa, houve uma disseminação da atividade entre os produtores pela prática e pela experiência com o cultivo desse produto.

Entendeu-se que, a partir dos dados sobre a escolaridade das classes produtivas, as políticas de capacitação e difusão podiam ser aplicadas de melhor forma, pois o direcionamento podia ser feito através dos conhecimentos prévios dos produtores, o que garantiria uma maior eficiência na utilização dos mesmos. No Brasil, estudos que demonstraram a eficiência da difusão e utilização de tecnologia nos setores agrícolas tinham sido feitos, com maior incidência, em determinadas regiões. Esses dados revelaram que, à medida que os agricultores tivessem uma base educacional mais ampliada em anos de estudo, podia-se deduzir que a aversão a novas técnicas e novos processos produtivos era menor, o que facilitaria a opção por novas tecnologias.

Um fato surpreendente foi a constatação de que, tanto em grupos (pequenos e médios produtores) como no outro (empresarial ou grande produtor) o nível de escolaridade se concentrou no ensino fundamental, 93,5 % e 75,5 %, respectivamente. Embora fosse de se esperar que nos pequenos e médios produtores estivessem aqueles com menor escolaridade, o fato foi que a grande maioria nos dois grupos tinham o mesmo nível escolar. Logicamente, não foi pesquisado se eram oriundos de escolas públicas ou privadas, mas o fato por si só era por demais interessante, já que a escolaridade não iria interferir decisivamente nos processos produtivos.

Corroborando com a afirmativa, por exemplo, pôde-se citar que a principal fonte de informação para as duas categorias de produtores era a televisão, apontada em primeira opção, por 25 dos 49 produtores empresariais/grandes produtores e, 20 em 31, dos pequenos e médios produtores. Esse fato, com certeza, deveu-se ao fácil acesso que os produtores encontraram neste meio de comunicação, independente da escolaridade. A única diferença encontrada foi na segunda opção do acesso às informações: os produtores empresariais/grandes produtores utilizavam os jornais e revistas especializadas e, os pequenos

e médios produtores utilizavam o rádio. O Dia de Campo foi citado pelos dois grupos, ficando na terceira opção.

A diferença na segunda fonte de informação foi um dado que apontou para a falta de recursos para a compra ou a assinaturas desses periódicos por parte dos pequenos produtores, já que foi constatada a mesma fonte de informação, ou seja, os Dias de Campo que geralmente eram feitos por Instituições de Ensino, Empresas de Pesquisa públicas, do tipo da EMBRAPA, por cooperativas e por empresas privadas. O que se quis acentuar é que não foi pelo grau escolar que existiu essa diferença e, sim, por dificuldades financeiras entre outras.

### **3.2.1 Origem dos Produtores**

O Estado, através das políticas públicas de ocupação, fomentou a migração para os cerrados, apesar de, em cada um destes pólos, o tipo de suporte do poder público ter tido configuração distinta, como exemplo: em Rio Verde, a participação do Estado foi na forma de políticas econômicas/agrícolas; em outra região como Primavera do Leste, sua participação foi mais discreta e, em Balsas, o poder público atuou de modo direto, por meio de um projeto de desenvolvimento.

Estudos sobre a expansão da cultura da soja na região dos cerrados, especificamente em Goiás, indicaram que houve um intenso processo de migração de produtores com tecnologia, conhecimento e capital das regiões Sul e Sudeste, em busca da expansão e ampliação de suas terras. Esse fato fez com que a cultura da soja tivesse uma base de estruturação que gerou um espraiamento em diversas atividades em Goiás, tornando-se uma das principais culturas para o desenvolvimento agroindustrial desta cadeia. Com a incorporação dessas terras e a sua ocupação, observou-se que esse fato já não acontece mais, ao contrário, tem sido relatado que muitos produtores estão buscando novas áreas na região Norte para expandirem sua base produtiva.

De acordo com Lee (1980, p.99-100), a migração é determinada pela:

[...] mudança permanente ou semipermanente da residência. Não se põem limitações com respeito à distância do deslocamento ou à natureza voluntária ou involuntária do ato [...] não se incluem nesta definição todas as classes de mobilidade espacial. Ficam de fora, por exemplo, os movimentos contínuos dos nômades e dos trabalhadores migratórios.

Sobre esse tema, considerou-se que a decisão de migrar, embora possa ter vários condicionantes, na maioria das vezes, é determinada por fatores de ordem econômica. Sendo assim, a melhoria das condições materiais foi quase sempre o fator decisivo que levou o indivíduo a se deslocar de um lugar para outro no território (MATA, 1980).

Fizeram-se algumas ponderações quanto à origem dos produtores. Não se teve como objetivo pesquisar sobre a origem da cultura da soja em Goiás e, sim, traçar a característica do atual produtor de soja do Sul Goiano. Dito isso, encontraram-se dados que pudessem ser de certa forma, interpretados de maneira enviesada, chamou-se a atenção, por exemplo, para o filho de um migrante que, sem sombra de dúvida, iria responder a entrevista que não migrou, mas é filho de migrante. Estes migrantes vieram das mais diversas regiões desse País como São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Paraná dos entrevistados.

Feita essa ressalva, nos dois grupos entrevistados, praticamente a metade deles informou que é natural de Goiás. Esses dados indicaram que a estrutura da sojicultura na região já apresentava a fixação dos goianos na produção, superando a fase de implantação da cultura.

A origem das populações foi fator importante para elucidar certos aspectos dos fluxos para os Cerrados: 80% dos entrevistados afirmaram ter origem rural. Esse fluxo ocorreu por pressões populacionais no campo, principalmente no Sul do país. Esta população não se dirigiu para os núcleos urbanos, tradicionais receptores de fluxos migratórios. Suas metas foram os “sertões” do Brasil Central. Isso ressaltava a contínua importância da migração do campo para o campo, no recente crescimento econômico do Brasil.

Os motivos que levaram esses produtores a se deslocar para uma determinada região, onde os retornos de seus investimentos não se configuraram seguros, em curto prazo, instigaram a que se tente compreender seu papel na modernização.

A produção de soja nas áreas de fronteira esteve intrinsecamente relacionada às características desse agricultor: flexibilidade para se deslocar para outras regiões, perspectiva de lucro pelo pioneirismo e suporte de instituições, fossem elas públicas, privadas e/ou as corporações/cooperativas.

Salientou-se, também, que o período em que houve registro de maior migração foi (entre 1980 e 1990), com os produtores empresariais/grandes produtores, justamente o período considerado, na região, como o de consolidação na produção de grãos, especificamente a soja, conforme Tabela 32.

Pôde-se inferir que, apesar de a terra ser o principal motivo das migrações, outros fatores foram também mencionados, como acompanhar migração de familiares ou amigos. Aqui está implícita a noção de frente pioneira ou de expansão e ficou caracterizada a existência de fluxo migratório.

**TABELA 32 - Sul Goiano: Período de sua migração, por categoria – 2005**

| Período de sua Migração | Produtor Empresarial/<br>Grande Produtor | Pequeno e Médio<br>Produtor |
|-------------------------|------------------------------------------|-----------------------------|
| Até 1970                | 5                                        | 7                           |
| De 1971 a 1980          | 1                                        | 5                           |
| De 1981 a 1990          | 13                                       | 2                           |
| De 1991 a 2000          | 6                                        | 2                           |
| De 2001 a 2004          | 1                                        | 1                           |
| Não migraram            | 23                                       | 14                          |
| <b>Total</b>            | <b>49</b>                                | <b>31</b>                   |

**FONTE:** Pesquisa de campo/abril-maio/2005.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

O movimento de estender territorialmente o espaço da produção, “movimento pioneiro” ou “pioneirismo”, dada a sua importância na abertura de novos espaços e na formação do território e, ainda, pelo fato de envolver contingentes populacionais consideráveis, deslocando as correntes migratórias para a “nova fronteira” que estava se abrindo, recebeu então a denominação de “frentes”; segundo Martins (1975) podia-se distinguir duas formas de avanço da ocupação do território: a “*frente de expansão*” e a “*frente pioneira*”.

Como “frente de expansão” entender-se-ia o movimento no qual a vida econômica não estava estruturada primordialmente, a partir de relações com o mercado, mas fornecia produtos para a comercialização, não podendo, pois, ser classificada de economia natural. Tratar-se-ia da economia de excedentes, na qual os participantes tinham como objetivo a produção para subsistência e secundariamente a troca dos produtos (MARTINS, 1975). Ela se integrava à economia de mercado por dois aspectos: pelos excedentes que produzia, que se realizavam como mercadorias na economia de mercado, e pela absorção de excedentes demográficos, que não podiam ser contidos na fronteira econômica. Desse modo, a frente de expansão faria parte da forma capitalista de produção (MARTINS, 1975), contribuindo ainda para a acumulação capitalista em termos de oferta de mão-de-obra abundante e barata e na abertura do espaço para uma posterior ocupação pela fronteira econômica.

Outra característica marcante da “frente de expansão” foi o uso privado de terras devolutas, no qual não se configurava a propriedade da terra, não assumindo a mesma a equivalência de mercadoria. A figura central foi o posseiro ou ocupante (MARTINS, 1975). Quando se passava da produção de excedentes para a produção de mercadorias, quando se implantava a propriedade privada da terra, que em vez de ser ocupada era comprada, ter-se-ia a “frente pioneira” (MARTINS, 1975). A “frente pioneira” se instalou como empreendimento econômico, com empresas imobiliárias, ferroviárias, bancárias, comerciais etc. Com a frente pioneira se intensificou a ocupação pelo afluxo de migrantes, loteavam-se terras devolutas ou não, e os preços das terras subiam vertiginosamente (WAIBEL, 1958). Como colocou Waibel (1958), o “pioneiro” não só expandiu o povoamento, mas o intensificou e imprimiu nas áreas uma nova forma de ocupação e de vida, inclusive introduzindo novas técnicas. No entanto, o sentido de “pioneiro” podia ser tomado em termos relativos, visto que ele próprio não inovava, mas apenas reproduzia, na área da frente pioneira, as relações sociais da sociedade a que pertencia, e que se tornavam inovações em face da ocupação anterior, de posseiros, de índios ou de antigos ocupantes.

Entendeu-se então a “frente pioneira” como uma modalidade de estender a fronteira, incorporando novas áreas ao sistema produtivo, aonde iam se reproduzir as relações sociais que estavam na base do mesmo. Assim sendo, consideramos que a questão deve ser colocada não apenas como uma ampliação da área ocupada, mas como a inserção dessas áreas na divisão de trabalho no espaço, devendo-se atentar não apenas à ocupação, mas também para a apropriação do espaço, para as relações de trabalho, para a produção e suas ligações com o mercado, para a especulação, uma vez que a terra se torna mercadoria. Dentro desta colocação, poderíamos pressupor um fechamento da fronteira para a “frente de expansão”, não tanto pelo fato de não existirem mais terras a ocupar, mas, principalmente, pela condição de ocupação com a propriedade da terra, fato que se impunha à expansão do espaço da produção capitalista. As áreas onde ainda persistiam a ocupação de posseiros e ocupantes se tornaram focos de tensões e conflitos pela posse da terra.

Na fase atual do processo de expansão da fronteira, não obrigatoriamente a “frente de expansão” ocorreria e, dentro da lógica do próprio processo, pôde-se admitir que a mesma tendia a ser superada. O movimento pioneiro permitiu o surgimento de numerosas propriedades rurais de tamanho médio e pequeno, exploradas pelo próprio dono ou por parceiros (meeiros) (WAIBEL, 1958). Leo Waibel admitiu que fosse o surgimento do pequeno produtor rural (proprietário) no Brasil (WAIBEL, 1958). Considerou-se, então, a “frente pioneira” como um empreendimento capitalista, como uma forma de inserção do

campo no sistema capitalista, especialmente pela condição da propriedade privada da terra (ainda que seja a pequena propriedade), pelos investimentos em compra de terra, pela renda que a terra passa a dar aos proprietários absenteístas (que as arrendam ou vendem), pela produção voltada para o mercado, ainda que não se verificassem investimentos de capital na produção e que as relações de trabalho se configurem como não tipicamente capitalistas (colonato, parceria, meação, arrendamento em espécie) (MARTINS, 1975).

Admitiu-se que, no Sul Goiano, o avanço da forma capitalista no espaço já não se dava nos moldes e nas proporções das “frentes pioneiras ou de expansão”. Tal fato pôde conduzir à idéia de fechamento da fronteira, considerando-a como algo pronto, acabado. Propunha-se que se tomasse o conceito de fronteira como algo transitório, provisório e que tivesse o seu papel na incorporação de novas áreas do sistema produtivo, as quais, como tal, vão ser modificadas ao longo do tempo, dentro do processo de produção. Assim, não só a fronteira não significaria uma forma fixa de ocupação e de estruturação do espaço, como novas fronteiras poderiam se abrir, em pontos diferentes do espaço. A colocação da questão da expansão da fronteira vista apenas em termos de ocupação e, especialmente, de ocupação de áreas virgens, ou praticamente desocupadas, e ou de terras devolutas, pôde esconder o outro lado da problemática, que seria o de novas formas de ocupação em áreas anteriormente apropriadas (como a das antigas frentes pioneiras), ou áreas de antiga ocupação de posseiros e ocupantes, e ainda áreas que, inseridas na produção de mercado, teriam no seu interior formas não tipicamente capitalistas, como meeiros e agregados. Considerou-se, então, a possibilidade de novas fronteiras se abrirem ao capital pela transformação da ocupação, em termos de apropriação e de exploração, e pela forma como passaram a contribuir para a acumulação capitalista.

Por outro lado, áreas livres poderiam ser apropriadas pelo capital, de forma produtiva ou especulativa, sem necessariamente passarem pela fase de ocupação da frente de expansão ou frente pioneira com a pequena propriedade familiar. A característica marcante desta nova fase de expansão do capital no espaço não seria apenas a transformação da terra em mercadoria. Marcaram esta fase a instauração da renda da terra, do investimento na produção, a produção especializada, das mudanças nas relações de produção, a supressão das formas não capitalistas de produção (como a produção de subsistência) e a submissão da agricultura à indústria. Pôde-se, então, admitir as transformações que iam ocorrer nas áreas atingidas por esse processo de mudança e até mesmo considerar uma reestruturação do espaço. Esse processo assumiu contornos empíricos, a saber: supressão das formas de produção de subsistência (parceria, meação, arrendamento em espécie, posseiros etc.); expulsão do campo,

da população ligada a essas modalidades e conseqüente esvaziamento do campo como local de moradia da mesma; emprego de mão-de-obra móvel, assalariada; transformação do trabalhador rural em urbanista pelo assalariamento, e conseqüente reforço do contingente urbano das cidades próximas e dos povoados, que se tornaram o lugar de residência e reprodução da força de trabalho; emprego da mecanização; racionalização da ocupação da mão-de-obra de forma temporária, apenas nas épocas necessárias e, conseqüentemente, transformação do trabalhador do campo em trabalhador temporário (bóia-fria ou diarista, empreiteiro); concentração fundiária pela eliminação dos estabelecimentos de posseiros, meeiros e dos minifúndios, pela valorização das terras, pelo aparecimento da grande empresa rural; utilização de insumos industriais, o que ligava o meio rural aos centros industriais; intensificação da produção; racionalização do uso da terra; implantação da grande lavoura para a exportação. Destacou-se, nesta fase, o caráter eminentemente urbanizador e esvaziador do campo, enquanto a frente pioneira povoava o campo e criava cidades.

Nesse estudo do Sul Goiano, observaram-se as mudanças que ocorreram na organização da produção e suas conseqüências na organização do espaço, com a implantação da grande lavoura comercial. Considerou-se que esta é a nova forma que assumia a expansão do capital no campo, reincorporando novas áreas ao sistema produção. Como foi colocado anteriormente, o desenvolvimento da agricultura passou a ser acionado pelo desenvolvimento industrial. A produção agrícola destinou-se ao abastecimento das indústrias e dependia da produção destas, sob a forma de insumos e de máquinas, para intensificar e racionalizar a produção, que passou a se fazer em moldes industriais.

A penetração de capitais privados numa área, para operar com rentabilidade compatível, buscou se beneficiar de vantagens locais como: infra-estrutura viária e de comunicações, preço da terra, facilidades operacionais como a qualidade de solo (no caso da agricultura) e mão-de-obra disponível, dentre outras. A acumulação capitalista tinha como condição básica a condição assalariada da mão-de-obra, sua mobilidade e a circulação da mercadoria.

As terras do cerrado passaram a se tornar atrativas aos investimentos em grandes lavouras, desde que ficassem acessíveis com a implantação de estradas e de meios de comunicação e, ainda, por ser tecnicamente possível utilizá-las para lavouras, com o emprego de corretivos. A possibilidade de valorização do capital com a utilização de áreas antes inproveitadas ou com baixa rentabilidade levou ao movimento de expansão da fronteira agrícola.

Nesse contexto, ao utilizarem a palavra *oportunidade*<sup>51</sup> nas respostas das entrevistas, eles a relacionaram com a oportunidade de trabalho, nem sempre trabalho na agricultura. Houve casos em que a migração deu-se por outra atividade e, posteriormente, o entrevistado passou a dedicar-se à agricultura. Foram citados fatores como pioneirismo, independência e família. Para alguns, a família cresceu e fez-se necessário buscar maiores áreas (terra); outros apenas acompanharam a família.

Na região dos cerrados, a formação da categoria de produtores da sojicultura esteve relacionada com sua origem. Deveu-se sempre levar em conta os efeitos dos fluxos migratórios sobre a região, na medida em que, Martins (1973), do ponto de vista sociológico, afirmou que “a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica para outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra [...] a migração foi, pois, um evento historicamente determinado pela expansão do modo capitalista de produção”.

Deveu-se considerar que os produtores, ao se deslocarem, levaram consigo um aporte tecnológico que se externou em suas atividades produtivas. Por se tratar de migrações internas, seu papel na região pôde ser, dessa forma, apreendido. Singer, (1980, p.219):

não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas [...] a área de origem de um fluxo migratório é aquela onde se deram transformações socioeconômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrar.

As oportunidades acenadas pela região-alvo, que estimulavam os deslocamentos, eram as possibilidades de significativos benefícios individuais, as fronteiras agrícolas eram vistas como frente de expansão de capital, como foi o caso do Sul Goiano.

### 3.2.2 Caracterização da Infra-estrutura das Propriedades

A infra-estrutura básica foi parte essencial da qualidade de vida dos cidadãos e insumo importante para a atividade econômica, portanto, deviam constar de qualquer agenda que envolvesse discussão sobre metas sociais ao lado de temas, como redução da pobreza, melhoria do padrão de vida, educação, saúde etc.

---

<sup>51</sup> *Oportunidade* engloba categorias de resposta de cunhos objetivo e subjetivo; fica difícil discernir onde as interfaces se desprendem: oportunidade e perspectiva de crescimento econômico; possibilidades de independência financeira e de trabalho – *deixar de ser empregado; progresso; mudança no ramo de atividade e começar uma vida nova.*

Uma infra-estrutura adequada foi condição necessária (embora não suficiente) para o desenvolvimento. Na verdade, a teoria do desenvolvimento passou a reconhecer a necessidade de ir além do crescimento econômico e incluir itens como redução da pobreza e melhores condições de vida, que incorporava educação, saúde e infra-estrutura básica. Havia também uma forte conexão com o meio ambiente: remoção de lixo, esgoto sanitário, qualidade da água etc.

De acordo com a pesquisa, 95% dos produtores possuíam uma infra-estrutura adequada que garantiam qualidade de vida. Quando se observou os dados sobre a energia elétrica, que acabou sendo um indicativo para outras modalidades de benefícios, como iluminação, acesso a aparelhos eletrodomésticos e operacionalização de atividades dentro da propriedade, através de máquinas que dependem de energia elétrica, aos dois grupos analisados possuíam índices acima de 90% de acesso a este serviço. Pôde-se deduzir que a energia elétrica, devido aos avanços na infra-estrutura rural, não se apresentava mais como uma variável explicativa para os problemas de falta de condições dentro das propriedades.

Quanto ao tipo de material utilizado na habitação, percebemos que a maior parte das categorias possui qualidade nesse item, já que os principais materiais utilizados eram adequados para a residência, sendo o principal deles a construção em alvenaria. O principal tipo de cobertura era a telha de barro e a laje de concreto. Utilizou-se também a telha de cimento amianto que proporcionava uma maior economia de custos, mas apresentava o problema do superaquecimento em dias de temperatura muito elevada.

Buscou-se, também, a caracterização do sistema de produção. Analisou-se cada um dos principais sistemas de produção, explicou-se a sua origem e a sua racionalidade. Isso requereu um estudo aprofundado das práticas agrícolas e econômicas de cada grupo de agricultores - isto é, das técnicas, das variedades utilizadas, dos “consorciamentos” e das sucessões de culturas etc., buscando relacioná-las aos recursos de que dispunham os agricultores e às condições socioeconômicas e ambientais nas quais trabalhavam. Fez-se uma avaliação dos resultados econômicos dessas práticas, tanto do ponto de vista dos produtores quanto da perspectiva da sociedade.

Esse esforço permitiu identificar e hierarquizar os problemas técnicos, ambientais e econômicos que cada grupo de produtor vinha enfrentando, possibilitando também o delineamento das tendências de evolução, não só do sistema agrário como um todo, mas de cada grupo em particular.

Pôde-se, então, propor as políticas ou os projetos mais apropriados para cada tipo de produtor, estabelecer prioridades para a assistência técnica, para o crédito ou para os investimentos em infra-estrutura, sugerir novos sistemas de cultura ou de criação, avaliar as possibilidades de mudança tecnológica etc.

Vejamos o Conceito de Sistema de Produção proposto por Marc Dufumier, 1996:

Na escala de um estabelecimento agrícola, o sistema de produção pode ser definido como uma combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção das produções vegetais e animais. Ele pode também ser concebido como uma combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas produtivos:

- os sistemas de cultura das parcelas ou de grupos de parcelas de terra, tratados de maneira homogênea, com os mesmos itinerários técnicos e com as mesmas sucessões culturais;
  - os sistemas de criação de grupos de animais (plantéis) ou de fragmentos de grupos de animais;
  - os sistemas de processamento dos produtos agrícolas no estabelecimento.
- Analisar um sistema de produção na escala dos estabelecimentos agrícolas não se resume somente ao estudo de cada um de seus elementos constitutivos, mas consiste, sobretudo, em examinar com cuidado as interações e as interferências que se estabelecem entre eles:
- as relações de concorrência entre as espécies vegetais e animais pelos recursos naturais disponíveis (água, luz, minerais, matérias orgânicas, etc.);
  - as relações de sinergia ou de complementaridade relativas à utilização dos recursos;
  - a distribuição e a repartição (no tempo e no espaço) da força de trabalho e dos meios de produção entre os diferentes subsistemas de cultura e de criação: itinerários técnicos, sucessões e rodízios de cultura, distribuição da área disponível entre as culturas, calendários forrageiros, deslocamentos de rebanhos, etc.

Nessa fase, é importante revelar a coerência e a complexidade internas de cada um dos principais sistemas de produção agrícola e evitar simplificações no que se refere à lógica do seu funcionamento e à sua razão de ser.

Os dados sobre as categorias de produtores entrevistados estão descritos na Tabela 33, e indicavam uma concentração de aquisição das propriedades na década 90, período considerado, em Goiás, como sendo a fase da consolidação da produção de grãos. Essa fase pôde estar diretamente ligada à aquisição de terras no mesmo período, já que, a partir da capitalização dos produtores, houve um maior interesse por expandir a área própria.

**TABELA 33 – Sul Goiano: Período de aquisição das propriedades, por categoria – 2005**

| Período/Anos | Produtor Empresarial/ Grande | Pequeno e Médio |
|--------------|------------------------------|-----------------|
|              | Produtor                     | Produtor        |
| Até 1970     | 5                            | 2               |
| 1970         | 9                            | 4               |
| 1980         | 9                            | 6               |
| 1990         | 21                           | 13              |
| 2000         | 5                            | 6               |
| <b>Total</b> | <b>49</b>                    | <b>31</b>       |

**FONTE:** Pesquisa de campo/abril-maio/2005.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Ressaltou-se que os pequenos e médios produtores apresentaram também uma concentração importante na aquisição da terra nos anos de 1990. Essa aquisição de propriedades por esse grupo demonstra que o setor tem se estruturado de forma diferenciada nas últimas décadas, favorecendo essa categoria na aquisição de terras para aumentarem suas áreas.

Quanto às formas de aquisição da terra, devia ser considerado que se buscou caracterizar como ela foi adquirida pelas categorias analisadas. Os dados da Tabela 34 revelavam que a forma de aquisição mais acentuada, entre os produtores empresariais/grandes produtores foi a compra, enquanto que nos pequenos produtores foi a compra/posse.

**TABELA 34 – Sul Goiano: Formas de aquisição das terras, por categoria – 2005**

| Formas de Aquisição | Produtor Empresarial/ Grande | Pequeno e Médio |
|---------------------|------------------------------|-----------------|
|                     | Produtor                     | Produtor        |
| Compra              | 33                           | 12              |
| Herança             | 7                            | 7               |
| Posse               | 0                            | 11              |
| Outro               | 9                            | 1               |
| <b>Total</b>        | <b>49</b>                    | <b>31</b>       |

**FONTE:** Pesquisa de campo/abril-maio/2005.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

O que se destacou, na categoria empresarial foi que esses produtores tinham feito aquisições de terra para completar e expandir a produção de soja. Esse fato era muito comum dentro das regiões de expansão da cultura da soja em Goiás. Os períodos de lucros com a comercialização deste grão beneficiaram produtores que já detinham conhecimentos e técnicas de manejo da cultura, favorecendo o período de capitalização dessa categoria de produtores.

Esses períodos de incerteza quanto à comercialização da soja tendiam a agravar a concentração em grandes propriedades que conduziam o atual modelo de modernização agrícola. Com a expansão e concentração do capital nos produtores com maior possibilidade de acumulação, tiveram a forma mais real de competição dos capitais, que foi a concentração do capital nas mãos de poucos.

No tocante a regularização dos imóveis, não existiam dados discrepantes, já que a grande maioria da categoria empresarial possuía a escritura registrada no cartório (Tabela 35) enquanto que os pequenos produtores iam estar divididos, novamente, entre aqueles que compravam o imóvel e os oriundos da Reforma Agrária e que ainda não possuíam os documentos necessários para efetivar o registro imobiliário.

**TABELA 35 – Sul Goiano: Condição de acesso à propriedade, por categoria – 2005**

| <b>Condição de acesso à propriedade</b> | <b>Produtor Empresarial/<br/>Grande Produtor</b> | <b>Pequeno e Médio<br/>Produtor</b> |
|-----------------------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------|
| Escritura registrada no cartório        | 38                                               | 15                                  |
| Escritura não registrada no cartório    | 1                                                | 5                                   |
| Contrato de compra e venda/recibo       | 1                                                | 1                                   |
| Documento de posse                      | 0                                                | 10                                  |
| Outro documento <sup>52</sup>           | 9                                                | 0                                   |
| <b>Total</b>                            | <b>49</b>                                        | <b>31</b>                           |

**FONTE:** Pesquisa de campo/abril-maio/2005.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

### 3.2.3 Caracterização do Processo Produtivo e o Arrendamento de Terras

A renda do solo é a retribuição que recebe o proprietário de terra por permitir a inversão de capital em sua propriedade. Essa renda provém do rendimento do solo. Assim, tal produto devia cobrir, uma vez vendido, os custos de produção, o lucro do capitalista que comandou a produção e, ainda, uma renda para pagar o proprietário da terra.

A primeira modalidade da renda capitalista, renda absoluta, em palavras de Marx, teve sua origem histórica na separação da propriedade do solo com relação à sua exploração. O dono do solo não cedia sua propriedade gratuitamente ao capitalista. Exigia um pagamento,

<sup>52</sup> Quanto, a saber, o que seria “outro documento”, infelizmente, os pesquisados, apesar de haver um campo no roteiro de entrevista para detalhar melhor as informações, não detalharam qual(is) seriam estes.

uma renda. Essa separação entre propriedade e exploração foi a primeira causa da degradação do solo. Os primeiros economistas clássicos que se dedicaram ao tema, como James Anderson em fins do século XVIII, na Inglaterra, já mencionavam esse problema.

O arrendatário capitalista estava interessado em obter o maior proveito do solo, considerando que seu contrato é temporal. Dessa maneira, não tinha motivação para realizar práticas produtivas que significassem conservação ou melhora das características físico-químicas e de topografia, além do tempo que perdurava o seu contrato. O proprietário, por sua vez, não tinha meios para impedir a degradação, já que não comandava a produção. Adam Smith atribuía essa renda ao monopólio da classe de latifundiários na Inglaterra. Em seguida, Marx mostrou que a propriedade do solo é tão-somente um requisito, pois a origem do valor que fazia com que os produtos do solo rendessem, para além de seus custos de produção e lucro médio, uma renda questão que não ocorria com os produtores industriais, não estava na propriedade, mas no atraso relativo da produtividade do trabalho agrícola diante do industrial. Para Marx, o valor (de troca) de um produto era inversamente proporcional à produtividade de seu trabalho.

Uma vez que se consolidava a grande propriedade capitalista, todos os produtos do solo rendiam, no momento de sua venda, uma renda, sendo indiferente que existissem latifundiários que produzissem em suas próprias terras, ou capitalistas que fossem proprietários de sua terra; eles se autopagavam a renda.

A segunda modalidade da renda capitalista – renda diferencial, nas palavras de Marx, teve sua base na heterogeneidade da natureza. Não houve duas parcelas de terra com as mesmas condições de fertilidade natural e/ou de localização em relação aos mercados. Essa renda foi apropriada por todos os donos de terra, cujas condições de fertilidade/localização foram melhores que os piores solos em exploração. O proprietário que possuía esses solos melhores se apropriava também da renda absoluta, uma renda diferencial. Disso resultou que aquilo que constituía as diferenças naturais se converteu em diferenças sociais por obra da propriedade privada.

Em seu conjunto, como soma da renda absoluta e diferencial, na prática, não se distinguia. A renda capitalista teve vários efeitos sobre o meio ambiente e nenhum benéfico, todos nocivos. Já se mencionou que a separação entre propriedade e exploração conduziu à degradação do solo. Porém, houve mais. No sistema capitalista, a natureza é valorizada pelo produto mercantil que se pode dela extrair produção futura. Por exemplo, o cultivo que pudesse render.

O preço de um terreno será dado por sua renda capitalizada se abstrairmos as flutuações da oferta e demanda, impostos e outros elementos secundários e a renda pela diferença entre preço de venda do produto e seus custos, incluindo o lucro do capitalista. Porém, é importante destacar que se um solo não foi cultivado, isso não significava que não tivesse preço. O preço seria dado pelos solos vizinhos de semelhantes características de fertilidade/localização e destino econômico, e considerando-se as melhorias incorporadas.

Dessa maneira, uma região onde os preços dos solos aumentaram, os proprietários que não produziram verão aumentarem os preços de suas parcelas. Foi essa a causa da especulação da terra. A especulação imobiliária constituiu uma clara causa de insustentabilidade. Subutilizava as vias e os meios de comunicação, podia aumentar os tempos de transporte, impedia a produção de bens etc. Nas cidades, isso foi ainda mais visível. Zonas novas, antes agrícolas, são loteadas para a construção de moradias. Com isso, os especuladores imobiliários compravam terras ao preço de suas rendas agrícolas e as vendia ao preço de suas rendas urbanas, uma especulação derivada da mudança na orientação econômica do solo.

Talvez o exemplo mais paradoxal do papel perverso das relações capitalistas na agricultura fosse o caso das inversões de capital que deram rendimentos econômicos crescentes ao mesmo tempo em que diminuíram a fertilidade natural do solo. Tratava-se do exemplo mais palpável de como a sociedade capitalista valorizava a natureza não por suas qualidades intrínsecas, nem sequer pelos benefícios materiais ou espirituais que pudesse oferecer ao ser humano, mas exclusivamente pelo valor de troca que se pudesse extrair. Essa denúncia foi explicitada economicamente, pela primeira vez, por Marx. Vale a pena deter-se em seu funcionamento.

A soja no Sul Goiano foi considerada a principal cultura das duas categorias de produtores devido ao intenso processo de mecanização e utilização de técnicas modernas. Considerada em estudos consultados como esteio das regiões produtoras de grãos nos cerrados, a soja tem um período longo de cultivo na região. É uma atividade onde os produtores possuem determinada experiência na produção e na comercialização do produto, dentre outros elementos (Tabela 36). Buscando caracterizá-la, questionou-se o período de experiência com a sojicultura, em anos, para as categorias de produtores estudados. Os dados indicaram também que existia uma concentração no período de um a cinco anos nas categorias. Isso podia revelar que a soja tinha atraído novos produtores para o seu cultivo

devido às rentabilidades apresentadas nas safras anteriores, e fez com que existisse uma entrada de produtores de diversos sistemas produtivos.

Embora houvesse uma forte concentração na primeira faixa analisada (1 a 5 anos), vê-se que o produtor de soja, nas duas categorias, estava na atividade há muito tempo, 32 de 49 na categoria empresarial ou grande produtor está há mais de 10 anos cultivando soja e, 15 de 31 pequenos e médios produtores concentram-se também nessa faixa (Tabela 36).

O fato de os produtores de soja permanecerem na mesma atividade depois de se deslocarem para outras regiões remete à noção de *habitus*, que é para Bourdieu (1983a, p.15) um “[...] sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gerava e estrutura as práticas [...]”. A ação, enquanto produto das relações sociais, tende a ser orientada pelo *habitus* que, por sua vez, “tende a segurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que a engendram”.

**TABELA 36 – Sul Goiano: Experiência com o cultivo da soja, por categoria – 2005**

| Anos         | Produtor Empresarial/Grande | Pequeno e Médio |
|--------------|-----------------------------|-----------------|
|              | Produtor                    | Produtor        |
| De 1 a 5     | 11                          | 9               |
| De 6 a 10    | 6                           | 7               |
| Mais de 10   | 32                          | 15              |
| <b>Total</b> | <b>49</b>                   | <b>31</b>       |

**FONTE:** Pesquisa de campo/abril-maio/2005.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Na análise dos dados sobre as condições de contratos de arrendamento dos produtores de soja, verificou-se que a categoria que menos utiliza esse tipo de modalidade produtiva foram os pequenos e médios produtores. Pôde-se deduzir que isso se deveu à baixa capitalização desses produtores que, por não conseguirem adquirir terra, encontraram no arrendo uma opção mais viável para expandir a produção.

Outro fato foi que os dados dos produtores empresariais/grandes produtores, de 49 entrevistados, cerca de 13 produtores faziam o arrendamento, pois se deduziu que a expansão da soja poderia estar acontecendo devido ao aumento da produção, via incorporação de contratos de arrendamento pelos produtores rurais mais capitalizados. Porém, no caso de Goiás, os produtores empresariais/grandes produtores conseguiam expandir sua produção via utilização de terras próprias. Devia-se fazer a ressalva de que, mesmo em caráter informal,

dentro de algumas regiões de Goiás, principalmente no Sudoeste, ocorria a incorporação de terras por produtores mais capitalizados. Esse movimento, com certeza, concentrou terras nas mãos de grandes produtores. Quando considerada a soja, isso deveu ser entendido como o movimento atual de expansão da atividade.

Quanto ao tempo de duração dos contratos, registrou-se que os mais longos são estabelecidos pela categoria de produtores empresarial e grande produtores. Esse fato deve ser considerado lógico devido aos elevados custos fixos dos produtores com a aquisição de maquinários, fazendo com que precisassem de um tempo elevado na atividade para que os retornos compensassem os custos de investimento na produção. Esse dado pôde indicar que existissem outras modalidades, como o arrendamento informal entre os produtores rurais, o que indicou ser um ato muito comum entre a categoria pesquisada.

Houve diversas formas de contratos de arrendamento, cujo período de duração variou de um até doze anos. Sobre as condições de contratos de arrendamento, verificou-se que nessa categoria de pequenos e médios produtores somente dois dos entrevistados, num total de 31, utilizavam esta modalidade, com um tempo de duração, em média, de dois anos. Os valores pagos pelos arrendatários divergiam de uma a sete sacas de soja por hectare, para metade dessa categoria, enquanto que os produtores empresariais/grandes produtores declararam que o pagamento girava em torno de 40 sacas por ha, não sendo possível inferir, através dos dados retirados no roteiro de entrevista, qualquer informação que pudesse explicar a grande diferença nos valores de arrendo.

Questionados sobre a existência, no contrato de arrendamento, de cláusulas específicas sobre a reforma de benfeitorias na propriedade, a maioria dos produtores declarou que não existe esta cláusula, o que indicaria um menor custo, em longo prazo, para esses contratos, já que não havia previsão de custos na entrega da terra.

Os dados sobre a assistência técnica na agricultura revelaram que os produtores empresariais/grande produtor tinham buscado a assistência técnica particular como forma de garantia da tecnologia empregada no processo produtivo e os menos capitalizados, os pequenos e médios produtores, buscavam a sua assistência em órgãos do Estado. Como se pode observar na Tabela 37.

**TABELA 37 – Sul Goiano: Assistência técnica para a agricultura, por categoria – 2005**

| <b>Assistência Técnica</b>    | <b>Produtor Empresarial/<br/>Grande Produtor</b> | <b>Pequeno e Médio<br/>Produtor</b> |
|-------------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------|
| Agência Rural                 | 1                                                | 9                                   |
| Cooperativa                   | 13                                               | 5                                   |
| Particular                    | 31                                               | 13                                  |
| Revendas e grandes companhias | 04                                               | 4                                   |
| <b>Total</b>                  | <b>49</b>                                        | <b>31</b>                           |

**FONTE:** Pesquisa de campo/abril-maio/2005.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Quando se tratou da ordem das atividades mais importantes nas propriedades, isto é, do estabelecimento de um *ranking* que informasse, em ordem decrescente das atividades que mais remunerassem, na visão dos entrevistados, encontrou-se o seguinte: dos pequenos e médios produtores, todos eram proprietários da terra, não importando o tipo de propriedade, sendo que 26 indicaram a cultura anual (soja) como principal atividade, o que correspondia a grande maioria e, em 2º lugar, 10 produtores indicaram a bovinocultura de leite, como a atividade de grande importância na manutenção da propriedade. Na sequência ainda viriam atividades como as hortaliças, avicultura, suinocultura e piscicultura. Também se verificou que os produtores deste grupo já desenvolveram atividades correlatas à agricultura anteriores à cultura da soja. Um dado que chamou a atenção foi que somente um entrevistado não apresentava a cultura de soja ou de bovino de leite como sua primeira atividade, este tinha uma pequena agroindústria de rapadura e uma variada gama de atividades desenvolvidas em sua pequena propriedade.

Pôde-se dizer que a quase totalidade dos pequenos e médios produtores eram muito dependentes da cultura da soja, geralmente sofriam com mais intensidade as oscilações de mercado, típicas desta atividade, o que não quer dizer que não tivessem à sua disposição órgãos técnicos que pudessem auxiliá-los em uma maior diversificação, como a que se pôde verificar no único pequeno produtor entrevistado (o da rapadura).

Já a categoria de produtores empresariais/grandes produtores, 63,26% eram proprietários de terra, sendo que a grande maioria, 43 indicaram a cultura anual (soja) como principal atividade e, em 2º e 3º lugares, 10 e 7 produtores citaram a bovinocultura de corte e leite, como a atividade de grande importância na manutenção da propriedade. Na sequência, ainda viriam atividades avicultura, suinocultura e hortaliças. Também se verificou que os produtores deste grupo já desenvolveram atividades ligadas à agricultura anteriores à cultura da soja, basicamente na produção do arroz.

A diferença fundamental entre as duas categorias de produtores foi a questão de escala, enquanto os pequenos e médios produtores desenvolviam uma suinocultura, avicultura e bovinocultura para complemento de renda, de forma bastante simples, o que não quer dizer que fosse sem tecnificação, o produtor empresarial/grande produtor quando desenvolviam essas atividades já estavam integrados a algum tipo de agroindústria, seja de produtos lácteos ou do complexo carnes, envolvendo um montante de recursos restritivo para os primeiros.

Entendendo que o sistema produtivo da cultura da soja estava baseado em alta tecnologia e utilização intensiva de capital, buscou-se estabelecer um parâmetro entre as duas categorias produtoras, analisando as principais tecnologias empregadas na cultura da soja. Na Tabela 38, pode-se visualizar os dados referentes às principais tecnologias empregadas na produção da soja no Sul Goiano, conforme a pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 38 demonstraram que todos os produtores faziam análise do solo. Essa prática estava disseminada inclusive entre as categorias de produtores menos capitalizados, como os pequenos e médios produtores. Desse dado pôde-se deduzir que, devido aos vários riscos inerentes à produção agrícola e altos investimentos, existia uma tendência em diminuir os riscos através da opção correta para cada solo.

Destacou-se também que a opção pelo plantio direto tinha sido feita pela quase totalidade de produtores de soja. Essa prática havia se expandido na região devido à viabilidade econômica desse sistema de produção após o período de implantação, e pela diminuição dos impactos ambientais e de custos de produção.

**TABELA 38 – Sul Goiano: Utilização de tecnologia na cultura da soja, por categoria - 2005**

| Tecnologia                                 | Produtor Empresarial/Grande | Pequeno e Médio |
|--------------------------------------------|-----------------------------|-----------------|
|                                            | Produtor                    | Produtor        |
| Análise do solo                            | 49                          | 31              |
| Preparo do solo                            | 49                          | 27              |
| Plantio e colheita mecanizada              | 47                          | 30              |
| Adubação química                           | 48                          | 25              |
| Defensivos químicos                        | 48                          | 29              |
| Conservação do solo                        | 44                          | 27              |
| Controle de plantas daninhas               | 45                          | 29              |
| Plantio direto                             | 45                          | 25              |
| Rotação de culturas                        | 39                          | 20              |
| Adquire sementes fiscalizadas/certificadas | 46                          | 25              |
| Compra sua semente de fora                 | 42                          | 30              |
| Produz sua própria semente                 | 7                           | 1               |
| <b>Total</b>                               | <b>49</b>                   | <b>31</b>       |

**FONTE:** Pesquisa de campo/abril-maio/2005.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Visando demonstrar a preocupação com a rotação de cultura, também se incluiu esse item na pesquisa, percebendo que as duas categorias apresentaram a pior média de participação entre as tecnologias pesquisadas. Esses resultados confirmaram um dos principais problemas que foram apontados por algumas pesquisas em Goiás, onde a monocultura da soja se elevou, a partir do processo de agroindustrialização da cultura, na década de 1990.

Ressaltou-se que não houve a indicação, por nenhuma categoria, da utilização de irrigação, caracterizando-se pelo sistema convencional. Esse fato deveu-se, com certeza, às condições climáticas de Goiás, que beneficiavam a cultura da soja, não havendo necessidade de uma intervenção mais acentuada para a manutenção das plantas através da irrigação, face ao regime acentuado de chuvas nos períodos de cultivo, além dos custos altos da irrigação que inviabilizariam os plantios.

Questionados sobre a utilização de serviços terceirizados, tanto no plantio quanto na aplicação de defensivos e colheita, os dados das categorias demonstraram uma participação acentuada em todas as etapas de serviços terceirizados, demonstrando que a cultura da soja encontrava-se baseada em uma estrutura de assistência formada por profissionais ligados às várias etapas da produção dessa cultura.

Entendendo que a produtividade da soja é derivada da forma como é conduzido o processo produtivo, foi feito um levantamento das informações sobre a produtividade média anual, trabalhando com kg/ha para cada categoria. Os dados encontram-se na Tabela 39.

**TABELA 39 – Sul Goiano: Produtividade da soja, por categoria – 2005**

| Produtividade (kg/há) | Produtor Empresarial/<br>Grande Produtor | Pequeno e Médio<br>Produtor |
|-----------------------|------------------------------------------|-----------------------------|
|                       |                                          |                             |
| Menos de 2000         | 1                                        | 5                           |
| De 2001 a 2200        | 1                                        | 2                           |
| De 2201 a 2400        | 4                                        | 3                           |
| De 2401 a 2600        | 7                                        | 3                           |
| De 2601 a 2800        | 2                                        | 2                           |
| De 2801 a 3000        | 15                                       | 8                           |
| Acima de 3001         | 19                                       | 8                           |
| <b>Total</b>          | <b>49</b>                                | <b>31</b>                   |

**FONTE:** Pesquisa de campo/abril-maio/2005.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Os resultados comprovaram que, na cultura da soja, existiam fatores que diferenciavam a produção. Mesmo com a adoção do mesmo sistema de tecnologias

empregadas pelos produtores pelas categorias analisadas, percebeu-se uma clara discrepância na produtividade dos produtores empresariais/grandes produtores e pequenos e médios produtores.

Os produtores haviam buscado várias fontes de informações para as tomadas de decisões dentro do processo produtivo. Isso tinha feito com que várias alternativas fossem oferecidas de forma eficiente para tornar estas informações mais acessíveis e mais rápidas, porém tornou-se preciso ressaltar que a assistência técnica oficial ficou a desejar no cumprimento do seu papel, não pela qualificação de seus técnicos, mas meramente por questões políticas.

O perfil tecnológico dos sojicultores revelou que existia um comportamento-padrão, na produção da soja, uma racionalidade que fazia com que não existissem variações significativas no modo como essa atividade foi conduzida. As práticas tecnológicas dos sojicultores que, em última instância, determinavam o encadeamento das ações, foram objetivamente organizadas como estratégias, sem ser, de modo algum, produto de uma verdadeira intenção estratégica (BORDIEU, 1983 b).

Em síntese, a prática da cultura da soja, pôde ser descrita como alternativa de anular os riscos das externalidades intrínsecas às atividades agrícolas, não se perdendo de vista os fatores naturais não administráveis pelo homem. Práticas, ou ausência delas, que caracterizavam padrões tecnológicos, como era o caso de inoculação de sementes, revelavam a “maturidade” tecnológica atingida pela “cultura” da sojicultura em determinadas regiões.

Os dados demonstraram que a sojicultura na região não tinham se restringido a produtores capitalizados. Este fato se deveu a alta rentabilidade da cultura, principalmente na safra de 2002/2003 e, ao fato de que, devido à sua liquidez, esse produto tinha se tornado o preferido para os produtores rurais, independentemente do tamanho da área.

A cultura da soja no Sul Goiano tem sido caracterizada por sistema de produção alicerçada nas iniciativas privadas, tanto nos setores a montante quanto nos setores a jusante. Os dados confirmaram uma das características da soja produzida em Goiás, ou seja, a necessidade de armazenamento fora da propriedade. Somente na categoria produtor empresarial/grande produtor houve a indicação de armazenamento na propriedade. Outro fato interessante foi a predominância das armazenagens feitas dentro de unidades da iniciativa privada. Estes produtores indicaram, em sua maioria, a preferência pela armazenagem feita

através das cooperativas e armazéns particulares, enquanto os pequenos e médios produtores utilizaram, em sua maioria, os armazéns particulares, conforme Tabela 40.

**TABELA 40 – Sul Goiano: Armazenamento da cultura da soja, por categoria – 2005**

| <b>Armazenamento</b>  | <b>Produtor Empresarial/<br/>Grande Produtor</b> | <b>Pequeno e Médio<br/>Produtor</b> |
|-----------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------|
| Na propriedade        | 2                                                | 0                                   |
| Armazéns do Governo   | 1                                                | 3                                   |
| Cooperativas          | 23                                               | 5                                   |
| Armazéns particulares | 23                                               | 23                                  |
| <b>Total</b>          | <b>49</b>                                        | <b>31</b>                           |

**FONTE:** Pesquisa de campo/abril-maio/2005.

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

A pouca participação de armazéns de cooperativas no segmento dos pequenos e médios produtores, também se deveu à mudança na gestão dos negócios do sistema cooperativo regional, que tinha privilegiado os segmentos do produtor empresarial/grande produtor. Em muitos casos, percebeu-se uma clara preferência pelo produtor empresarial/grande produtor, através de uma assessoria diferenciada e uma política de benefícios voltada para a quantidade e modalidades que foram trabalhadas pelos produtores em parceria com a cooperativa. Destacou-se que o processo de privatização de armazéns públicos também fez com que sua participação na armazenagem praticamente desaparecesse do Sul Goiano.

Quanto ao destino da soja produzida na região, os dados apontaram uma das conseqüências do tipo de armazenamento feito no Sul Goiano, que foi a concentração na categoria de produtor empresarial/grande produtor pelas negociações com as cooperativas, diferentemente dos pequenos e médios produtores que optaram em concentrar suas negociações com indústrias privadas da cadeia da soja, fazendo crer que esta opção tinha a ver com o financiamento, em variados momentos da produção, do setor privado para com os pequenos e médios produtores.

As informações do produtor empresarial/grande produtor indicaram uma concentração na venda para a COMIGO, o que já se esperava, devido aos dados anteriores que apontaram um relacionamento comercial mais fortalecido dessa categoria com esse tipo de empresa. Mas esta categoria também apresentou um relacionamento comercial com ADM, Cargill, Caramuru entre outras. Destacou-se, ainda, que exista uma pulverização muito acentuada com os demais produtores na venda de seu produto, o que demonstrou que os mesmos não tinham

uma concentração em uma empresa na região, favorecendo a competição pelo grão produzido em Goiás.

Os pequenos e médios produtores apresentaram uma variação mais acentuada e valeu destacar, o índice de vendas para as empresas multinacionais Cargill, Coinbra (Jataí) e as nacionais Cereal, Caramuru (Itumbiara), Brejeiro. Destacou-se que estas empresas tendiam a elevar a sua participação na compra da soja produzida no Sul Goiano, pois já estavam instaladas indústrias de moagem e refino de soja no município de Rio Verde e região, o que pressionou a demanda do grão na região do Sudoeste de Goiás. Outro fato foi a pequena participação da COMIGO como agente de compra da soja desse segmento de produtores, pois a maioria desses produtores não eram cooperados.

### **3.2.4 A Produção da Soja e o Meio Ambiente**

O debate que existe hoje em torno da questão do meio ambiente, sua ampla divulgação pela mídia, as cobranças de instituições do setor público e outras, principalmente de organizações não-governamentais, bem como experiências dos próprios produtores, permitiram que pudessem ser colocadas questões relacionadas ao assunto, sem correr o risco de que eles não estivessem atentos a essa questão.

A questão ambiental foi discutida cada vez mais com dados científicos, trazendo informações que orientaram os produtores, e não apenas informações alarmantes dos efeitos negativos da atividade agrícola no meio ambiente. A discussão científica dos impactos ambientais da atividade agrícola tinha beneficiado a adoção de práticas conservacionistas em todos os segmentos produtivos. Nesse estudo sobre a soja e, buscando caracterizar as práticas conservacionistas dos produtores, observou-se que existia em todas as categorias uma adoção de práticas diversas. Entre elas, citou-se o terraceamento, plantio em nível, faixas de retenção, cordão de contorno, rotação de cultura, adubação verde, plantio direto, conservação de estradas, dentre outras.

Questionados sobre a existência de voçorocas no estabelecimento rural, as duas categorias de produtores afirmaram que não ocorria esse tipo de degradação em suas áreas. Esse dado demonstrou que as práticas conservacionistas descritas anteriormente têm evitado o problema de voçorocas na região. Isso é muito importante, pois como foram anteriormente salientados, esses produtores não faziam a rotação da cultura como recomendado, o que

favorecia a degradação do solo. Sem a adoção de tais práticas, certamente os problemas ambientais seriam mais sérios nas propriedades rurais.

Um elemento que devia ser ressaltado nos dados analisados era que alguns pequenos e médios produtores informaram, no que tange à utilização de produtos químicos, que se orientavam através das informações das embalagens e de acordo com a própria opinião, demonstrando que ainda existia um problema de capacitação, nesse setor, quanto ao manejo de produtos químicos. Isso também reflete a falta de assistência para esses produtores, que em muitos casos conduzem seu processo produtivo através de experiência do cotidiano.

Quanto aos cuidados que os produtores tinham na aplicação de produtos químicos, destacou-se que a maioria dos produtores utilizava luvas, botas e máscaras. Os índices foram acima de 94% para cada categoria, indicando que existia uma preocupação em garantir a qualidade de vida e saúde no manejo de produtos químicos que afetam a saúde humana.

O termo “uso indiscriminado” foi citado como causador de problemas ambientais em sentido amplo: contaminação dos rios, contaminação das nascentes, contaminação dos mananciais pela pulverização aérea, aplicação inadequada e excessiva de defensivos, utilização de produtos não-fisiológicos e não-seletivos<sup>53</sup>, resíduos desses produtos no solo – comentou-se que o uso de agrotóxicos causa o aparecimento de novas pragas. Alguns entendiam que o problema estava no modo de aplicação, para outros, a toxidez desses produtos constituía um problema. Citou-se que não existiam conscientização e cobrança com relação à utilização de biocidas, tampouco com relação à necessidade de preservar a fauna e a flora.

Questionados a respeito da soja transgênica, houve uma variação nas respostas encontradas nas duas categorias de produtores. A maioria das repostas se concentraram na necessidade de sua utilização para redução de custos e garantia de viabilidade da cultura. Percebeu-se também que os produtores tinham informações sobre o processo de regulamentação dessa nova tecnologia e preocupação com a fiscalização e controle do poder de mercado das empresas que detiveram as sementes transgênicas, sem se preocuparem com questões ambientais.

Observou-se que existia uma clara tendência à adoção da tecnologia transgênica pelos produtores mais capitalizados, o que pode, em longo prazo, favorecer a lucratividade dessa

---

<sup>53</sup> Produtos não-fisiológicos são agrotóxicos de natureza química mais agressiva ao meio ambiente. Produtos não-seletivos são agrotóxicos que afetam tanto as pragas quanto os seus inimigos naturais.

categoria e inviabilizar a cultura para a produção de pequena escala e com baixo padrão tecnológico.

A seleção no mercado através de eficiência econômica já tinha demonstrado que a cultura da soja, quando utilizada pelos pequenos e médios produtores, gerava custos altos e que, em períodos de crise na comercialização do grão, eram esses os produtores mais afetados. Isso pôde ser demonstrado quando se analisou a quebra da safra na região do Sudoeste de Goiás, em 2004/05, devido ao surgimento de focos de doença como a ferrugem asiática e as intempéries como a seca ou muita chuva, houve um endividamento dos pequenos e médios produtores e um grave problema dentro dos assentamentos da região. Vários produtores foram cultivados em forma de adiantamento dos recursos para a produção com terceiros, porém, após a crise, essa situação tinha se mostrado insustentável para várias famílias de produtores.

Ao comentarem os problemas ambientais de suas regiões, os produtores utilizaram diversas vezes a palavra “controle”, sua ausência, incapacidade do poder constituído de fazer respeitar as normas, sugerindo que ele fosse mais atuante com relação às questões ambientais.

Muitos ainda trataram a questão ambiental de modo cauteloso, demonstrando que existia certo mal-estar com relação ao tema que, de certa forma, ainda era tabu para a maioria dos produtores, por ser causa/conseqüência de um fervoroso debate. Mas, de um modo geral, pôde-se inferir que os produtores eram conscientes das mudanças que estavam ocorrendo à sua volta, mesmo que, para eles, os responsáveis estivessem em outros setores da cadeia produtiva, como no setor urbano, por exemplo.

Considerando os graves problemas ambientais que as propriedades rurais enfrentavam com a questão da destinação de lixo doméstico, considerou-se relevante verificar essa questão nas categorias dos produtores. As opções de respostas no Roteiro de Entrevista foram as seguintes: depositado diretamente no terreno, as margens ou nos cursos d'água, queimado, aterrado, utilizado como adubo, utilizado como alimento de animais, coleta pública ou outra opção, que teria de ser especificada pelo entrevistado. As opções também poderiam ser conjugadas pelos produtores. Na análise, visando um melhor diagnóstico, optou-se por apresentar os dados das variáveis que obtiveram a maior representatividade.

Ressaltou-se que devia existir uma política de educação ambiental com os produtores, visando alterar suas ações com o lixo doméstico dentro das propriedades. A queima e o aterramento do lixo provocaram problemas ambientais que tendiam a ser agravados à medida

que ocorresse a acumulação de resíduos. Um dos principais problemas que pôde ser enfrentado por estes produtores foi a contaminação do solo e queimadas descontroladas, principalmente devido à seca em alguns períodos do ano, no cerrado, que favorecia uma queima rápida da vegetação nativa.

É preciso desenvolver trabalhos relacionados com essa temática, com apoio de instituições públicas ligadas ao meio ambiente, além do apoio de instituições de pesquisa e de ensino superior. Na região do Sul Goiano, a preocupação com os lençóis freáticos e com as queimadas tinham se expandido devido ao apoio de ONGs que tinham contribuído para a melhoria e gestão do lixo dentro das propriedades rurais.

### **3.2.5 Cooperativismo e a Política Agrícola na Visão dos Produtores**

Os fluxos migratórios também trouxeram os elementos culturais e socioeconômicos importantes que permitiram o desenvolvimento do associativismo na região, principalmente o cooperativismo, inexpressivo até os anos de 1970.

A baixa densidade demográfica da região dos cerrados não favorecia a implantação e desenvolvimento das formas institucionais de associativismo; a *cooperação* existia de forma informal, por meio de ações esporádicas, o caso de mutirões. Ricciardi (1990, p.17) que conceituou cooperação como sendo uma atividade que “acontece, então quase sempre a partir de necessidades não satisfeitas [...] um ato de solidariedade, não importando se sua origem ocorreu a partir de um desejo individual de satisfação de necessidades”.

As cooperativas da região eram contemporâneas às políticas de desenvolvimento e a maior parte delas estava relacionada com atividades agrícolas. Lembrou-se que as cooperativas instaladas no cerrado foram estimuladas pelos governos militares para consolidarem na região os complexos agroindustriais, atendendo, de um lado, os interesses de grandes latifundiários, e de outro, o capital industrial nacional e estrangeiro.

Quanto aos principais debates estabelecidos nas associações de classe e órgãos de representatividade dos trabalhadores, salientou-se que a maior preocupação concentrou-se no crédito e valor da produção, o que demonstrou que todos os segmentos enfrentaram problemas semelhantes quanto à viabilidade da atividade produtiva.

A discriminação dos assuntos demonstrou que a preocupação dos pequenos e médios produtores foi a mesma do produtor empresarial/grande produtor, ou seja, o foco das discussões nas entidades de classe foi a viabilidade da atividade agrícola.

Considerando que existiam 52 cooperativas agropecuárias em Goiás, segundo a OCB-GO e SESCOOP estas haviam atuado na área de agregação de valor dos produtos, através da agroindustrialização, entendeu-se que a soja tem se beneficiado do processo, já que todas as categorias apresentaram respostas positivas para os serviços e atuação das cooperativas nesse segmento. Ressaltou-se, contudo, que esses dados classificaram a opinião dos que utilizavam a cooperativa, seja através de serviços ou relações de venda do grão, mas o número de cooperados era relativamente baixo nas categorias analisadas.

O cooperativismo, implantado no Sul Goiano, foi do tipo denominado por Coradini (1982, p.13) como sendo “cooperativismo empresarialmente desenvolvido”, voltado para as atividades do agro. Ainda Coradini (1982, p.52),

cooperativismo agrícola pode ser apreendido, de um lado, pela racionalização econômico-produtiva que essa forma de organização exerce em contextos determinados; de outro lado, pelo caráter de mediação sociopolítica que assume no processo social, tendo em vista a viabilização e a reprodução da expansão do capitalismo, em condições determinadas.

Segundo Gonçalves (2001), os agrupamentos hierárquicos de insumo-produto constituíam-se na forma de organização da estrutura agroindustrial moderna, que tinha se reproduzido de uma forma desigual, mas generalizada no Brasil. Os complexos agroindustriais podiam ser tratados como um caso particular dos complexos industriais, à medida que a relação indústria-agricultura constituía-se na base principal das trocas intersetoriais. Entretanto, o fato dos complexos agroindustriais estarem vinculados a uma mesma base tecnológica na agricultura, não impedia que eles tivessem dinâmica própria, baseada na forte interdependência das trocas de um grupo específico de atividades agrícolas e industriais engajados na produção de fibras ou alimentos ou energia. A evolução da demandava por produtos finais e as oportunidades para absorção de inovações técnicas nos agrupamentos agroindustriais (inclusive nas atividades agrícolas), estabeleciam as dinâmicas específicas para o desenvolvimento destas cadeias produtivas.

Para saber mais sobre o cooperativismo do Sul Goiano, Gonçalves (2001) na sua dissertação de Mestrado, com o título “Reflexões sobre a importância da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO) no desenvolvimento da região de

Rio Verde-GO, teve por objetivo geral analisar a fundação e a evolução da COMIGO, as transformações ocorridas no período posterior a sua implantação, assim como os elementos que influenciaram a sua implantação na região de Rio Verde e Sudoeste Goiano. Como objetivos específicos, buscou-se apontar e analisar os principais elementos que influenciaram a implantação da COMIGO em Rio Verde e região; caracterizar o Cooperativismo, seus valores, princípios e conceitos e a evolução da COMIGO; constatar e analisar a evolução recente da produção e da produtividade das culturas de arroz, milho, algodão e soja, comparando com a situação anterior à implantação da COMIGO e o processo gradual de substituição de tecnologia, motivada pela sua assistência técnica; e analisar o desenvolvimento da agroindústria, a partir da implantação da COMIGO, na região onde atua.

O estado recorreu ao cooperativismo empresarialmente desenvolvido para permitir o acesso dos médios e, sobretudo, grandes produtores ao crédito e aos insumos modernos, o que favoreceu a formação de uma nova pequena burguesia rural; a maior consequência desta inserção foi a dependência que os agricultores passaram a ter em relação às instituições. Elas eram divulgadoras da ideologia predominante e favoreciam a definição das relações de poder na região. O estado teve participação preponderante nesse processo, estimulando e subsidiando o cooperativismo agrícola, que é, neste contexto histórico, Coradini (1982, p. 52):

uma das formas através das quais o Estado e suas bases sociais atuam no sentido de, concomitantemente, desenvolver as forças produtivas e manter as tensões e conflitos sociais nos limites de politicamente viável para o padrão de acumulação e dominação pública.

Quanto aos seus aspectos socioeconômicos, as cooperativas empresarialmente desenvolvidas, também da região dos cerrados – por serem, às vezes, uma extensão de outras unidades –, buscavam atingir, de acordo com Duarte (1986, p.43),

uma racionalidade econômica semelhante às demais empresas, ou seja, aquelas que dinamizaram sua produção em relação ao mercado e que acumularam e centralizaram capital, desvirtuando implicitamente os objetivos da ordem doutrinária, os quais gravitam ao redor do associado e não da organização.

Isso significa dizer que as cooperativas buscavam maximizar suas atividades, aproveitar as oportunidades e expandir seus investimentos, como “complementação do capitalismo associado-dependente” (CORADINI, 1982, p.14), atuando também nos setores industrial e de serviços, quase como qualquer unidade do complexo agroindustrial.

Os esforços empreendidos para a implantação e fortalecimento do cooperativismo no Brasil permitiram que fossem vislumbradas possibilidades de “crescimento e fortalecimento empresarial, permitindo-lhe concorrer num mercado altamente competitivo e manter-se no sistema, mesmo que nos setores menos dinâmicos e de menor agregação de valor” (DUARTE, 1989, p.70), sem, no entanto, perder de vista os objetivos da intensificação de toda a cadeia e a integração com outros setores da economia – mesmo em se tratando de setores cujos investimentos remuneraram menos o capital neles empregado e cujo retorno não se deu em curto prazo.

Não obstante, o discurso do cooperativismo continuava atribuindo o sucesso dos empreendimentos cooperativistas ao fato dos produtores agrícolas trabalharem juntos, com um objetivo comum, de terem gestão democrática e participativa teve que se levar em conta que ficaram somente no discurso ideológico. Pois a expansão da COMIGO como exemplo da região estudada e de outras grandes cooperativas ocorreu porque aderiram à lógica e à dinâmica do mercado capitalista que tinha como meta a maximização dos lucros. E para alcançar isso, freqüentemente, ignoravam os princípios que diziam seguir.

Os produtores eram influenciados diretamente pela indicação das políticas agrícolas das esferas federal, estadual e municipal, por isso buscaram-se levantar suas opiniões sobre a política agrícola.

Os dados do produtor empresarial/grande produtor demonstraram que esta categoria de produtores estava pessimista quanto à política agrícola que tinha sido implementada pelo Governo Federal. Quando se media o impacto das expectativas dos empresários de qualquer setor, especificamente dos setores rurais, percebeu-se que a política agrícola inibia os investimentos devido à dificuldade de acesso e os baixos valores liberados.

Outro fato observado nessa questão foi que a maioria dos produtores, em todas as categorias, considerou que a falta de credibilidade do Governo Federal fosse o principal problema da política agrícola. Entendeu-se que este fato foi provocado pela crise política e desgaste da classe política. Longe de ter sido um fato isolado, os produtores tinham apenas refletido sobre os dados da sociedade brasileira como um todo, ou seja, o sentimento de pessimismo pelas ações dos atuais modelos de desenvolvimento implantados nas esferas públicas.

A seguir, no capítulo (4), analisou-se os impactos e mudanças socioespaciais que ocorreram com a implantação do complexo agroindustrial da soja na região do Sul Goiano.

## **CAPÍTULO 4**

#### **4 REESTRUTURAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO DO SUL GOIANO: os efeitos da expansão do complexo soja**

A partir da modernização da agricultura, da atração de indústrias e empresas do complexo soja, surgiram novos espaços de produção, novos postos de trabalho, aumentou a circulação de dinheiro na economia local e regional, aumenta o fluxo migratório, fortaleceu-se a cultura do trabalho industrial. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, apareceram problemas derivados a este crescimento, tais como: falta de moradia, poluição/alteração nos elementos da natureza, violência, especulação imobiliária, elevação do custo de vida, incompatibilidade entre o crescimento rápido e os investimentos em infra-estrutura urbana. Enfim, todos os efeitos negativos que costumam surgir após processos rápidos e intensos, em economias capitalistas. Assim, gerando impactos/mudanças nos espaços locais e regionais o Sul Goiano não foi exceção à regra. O que apresentou-se nesse capítulo foram os impactos e mudanças socioespaciais que ocorreram com a implantação do complexo agroindustrial da soja na região do Sul Goiano.

Nessa tese, ao se estudar as políticas públicas para a região denominada Sul Goiano, adotou-se um espaço predefinido, utilizando-se uma área geográfica dividida pelo IBGE onde se percebeu uma ação do Governo do Estado de Goiás, conjuntamente com o Governo Federal, decorrente de incisivos movimentos reivindicatórios na busca de soluções para a região. O emprego dessa divisão não ocorreu pela dificuldade na determinação do espaço ou pela maior facilidade para o levantamento de dados específicos, mas, sim, pelo próprio escopo do trabalho, centrado na análise das políticas públicas de desenvolvimento regional adotadas pelo Governo Federal e Estado de Goiás, mas que especificamente ficou mais evidente na região do Sul Goiano.

Considerando-se suas características essenciais, a área denominada Sul Goiano pôde ser concebida como um espaço definido para decisões políticas, limitadas territorialmente, na busca de objetivos econômicos determinados.

A delimitação oficial do Sul Goiano apresentou diversas heterogeneidades, da mesma forma que as outras regiões que formaram o Estado de Goiás. A falta de homogeneidade pode ser observada nos seus aspectos naturais, pois diferentes regiões geomorfológicas foram distinguidas. Pôde também ser verificada nos seus aspectos históricos, na diferenciação evolutiva derivada dos diferentes ciclos produtivos ocorridos em cada parte da região, como do arroz, da pecuária, da soja e da indústria. A heterogeneidade da região apresentou-se nos seus indicadores econômicos e sociais e nas suas atividades econômicas.

Não se entende região como um conceito unívoco e descritivo de uma realidade imutável. De outra forma, toma-se a idéia de região que expressa a construção social de um caminho em direção a uma realidade em constante mutação com o objetivo de entendê-la em todos seus aspectos e possibilitar sua análise por completo. Nas palavras de George Benko, a região “[...] é um produto social construído progressivamente pelas sociedades em seus espaços de vida” (BENKO, 1999, p.25). Assim sendo, o desenvolvimento regional foi condicionado pela competência dessa construção coletiva, em um espaço geográfico delimitado, de superar os permanentes entraves ao seu crescimento, buscando as suas próprias alternativas de adaptação a essa realidade em contínua transformação.

#### **4.1 Mudanças Demográficas e Migratórias de Goiás e Sul Goiano**

O avanço da fronteira agrícola dos cerrados brasileiros foi um fenômeno que aconteceu em diferentes etapas. Observou-se movimento de especuladores que se dirigiam para as novas regiões inseridas no circuito do capital com o intuito de se apropriarem das terras públicas, através da grilagem. Já tendo as terras apropriadas, esses especuladores – alguns deles com posse de grandes extensões – preocupavam-se em divulgá-las através de distintas redes: os governos estaduais e municipais que criaram mecanismos de divulgação de suas terras; empresas privadas (conhecidas como colonizadoras) que se especializaram na venda de terras na fronteira; ocorreu também a divulgação “boca a boca”, na qual migrantes que se instalaram nessas áreas primeiramente tentavam convencer seus parentes e amigos a se deslocarem também para a fronteira.

A esperança de tornar-se um bem-sucedido agricultor provocou uma corrida de grupos econômicos, um misto de produtores e especuladores interessados em obter uma fatia dos lucros que por ventura pudesse existir na ocupação dessas terras. Finalmente, houve um fluxo generalizado para a região candidata a se inserir em outra lógica de produção: empresas produtoras de grãos, de comércio e de serviços variados, grupos familiares individuais ou em parcerias etc. Essas etapas não foram exatamente lineares, por vezes se sobrepuseram. Mas o que caracterizou todo esse movimento foi a imposição de grandes transformações no espaço e no cotidiano das pessoas, tanto das que já viviam na região quanto das que chegavam. Essas últimas, comumente deslocaram-se para lugares com características diferenciadas de clima, de cultura etc.

Quem visitava uma região recém-incorporada ao ritmo da produção agrícola capitalista moderna, logo se deparava com contrates, marcados por formas espaciais disformes. Observou-se, por um lado, áreas que ainda preservavam a vegetação com pouca interferência humana, através de pequenas roças encravadas nos fundos de vale, pertencentes à população local, que trabalhava com suas técnicas rudimentares, indicando a presença de um outro tempo. Por outro lado, logo na seqüência, quando se adentrava no platô plano, deparava-se com um horizonte sem qualquer vestígio de vegetação nativa, com imensos desmatamentos, esperando a sementeira ou com plantações de soja numa situação de quase completa homogeneidade, despontando nessa paisagem o movimento de grandes máquinas modernas. Tais observações apontavam imediatamente a coexistência de tempos diferenciados de condução da vida. Esses tempos, no entanto, nem sempre se encontravam de maneira harmoniosa, ao contrário, o tempo do capital corroía e fazia desaparecer as formas antigas, mas também apareciam resistências à incorporação do novo modelo.

Observando as taxas de crescimento das microrregiões da mesorregião do Sul Goiano (Tabela 41), percebeu-se que no período de 1970 a 2000, as únicas áreas que mantiveram um importante aumento demográfico foi a microrregião Sudoeste de Goiás que, pelo menos até o final da década de 80, manteve um significativo desenvolvimento demográfico. Nesse caso, soube-se que o dinamismo regional foi significativo para os padrões do Estado, em função da importante e intensa atividade agroindustrial e a microrregião Meia Ponte que, por sua posição estratégica de ligação entre o Centro-Oeste, o Triângulo Mineiro e São Paulo, também haviam experimentado aumento.

**TABELA 41 – Goiás: População e taxa de crescimento demográfico nas microrregiões geográficas do Sul Goiano – 1970-2000**

| Microrregiões<br>do Sul<br>Goiano/Goiás | População Total |           |           |           | Taxa de Crescimento (% a.a) |           |           |
|-----------------------------------------|-----------------|-----------|-----------|-----------|-----------------------------|-----------|-----------|
|                                         | 1970            | 1980      | 1991      | 2000      | 1970/1980                   | 1980/1991 | 1991/2000 |
| <b>Catalão</b>                          | 85.247          | 91.583    | 108.313   | 118.089   | 0,72                        | 1,54      | 0,96      |
| <b>Meia Ponte</b>                       | 217.422         | 233.158   | 266.512   | 314.058   | 0,70                        | 1,22      | 1,84      |
| <b>Pires do Rio</b>                     | 70.169          | 69.032    | 74.962    | 86.034    | -0,16                       | 0,75      | 1,54      |
| <b>Quirinópolis</b>                     | 88.574          | 86.272    | 88.687    | 93.436    | -0,26                       | 0,25      | 0,58      |
| <b>Sudoeste de Goiás</b>                | 177.467         | 224.541   | 286.281   | 344.121   | 2,38                        | 2,23      | 2,07      |
| <b>Vale do Rio dos Bois</b>             | 75.236          | 82.409    | 89.159    | 101.136   | 0,91                        | 0,72      | 1,41      |
| <b>Goiás</b>                            | 2.414.325       | 3.125.354 | 4.012.562 | 4.994.897 | 2,61                        | 2,30      | 2,46      |

FONTE: FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000. (apud CUNHA, 2002, p.55)

ORG.: GONÇALES, C., 2005.

O quadro populacional da mesorregião do Sul Goiano foi reflexo da distribuição demográfica nacional e estadual, com características de uma densidade demográfica crescente de modo sistemático, mas situada em baixo patamar, exceto em áreas isoladas. No Censo Demográfico (2000), os dados indicaram uma densidade demográfica para o Estado de Goiás de 14,69 hab/km<sup>2</sup>, e para a mesorregião Sul Goiano de 8 hab/km<sup>2</sup>, reproduzindo a mesma tendência observada no Censo anterior.

Nos dados do Censo Demográfico de 2000, apresentados na Tabela 42, é possível visualizar a tendência de concentração populacional na área urbana, tanto no Estado de Goiás, quanto na mesorregião Sul Goiano.

**TABELA 42 – Goiás e Mesorregião do Sul Goiano: População residente e situação de domicílio - 2000**

| Região Geográfica,<br>Unidade da Federação,<br>Mesorregião<br>Geográfica | Situação<br>do<br>domicílio | População residente<br>(Habitantes) | População residente<br>(Percentual) |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Goiás</b>                                                             | <b>Total</b>                | <b>5.003.228</b>                    | <b>100</b>                          |
|                                                                          | Urbana                      | 4.396.645                           | 87,88                               |
|                                                                          | Rural                       | 606.583                             | 12,12                               |
| <b>Sul Goiano</b>                                                        | <b>Total</b>                | <b>1.058.208</b>                    | <b>100</b>                          |
|                                                                          | Urbana                      | 881.151                             | 83,27                               |
|                                                                          | Rural                       | 177.057                             | 16,73                               |

FONTE: IBGE, SIDRA, (2000)

ORG.: GONÇALES, C., 2005.

A tendência nacional de uma urbanização crescente foi fato notório e possuiu uma estreita vinculação com o processo de modernização experimentado pela agricultura e com o modelo econômico vigente no país, responsável pela alta concentração da renda e seus reflexos perversos no âmbito de todo o conjunto da sociedade.

As transformações ocorridas na estrutura produtiva das atividades econômicas no país e que levaram à uma unificação dos mercados de trabalho rural e urbano nas últimas décadas, provocaram mudanças radicais nas relações de produção, na organização da economia familiar, no processo de urbanização, no surgimento de novas relações de trabalho com o aparecimento de trabalhadores temporários, ligados primordialmente à atividade rural, mas tendo como lugar de morada as cidades, mais especificamente as periferias das cidades.

Nesse contexto, as cidades de pequeno porte se constituíram na primeira etapa do processo migratório campo-cidade, onde populações oriundas do campo e oscilando entre um mercado agrícola incerto e um urbano pouco qualificado ali se estabeleceram, num processo de periferização crescente, numa busca permanente de condições de sobrevivência de onde mais tarde se retiraram, tendo como destino centros regionais maiores, como exemplo as populações desses municípios como Aparecida do Rio Doce, Aporé, Maurilândia, Água Limpa, Inaciolândia, Goiandira, Urutaí e muitos outros que formavam a a região do Sul Goiano..

Nesta reorganização da divisão social do trabalho e da população, reproduziram-se nas cidades pequenas e médias de até 80 mil residentes, logicamente em menor escala, as condições de crescimento dos grandes centros urbanos, quais sejam: precárias condições de moradia; ocupações urbanas e infra-estrutura deficientes, quando não inexistente; especulação imobiliária; desorganização e inchaço urbano; falta de emprego; criminalidade crescente; falta de segurança; dentre outros problemas típicos e característicos de grandes cidades.

Assim, a mão-de-obra não-qualificada e numerosa engrossou de forma crescente e sistemática as fileiras de bóias-frias, personagem nem rural, nem urbano, já tão característico e comum no setor agrário nacional. Em Goiás, a mesorregião do Sul Goiano foi responsável, devido à sua produção agrícola, pela absorção de parcela significativa de bóias-frias do Estado porque ainda congregava lavouras de algodão, cana-de-açúcar, café, tomate entre outras sem a mecanização moderna.

No que se referiu ao processo migratório, em Goiás e na mesorregião do Sul Goiano, a migração interestadual indicou uma propensão à expulsão populacional de áreas rurais, daí o fato de o êxodo rural adquirir importância relevante sobre o conjunto das migrações totais. No conjunto da migração, o que se observou foi um quadro migratório intra-estadual expressivo,

no qual a migração se deu mais acentuadamente no sentido rural-urbano, e, posteriormente, em etapas, no sentido urbano-urbano em direção aos centros regionais.

Ao considerar os volumes de migração interestadual e intra-estadual das microrregiões foi possível chegar a algumas considerações interessantes. Ainda que, pela característica do dado, o primeiro tipo de migração contivesse parte dos indivíduos inseridos no segundo tipo, foi indiscutível, por exemplo, que Goiânia fosse a grande área de atração tanto de migrantes externos quanto internos do Estado de Goiás.

O quadro demográfico recente de Goiás foi de rápido crescimento de sua população urbana e progressiva redução do contingente rural. Acompanhando esta tendência demográfica, os movimentos migratórios do Estado de Goiás também se intensificaram muito na área urbana em detrimento dos fluxos para o rural. No período 91/96, por exemplo, mais de 90% dos migrantes em Goiás dirigiram-se para o urbano (Tabela 43); as microrregiões mais visitadas pelos migrantes urbanos neste momento foram: Goiânia, Entorno de Brasília, Meia Ponte e Anápolis que não faziam parte da mesorregião do Sul Goiano. A única microrregião onde cresceu a migração rural e decresceu a urbana da década de 1980, de 30,4 para, 1990, de 32,2 foi Vão do Paranã na mesorregião do Leste Goiano.

O quadro migratório da região não esteve desvinculado do quadro geral de migração do país, estando o fluxo migratório campo-cidade vinculado a fatores de expulsão como concentração econômica, concentração política, concentração da propriedade, legislação fundiária, modernização da produção e ausência de uma política agrária. Obviamente que os citados fatores de expulsão foram reforçados por fatores de atração, tais como avanço dos meios de comunicação, ampliação e melhoria do sistema viário, concentração de equipamentos de saúde, educação e lazer nos centros urbanos maiores.

**TABELA 43 – Goiás: Migrantes interestaduais segundo área de destino - Urbana e Rural, por microrregiões do Sul Goiano e do Estado – 1970-1996**

| Microrregiões do Sul<br>Goiano/Goiás | Urbano (%) |       |       | Rural (%) |       |       |
|--------------------------------------|------------|-------|-------|-----------|-------|-------|
|                                      | 70/80      | 81/91 | 91/96 | 70/80     | 81/91 | 91/96 |
| Catalão                              | 71,5       | 76,4  | 79,3  | 28,5      | 23,6  | 20,7  |
| Meia Ponte                           | 68,5       | 82,9  | 91,9  | 31,5      | 17,1  | 8,1   |
| Pires do Rio                         | 76,1       | 75,6  | 77,3  | 23,9      | 24,4  | 22,7  |
| Quirinópolis                         | 56,1       | 72,0  | 81,9  | 43,9      | 28,0  | 18,1  |
| Sudoeste de Goiás                    | 69,1       | 74,8  | 81,8  | 30,9      | 25,2  | 18,2  |
| Vale do Rio dos Bois                 | 36,7       | 66,6  | 77,4  | 63,3      | 33,4  | 22,6  |
| Goiás                                | 76,3       | 87,2  | 91,5  | 23,7      | 12,8  | 8,5   |

**FONTE:** FIBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e Contagem de 1996. (apud CUNHA, 2002, p.59)

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Por consequência, teve-se um quadro de mudanças nas relações sociais de produção, que vieram afetar de modo intenso as formas de produção e de trabalho, que por sua vez, refletiram, também, na reorganização espacial da população pelo espaço geográfico, daí a grande mobilidade demográfica assistida nas três últimas décadas com a implantação do complexo da soja na região do Sul Goiano.

Um outro fato importante a ser explicado é que, na década de 1970, o deslocamento para o Sul Goiano era de uma migração individual e casal sem filhos, já na década de 1980, houve um aumento considerável da migração de casal e chefe com filhos. Mas, na década de 1990, percebeu-se uma importante mudança no perfil do migrante no Sul Goiano, um aumento relativo da participação daqueles que migraram sozinhos ou apenas com seu cônjuge, perfil este que muito provavelmente ligado ao caráter urbano da migração para essa região.

O caráter mais urbanizado dos migrantes que se dirigira para o Sul Goiano foram para os setores de atividades como o de comércio e serviços. Por outro lado, em todas as ocupações ligadas a trabalho rural agricultura, pecuária e outros agropecuários houve uma redução do número de migrantes. A ocupação destes na indústria e também como autônomos reforçou ainda mais a crescente urbanização e dinamismo da região como nas cidades de Rio Verde, Jataí, Itumbiara e Catalão.

Não há como negar, portanto, que esta nova configuração produtiva, que trouxe desestabilização e rearranjos, transformou as estruturas sociais no Sul Goiano, o que não poderia deixar de afetar a dinâmica e o perfil migratório para a região, particularmente no que se referia ao caráter concentrado do fenômeno em algumas poucas microrregiões de maior grau de desenvolvimento urbano.

## **4.2 O Complexo da Soja e as Relações Sociais no Espaço do Sul Goiano**

Para verificar a influência que o Complexo Agroindustrial da Soja exerceu na espacialização do Sul Goiano, convém, ao pensamento geográfico, definir o que se entende por “espaço”; para tanto, não se deve esquivar de perceber a relação existente entre o homem e a natureza, uma vez que a Geografia se ocupa de estudar as relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza. Andrade (1994, p.97) diz que “a sociedade atua sobre a natureza, transformando-a e possibilitando a formação de uma nova natureza, que não é

idêntica à primitiva, mas que guarda algumas características da mesma, aglutinada à nova qualidade”.

Uma constante disputa entre o novo e o velho deu origem a novas formas estruturadas no processo histórico e, por conseguinte, a diferentes espaços com características relativas ao modo de produção dos diferentes lugares em momentos distintos (SANTOS, 1979).

A busca, nada fácil, pela compreensão de espaço encontrou-se inserida na história e na filosofia da ciência, não somente na Geografia, mas também em disciplinas afins. Nas obras que abordavam o tema espaço, percebeu-se a presença constante da inter-relação do espaço físico com o espaço social, como se pode observar na seguinte afirmação de Soja (1993, p.101) “o espaço, nessa forma física generalizada e abstrata, foi conceitualmente incorporado na análise materialista da história e da sociedade, a ponto de interferir na interpretação da organização espacial humana como um produto social”.

Santos (1980, p.120), afirma que o “espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos os múltiplos do espaço”. O espaço contextualizado não se referiu ao espaço dos objetos, de um país, ou até mesmo ao espaço cósmico, mas tratou-se do resultado da ação humana no decorrer da história, ou seja, o espaço construído pela sociedade. Ainda para Santos (1999), o espaço é um conjunto de fixos e fluxos. Os elementos fixos, estabelecidos num lugar definido, identificavam-se com os instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral. Eles, ao mesmo tempo, criavam e transformavam o lugar de sua existência, necessitando, para isso, de dinâmica. Para tanto, encontrou-se em circulação, de acordo com sua distribuição, originando os fluxos.

Sobre esta concepção de poder materializado no espaço social, pôde-se pensar em espaços formados por comunidades com autogestão, nas quais eram claras as relações de poder e de apropriação de espaço concreto e contínuo e também em espaços formados por corporações no processo da modernização da agricultura, que eram delimitados por sua influência, como foi o caso da Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO), instalada na década de 1970, e a Perdigão Agroindustrial, Braspelco, Mitsubishi Motors, Usina Vale do Verdão e John Deere Brasil, instaladas na década de 1990. Incentivada pela iniciativa estatal e uma série de condições favoráveis para territorializar na região, essas empresas criaram sistemas de objetos e ações sobre objetos já preexistentes.

A dinâmica dos fixos representada pelos fluxos ocorreu em virtude dos poderes econômicos, político e/ou social, com maior ou menor influência no modelo espaço

geográfico, através de seus elementos, constituídos pelas firmas, instituições, os homens em ação, o meio ecológico e as infra-estruturas (SANTOS, 1997).

Os homens destacaram-se neste processo, através da sua produção, por meio de seu trabalho, inclusive as camadas sociais que não se inseriram na população economicamente ativa, pois todos possuíam relevância na constituição do espaço, visto que, devido ao fato de existirem, demandavam a produção de outros.

As firmas encarregavam-se de dar suporte para a existência, consistência e transformação dos homens por meio da produção de bens, serviços e idéias, já que as instituições produziam normas, ordens e legitimações, no anseio de viabilizar meios para a atuação dos elementos do espaço.

A Perdigão, Braspelco, Mitsubishi Motors, Usina Vale do Verdão e John Deere Brasil são exemplos de empresas que criaram um plano estratégico que tinha como objetivo sair de suas regiões e atender em outras regiões, utilizando a denominação dada por Santos, poderíamos confirmar que estas empresas entre outras foram responsáveis pela consolidação de sistemas de objetos e ações no Sul Goiano levando a um novo contexto a relação campo-cidade.

O meio ecológico é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano, pois se configura no habitat em que o homem está inserido e nele realiza transformações, tornando-o meio técnico, fato que se resulta em novas formas e significados a partir do que já existia.

As infra-estruturas são representadas pelos resultados obtidos através de esforços físicos e mentais dos seres humanos, como as construções civis, os campos cultivados, as rodovias, as rotas aéreas etc.

Esses elementos do espaço não existem isoladamente. Portanto, são intercambiáveis e redutíveis uns dos outros. Logo, no processo de interação, um elemento do espaço pode assumir a função de outro, como no exemplo do homem que vende sua mão-de-obra e torna-se uma firma, ou como o cidadão que se constitui numa instituição com direitos e deveres. Da mesma forma, as firmas que possuem grande patrimônio econômico podem impor no comando político local os seus interesses, tornando-se uma instituição (SANTOS, 1997).

Por sua vez, o sistema de objetos e ação da empresa Perdigão trouxe uma rede de outros empreendimentos à sua volta, contribuindo para os circuitos especiais de produção e círculo de comparação (SANTOS, 1994) no campo e na cidade; para os circuitos espaciais de produção e círculo de cooperação (SANTOS, 1994) no campo e na cidade; e para a formação

de uma nova relação de Rio Verde, altamente especializados, carregados de meio técnico-científico-informacional.

O que se observou, no Sul Goiano, e especificamente em Rio Verde foi uma tendência de interesses comuns em busca de melhores resultados. Os circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação facilitaram a atração de investimentos e compartilharam capitais, o que permitiu instalar ao lado da Perdigão por exemplo, grandes indústrias prestadoras de serviços e com alta qualificação, dentre as quais, citaram-se, a empresa de embalagens plásticas – Videplast – e a empresa de embalagens de papel e papelão – Grupo Orsa.

Essa forma de circuito espacial de produção e círculo de cooperação na cidade de Rio Verde, Elias (2003) denomina de economia urbana de consumo. A cidade tornou-se receptível a atender as necessidades de uma produção agrícola e agroindustrial.

Neste início de século XXI, diante do processo de mundialização da economia, as firmas, as instituições e os homens necessitaram de maior rapidez e agilidade no processo de circulação de seu produto, para atingir vastos mercados consumidores ou fornecedores de matérias-primas. Com isso, foram criados novos fixos e novas funções para os fixos já existentes, da mesma forma que os fluxos ganharam importância muito grande (SANTOS, 1988).

Para compreender o específico que reflete no global, ou o global que reflete no específico, é necessário assimilar o papel a ser desempenhado pelas partes, para posteriormente construir a totalidade espacial, sendo conveniente estar sempre buscando auxílio nos elementos do espaço mencionados anteriormente. Partindo da compreensão desses elementos, desenvolveu-se uma relação entre o Complexo Agroindustrial da Soja e os elementos do espaço do Sul Goiano.

#### **4.3 Os Indicadores de Desenvolvimento Social e Econômico das Microrregiões da Messorregião do Sul Goiano**

A ocupação e o uso das áreas de cerrados no Estado de Goiás, ao longo das três últimas décadas, alicerçaram-se na expansão da fronteira agrícola para a produção de grãos destinados à exportação (sobretudo da cultura da soja), implementada através do desmatamento generalizado, da mecanização intensiva, do uso em grande quantidade de insumos químicos e da baixa utilização de mão-de-obra.

Nesse tópico fez-se uso de alguns indicadores, para ver se a mesorregião do Sul Goiano havia sofrido uma intensa diversificação de suas atividades industriais, tanto ligadas ao setor rural quanto no setor industrial.

Partindo dessa problemática, nesta parte, coube-se apresentar e discutir alguns Índices de Desenvolvimento Social e Índices de Desenvolvimento Econômico que pudessem caracterizar o desenvolvimento/crescimento da Mesorregião do Sul Goiano com a modernização da agricultura, demonstrando os impactos positivos e negativos do agronegócio, não apenas para os setores produtivos, mas para os demais setores. A Revista Economia e Desenvolvimento (2005, p.13), da SEPLAN, analisando esse processo, destacou que,

no período de 1999 a 2003, segundo o estudo da Seplan, a geração de riquezas em Goiás passou por um processo de desconcentração regional da economia, beneficiado pela industrialização ocorrida em determinadas regiões do Estado. O Sudoeste e o Sudeste foram as que mais se destacaram no ganho de participação no PIB goiano, enquanto a Região Metropolitana foi a que mais perdeu. O Sudoeste goiano, que em 1999 participava com 13,16% da riqueza estadual, teve o índice aumentado para 17,21% em 2003, principalmente devido aos municípios de Rio Verde, Jataí, São Simão, Mineiros e Santa Helena. A atividade industrial, em especial a de transformação, influenciou esse resultado. A participação do Sudeste goiano subiu de 5,39% para 7,53% no período. Esse incremento foi propiciado notadamente pelos seguintes municípios: Catalão, Ipameri, Pires do Rio, Silvânia e Corumbáiba, impulsionados pelos três grandes setores de atividades econômicas - agropecuária, indústria e serviços. Já a Região Metropolitana de Goiânia perdeu participação no PIB goiano de 1999 a 2003, de 38,8% para 31,02%, perda que foi causada pelo dinamismo de outras regiões, motivado pela desconcentração industrial, com os investimentos produtivos priorizando a proximidade com a matéria-prima.

Percebeu-se, pelas considerações da Revista Economia e Desenvolvimento, que esse período de desconcentração industrial tinha sido motivado em Goiás pela expansão da cadeia do agronegócio. Os setores a jusante haviam buscado se instalar perto da matéria-prima, o que beneficiou os grandes municípios produtores de grãos, carnes e cana-de-açúcar, em Goiás. Para entender o impacto da desconcentração nos itens seguintes, foi feita uma análise mais detalhada da participação dessas regiões, demonstrando que os investimentos tinham criado, no interior de Goiás, pólos de desenvolvimento concentrado em alguns municípios que já apresentavam potencialidades, ou seja, ocorreu uma desconcentração da capital para o interior, que formou um quadro de concentração regional em alguns municípios.

Como parte da análise sobre o processo de desenvolvimento econômico e social, buscou-se identificar a arrecadação do ICMS e os índices de desenvolvimento social e

econômico das microrregiões que originaram a mesorregião do Sul Goiano, dentro da metodologia do IBGE. Assim, para efeito deste trabalho, as microrregiões analisadas foram apresentadas em tabelas separadas, tanto os indicadores quanto os municípios componentes.

Neste item foi apresentado o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) dos municípios de seis microrregiões que formavam a mesorregião do Sul Goiano. Os componentes que formavam IDS foram o INS, INE, ISB e IFRMF. O INS era o Indicador de Nível de Saúde, o (INE) Indicador do Nível de Educação, índice que considerava as principais variáveis do Ensino Fundamental e Médio, desde a infra-estrutura escolar até a distorção série-idade, rendimento escolar, evasão e qualificação docente. O Indicador de Serviços Básicos (ISB), examinava a oferta de serviços básicos à população (energia elétrica, telefone, água tratada e esgoto). Por último o Indicador da Faixa de Rendimento da Mão-de-Obra Formal (IFRMF), que considerava as condições salariais do trabalho formal e os rendimentos auferidos.

Outro indicador utilizado nesta análise foi o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), composto pelos seguintes componentes: Indicador de infra-estrutura (INF), feito com o conjunto de informações quantitativas da infra-estrutura econômica do município, através dos consumo de energia elétrica nos setores comerciais, industriais e rural, considerando ainda o número de estabelecimentos comerciais, industriais, rurais e bancários existentes no município; o Indicador de Qualificação de Mão-de-Obra Formal (IQMF), que media o grau de escolaridade da mão-de-obra formal no município e a sua participação na população total; e o Indicador do Produto Interno Bruto *Per capita* (IPP), que examinava a renda gerada no município em todos os setores da atividade econômica de forma *per capita*.

Na elaboração do Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), a SEPLAN / SEPIN – Gerência de Estudos Especiais, utilizou-se o método dos escores padronizados, para permitir a comparação dos índices entre si e em relação à média estadual<sup>54</sup>.

A melhoria no Índice de Desenvolvimento Social de uma região refletia-se nas mudanças estruturais que ocorriam no desenvolvimento social da população, com melhorias nos indicadores de escolaridade, saúde, saneamento, moradia, entre outros; demonstrando o desenvolvimento das atividades produtivas refletindo em benefícios para a sociedade. Daí surgiu o interesse em fazer uma análise desse índice dos municípios de seis microrregiões que

---

<sup>54</sup> O valor 5000 representa o valor médio, ou ainda, o Índice Médio do Estado. O município terá Escore Padronizado = 5000 na situação em que o indicador do município seja igual à média dos indicadores dos municípios.

formavam a mesorregião do Sul Goiano, onde o Complexo Agroindustrial da Soja estava presente.

A Tabela 44 apresenta os dados de ICMS, IDS e IDE para a microrregião do Sudoeste Goiano. Essa diversidade de variáveis fez com que o IDS da região fosse considerado satisfatório para quase todos os municípios, que é medido pelo Índice Médio do Estado, de 5000, com exceção de seis municípios: Castelândia, Dorvelândia, Palestina de Goiás, Perolândia, Santo Antônio da Barra e Turvelândia. Entre esses municípios, as piores posições foram de Palestina de Goiás, com um IDS de 4933,0 na (218ª posição), e o município de Castelândia, com IDS de 4938,6, ocupando a (210ª) em relação aos demais municípios goianos que somavam um total de 246 municípios. Destacou-se que se tratava de um município de pequeno porte, que possuía uma base agrícola pouco diversificada, com data de fundação 16/01/91, originário do município de Rio Verde, fato que pode ter contribuído para o seu baixo desempenho do IDS, já que, devido ao fato de ser relativamente novo, ainda existiam vários problemas que necessitavam de resolução.

Um dos principais problemas dizia respeito ao saneamento básico, principalmente a rede de esgoto tratado nos municípios goianos, demonstrando que os indicadores de saúde e o atendimento dos serviços básicos no Sul Goiano eram um dos grandes desafios que deviam ser atendidos buscando a melhoria para os indicadores sociais. Ressaltou-se, ainda, que à medida em que os gastos com educação eram obrigatórios nas administrações públicas municipais e estadual, houve no Estado uma significativa melhora nos indicadores da educação como o INE.

Conforme a SEPLAN (2006)<sup>55</sup> o Indicador de Nível de Saúde:

examina as condições de saúde no município através de informações que mostram a situação de saúde da população, a infra-estrutura de saúde existente e o esforço para melhorar as condições de saúde. Para o cálculo, consideram-se ocorrências de doenças redutíveis por saneamento e imunização, óbitos por sintomas, sinais e afecções mal definidas (entendido como indicativo de deficiência do atendimento médico), internações hospitalares (exceto obstétricas), estabelecimentos de saúde, leitos hospitalares e cobertura de vacinação nas crianças até um ano de idade.

No Brasil, após a Constituição de 1988, houve uma proliferação na criação de municípios, fato que acabou gerando um problema de divisão da arrecadação e criação de fundos que comportassem os novos gastos com mais Câmaras Municipais, Prefeituras e todos os serviços da autarquia municipal. Por isso, o baixo desempenho desses novos municípios

---

<sup>55</sup> Informações disponibilizadas pela SEPLAN no site: <<http://www.seplan.go.gov.br>>. Acesso em 10 jan.2006.

não deviam ser considerados como um problema apenas de repartição e má administração, pois deviam ser originários dos elevados investimentos feitos para a melhoria dos indicadores sociais, geralmente investimentos de longo prazo de maturação, e que por isso demandavam um período maior para apresentar efeitos positivos o que não foi diferente na região do Sul Goiano.

**TABELA 44 – Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Sudoeste Goiano – 2001**

| MUNICÍPIOS             | População Residente (total) | ICMS (R\$ mil) | IDS     |          | IDE     |          |
|------------------------|-----------------------------|----------------|---------|----------|---------|----------|
|                        |                             |                | Valores | Classif. | Valores | Classif. |
| Aparecida do Rio Doce  | 2.668                       | 630            | 5051,8  | 36       | 5043,4  | 54       |
| Aporé                  | 3.487                       | 3.239          | 5039,8  | 44       | 5069,8  | 33       |
| Caiapônia              | 15.062                      | 2.992          | 5044,6  | 40       | 4992,9  | 111      |
| Castelândia            | 4.277                       | 186            | 4938,6  | 210      | 4975,3  | 140      |
| Chapadão do Céu        | 4.861                       | 8.614          | 5117,6  | 11       | 5402,9  | 1        |
| Doverlândia            | 7.709                       | 2.055          | 4945,5  | 203      | 4987,0  | 121      |
| Jataí                  | 82.025                      | 30.920         | 5133,8  | 7        | 5090,6  | 23       |
| Maurilândia            | 9.815                       | 449            | 5003,9  | 104      | 5036,4  | 62       |
| Mineiros               | 43.067                      | 15.198         | 5094,1  | 19       | 5044,9  | 51       |
| Montividiu             | 8.834                       | 2.103          | 5024,8  | 71       | 5188,1  | 7        |
| Palestina de Goiás     | 3.375                       | 607            | 4933,0  | 218      | 4953,0  | 180      |
| Perolândia             | 3.486                       | 386            | 4970,2  | 169      | 5077,6  | 32       |
| Portelândia            | 4.042                       | 255            | 5008,6  | 96       | 5060,3  | 41       |
| Rio Verde              | 130.211                     | 66.342         | 5132,1  | 8        | 5120,6  | 16       |
| Santa Helena de Goiás  | 35.265                      | 13.743         | 5025,5  | 69       | 5059,7  | 44       |
| Santa Rita do Araguaia | 5.371                       | 1.303          | 5051,8  | 35       | 4982,7  | 126      |
| Santo Antônio da Barra | 4.455                       | 560            | 4965,6  | 179      | 4974,4  | 145      |
| Serranópolis           | 5.725                       | 2.120          | 4970,0  | 170      | 5033,5  | 63       |

**FONTE:** SEPLAN/SEPIN – Gerência de Estudos Especiais

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Os três municípios melhores posicionados da região foram: Jataí, Rio Verde e Chapadão do Céu, respectivamente, conforme na Tabela 44. Entendeu-se que esses municípios foram beneficiados pela intensa ação pública e privada na estruturação dos serviços públicos para o atendimento das demandas dos setores industriais que se instalaram, principalmente na região de Rio Verde e Jataí.

Na medida em que ocorreram investimentos que garantissem a sustentabilidade econômica das atividades rurais e industriais, os efeitos multiplicadores ocorreram também dentro dos setores sociais de uma região.

Os municípios de Rio Verde, Jataí e Mineiros possuíam a maior arrecadação de ICMS do Sul Goiano. Esse imposto era o mais importante para o município, pois constituía uma

fonte direta e de acesso mais rápido para o gerenciamento dos gastos públicos. A ordem foi a mesma apresentada anteriormente sobre a concentração populacional: Rio Verde em primeiro lugar, Jataí em segundo, e Mineiros em terceiro. Com uma arrecadação de R\$ 66.342 (em mil), o município de Rio Verde representava 43,73% da microrregião, em termos de arrecadação do ICMS e 1,67% do Estado de Goiás, com empresas como a COMIGO, Perdigão, Cargill, Frigorífico Margen, Brasilata, Grupo Orsa desenvolvendo também o setor moveleiro e de confecção. Jataí, com uma arrecadação de R\$ 30.920 (em mil), representa 20,38% da microrregião e 0,78% do total do Estado. Estavam instaladas nesse município as empresas Coinbra, Nestlé, Gale Agroindustrial e indústrias do setor de confecção, como a Transa Tom, Com Traje e Interrogação. Com uma arrecadação de R\$ 15.198 (em mil), Mineiros representa 10,02% da microrregião e 0,38% do Estado. Neste município encontravam-se instalados o Frigorífico Estrela e a recém-instalada Perdigão, com previsão de suas atividades para o segundo semestre de 2007. Juntos, esses municípios representavam 74,13% da arrecadação da microrregião do Sudoeste de Goiás.

A arrecadação total da microrregião do Sudoeste de Goiás representava apenas 4,63% do total realizado no Estado de Goiás, em 2001. Coube destacar o fato de que, mesmo com a importância dessa região em termos de produção, ainda existia um problema quanto à participação de regiões com tradição agrícola no montante da arrecadação de ICMS, pois muitas empresas instaladas na região contabilizavam suas rendas fora dela; além do fato de as matérias-primas agrícolas terem baixo valor agregado, o que refletia no valor do produto.

Silva (2005, p.23), sobre Rio Verde:

nas últimas décadas o município tem apresentado um contínuo crescimento econômico, sustentado pelo desenvolvimento de sua agricultura e pela agregação de valor aos produtos agropecuários. Entre 2000 e 2004 o consumo de energia industrial do município triplicou, passando de 50.572 mwh para 175.429 mwh, e a arrecadação de ICMS cresceu 81,6%, alcançando a cifra de 66,3 milhões. Nesse mesmo período, o município de Rio Verde recebeu aporte de investimentos do Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO da ordem de R\$ 198,6 milhões. Os contratos aprovados pelo Produzir – programa de incentivos do Governo do Estado – resultaram em valores próximos de R\$ 800 milhões.

Outro indicador utilizado nas decisões sobre as políticas públicas em Goiás foi o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), que é elaborado pela SEPLAN e divulgado para os municípios goianos. Esse índice foi utilizado para medir a competitividade municipal em relação à economia, e foi construído através de indicadores referentes à infra-estrutura, à

qualificação da mão-de-obra formal, além do PIB *per capita* do município, como já descritos anteriormente.

O IDE dessa região foi negativo em seis dos 18 municípios que a compunham. Os três piores resultados foram apresentados pelos municípios de Palestina de Goiás, que ocupava a 180ª posição; Santo Antônio da Barra (145ª); e Castelândia (140ª). Ressaltou-se que, conforme descrito anteriormente, alguns municípios dessa região tinham se destacado quanto ao seu crescimento econômico. Como foi o caso do município de Chapadão do Céu, que possuía elevado IDS e ocupava a 1ª posição do IDE no Estado, salientando que esse município também possuía o melhor IDH do Estado de Goiás.

O município de Montividiu também ocupava uma importante classificação no IDE do Estado, estando na 7ª posição. Os municípios de Rio Verde e Jataí ocupavam posições mais afastadas, mas estavam entre os trinta primeiros municípios. Rio Verde estava na 16ª posição e Jataí encontrava-se na 23ª. Em nenhum dos dois municípios foram apresentados resultados negativos nos componentes do IDE, sugerindo evolução na infra-estrutura, na qualificação da mão-de-obra formal e no PIB *per capita* da região, o que a longo prazo contribuiria para elevação do IDE desses dois municípios.

Outro fato que devia ser destacado nessa microrregião era que a mesma possuía, segundo estudos da SEPLAN, três municípios dos 15 mais competitivos de Goiás<sup>56</sup>. O município de Rio Verde, ocupava o 2º lugar, devido a sua excelente localização, infra-estrutura tecnológica e avanços na economia através da industrialização; Jataí ocupava o 8º e reunia as mesmas características de Rio Verde; e o município de Mineiros, que ocupava o 10º, pois teve sua atividade econômica elevada após a instalação de um frigorífico bovino em 2003, e destacava-se pela implantação da mais nova sede da Perdigão na região, em 2005. Esses municípios eram polos de desenvolvimento da região e, em muitos aspectos, acabavam por beneficiar o seu entorno, pois estendiam-se as ramificações do agronegócio para os municípios vizinhos, o Estado e em nível nacional.

Outro fator que havia contribuído para o desenvolvimento desses polos foi a implantação das agroindústrias ligadas sempre ao Complexo da Soja. O modelo adotado pela empresa Perdigão, em sistema de parceria, tinha se estendido aos demais municípios. Em Jataí, com a compra de uma empresa tradicional de abate de frangos (Frango Gale), que teve seu controle transferido para a Perdigão; e em Mineiros, com a instalação de um projeto nos moldes de Rio Verde, denominado Projeto Araguaia, que se focava em dois principais

---

<sup>56</sup> O termo “competitivo” que aparece no texto é uma expressão utilizada pelos formuladores e órgãos públicos do Estado e não do autor.

produtos: chester e peru. O investimento total previsto foi de R\$ 510 milhões, sendo que R\$ 240 milhões da empresa e R\$ 270 milhões dos integrados. Estava prevista a geração, na primeira fase, de 400 empregos diretos com previsão de mil, até o final de 2007 e 4.000 empregos indiretos na região de instalação do novo complexo. A previsão de faturamento divulgada foi de R\$ 550 milhões, demonstrando o alto potencial de investimentos na região, quando estiver operando com sua capacidade máxima em 2008.

Na Tabela 45 mencionou-se os dados do ICMS, IDS e IDE para a microrregião Vale do Rio dos Bois. Nessa região, coube destacar a existência dos mesmos resultados negativos já apresentados nos componentes do Indicador de Nível de Saúde e o Indicador de Serviços Básicos da região anterior. Esses indicadores tiveram um peso considerado elevado quando se trabalhava com um conceito amplo de crescimento, pois estavam ligados diretamente à indicadores importantes para o desenvolvimento social de uma região.

Enquanto o Indicador de Nível de Educação e o Indicador da Faixa de Rendimento da Mão-de-obra Formal apresentavam dados positivos, motivados pela atuação da obrigatoriedade de investimentos na educação e pela política de salário mínimo brasileira, garantiam o mínimo na remuneração da mão-de-obra formal na região.

Os municípios que apresentaram uma melhor classificação nessa região são: Paraúna, que ocupa a 20ª posição estadual do IDS e o município de Edealina, 34ª. Constatou-se três municípios na região com o IDS baixo. O pior desempenho foi o do município de Campestre de Goiás, na 190ª posição; seguido do município de Turvelândia, (148ª); e o município de Indiara (140ª).

A região Vale do Rio dos Bois apresentava uma baixa participação na arrecadação do ICMS do Estado, 0,7%. Mesmo os municípios com maior arrecadação tiveram pouca participação no contexto estadual. Coube ressaltar que foram poucos os municípios que apresentaram o complexo agroindustrial com representatividade, o que poderia contribuir para a elevação da arrecadação do ICMS, embora alguns municípios tivessem melhorado sua participação com a instalação e expansão de algumas atividades ligadas ao setor agrícola. No município de Acreúna foi instalada, em 2006, a Coteminas, uma indústria de fiação de algodão, que fabricará fios a serem enviados para outros Estados, para sua transformação em tecidos.

Em Turvelândia, na margem esquerda, se localizava a Vale do Verdão S/A Açúcar e Alcool, maior usina de Goiás (8ª do Brasil) com processamento de 4 milhões de toneladas na safra 2004/2005 e centro do processo dessa integração agropecuária. A unidade sucroalcooleira, além de produzir 4,5 milhões de sacas de açúcar e 160 milhões de litros de

álcool, co-gerava energia elétrica utilizada na produção industrial e na irrigação de 9 mil dos seus 51 mil hectares de cana. A energia era destinada ainda para 13 pivôs centrais que irrigavam 1.312 hectares dos campos de sementes de milho, soja e de sorgo, além dos de produção de soja a ser comercializada no mercado. Ao todo, o grupo possuía 60 pivôs e planta anualmente 37 mil hectares de lavouras de grãos e sementes em todo o Brasil. E estará investindo R\$ 95 milhões na instalação da segunda unidade de produção, no município de Itumbiara que entrará em funcionamento na produção de álcool na safra de 2007 e a fábrica de açúcar que só entrará em operação em 2008.

**TABELA 45 – Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Vale do Rio dos Bois – 2001**

| MUNICÍPIOS          | População Residente (total) | ICMS (R\$ mil) | IDS     |          | IDE     |          |
|---------------------|-----------------------------|----------------|---------|----------|---------|----------|
|                     |                             |                | Valores | Classif. | Valores | Classif. |
| Acreúna             | 20.477                      | 9.583          | 5030,2  | 59       | 5082,8  | 29       |
| Campestre de Goiás  | 3.604                       | 87             | 4960,1  | 190      | 5000,2  | 102      |
| Cesarina            | 6.909                       | 5.143          | 5034,3  | 54       | 5209,0  | 5        |
| Edealina            | 3.682                       | 388            | 5052,6  | 34       | 4986,9  | 122      |
| Edéia               | 10.851                      | 1.114          | 5013,1  | 88       | 5011,6  | 86       |
| Indiara             | 12.828                      | 1.090          | 4988,9  | 140      | 5001,3  | 98       |
| Jandaia             | 6.274                       | 404            | 5015,5  | 85       | 5097,7  | 20       |
| Palmeiras de Goiás  | 18.431                      | 5.507          | 5035,5  | 52       | 5009,5  | 88       |
| Palminópolis        | 3.526                       | 266            | 5004,6  | 102      | 4981,2  | 129      |
| Paraúna             | 11.348                      | 2.949          | 5086,2  | 20       | 5060,3  | 43       |
| São João da Paraúna | 2.099                       | 99             | 5001,6  | 110      | 4980,2  | 133      |
| Turvelândia         | 4.082                       | 1.293          | 4981,0  | 148      | 5184,7  | 8        |
| Varjão              | 3.568                       | 170            | 5020,9  | 78       | 4971,3  | 152      |

**FONTE:** SEPLAN/SEPIN – Gerência de Estudos Especiais

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

A Tabela 45 mostra, ainda, que, dos municípios da microrregião Vale do Rio dos Bois, três apresentavam baixo desempenho com uma variação negativa. As três piores posições foram para os municípios de Varjão (152<sup>a</sup>); São João da Paraúna (133<sup>a</sup>); e Palminópolis (129<sup>a</sup>).

As melhores situações da região foram para o município de Cesarina, que ocupa a 5<sup>a</sup> posição; e Turvelândia, 8<sup>a</sup>. Coube aqui uma ressalva: apesar do município de Turvelândia apresentar uma IDS baixo, na questão do IDE houve uma elevação. Essa conjuntura indicava que, à medida em que esse município conseguisse distribuir os efeitos do crescimento econômico para a sua população, o IDS podia apresentar uma melhora.

Na Tabela 46 encontram-se os dados do ICMS, IDS e IDE dos municípios da microrregião Meia Ponte, composta por 21 municípios. A região apresentava a mesma conjuntura das demais regiões analisadas, com Indicador de Nível de Saúde e Indicador de Serviços Básicos, baixos em quase todos os municípios.

**TABELA 46 – Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Meia Ponte – 2001**

| MUNICÍPIOS         | População Residente (total) | ICMS (R\$ mil) | IDS     |          | IDE     |          |
|--------------------|-----------------------------|----------------|---------|----------|---------|----------|
|                    |                             |                | Valores | Classif. | Valores | Classif. |
| Água Limpa         | 2.335                       | 633            | 4940,6  | 209      | 4979,8  | 135      |
| Aloândia           | 2.198                       | 55             | 5038,6  | 47       | 4959,0  | 171      |
| Bom Jesus de Goiás | 17.491                      | 3.097          | 5024,1  | 72       | 5055,1  | 46       |
| Buriti Alegre      | 8.706                       | 1.620          | 5027,0  | 63       | 5025,1  | 70       |
| Cachoeira Dourada  | 8.537                       | 1.464          | 4976,0  | 161      | 5135,7  | 11       |
| Caldas Novas       | 62.744                      | 8.238          | 5141,7  | 6        | 5088,8  | 24       |
| Cromínia           | 3.793                       | 109            | 5021,4  | 77       | 4954,7  | 176      |
| Goiatuba           | 31.780                      | 7.774          | 5107,7  | 14       | 5087,8  | 26       |
| Inaciolândia       | 5.384                       | 1.015          | 4963,3  | 186      | 4987,1  | 120      |
| Itumbiara          | 84.947                      | 67.569         | 5175,8  | 3        | 5126,3  | 14       |
| Joviânia           | 7.151                       | 820            | 5009,7  | 93       | 5027,8  | 68       |
| Mairipotaba        | 2.269                       | 30             | 5100,1  | 16       | 4993,5  | 109      |
| Marzagão           | 2.184                       | 453            | 5096,6  | 18       | 4978,0  | 137      |
| Morrinhos          | 39.246                      | 8.018          | 5077,7  | 24       | 5038,8  | 59       |
| Panamá             | 2.917                       | 550            | 4993,7  | 126      | 4972,1  | 149      |
| Piracanjuba        | 24.126                      | 2.329          | 4996,0  | 124      | 5002,5  | 96       |
| Pontalina          | 17.130                      | 1.227          | 4992,2  | 129      | 4990,5  | 114      |
| Porteirão          | 2.934                       | 492            | 5026,5  | 64       | 5101,9  | 19       |
| Professor Jamil    | 3.700                       | 100            | 4945,0  | 205      | 4931,6  | 209      |
| Rio Quente         | 2.743                       | 782            | 5253,7  | 2        | 5359,2  | 2        |
| Vicentinópolis     | 6.415                       | 1.437          | 5002,5  | 108      | 5069,8  | 34       |

**FONTE:** SEPLAN/SEPIN – Gerência de Estudos Especiais

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Nessa região, sete municípios apresentam IDS baixo, sendo o pior desempenho para o município de Água Limpa, com IDS de 4940,6, ocupando a 209ª posição no Estado de Goiás. Encontrou-se, também, outros três municípios que mereciam destaque: o município de Rio Quente, que apresenta dados positivos para todos os componentes do IDS, alcançando 5253,7 e ocupando a 2ª posição; o município de Itumbiara, com IDS de 5175,8 na 3ª; e o município de Caldas Novas, com um IDS de 5141,7 na 6ª.

Com relação à arrecadação do ICMS, destacou-se o município de Itumbiara, com uma participação de 62,67% do total arrecadado da microrregião e 1,7% do total do Estado, Neste município estão instaladas as empresas do CAI, tais como Caramuru Alimentos, Pioneer

Sementes, Maeda Agroindustrial e Braspelco. O segundo município em arrecadação de ICMS foi Caldas Novas, de potencial turístico no Estado de Goiás. Em terceiro, vinha Morrinhos, com destaque para agricultura, além de ser considerada a segunda bacia leiteira do Estado. Goiátuba estava em quarto lugar, sediando as instalações da empresa Sementes Selecta. Também instalado em Bom Jesus de Goiás, a Agromen Sementes, empresa que compunha o *pool* agrícola de administração familiar, investiu em 2005, R\$ 5,6 milhões na aquisição de um silo com capacidade para mais de 1 milhão de sacas e já preparava outro silo com capacidade de armazenagem de 300 mil sacas, em sua Unidade de Beneficiamento de Sementes em Campo Alegre de Goiás, cujo investimento previsto será de aproximadamente R\$ 2 milhões para 2006.

Os demais municípios tiveram pouca representatividade quanto ao volume de arrecadação do ICMS do Estado de Goiás, indicando a baixa representatividade dessa região. Ao se analisar o valor agregado dos municípios da microrregião Meia Ponte, calculou-se que a mesma representava apenas 2,7% da arrecadação estadual no ano de 2004.

Os três melhores municípios classificados no IDE da região foram: Rio Quente (2ª posição); Cachoeira Dourada (11ª); e Itumbiara (14ª). Coube ressaltar que nos estudos da SEPLAN sobre competitividade, dois municípios mereceram destaque nessa região: Itumbiara, que foi considerado o 6º município goiano mais competitivo; e Caldas Novas, que ocupa a 9ª posição. A posição de Itumbiara foi destacada no estudo de Rodrigues (2005, p.49), que diz:

[...] o fácil acesso ao Sul e Sudeste do país e também ao sudoeste do Estado, facilitando o escoamento da produção, consiste em uma das principais razões para a instalação de grandes agroindústrias em Itumbiara, favorecendo assim seu acentuado crescimento e desenvolvimento econômico.

Caldas Novas foi um município com um diferencial devido a sua vocação turística o que fez com que seu crescimento se tornasse mais acentuado após a estabilização da economia brasileira, favorecendo o ganho de renda e beneficiando diretamente os setores de prestação de serviços e viagens, conforme pôde ser percebido em estudos que tratavam do tema. Souza (2005, p.68) diz que,

o bom desempenho da economia local é confirmado pelos números de seu Produto Interno Bruto (PIB), o qual em 2002 (última estatística disponível) obteve crescimento nominal de 113,52% em relação a 1999, com valor da ordem de R\$ 343,7 milhões, posicionando-se como a 13ª economia goiana. O PIB per capita que em 1999 era de R\$3.614,00 saltou para R\$ 6.033,00 em 2002, maior, portanto, que a média estadual.

Os dados do ICMS, IDS e IDE da microrregião de Pires do Rio foram apresentados na Tabela 47. Dos nove municípios que compunham essa microrregião, dois tiveram o IDS considerado baixo. São eles: o município de Santa Cruz de Goiás, com um IDS de 4979,1 na 152ª posição; e o município de Orizona (136ª), com um IDS de 4989,9. O município que apresentou o melhor IDS foi Pires do Rio, com 5109,4, ocupando a 13ª posição. Os componentes que mediam o Indicador de Nível de Saúde e Indicador de Serviços Básicos indicaram que a maioria dos municípios teve resultados negativos nestes setores.

**TABELA 47 – Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Pires do Rio – 2001**

| MUNICÍPIOS                 | População Residente (total) | ICMS (R\$ mil) | IDS     |          | IDE     |          |
|----------------------------|-----------------------------|----------------|---------|----------|---------|----------|
|                            |                             |                | Valores | Classif. | Valores | Classif. |
| Cristianópolis             | 3.202                       | 123            | 5034,3  | 55       | 5067,8  | 36       |
| Orizona                    | 13.373                      | 2.079          | 4989,9  | 136      | 5013,2  | 82       |
| Palmelo                    | 2.404                       | 187            | 5066,2  | 28       | 5018,0  | 79       |
| Pires do Rio               | 28.332                      | 12.287         | 5109,4  | 13       | 5087,9  | 25       |
| Santa Cruz de Goiás        | 3.577                       | 292            | 4979,1  | 152      | 4962,6  | 162      |
| São Miguel do Passa Quatro | 3.820                       | 81             | 5031,9  | 58       | 4971,3  | 153      |
| Silvânia                   | 18.791                      | 1.608          | 5009,0  | 95       | 5014,7  | 81       |
| Urutaí                     | 3.243                       | 798            | 5036,8  | 50       | 5032,1  | 66       |
| Vianópolis                 | 12.446                      | 1.462          | 5013,4  | 87       | 5049,3  | 49       |

**FONTE:** SEPLAN/SEPIN – Gerência de Estudos Especiais

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

Essa microrregião apresenta uma reduzida participação na arrecadação do ICMS do estado, representando em seu total apenas 0,48%, com destaque para o município de Pires do Rio, que possuía arrecadação de R\$ 12.287 (em mil).

A microrregião Pires do Rio era formada por nove municípios e possuía uma pequena representatividade econômica quando comparada às demais microrregiões do Sul Goiano. Dos nove municípios, dois possuíam o IDE baixo, são eles: Santa Cruz de Goiás (162ª posição); e São Miguel do Passa Quatro (153ª). Ainda assim, este último foi o único município que se enquadrou dentro do Indicador do Produto Interno Bruto *Per Capita*. O município dessa microrregião melhor colocado no IDE goiano foi Pires do Rio, que ocupou a 25ª posição.

A Tabela 48 apresenta os dados da microrregião Catalão. Essa região era composta por doze municípios que possuíam a mesma diversidade apresentada anteriormente. Os resultados negativos nos Indicadores de Nível de Saúde e Indicador de Serviços Básicos basicamente foram os mesmos apresentados nas microrregiões anteriores.

Ressaltou-se nessa região o comportamento positivo do Indicador do Nível de Educação e o Indicador da Faixa de Rendimento da Mão-de-Obra Formal, indicando que apenas dois municípios possuíam esses indicadores baixos. No caso do INE, os municípios de Campo Alegre de Goiás e Orizona e, no caso de IFRMF, os municípios de Davinópolis e Goiandira. Essa conjuntura positiva nesses dois componentes beneficiaram o IDS da região que tinha apenas três municípios com o IDS considerado baixo. Foram os municípios de Cumari, com 4992,1, ocupando a 130ª posição, Davinópolis com 4973,3 (165ª) e Orizona com 4989,9 (136ª), e o melhor classificado no IDS foi Catalão com 5157,5 (5ª).

**TABELA 48 – Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Catalão - 2001**

| MUNICÍPIOS            | População Residente (total) | ICMS (R\$ mil) | IDS     |          | IDE     |          |
|-----------------------|-----------------------------|----------------|---------|----------|---------|----------|
|                       |                             |                | Valores | Classif. | Valores | Classif. |
| Anhanguera            | 908                         | 124            | 5063,7  | 29       | 5037,8  | 61       |
| Campo Alegre de Goiás | 4.524                       | 2.989          | 5077,0  | 25       | 5137,6  | 10       |
| Catalão               | 69.459                      | 122.610        | 5157,5  | 5        | 5167,7  | 9        |
| Corumbaíba            | 7.233                       | 6.923          | 5032,6  | 57       | 5083,5  | 28       |
| Cumari                | 3.219                       | 943            | 4992,1  | 130      | 4998,8  | 104      |
| Davinópolis           | 2.031                       | 402            | 4973,3  | 165      | 4948,3  | 186      |
| Goiandira             | 4.761                       | 796            | 5035,6  | 51       | 4969,5  | 155      |
| Ipameri               | 23.569                      | 13.008         | 5025,4  | 70       | 5041,9  | 56       |
| Nova Aurora           | 1.969                       | 259            | 5022,1  | 75       | 5279,8  | 4        |
| Orizona               | 13.373                      | 2.079          | 4989,9  | 136      | 4958,9  | 172      |
| Ouvidor               | 4.562                       | 790            | 5059,0  | 32       | 5037,8  | 61       |
| Três Ranchos          | 3.124                       | 74             | 5010,2  | 92       | 5137,6  | 10       |

**FONTE:** SEPLAN/SEPIN – Gerência de Estudos Especiais

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

A arrecadação de ICMS destacou-se no município de Catalão, pois este tornou-se um centro de grandes empresas industriais nacionais e multinacionais, favorecidas pela posição geográfica e pelos incentivos fiscais oriundos do estado e da administração municipal, onde está instalada a Cooperbrás, empresa na área de fertilizantes, uma das maiores exportadoras do Estado. Mendes e Rossi (2005, p.33), ao analisar o crescimento desse município salientaram que,

no período de 2002 a 2004 foram aprovados mais de R\$542,3 milhões em contratos do Produzir, Programa de incentivos do Governo do Estado para as empresas do ramo automotivo, moveleiro e de laticínio, e liberados cerca de R\$ 33,2 milhões do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO).

Outro município que se destacou na arrecadação do ICMS nessa microrregião foi Ipameri, com sua localização estratégica favorável aos investimentos. A proximidade de importantes centros consumidores, especificamente o Triângulo Mineiro, a Região

Metropolitana de Goiânia e o Entorno do Distrito Federal, reduziram os custos de escoamento da produção e incrementaram as oportunidades de negócios. Santos (2005, p.85), diz que

o crescimento do município de Ipameri no ranking da competitividade goiana, saltando do 27º lugar em 2003 para o 12º lugar em 2005, pode ser classificado como de alto desempenho e gerador de novo ciclo de desenvolvimento municipal. Contribuíram decisivamente para esse desempenho os investimentos aportados pelo Programa Produzir no município em 2003, cerca de R\$ 297,1 milhões. Esses investimentos influenciaram fortemente os fatores de dinamismo econômico, principalmente na arrecadação de ICMS, que saltou de R\$ 4,2 milhões em 2002 para R\$ 13 milhões em 2004, incremento de 307%.

Ipameri voltou a ocupar lugar de destaque no cenário econômico de Goiás e trazendo fortalecimento na região do Sul Goiano, notadamente no setor do agronegócio onde estavam instaladas as empresas do CAI, tais como Lago Azul S/A, que atuava nos segmentos de produção de álcool e no processamento de soja. O empreendimento produzia 13 milhões de litros de álcool por ano e 90 mil toneladas/ano de óleo e farelo de soja. Contava também com a Algodoeira Califórnia onde armazenava e processava algodão e a Caramuru Alimentos.

Na microrregião de Catalão quatro municípios possuíam o IDE baixo: Davinópolis, que ocupava a pior posição (186ª); Três Ranchos (172ª); Goiandira (155ª); e Cumari (104ª). Os dois municípios que destacaram-se na região foram Ouvidor (4ª) e Catalão (9ª).

Nos municípios pequenos, o Estado ainda era considerado o principal agente de desenvolvimento. Naqueles que experimentavam crescimento econômico maior, como Catalão e Ipameri, a iniciativa privada ganhava a mesma importância com a chegada de indústrias como a Mitsubishi Motors Corporation, John Deere e Ultrafétil (Grupo Fosfertil).

Ressaltou-se também que o município de Catalão, segundo estudos da SEPLAN, foi o terceiro mais competitivo do Estado. Mendes e Rossi (2005, p.31), ao analisar o crescimento desse município, dizem que:

no aspecto econômico, os destaques ficam por conta da mineração, do comércio e das empresas de grande porte que se instalaram no município nos últimos anos, tais como Mitsubishi Motors Corporation e John Deere. Com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1,09 milhão (2002), quinto PIB goiano, Catalão destaca-se como uma das mais altas rendas média (PIB per capita) entre os municípios goianos mais populosos, R\$ 16.317,00, bastante superior à média estadual, de R\$ 5.922,00. A localização estratégica é outro fator importante para o desenvolvimento do município. Situado na divisa com Minas Gerais e a 248 km de Goiânia, 305 km de Brasília, 657 km de São Paulo e 1.069 km do Rio de Janeiro, o município ganha vantagens comerciais por estar próximo a esses grandes centros econômicos do país e por receber, ainda, os efeitos multiplicadores dos municípios de seu entorno sobre os quais exerce influência como pólo regional.

Em Catalão existiam fatores que tendiam a contribuir para que o IDE fosse melhorado cada vez mais pelos efeitos do crescimento industrial quanto da localização privilegiada.

A microrregião de Quirinópolis tinha seus dados do ICMS, IDS e IDE apresentados na Tabela 49. Essa microrregião era formada por oito municípios, tendo apenas um deles com o IDS classificado como baixo - Itarumã, ocupando a 157ª posição. O município de Quirinópolis, com o IDS de 5129,3 ocupa a 9ª posição.

**TABELA 49 – Goiás: População Residente, 2004, ICMS, Índice de Desenvolvimento Social e Econômico, por municípios da Microrregião Quirinópolis – 2001**

| MUNICÍPIOS     | População Residente (total) | ICMS (R\$ mil) | IDS     |          | IDE     |          |
|----------------|-----------------------------|----------------|---------|----------|---------|----------|
|                |                             |                | Valores | Classif. | Valores | Classif. |
| Cachoeira Alta | 8.667                       | 3.800          | 5005,6  | 99       | 5105,4  | 18       |
| Caçu           | 10.240                      | 3.419          | 5017,8  | 81       | 5024,6  | 73       |
| Gouvelândia    | 3.944                       | 1.111          | 5002,6  | 106      | 5001,1  | 99       |
| Itajá          | 5.842                       | 2.445          | 5029,5  | 61       | 5067,4  | 37       |
| Itarumã        | 5.234                       | 3.350          | 4977,4  | 157      | 4991,7  | 112      |
| Paranaiguara   | 8.558                       | 903            | 5070,6  | 26       | 4988,7  | 118      |
| Quirinópolis   | 37.659                      | 7.866          | 5129,3  | 9        | 5025,1  | 71       |
| São Simão      | 14.812                      | 3.720          | 5059,7  | 31       | 5310,6  | 3        |

**FONTE:** SEPLAN/SEPIN – Gerência de Estudos Especiais

**ORG.:** GONÇALES, C., 2005.

O ICMS da região representava 0,67% do total do Estado, indicando sua baixa representatividade nesse indicador econômico. No município de Quirinópolis, o que possuía maior arrecadação de ICMS, estavam instaladas as empresas Haiala Metalúrgica, Frigorífico Quirinópolis e Cooperativa Agrovale, de importância para o agronegócio na região do Sul Goiano.

Destacou-se que essa microrregião tinha sido beneficiada com a expansão da produção agrícola e industrial do setor sucroalcooleiro, sendo que estava planejada a implantação da Usina São Francisco no município de Quirinópolis, prevista para funcionamento, com sua capacidade total, a partir de 2008. De um total de 40 mil hectares de cana-de-açúcar, 7,5 mil hectares já foram plantados até 2007. O projeto prevê investimento total de R\$ 232 milhões, com geração de 1.250 empregos diretos e muitos outros indiretos.

Dos oito municípios que formavam a região, dois possuíam um IDE considerado baixo: Itarumã e Paranaiguara. O município melhor classificado foi São Simão, que ocupava a 3ª posição. No entanto, de acordo com o estudo da SEPLAN (2005), o município de Quirinópolis foi o que se destacou em termos de competitividade, estando localizado na 15ª posição.

Em síntese, o que se observou nas tabelas das microrregiões que formavam a mesorregião do Sul Goiano foi que ocorreu um baixo desenvolvimento nos índices de desenvolvimento social, seja em municípios menores, ou mesmo naqueles que apresentaram um maior dinamismo no setor agrícola e agroindustrial.

Esse quadro apresentado gerou a necessidade de levar para as microrregiões serviços de saúde especializados, descentralizando os serviços de saúde de referência para as cidades pólos para amenizar os problemas da região.

A ampliação do saneamento básico, principalmente as redes de esgoto, foi uma das principais demandas da região. A expansão industrial verificada em alguns municípios tornou necessária a ampliação da rede de captação de esgoto, aliada ao tratamento. Houve necessidade da realização de campanhas educativas na área de saneamento junto à população, como por exemplo incentivando a coleta seletiva de lixo e a instalação de usinas de reciclagem. Muitos dos indicadores que contribuíram para elevação do Índice de Desenvolvimento Social foram influenciados por políticas públicas estaduais e federais como, por exemplo, o setor de educação, que recebia recursos do FUNDEF e, atualmente, FUNDEB, bolsas para manutenção de crianças na escola, além de programas de universalização da saúde, políticas de saneamento, bem como políticas compensatórias de renda. Essas políticas, se bem aplicadas, podiam gerar condições para que os municípios mais carentes atingissem condições mínimas de desenvolvimento social, além de impulsionar a economia local.

Por outro lado, o processo de crescimento do Sul Goiano tinha reproduzido o quadro nacional de municípios que canalizavam os investimentos, e tornavam-se polarizadores quanto aos processos de crescimento econômico das atividades industriais e rurais, e futuramente também para as atividades de serviços. Isso tinha feito com que alguns municípios goianos passassem por problemas de intensa migração da população local e até mesmo nacional em busca de empregos, o que elevava os custos sociais como moradia, escola, infra-estrutura básica, segurança pública e outras, como foi o caso mais recente do município de Rio Verde. Mesmo com a melhoria de indicadores de crescimento, percebeu-se que esta concentração tinha demonstrado um efeito negativo sobre os demais municípios, pois ao se direcionar os investimentos para alguns municípios, outros acabavam se tornando satélites do desenvolvimento nas outras regiões, e tendo uma baixa representatividade para o Estado, tanto em termos de arrecadação quanto na geração do PIB goiano. Esse processo de concentração demandou políticas públicas para diminuir os efeitos negativos do novo movimento econômico.

Souza (1999) destacou que, apesar da iniciativa privada ser fator fundamental para o crescimento econômico, coube ao Estado o papel essencial na organização do esforço para um desenvolvimento sustentável, regulando crédito e principalmente dotando a região de infraestrutura econômica básica, além das suas funções na oferta de serviços básicos para a população.

Entendeu-se que, apesar das mudanças ocorridas e a diminuição do Estado devido à incorporação de pensamentos neoliberais na economia brasileira, o Estado Brasileiro precisava de ações que fortalecessem as suas políticas públicas de intervenção, e ações diretas para comandar o crescimento, principalmente em Estados como Goiás, que possuem problemas passíveis de solução por meio de ações concentradas em pólos regionais carentes de infra-estrutura básica necessária para suportar o processo de crescimento econômico de longo prazo, atraindo empreendimentos necessários para consolidá-lo como pólo econômico regional.

Os dados apresentados anteriormente demonstraram que era na mesorregião do Sul Goiano que estavam localizados os municípios com melhores indicadores sociais e econômicos. Os efeitos multiplicadores do desenvolvimento das atividades industriais demonstraram que a região foi a mais importante para o Estado de Goiás em termos de produção agrícola e, recentemente, na produção ligada aos setores agroindustriais. Outros setores não tradicionais também tinham se destacado na região, como o caso de municípios como Caldas Novas, Catalão e Itumbiara, conforme já observado.

Na região do Sul Goiano houve uma necessidade de conservação da malha viária, que foram importantes no escoamento da produção agrícola com prioridade para a conclusão de alguns trechos, como entre Chapadão do Céu e São Simão, e entre Montividiu e Caiapônia, grandes produtores de grãos e especificamente da soja. Algumas dessas rodovias cortavam municípios de pouca desinsidade demográfica, mas com grande potencial econômico, tornando fundamental aos agentes públicos.

Para a mesorregião do Sul Goiano havia um projeto de construção de um ramal da Ferronorte que que liga Alto Araguaia (MT) a Uberlândia (MG), passando por Mineiros, Jataí, Rio Verde, Montividiu e Itumbiara, o que possibilitará a interligação com a ferrovia Centro-Atântica, que leva ao porto de Tubarão (ES), e que traria uma nova dinâmica para a região que tinha como base de sua economia o Complexo da Soja, como já visto no cap. 2.

O Complexo Agroindustrial da Soja tem sido o carro-chefe da região do Sul Goiano. Porém, isso não trouxe o crescimento esperado nos Índices de Desenvolvimento Social e

Econômico, mantendo ,ainda, em municípios de grande produção da soja, a pobreza, o desemprego e a concentração de terras.

#### **4.4 Ocupação Agrícola e Impactos Ambientais no Sul Goiano**

A região do Sul Goiano é uma área de ocupação bastante antiga, onde se concentra a maior parte da produção agropecuária do Estado, e que mais recentemente vem se destacando como um pólo de atração de projetos agroindustriais. Estes projetos demandam grande quantidade de matérias-primas, como grãos, frangos e suínos, e levam a um uso mais intenso das terras destes municípios.

A pesquisa para o melhoramento genético das espécies, com o intuito de conseguir variedades mais produtivas, a formulação de produtos químicos mais eficientes para eliminação de pragas, o avanço das técnicas de irrigação e o aprimoramento do maquinário, enfim, todo o conjunto de condições tecnológicas para garantir a eficiência do novo sistema produtivo ocupava, significativamente, parcela da comunidade científica por um longo período.

Em Goiás, a pesquisa agropecuária tinha sido fundamental para a viabilização do cultivo de soja na região, através de programas de pesquisa que tinham a finalidade de adaptar a soja às condições de cerrado, e ganharam impulso a partir de 1975, com as participações da Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (EMGOPA) e com a criação do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, localizado no Distrito Federal (CPAC).

A preocupação com o avanço tecnológico, entretanto, não se compatibilizou com a necessidade de se proceder ao monitoramento dos resultados dessas mudanças no sistema de produção em termos ambientais. Ou seja, as pesquisas, visando à introdução de novas tecnologias nos agroecossistemas, não foram acompanhadas por uma preocupação com a avaliação dos seus resultados, considerando a relação custo-benefício.

Os pacotes tecnológicos importados não se compatibilizaram com os ecossistemas brasileiros e especificamente do Sul Goiano, uma vez que foi desenvolvida em países de clima temperado e a nossa região é predominantemente tropical. Diferenças de solos, radiação solar, regime de chuvas, temperatura e diversidade de espécies foram desconsiderados quando da introdução de técnicas como: adubação química, controle químico de pragas e manejo de solo.

Evidentemente os resultados não foram satisfatórios; ao contrário, resultaram em graves problemas de erosão e destruição dos solos, descontrole de pragas e doenças, desperdício energético e poluição em geral.

No caso dos agrotóxicos e outros agroquímicos o Estado sempre se mostrou condescendente com as corporações agroindustriais no aspecto regulatório do uso e comercialização desses produtos no país, favorecendo o comércio de produtos que, muitas vezes, estão banidos em países industrialmente desenvolvidos. A falta de controle do comércio e a imprudência nos métodos de detecção de resíduos tornaram difíceis o monitoramento ambiental do uso, agravado pelo fato de que as grandes corporações do setor agroquímico lançaram constantemente novos produtos com ingredientes pouco conhecidos.

A maneira de pensar dos produtores de soja sobre o uso de agrotóxicos pareciam estar mudando e ganhando certa autonomia em relação ao discurso das empresas vendedoras, com a influência de outras mediações, incluindo o debate ambientalista em escala global, a que eles tiveram acesso pela massificação televisiva no campo. Os produtores de soja estavam presos num modelo de alta intensidade de capital e insumos químicos. Para agravar a situação, esses produtores foram forçados a continuar investindo cada vez mais para manter o ritmo das inovações desenhadas pelas indústrias, se quisessem permanecer no negócio agrícola.

Esta política trouxe para os cerrados uma agricultura industrializada, um agro ecossistema uniformizado e simplificado para atender aos requerimentos do modelo produtivo: oferecer produtos agroalimentares a um mercado internacionalizado.

A busca para atender prioritariamente o modelo agroexportador, caracterizado pelo processo de modernização da década de 1970, sofreu inúmeras transformações, ou seja, suas finalidades foram se modificando de acordo com as exigências do mercado

Como consequência na paisagem, no espaço, território e portanto na relação ambiente/sociedade a ocupação inadequada de áreas como monoculturas de soja e milho, instalação de granjas de grande porte, produtoras de suínos e aves, trouxeram custos ambientais como erosão, contaminação da água, perda da biodiversidade.

Se do ponto de vista produtivista seus resultados foram incontestáveis, os resultados sociais e ambientais abriram um flanco enorme para críticas e questionamentos de sua manutenção. Alcançou-se com aquele modelo a modernização e especialização econômica da agricultura de grande parte do planeta. Entretanto, além de produzir uma grande marginalização de algumas áreas, agravando a chamada questão regional, criou, além de problemas sociais, problemas ambientais cujas consequências já são amplamente sentidas.

Ortega (1997, p. 324), analisa que o modelo de modernização pautado na Revolução Verde teve como ponto de partida o Pacote Tecnológico baseado em um programa idealizado pelo grupo econômico americano Rockefeller, no início da década de 1940, com o objetivo de contribuir para o aumento da produção e produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas, e resistentes às doenças e pragas.

A mecanização agrícola logo desencadeou o desenvolvimento de fertilizantes artificiais, pois, com a substituição dos animais pelas máquinas, os estrumes deixaram de ser incorporados ao solo, adubando-as naturalmente. As formas tradicionais de agricultura foram substituídas por outras teoricamente mais racionais, em que há um grande emprego de capital no campo.

No Sul Goiano, a mecanização das lavouras foi favorecida pela topografia, resultando no uso de máquinas e equipamentos de última geração em todas as etapas, da semeadura à colheita.

A biodiversidade dessa região e a fragilidade do meio ambiente precisavam ser levadas em conta no momento de se incorporar essas áreas a um modelo produtivo. O próprio processo de agroindustrialização, inclusive de complexos que ligam como o caso da soja juntamente com a produção de farelo para rações de suínos e aves, precisava ser discutido dentro de uma visão mais ampla de sustentação para que fossem minimizados os efeitos negativos do processo em regiões como a que estava sendo pesquisada. De acordo com Silva (2000, p.09),

a sustentabilidade da agricultura é parte fundamental da preservação ambiental, e a exploração deve ser feita de forma racional e sustentável, satisfazendo às necessidades das gerações presentes, mas sem comprometer os recursos naturais para uso das gerações futuras.

No entanto, recentes discussões sobre a globalização ou a reestruturação do sistema agroalimentar mundial incluíram a crise do modelo tecnológico da Revolução Verde, submetido hoje a críticas crescentes por causa dos danos ambientais e sociais por ele provocados.

A questão ambiental aparece como um problema para todos os seres vivos, mas não se deve perder de vista o processo histórico de apropriação privada e diferenciada da natureza, que, com certeza, é um dos elementos principais para a produção do entorno, atualmente tão

comprometido pela sanha do capital e também pela omissão da sociedade civil organizada e não-organizada. Thomaz Júnior (1996, p.369),

[...] a questão ambiental que se põe para o trabalho não é a mesma para o capital. Porém, o capital é capaz de fazer valer sua “leitura” e seu discurso, *equalizando* as contradições, a ponto de a questão ambiental aparecer como importante para ambos (capital e trabalho), na mesma razão de igualdade e que essa unidade de princípios é o fundamento para toda sociedade, sem contudo, por em discussão a apropriação privada e diferencial do *ambiente*.

A dificuldade de perceber a problemática que envolveu a questão ambiental, enquanto sentido de classe, fez emergir uma infinidade de ações e atitudes voltadas para a educação ambiental e/ou similares, que não passavam de medidas pontuais, em sua maioria, sem qualquer compreensão do processo contraditório de apropriação da natureza pelo capital.

Mendonça (2004) diz que não há dúvidas de que houve avanços com a construção de uma “consciência ecológica”, mas há que se tomar cuidado, pois termos como “desenvolvimento sustentado” e tantos outros, alcunhados pelo próprio capital, foram condições essenciais para a sobrevivência do sistema sociometabólico em vigor, que desde idas eras, apropriava-se dos lucros socializando os custos, e isso é legítimo em relação à apropriação da natureza.

O modelo agroindustrial que aí se instalou não prioriza a inclusão social do homem, promovendo assim o êxodo rural, o incremento de favelas nos centros urbanos, a consolidação do subemprego em atividades sem vínculo empregatício, em condições sub-humanas, de sub-escravidão, agregando substancial aumento no custo de vida da região.

Na sociedade, através da geração de renda e trabalho trazida pelas agroindústrias que atraíram grandes contingentes populacionais, agravaram os problemas sociais, tendo em vista a falta de infraestrutura urbana, como saneamento e abastecimento de água.

A crescente substituição da mão-de-obra por máquinas, no decorrente do modelo de modernização adotado, contribuiu para elevar o êxodo rural regional. Uma parcela significativa desta população dirigiu-se para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida e trabalho, enquanto a outra parcela dirigiu-se às fronteiras agrícolas, buscando melhores condições de vida.

O crescimento econômico tinha causado impactos em diversos segmentos sociais e ambientais. Quanto aos impactos sociais, Salim (1986, p. 335) comenta que ocorreu,

a elevação da concentração fundiária, a expropriação de pequenos produtores inclusive de alguns dos que se modernizaram, a redução substancial de ocupações mais estáveis, a elevação da sazonalidade do trabalho e, como consequência, a precipitação de um movimento populacional a partir do campo, responsável por um virtual despovoamento das áreas rurais mais desenvolvidas.

Grandes grupos econômicos investem atualmente na agricultura do Sul Goiano, desmatando vastas áreas para introduzir cultivos que produzam em larga escala para o mercado nacional e internacional como é o caso da soja. O fato é que as monoculturas passaram a ocupar grandes propriedades.

No que tange a questão ambiental – os efeitos negativos do processo de agroindustrialização – Neder e Cleps Jr. (1997, p.222) salientam os seguintes fatos:

existem evidências de que o padrão atual de desenvolvimento agroindustrial (e em particular este que vem se destacando na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba assim como em outras regiões do cerrado central) vem reforçando uma nova polarização entre produtores (os integrados e não-integrados, que são marginalizados desse processo de desenvolvimento) que se sobrepõe e acentua a polarização anterior gerada pela chamada Revolução Verde (entre produtores modernos e tradicionais). Além disso, é provável que populações locais venham sofrendo processos degradativos em suas condições sociais, forçando a um ‘ajuste’ pernicioso que ocorreria caso o ‘modelo’ de desenvolvimento agroindustrial levasse em conta tal dimensão de sustentabilidade (nesse caso, a de equidade).

Tendo em vista esta situação, tornou-se necessário a implantação de um modelo de Gestão Ambiental, tecnicamente formulado, que fosse discutido por toda a sociedade e que visasse sociedades sustentáveis, onde pudessem ser garantidos vários aspectos como criação e implantação de unidades de conservação, incluindo reservas biológicas e reservas extrativistas, para conservação e preservação da biodiversidade; proteção dos rios e cursos d’água com a conservação das nascentes e matas ciliares; recuperação das áreas desmatadas, empregando-se espécies nativas e enriquecimento de espécies frutíferas e espécies ameaçadas, possibilitando o extrativismo sem danos; implantação de projetos de convivência com os cerrados, com base em estudos histórico-antropológico-culturais, protegendo-se a fauna, a flora, os solos e os recursos hídricos, principalmente nas veredas ou baixas, onde se concentram os pequenos produtores; planejamento para delimitação das áreas de desmatamento, mantendo-se os corredores ecológicos de cerrados; desenvolvimento de programas direcionados para a fiscalização e monitoramento do bioma dos cerrados; aumento da porcentagem de reservas legais nas propriedades agrícolas; desenvolvimento de programas de educação ambiental com treinamento e fornecimento de equipamentos nas escolas; e

criação de banco genético como reserva de germoplasma de espécies dos cerrados, com o objetivo de desenvolver sementes e mudas para o fomento de recuperação dos cerrados.

Nesse contexto, os impactos ambientais gerados a partir dessa modificação, seja ela nos modos de produção ou na reestruturação do espaço geográfico, passaram a ser cada vez mais crescentes. E, de certa forma, os agentes responsáveis – ação antrópica, principalmente – quase o desprezaram, na busca insaciável da superprodução, a qual encontrava-se alicerçada em uma gama de incentivos (governamentais, financeiros, entre outros) que incentivam esse novo modo de transformação do espaço geográfico do Sul Goiano.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A tese principal foi a de que os recursos públicos, aplicados em grande monta, no período da ditadura militar, provocaram profundas mudanças na pauta produtiva do Sul Goiano, em especial, com a inserção do cultivo da soja. Esse fato confirma nossa hipótese básica de um modelo concentrador em que ocorreram grandes transformações na estrutura fundiária, na dinâmica socioeconômica, nas relações de produção e trabalho, e na dinâmica da população regional, atraindo para a região as agroindústrias para a montagem do chamado complexo soja.

No início, pensava-se em fazer uma pesquisa abrangendo todo o estado de Goiás para observar como se dava a relação de produção da soja. No entanto, resolveu-se por estudar a mesorregião do Sul Goiano por esta concentrar mais de 90% da produção de soja de Goiás. Nesta região encontra-se a maior produção de grãos do Estado e apresenta uma infra-estrutura socioeconômica expressiva, maior arrecadação tributária e aporte de recursos financeiros públicos.

A atuação do Estado na agricultura teve um forte impulso por meio das instituições de crédito e das políticas de desenvolvimento regional, inicialmente através do Crédito Rural, em fins da década de 1960. Posteriormente, no âmbito do I PND, com o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-Oeste (PLADESCO) e, também, no II PND, com o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO). Esses planos contribuíram para a modernização da agropecuária, a implantação da atividade agrícola de plantio da soja com alto padrão tecnológico, como, promoveu a diversificação das estruturas produtivas e ampliação da infra-estrutura energia, saneamento e transporte.

Após o ano de 1970, a agricultura do Sul Goiano teve acelerado o seu crescimento, marcada pela diversificação de cultivos e pela disponibilidade de recursos creditícios que permitiram o uso mais intensivo de insumos modernos (sementes fiscalizadas, adubos e defensivos químicos) e de mecanização.

Na década de 1980, o incentivo oficial à produção agrícola perdeu vigor e os recursos disponibilizados pelo Crédito Rural foram reduzidos significativamente. Como formas compensatórias, foram instituídos novos mecanismos de financiamento, a exemplo do PGPM, FCO, BNDES, etc., que disponibilizaram recursos provenientes do governo federal. Dessa forma, o Sul Goiano continuou crescendo sob forte contribuição do setor público, como o FOMENTAR e, mais recentemente, o PRODUZIR.

Teve início, também, nessa década, a presença do migrante, basicamente do sulista, transformando a agricultura regional, com maior experiência na atividade e agricultura empresarial, com do uso de insumos modernos e tecnologias.

A expansão da área plantada, e o aumento produtividade média da soja nas terras de cerrado foram acompanhadas, a partir do início da década de 1980, pelas agroindústrias que instalaram suas unidades de esmagamento e refino em Rio Verde. Esse fenômeno consolida definitivamente a integração econômica da mesorregião do Sul Goiano à nova divisão internacional do trabalho do período técnico-científico, comandada pelos grandes oligopólios transnacionais.

Nos anos 1990, a valorização cambial e a abertura comercial expuseram negativamente o aparelho estatal nacional à concorrência internacional, impondo alterações nas políticas regionais de desenvolvimento e em políticas estatais de âmbito nacional, como o Crédito Rural, inclusive.

Contudo, o grande complexo do setor da soja havia sido formado, bem articulado com os agentes econômicos e político-institucionais, mantendo um estreito vínculo entre as instituições que o compõem, tanto a montante como a jusante do setor agropecuário. A articulação desse complexo, nos últimos anos, tem permitido também um crescimento de atividades integradas à cadeia produtiva de carnes.

O complexo carne, ligado ao complexo de grãos, foi outro segmento que emergiu na região, devido à atratividade da redução de custo provocada pela produção local, tanto na utilização do farelo de soja como, mais recentemente, a implantação das fábricas de ração, tornando-se o principal aspecto de competitividade para a expansão da cadeia da soja. Um dos fatores que motivaram a implantação desse complexo foi os incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Estadual e local, no caso de Rio Verde.

Para compreender a dinâmica desse complexo, buscaram-se compreender a estrutura de produção de soja, notadamente os tipos de produtores - o produtor empresarial/grande produtor e os pequenos e médios produtores. O que mais chamou a atenção foi a de que os pequenos e médios produtores possuem uma diversificação produtiva mais abrangente do que os produtores empresariais. No entanto, isso não indica que não estejam subordinados ao chamado “agronegócio”, pois, em sua maioria, dependem da soja enquanto cultura mais rentável.

Neste sentido, as novas estratégias utilizadas pelas empresas líderes do setor agroindustrial apresentam alguns elementos que merecem maior atenção. Essas empresas sempre recorreram ao pequeno e médio produtor, através de contratação mais ou menos formal, para o fornecimento de matéria-prima. Principalmente na Região Sul do país, essa relação com a agroindústria permitiu aos pequenos e médios produtores um razoável nível de tecnificação. A literatura apontava para uma relação histórica entre agroindústria e pequeno produtor. As estratégias da Perdigão em Rio Verde, Jataí e Mineiros mostram que parece estar se consolidando um novo padrão de relacionamento das agroindústrias com a agricultura, priorizando agora produtor empresarial/grande produtor como fornecedor (ou “parceiro”). Essa não é, portanto, uma mera questão de realocação de recursos/investimentos entre as regiões. Está em jogo não somente o destino dos agricultores pequenos e médios da região como também os do Sul do país. Essa questão remete a uma (re) discussão do modelo de desenvolvimento rural.

Os grandes investimentos da modernização agrícola foram realizados pelos grandes e médios produtores. Neste processo é importante destacar a utilização de tecnologia de ponta para desenvolvimento de pesquisas científicas como Embrapa, COODETEC entre outras; para cultivar e para beneficiar o produto. Estes são os fatores fundamentais que, unidos ao apoio do governo do estado, explicam os ganhos de produtividade e qualidade, principalmente no cultivo de grãos.

Outro dado importante na pesquisa foi que apesar de ter havido um grande aporte de recursos na região, contribuindo para o seu crescimento econômico, este não promoveu desenvolvimento social. Pudemos verificar a concentração fundiária, o crescimento da população urbana junto aos indicadores de desenvolvimento social. Assim, a realidade socioespacial contraditória do Sul de Goiano se configura, por um lado, pelo sucesso das safras agrícolas, por outro, se materializa a pauperização das populações do entorno e a falta de infra-estrutura básica para as populações das cidades e do campo.

Há fortes evidências que, se prevalecer somente os interesses do grande capital, o novo impulso de crescimento experimentado pelo Sul Goiano poderá acentuar, ainda mais, as desigualdades sociais. Ao que tudo indica, pelo menos no que se refere à agricultura, os beneficiários deste processo são os mesmos que se beneficiaram com a modernização e introdução da cultura de grãos em grande escala. Os pequenos (e inclusive parte do segmento de médios produtores), por sua vez, continuarão marginalizados dos processos de modernização e de crescimento.

Em relação aos movimentos sociais, os assentados da Reforma Agrária na região estão sufocados pelo agronegócio, que dita as regras de mercado, entram no sistema como rentistas, na esperança de um dia produzirem soja a partir dos próprios recursos.

A forma específica em que se dá a produção de soja, vista na esfera fundiária das relações de produção, é o arrendo, já que na região não existe mais uma oferta de terras agricultáveis para venda e essa está sendo usada como reserva de valor. A concorrência com outras culturas, como a cana-de-açúcar, que demanda áreas extensas, tem feito com que o preço do arrendamento seja elevado.

Portanto, o desenvolvimento econômico não garante um desenvolvimento social. A melhoria nos indicadores sociais só é possível mediante aumento e melhor distribuição da renda, situações que, se não forem observadas, podem limitar os efeitos de políticas de desenvolvimento regional. Pensar o desenvolvimento é pensar qualidade digna de vida para a maioria da população por meio de uma distribuição justa de renda, saúde, segurança, educação, moradia, transporte, entre outras. Ficou claro que a consolidação do complexo soja ocorre de maneira diferenciada em alguns municípios onde o ciclo se completa, nos municípios de Rio Verde e Jataí no Sudoeste Goiano.

As principais mudanças socioespaciais da região são de ordem técnica e econômica e tiveram reflexos nas relações agricultura-indústria, como a formação de mão-de-obra técnica para o campo e cidade, aumento do rebanho de aves e suínos, o surgimento de associações de produtores, o fortalecimento da cultura do trabalho industrial, o surgimento de novos bairros nas cidades, novas indústrias, incremento do comércio e dos serviços locais, geração de novos postos de trabalho, entre outros.

Enfim, apesar das sucessivas crises com a soja (ocorrido com as alterações nos preços de mercado) o produtor de soja se mantém fiel à especialização da cultura, não tendo grande interesse em migrar para outras atividades, como a cana-de-açúcar, considerada como novo *boom* da região. Esta nova opção fica destinada, portanto, para o produtor descapitalizado e sem infra-estrutura, que passa a arrendar suas terras para as usinas.

É fundamental salientar ainda que o modelo atual em curso, com a transformação dos Cerrados em monocultura de grãos ou cana-de-açúcar, tende a continuar impulsionando o movimento de agroindústrias para o Sul Goiano e, conseqüentemente, a intensificar os problemas sociais oriundos do modelo de modernização agrícola adotado no país.

A produção agrícola implantada na região busca, agora, atender os novos requisitos do mercado que, além de cobrar a eficiência econômica, demanda cada vez mais produtos com especificidades próprias, acabando por impor aos pequenos e médios produtores e produtor empresarial/grande produtor, uma subordinação, cada vez mais ampliada. Assim, o mercado, empresas, organizações, enfim, toda a malha do complexo e suas interligações, a montante e a jusante, no processo produtivo, alteram a forma de produzir.

As transformações socioeconômicas desencadeadas pela modernização agrícola e, principalmente, pela recente expansão agroindustrial no Sul Goiano, constituem um fértil e instigante campo para pesquisas científicas. Se por um lado, a extensa e rica literatura sobre o tema pode auxiliar na compreensão das dinâmicas socioeconômicas em curso na região, por outro lado, pesquisas empíricas que procuram realçar as especificidades deste processo podem lançar novas perspectivas e olhares sobre o tema.

## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

ABIOVE. Disponível em: <<http://www.abiove.com.br/infor.html>>. Acesso em: 29 ago. 2005.

AFONSO, A. D. L. Implantação de unidade de armazenamento em propriedades agrícolas. **Grãos Brasil**, Maringá, n.13, p.29-31, mar. 2004.

AGRIANUAL 96. **Anuário Estatístico da Agricultura Brasileira**. São Paulo: FNP Consultoria e Comércio, 1996. 392 p.

ALVARENGA, O. M. Agrobusiness e agroceutical: dois seminários. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 set. 2000.

ANDRADE, M. C. de. **A modernização e a pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Unesp, 1994.

ANDRADE, M. C. **Espaço, Polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Atlas, 1987.

ARAÚJO, P. F. C. de.; ALMEIDA, A. de. Financiamento de agricultura no Brasil: da crise do crédito barato á perspectiva de um novo modelo. In. TEIXEIRA, Erly C.; VIEIRA, Wilson da C. (edit.). **Reforma da política agrícola e aberta econômica**. Viçosa: UFV, 1996. p. 161-81.

BACHA, E.L. Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 585-628, dez. 1979.

BANCO DO BRASIL (BB). **Análise do desempenho e demonstrações contábeis**. 2003. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portal/ri/ra/dwn/BBAnalyze.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2005.

BANCO DO BRASIL (BB). **Relatório Anual e de Responsabilidade Socioambiental**. 2003. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portal/ri/ra/dwn/BBRelAnual.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2005.

BANDEIRA, A. J. P. **Políticas públicas e modernização agrícola em Goiás (1970-1999)**. 1999. 178f. Dissertação (Mestrado) – IPUR, Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil – uma nova potência regional na economia – mundo**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil S.A., 1993.

BENKO, G. **La Ciência Regional**, Bahia-Blanca, Universidad Nacional del Sur, 1999.

BENKO, G.; LIPIETZ, A. **Làs Regiones que Ganan**. Valencia, Generalitat Valenciana, 1995.

BERTRAND, J.P.; LAURENT, C.; LECLERC, V. **O mundo da soja**. Trad. Lolio Lourenco de Oliveira. Sao Paulo: HUCITEC, 1987. 139p.

BOISIER, S. E. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo R. **Economia regional: teoria e métodos de análise**. Fortaleza, BNB/ETENE, 1989.

BOUDEVILLE, J. R. **Problems of regional economic planning**. Edinburgh, Edinburgh University Press, 1966.

BOURDIEU, P. A procura de uma sociologia da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática. 1983a. p. 7-36.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática. 1983b. p. 46-81.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **FCO Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste**. Brasília: Banco do Brasil, 2000.

BRUNEAU, M.; IMBERNON, J. M. Le système agro-industriel et l'agriculture contractuelle dans la campagnes du Tiers Monde. *L'éspace/Géographique*, Paris, n. 3, p. 211-222, 1980.

CALAÇA, M.; RODRIGUES, A.P.C. A questão da terra em Goiás: uma metodologia para análise espacial e territorial da distribuição da terra. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia. **Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a Geografia no século XXI**. Goiânia, GO: AGB: IESA/UFG, 2004. 1 CD-ROM.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)**. 2. ed. rev. aum. Campinas, SP: Unicamp-IE, 1998.

CANZIANI, J.R. **Complexo soja: os desafios do setor no Brasil**. Óleos & Grãos. São Caetano do Sul, v.5, n.26, p.56-57, set/out.1995.

CARDOSO, J. L. Política de crédito rural: retrospectiva e tendências de um novo padrão de financiamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 1997. p. 186-197.

CARGILL AGRÍCOLA. Disponível em:  
<<http://www.cargill.com.br/asp/system/empty.asp?P=1&VID=default&SID=607024316547971&A=,setattribute:sess:popupHome:N&S=1&C=34470>> Acesso em: 7 ago. 2005.

CASTRO, A. C.; FONSECA, M. G. D. **A Dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste**. Brasília: IPEA, 1995. 220p. (Série IPEA; n. 148).

CAZENEUVE, J. **Dix grandes notions de la sociologie**. Paris: Seuil, 1976. (Collection Points: Série Essais, n. 75).

CLEPS JR., J. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998. 291f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n. 3, jul/ago/set 2001.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Número e capacidade estática dos armazéns cadastrados por espécie e região - 2005**. Brasília: MAPA, 2005. Disponível em <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2005.

Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). **Relatório por Município do Estado de Goiás - 2005**. Goiânia, 2005.

CORADINI, O. L. Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. In: CORADINI, O. L. FREDERICQ, A. (Org). **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Coleção Agricultura e Sociedade).

COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C. (Coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira: competitividade na indústria de óleos vegetais**. Campinas, SP: Unicamp-IE; Rio de Janeiro: UFRJ/FDC/FUNCEX, 1993.

COUTO, F. A. D' A.; MONTEIRO, J. de A. O cluster de Grãos na Região de Rio Verde no sudoeste de Goiás. In: HADDAD, P. R. (Org.) **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional na Brasil: estudo de cluster**. Brasília: CNPq/EMBRAPA, 1999.

CUNHA, J. M. P da. **A migração no Centro-Oeste Brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2002.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard Univ., 1957.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas, SP: Unicamp : Ícone, 1985.

DELGADO, N. G. Política econômica ajuste externo e agricultura. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 15-52.

DINIZ, M. S. Monsanto lança contratos de opção de milho a preços superiores aos do governo. **Gazeta Mercantil**, caderno interior paulista, São Paulo, maio 2000. p. 6.

DUARTE, L. M. G. **Capitalismo e cooperativismo no R.G.S: o cooperativismo empresarial e a expansão do capitalismo no setor rural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: L & PM/ANPOCS, 1986.

DUARTE, M. Armazenagem. **Panorama Rural**, São Paulo, n. 46, p.31-45, dez. 2002.

DUFUMIER, M. Les projets de développement agricole – **Manuel d'expertise**, Paris: CTA-Karthala, 1996.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**. São Paulo: Edusp, 2003.

EMBRAPA SOJA. **Tecnologias de produção de soja** – Região Central do Brasil, 2004. Londrina, PR, 2004.

ESPECIAL. Grandes desafios brasileiros: Goiás mostra sua força. **Isto é Dinheiro**, São Paulo, ed. 213-b, 21 set. 2001.

ESTEVAM, L. A. **O tempo de transformação**: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás. Goiânia: Ed. Autor, 1998.

FAVARET FILHO, P.; PAULA, S. R. L. de. Um estudo da integração a partir do Projeto Buriti, da Perdigão. **BNDS Setorial**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 123-134, mar. 1998.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 19-48. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 92).

FIBGE - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil, 2000; <http://www.sidra.ibge.gov.br.abril/2004>.

FIBGE. **Censo Agropecuário 1995-1996, Nº 25 – Goiás**. Rio de Janeiro, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Agropecuária 1998.

FRIEDMANN, J. **Regional development policy**: a case study of Venezuela. Cambridge, M.I.T. Press, 1966.

FÜRST, D.; KLEMMER, P.; ZIMMERMANN, K. **Política econômica regional**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982.

FURTADO, C. **A pré-revolução brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. (Série Perspectivas do Nosso Tempo, v. 2).

GARCIA FILHO, D. P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários**: guia metodológico: [Brasília: FAO/INCRA, 1995]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao/Guia%20Metodologico.zip>>. Acesso em: 25 out. 2005.

GIARRACCA, N. Complejos agroindustriales y la subordinación del campesinato. Algunas reflexiones y el caso de los tabacaleros mexicanos. **Estudios Rurales Latinoamericanos**, Bogotá, v. 8, n. 1, p. 21-39, ene./abr. 1985.

GOIÁS. Secretaria da Fazenda do Estado. **Relatório das atividades do FOMENTAR**. Goiás, 1999.

GOIÁS. Secretaria de Planejamento do Estado. 2006. Disponível em: <[www.seplan.go.gov.br](http://www.seplan.go.gov.br)>. Acesso em : 10 jan. 2006.

GOIÁS. Secretaria de Planejamento do Estado. **Ranking dos municípios goianos**: 2005. Goiânia: SEPLAN, 2005.

GONÇALES, C. **Reflexões sobre a importância da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda (COMIGO) no desenvolvimento da Região de Rio Verde – GO**. 2001. 164f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRÃOS BRASIL. **Opção de armazenagem**. Grãos Brasil, Maringá, n. 11, p. 4, set. 2004. [Informe de empresa]

GRAZIANO DA SILVA, J. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. O agrário paulista. **Revista da Fundação SEADE**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 2-10, jul./set. 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1963.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. Mudanças na distribuição espacial da produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 19, p. 219-273, jun. 1999.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. A.; QUEDA, O. **Inovações tecnológicas e transformações recentes na agricultura brasileira**. Piracicaba: ESALQ, 1985. Relatório de Pesquisa FINEP/FEALP/ESALQ/USP.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico do Brasil. Rio de Janeiro: 1960,1970,1980,1991, 2000 e Contagem Populacional, 1996.

INCENTIVO atrai empresas a Goiás. **O Popular**, Goiânia, 30 jun.2005. Suplemento Alta Produção e Competitividade, p.10.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil, 2000**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Agropecuários 1995/96: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul**. Rio de Janeiro : IBGE, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Agropecuários 1970, 1980 e 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Unidade Estadual – GO, GCEA – GO, Supervisão Estadual de Pesquisas Agropecuárias, LSPA. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 mar. 2005.

JOHNSTON, B. F.; KILBY, P. A transformação estrutural. In: **Agricultura e transformação estrutural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. Cap. 2, p. 51-91.

KAGEYAMA, A. A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. C.; VILLA VERDE, C. M. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. 2. ed. Brasília: IPEA, 1996. Cap. 2, p. 113-223. (Série IPEA; n. 127).

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução, São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Coleção “Os Economistas”).

LAZZARINI, S. G.; NUNES, R. **Competitividade do sistema agroindustrial da soja**. São Paulo: PENSA/USP, 2000.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a imigração. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. v. 2, p. 89-114. (Série Estudos Econômicos e Sociais; n. 4).

LEITE, T. de S. Dinamismo agroindustrial e desenvolvimento regional em Goiás. **Estudos**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 25-41, jan./mar. 2000.

LIEBHARDT, M. E. **O sistema cooperativo agrícola brasileiro: comercialização, integração vertical e crédito**. Brasília: CFP, 1982. (Coleção Análise e Pesquisa; v. 23).

LIFSCHITZ, J. E.; PROCHNIK, V. **Observações sobre o conceito de complexo agroindustrial**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, 1991. (Texto para Discussão; n. 260).

LUNAS, D. A. L. **O sistema de comercialização da soja na Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano – COMIGO**. 1996. 48f. Monografia (Especialização em Economia Agrícola) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MARAFON, G.J. Industrialização da agricultura e formação do complexo agroindustrial no Brasil. Rio de Janeiro. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-21, jun. 1998.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 25-81, 1991.

MARTINE, G.; BESKOW, P. R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.). **Impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987. p. 19-39.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

MARTINS, J. de S. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo; Pionier, 1975.

MATA, M da; CARVALHO, E. W. R. de; SILVA, M. T. L. L. C. e. **Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

MATA, M. da. Urbanização e migrações internas. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. v. 2, p. 807-844. (Série Estudos Econômicos e Sociais; n. 4).

MATTOS, C. A. **Paradigmas, modelos y estrategias em la pratica latinoamericana de planificacion regional**. Santiago de Chile, ILPES, 1988.

MENDES, C. E. S.; ROSSI, M. A. Catalão: a localização estratégica é o seu diferencial. In: GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado. **Ranking dos municípios goianos: 2005**. Goiânia: SEPLAN, 2005.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457f. Tese (Doutorado em Geografia - Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP.

NEDER, H. D.; CLEPS JR., J. Agroindústria e sustentabilidade. In: SHIKI, S.; SILVA, J. G. da; ORTEGA, A. C. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

NEVES, D. P. **Modernização da agricultura: convergência de interesses**. *Cadernos do ICHF*, Niterói, n. 35, p. 1-29, nov. 1990.

NIJKAMP, P.; MILLS, E. S. Advances in regional economics. In: NIJKAMP, Peter. **Handbook of Regional and Urban Economics**. Amsterdam, Elsevier Science Publisher, 1986.

OLIVEIRA, F. A. **Crise, reforma e desordem do Sistema Tributário nacional**. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

OLIVEIRA, T. C. M de. Agroindústria e Reprodução do Espaço: O caso soja no Mato Grosso do Sul. p. 217. USP. São Paulo, 1993. In: RIZZI, A. T.; PAULA, N. M de. **Reestruturação da Indústria Agroalimentar: o caso do complexo soja**. Curitiba: UFPR, 1997. (Texto para Discussão n.15).

ORTEGA, A. C. Meio Ambiente e Representação de Interesses na Agricultura do Cerrado Mineiro. In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J., ORTEGA, A. C. (Org.) **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

OTAMAR de CARVALHO, J. (Coord.). **Revisão das estratégias de desenvolvimento do Centro-Oeste: Relatório Final**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1998. Mimeografado.

PANZUTTI, R. **Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo: caso da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia**. São Paulo, SP: ICA, 1997. (Série Estudos e Pesquisa; 1/97).

PASCHOAL, J. A. R. **O papel do Fomentar no processo de estruturação industrial em Goiás (1984-1999)**. 2001. 125f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

PASTORE, A.C. **A resposta da produção agrícola aos preços no Brasil**. São Paulo: APEC, 1973. (Série de Agricultura).

PERROUX, F. Note sur la notion de pôle de croissance. **Economie Appliquée**, Paris, n. 1-2, jan./jun. 1955.

PINTO, L. C. G. **Notas sobre política agrícola e crédito rural**. Campinas: UNICAMP, 1981. (Convênio Fundação FORD/UNICAMP).

PIORE, M.; SABEL, C. **The second industrial divide**. New Cork, Basic Books, 1984.

POLÈSE, M. **Economia urbana y regional**: introducción a la relación entre território y desarrollo. Cartago, LUR / BUAP / GIM, 1998.

RELATÓRIO do Conselho de Administração da COMIGO. **Informe COMIGO Especial**, Rio Verde, 2005.

RETROSPECTIVA AGROPECUÁRIA. São Paulo: FGV, fev. 1990.

REZENDE, G. C. de. **A política de preços mínimos e desenvolvimento da região Centro-Oeste**. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2002 (Texto para Discussão n.870).

REZENDE, G. C. de. Política de crédito rural e expansão agrícola dos cerrados. In: Gasques, J. G.; Conceição, J. C. P. R. da (Org.). **Transformações da agricultura brasileira e políticas públicas**. Brasília, IPEA, 2001.

RICCIARDI, L. **Cooperativismo**: uma solução para problemas atuais. Vitória: OCEES/OCB/FFN. 1990.

RICHARDSON, H. W.; TOWNROE, P. M. Regional policies in developing countries. In: NIJKAMP, Peter. **Handbook of regional and urban economics**. Amsterdm, Elsevier Science Publisher, 1986.

RIQUEZA cresce no interior e revela pólos de desenvolvimento. **Revista Economia & Desenvolvimento**, Goiânia, n. 21, p. 10-13, out./dez. 2005.

RODRIGUES, A. D. Itumbiara: maior exportador goiano. In: GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado. **Ranking dos municípios goianos**: 2005. Goiânia: SEPLAN, 2005.

RODRIGUES, R. **Cenário agropecuário brasileiro**. Porto Alegre: Canal Rural, out. 2004.

ROESSING, A. C.; SANTOS, A. B. de. **Descrição sucinta da cadeia produtiva da soja na região sul do Brasil**. Londrina: EMBRAPA, 1997.

ROESSING, A.C.; GUEDES, L.C.A. Aspectos econômicos do complexo soja: sua participação na economia brasileira e evolução na região do Brasil Central. In: ARANTES,

N.E.; SOUZA, P.I. de M. de. (Ed.). **Cultura da soja nos cerrados**. Piracicaba: POTAFOS, 1993. p.1-69. Uberaba, 1992.

ROURA, J. R. C. Planteamientos y teorías dominantes sobre el crecimiento regional en Europa em las cuatro ultimas décadas. **Revista EURE**. Santiago de Chile, vol. XXI, n. 63, 1995.

SALIM, C. A. As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. **Caderno de Difusão Tecnológica**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 297-342, maio/ago. 1986.

SANDERS, J. H.; RUTTAN, V. W. Biased choice of technology in brazilian agriculture. In: BINSWANGER, H. P.; RUTTAN, V. W. (Ed.). **Induced innovation: technology, institutions, and development**. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1978. p. 276-296.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, HUCITEC, 1999.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis, Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, P. C dos. Ipameri: um novo ciclo de desenvolvimento. In: GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado. **Ranking dos municípios goianos: 2005**. Goiânia: SEPLAN, 2005.

SANTOS, R. F. O processo de modernização da agricultura brasileira: um teste da hipótese da inovação induzida. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 14., Brasília, 1986. **Anais...** Brasília, DF: ANPEC, 1986.

SCOPINHO, R. A. Desenvolvimento e cidadania. In: SCOPINHO, R. A.; VALLARELLI, L. (Org.). **Modernização e impactos sociais: o caso da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto**. Rio de Janeiro: Fase, 1996. p. 13 - 20.

SHIKI, S. Sistema agroalimentar nos cerrados brasileiros: caminhando para o caos?. In: SHIKI, S., GRAZIANO DA SILVA, J., ORTEGA, A C. (Org.) **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997. p. 135-165.

SILVA, E. B. da. Rio Verde: no caminho do desenvolvimento sustentável. In: GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado. **Ranking dos municípios goianos: 2005**. Goiânia: SEPLAN, 2005.

SILVA, S. P. da. **Determinantes da adoção de tecnologia “plantio direto” na cultura da soja em Goiás**. 2000. 80f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2000.

SINGER, P. I. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. v. 2, p. 211-244. (Série Estudos Econômicos e Sociais; n. 4).

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SOUZA, C. C. B de. Caldas Novas: calor das águas aquece a economia. In: GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado. **Ranking dos municípios goianos**: 2005. Goiânia: SEPLAN, 2005.

SOUZA, N. de J de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

STEINBERGER, M. Política de desenvolvimento regional: uma proposta para debates. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, FGV, v. 22, n. 2, abr./jun. 1988.

STÖHR, W. B. & TAYLOR, D.R. F. **Development from above or below. The dialectics of regional planning in developing countries**. Chichester, John Wiley and Sons, 1981.

STORPER, M. **The regional world**: territorial development in a global economy. New York, The Guilford Press, 1997.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana**: uma contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1996. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

TIEBOUT, C. M. Exports and regional economic growth. In: FRIEDMANN, John & ALONSO, William. **Regional development and Planning**: a reader. Cambridge, M.I.T. Press, 1969.

VARSANO, R. **A guerra fiscal do ICMS**: quem ganha e quem perde. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão; n. 500).

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo**. Madrid, Ed. Pirâmide, 1988.

WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.

WARNKEN, P. A influência da política econômica na expansão da soja no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, n.1, jan./fev./mar.1999.

WEDEKIN, I. Reestruturação Competitiva do Agribusiness. **Agroanalysis**, dez.1994.

**ANEXOS**

**ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA A PESQUISA  
SOCIOECONÔMICA:  
CARACTERÍSTICA DO SOJICULTOR DO SUL GOIANO**

( ) PRODUTOR EMPRESARIAL/GRANDE  
PRODUTOR

( ) PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR

**IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DA ENTREVISTA:**

Número de Entrevista

- MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_
- DATA DA ENTREVISTA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2005
- NOME DO ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_
- HORÁRIO DE INÍCIO: \_\_\_\_\_ TÉRMINO: \_\_\_\_\_
- RESULTADO DA ENTREVISTA: ( ) Entrevista realizada  
( ) Domicílio fechado  
( ) Recusa  
( ) Outra

Visto de Conferência/  
Supervisor de Campo

Entrevista não realizada por outra razão, especificar: \_\_\_\_\_

- Local de realização da entrevista: ( ) Cidade ( ) Propriedade Rural

**1ª Parte - IDENTIFICAÇÃO**

**1 - Proprietário:** \_\_\_\_\_

**2 - Endereço da propriedade:** \_\_\_\_\_

**3 - Denominação da Propriedade** \_\_\_\_\_

**4 - Localidade:** \_\_\_\_\_ **5 - Município:** \_\_\_\_\_

**6 - Endereço:** \_\_\_\_\_

(Rua, Número, Bairro, Telefone)

**7 - Residência do proprietário:**

- 1 – Mora com família na propriedade
- 2 – Permanece durante a semana na propriedade e família fora
- 3 – Mora em outro local e vai diariamente à propriedade
- 4 – Mora em outro local e vai à propriedade quando necessário
- 5 – Outra: Especificar \_\_\_\_\_

**8 - Nome do Entrevistado:** \_\_\_\_\_

**9- Você é natural de qual estado brasileiro:** \_\_\_\_\_

**10 - Atividade anterior:** \_\_\_\_\_

**11 – Qual o período de sua migração:** 1 – não migraram

☐

2 – até 1970

3 – 1971 a 1980

4 – 1981 a 1990

5 – 1991 a 2000

6 – 2001 a 2004

**12 - Categoria do Entrevistado:** ☐ 1 – Proprietário

2 – Parente

3 – Administrador / Gerente

4 – Outro: Especificar \_\_\_\_\_

**13 – Nível de Escolaridade:**

☐

1 – 1ª a 4ª série do ginásio

2 – 5ª a 8ª série do ginásio

3 – 1ª a 3ª série do colegial

4 – Ensino Superior incompleto

5 – Ensino Superior completo

**14 – Enumere em ordem de acesso às informações os três mais importantes para o produtor:**

|  |  |  |
|--|--|--|
|  |  |  |
|--|--|--|

1ª

2ª

3ª

1 - Rádio

2 - Televisão

3 - Jornais

4 - Revistas especializadas

5 - Internet

6 - Seminários ou Congressos

7 - Dia de Campo (cultura da soja)

8 - Feiras Agropecuárias

9- Outro: Especificar \_\_\_\_\_

**15 – Está na sojicultura há quanto tempo:** 1 – 1 a 5 anos

2 – 6 a 10 anos

☐

3 – 11 a 15 anos

4 – 16 a 20 anos

5 – 21 a 25 anos

6 – 26 a 30 anos

## 2ª PARTE - CARACTERIZAÇÃO DO DOMICÍLIO

**16- Total de cômodos:** N° \_\_\_\_\_ m² \_\_\_\_\_

**Anexos:** N° \_\_\_\_\_ m² \_\_\_\_\_

**17- Parede (assinalar com X o tipo predominante):**

( ) Alvenaria

( ) Madeira aparelhada

( ) Taipa não revestida

( ) Material aproveitado

( ) Adobe

( ) Outro: \_\_\_\_\_

**18- Cobertura (assinalar com X o tipo predominante):**

( ) Laje de concreto

( ) Telha de Cimento Amianto

( ) Material Improvisado

( ) Telha de Barro

( ) Madeira Aparelhada

( ) Outro: \_\_\_\_\_

( ) Zinco

( ) Palha

**19- Qual é a principal fonte de abastecimento de água que essa moradia utiliza:**

- |                                                |                                                 |
|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Ligado à rede pública | <input type="checkbox"/> Rio                    |
| <input type="checkbox"/> Rego d'água           | <input type="checkbox"/> Córrego                |
| <input type="checkbox"/> Poço artesiano        | <input type="checkbox"/> Abastece no vizinho    |
| <input type="checkbox"/> Cisterna              | <input type="checkbox"/> Armazena água de chuva |
| <input type="checkbox"/> Nascente/ mina d'água | <input type="checkbox"/> Outra _____            |

**20- O domicílio dispõe de energia elétrica:** ☐ Sim ☐ Não**21- Qual a destinação do lixo doméstico?**

- |                                                            |                                                             |
|------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Depositado diretamente no terreno | <input type="checkbox"/> Utilizado como adubo               |
| <input type="checkbox"/> Às margens ou nos cursos d'água   | <input type="checkbox"/> Utilizado como alimento de animais |
| <input type="checkbox"/> Queimado                          | <input type="checkbox"/> Coleta pública                     |
| <input type="checkbox"/> Enterrado                         | <input type="checkbox"/> Outros: _____                      |

**3ª Parte - PROPRIEDADE****22- Ano da aquisição da propriedade:** \_\_\_\_\_**23 – Ano de início do arrendamento:** \_\_\_\_\_**24 – Possui contrato de arrendamento:** ☐ Sim ☐ Não**25 – Qual o tipo de arrendamento?** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_**26 – Qual o valor pago?** \_\_\_\_\_**27 – Qual o tempo de contrato do arrendamento?** \_\_\_\_\_**28 - O Contrato de arrendamento possui alguma cláusula que prevê a reforma de alguma benfeitoria?** Sim ☐ Não ☐**Se sim, quais:** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_**29 - Adquirida através de:**

- ☐ 1 – Compra  
☐ 2 – Herança  
☐ 3 – Posse  
☐ 4 – Usucapião  
☐ 5 – Outro  
 Especificar: \_\_\_\_\_

**30 - Documento de comprovação da propriedade:**

- ☐ 1 – Escritura registrada em cartório  
☐ 2 – Escritura não registrada em cartório  
☐ 3 – Contrato de compra e venda / Recibo  
☐ 4 – Documento de posse  
☐ 5 – Termo de cessão ou doação  
☐ 6 – Não possui documento (especificar)  
☐ 7 – Outro documento:  
 Especificar \_\_\_\_\_

**31 - Área da propriedade:**

| Área Total (ha) | Área arrendada (ha) | Área com soja (ha) | Área de preservação (ha) | Outro |
|-----------------|---------------------|--------------------|--------------------------|-------|
|                 |                     |                    |                          |       |
|                 |                     |                    |                          |       |
|                 |                     |                    |                          |       |
|                 |                     |                    |                          |       |

**32 - Tem outras propriedades:** ( ) Sim ( ) Não Se **SIM**:

| Localização (município) | Área Total (há) | Atividade Principal |
|-------------------------|-----------------|---------------------|
|                         |                 |                     |
|                         |                 |                     |
|                         |                 |                     |
|                         |                 |                     |

**33 - Além de sua propriedade o Sr. arrenda mais terras:**

| Localização (município) | Área Total (há) | Atividade Principal |
|-------------------------|-----------------|---------------------|
|                         |                 |                     |
|                         |                 |                     |
|                         |                 |                     |
|                         |                 |                     |

**34 - Caso exista reserva legal ela encontra-se localizada:**

- ( ) na propriedade ( ) individual  
 ( ) fora da propriedade ( ) condomínio

**35 - Ordem das atividades econômicas mais importantes na(s) propriedade(s):**

|    |    |    |    |    |    |
|----|----|----|----|----|----|
|    |    |    |    |    |    |
| 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 5ª | 6ª |

- |                                                       |                                                   |
|-------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| 1 - Bovinocultura de corte                            | 9 - Cultura permanente (café, fruticultura, etc.) |
| 2 - Bovinocultura de leite                            | 10 - Comércio                                     |
| 3 - Bovinocultura mista                               | 11 - Suinocultura                                 |
| 4 - Extração vegetal (carvão, lenha, etc.)            | 12 - Avicultura                                   |
| 5 - Silvicultura                                      | 13 - Piscicultura                                 |
| 6 - Lazer                                             | 14 - Indústria caseira/ doméstica                 |
| 7 - Hortaliças                                        | 15 - Outra atividade                              |
| 8 - Cultura anual ( soja, arroz, feijão, milho, etc.) | Especificar: _____                                |

**36 – Famílias residentes na propriedade:**

| Relação com a propriedade                      | Número de família | Número de pessoas |
|------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| 1 – Proprietário                               |                   |                   |
| 2 - Herdeiro (espólio)                         |                   |                   |
| 3 - Filho do proprietário                      |                   |                   |
| 4 – Administrador                              |                   |                   |
| 5 – Outro parente do proprietário              |                   |                   |
| 6 – Empregado permanente com carteira assinada |                   |                   |
| 7 – Arrendatário                               |                   |                   |
| 8 – Agregado                                   |                   |                   |
| 9 – Parceiro ou meeiro                         |                   |                   |
| 10 – Ocupante ou posseiro                      |                   |                   |
| 11- Mora de favor                              |                   |                   |
| 12 – Outro, especificar                        |                   |                   |

**4ª Parte - PRODUÇÃO PECUÁRIA****37 - Evolução dos rebanhos:****Período: janeiro de 2004 a janeiro de 2005**

| Criações | Nascimentos (cabeças) | Compras (cabeças) | Vendas (cabeças) | Mortes (cabeças) | Consumo | Rebanho atual (cab) |
|----------|-----------------------|-------------------|------------------|------------------|---------|---------------------|
| Bovinos  |                       |                   |                  |                  |         |                     |
| Suínos   |                       |                   |                  |                  |         |                     |
| Eqüinos  |                       |                   |                  |                  |         |                     |
| Caprinos |                       |                   |                  |                  |         |                     |
| Ovinos   |                       |                   |                  |                  |         |                     |
| Aves     |                       |                   |                  |                  |         |                     |
| Asininos |                       |                   |                  |                  |         |                     |
| Muares   |                       |                   |                  |                  |         |                     |

**38 - Assistência técnica para a pecuária:**
☐

- 1 – Agência Rural  
 2 – Cooperativa  
 3 – Prefeitura  
 4 – Particular  
 5 – Revendas e grandes companhias  
 6 – Outro (especificar) \_\_\_\_\_

**39 - Tecnologia utilizada na pecuária:**

- |                                                  |                            |
|--------------------------------------------------|----------------------------|
| ( ) Vacinações                                   | ( ) Combate a parasitas    |
| ( ) Divisões de pastagens                        | ( ) Separação por sexo     |
| ( ) Programação de cruzamento (estação de monta) | ( ) Inseminação artificial |
| ( ) Silagem                                      | ( ) Fenação                |
| ( ) Capineira                                    | ( ) Ração (Concentrados)   |
| ( ) Outras: Especificar _____                    |                            |

## 5º Parte - PRODUÇÃO AGRÍCOLA

### 40 - Produção agrícola da propriedade para comercialização: (ver legenda)

| Produto<br>(a) | Área | Unidade<br>(b) | Quantidade | Unidade<br>(c) | Período<br>(d) | Comprador | Município |
|----------------|------|----------------|------------|----------------|----------------|-----------|-----------|
|                |      |                |            |                |                |           |           |
|                |      |                |            |                |                |           |           |
|                |      |                |            |                |                |           |           |
|                |      |                |            |                |                |           |           |
|                |      |                |            |                |                |           |           |
|                |      |                |            |                |                |           |           |

#### a – Produto

- 1 – Soja
- 2 – Milho
- 3 – Arroz
- 4 – Feijão
- 5 – Hortaliças
- 6 – Cana-de-açúcar
- 7 – Sorgo
- 8 – Outros (especificar)

#### b – Unidade de área

- 1 – Hectare
- 2 – Alqueire
- 3 – Metro quadrado
- 4 – Outra (especificar)

#### c – Unidade de produto

- 1 – Saco de 60 kg
- 2 – Tonelada
- 3 – Arroba
- 4 – Quilo
- 5 – Alqueire
- 6 – Outra (especificar)

#### d – Período

- 1 – Por ano
- 2 – Por mês
- 3 – Por quinzena
- 4 – Por semana
- 5 – Por dia
- 6 – Outros

### 41- Assistência técnica para a agricultura:

☐

1 – Agência Rural

2 – Cooperativa

3 – Prefeitura

4 – Particular

5 – Revendas e grandes companhias

6 – Outro (especificar) \_\_\_\_\_

### 42 - Tecnologia utilizada na produção agrícola:

Marque um X nas tecnologias e melhorias utilizadas:

- ( ) análise do solo
- ( ) preparo do solo
- ( ) plantio e colheita mecanizados
- ( ) adubação química
- ( ) defensivos químicos
- ( ) conservação do solo
- ( ) controle de plantas daninhas química ou mecanicamente
- ( ) plantio direto
- ( ) rotação de culturas
- ( ) sementes fiscalizadas/certificadas
- ( ) compra sua semente de fora
- ( ) produz sua semente própria

**43 – Irrigação (ver legenda):**

| PRODUTO | ÁREA IRRIGADA (ha) | TIPO (b) |
|---------|--------------------|----------|
|         |                    |          |
|         |                    |          |
|         |                    |          |
|         |                    |          |
|         |                    |          |
|         |                    |          |

- b** - 1 - Sulco  
 2- Aspersão convencional  
 3 - Pivô central  
 4 - Canhão  
 5 - Auto-propelido  
 6 - Outros: Especificar \_\_\_\_\_

**44 – Qual o rendimento médio anual (Kg/Ha) na produção da soja:**

- ☐ 1 – Menos de 200 kg/ha  
 2 – 2001 a 2200 kg/ha  
 3 – 2201 a 2400 kg/ha  
 4 – 2401 a 2600 kg/ha  
 5 – 2601 a 2800 kg/ha  
 6 – 2801 a 3000 kg/ha  
 7 – acima de 3001 kg/ha

**45 – Armazenamento da cultura da soja:**

- ☐ 1 – Na propriedade  
 2 – Armazéns do governo  
 3 – Cooperativas  
 4 – Armazéns particulares

**46 - Qual o destino da soja:**

- ☐ 1 – Retém na propriedade  
 2 – Corretores  
 3 – Cooperativa  
 4 – Indústria: Qual \_\_\_\_\_

**6ª Parte - MAQUINÁRIOS****47 - Tratores**

| ESPECIFICAÇÃO | Modelo/<br>Ano | Total | Menos de<br>75 CV | De 76 a<br>menos de<br>100 CV | De 101 a<br>menos de<br>125 CV | 140 CV e<br>mais | Vida útil<br>(ano) |
|---------------|----------------|-------|-------------------|-------------------------------|--------------------------------|------------------|--------------------|
| Trator        |                |       |                   |                               |                                |                  |                    |
| Trator        |                |       |                   |                               |                                |                  |                    |
| Trator        |                |       |                   |                               |                                |                  |                    |

**48 - Plantadeira**

| ESPECIFICAÇÃO | Modelo/<br>Ano | Total | 8 a 10<br>Linhas | 11 a 13<br>Linhas | 14 a 16<br>Linhas | 17 a 18<br>Linhas | Vida útil<br>(ano) |
|---------------|----------------|-------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Plantadeira   |                |       |                  |                   |                   |                   |                    |
| Plantadeira   |                |       |                  |                   |                   |                   |                    |
| Plantadeira   |                |       |                  |                   |                   |                   |                    |

**49 - Pulverizador**

| ESPECIFICAÇÃO               | Modelo/<br>Ano | Total | 600<br>Litros | 2.000<br>Litros | 3.000<br>Litros | Vida útil<br>(ano) |
|-----------------------------|----------------|-------|---------------|-----------------|-----------------|--------------------|
| Pulverizador Auto Propelido |                |       |               |                 |                 |                    |
| Pulverizador de Arrasto     |                |       |               |                 |                 |                    |
| Pulverizador Hidráulico     |                |       |               |                 |                 |                    |

**50 - Colheitadeira**

| ESPECIFICAÇÃO | Modelo/<br>Ano | Total | Plataforma<br>14 ou 16<br>pés | Plataforma<br>16 ou 19<br>pés | Plataforma<br>19 ou 23<br>pés | Plataforma<br>25 ou 30<br>pés | Vida útil<br>(ano) |
|---------------|----------------|-------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------|
| Colheitadeira |                |       |                               |                               |                               |                               |                    |
| Colheitadeira |                |       |                               |                               |                               |                               |                    |
| Colheitadeira |                |       |                               |                               |                               |                               |                    |

**51 – Outros implementos e equipamentos**

| ESPECIFICAÇÃO             | Modelo | Ano | Total | Vida útil<br>(ano) |
|---------------------------|--------|-----|-------|--------------------|
| Arado                     |        |     |       |                    |
| Arado                     |        |     |       |                    |
| Grade                     |        |     |       |                    |
| Grade                     |        |     |       |                    |
| Subsolador                |        |     |       |                    |
| Arado animal              |        |     |       |                    |
| Plantadeira animal        |        |     |       |                    |
| Plantadeira manual        |        |     |       |                    |
| Bomba pulverização costal |        |     |       |                    |

**52 – O Sr. utiliza o serviço de aviação agrícola:** ( ) Sim ( ) Não

**53 – O Sr. utiliza de serviços terceirizados para:** ( ) Plantio  
 ( ) Aplicação de defensivos  
 ( ) Colheita

## 7º Parte - TRABALHO

### 54 - Pessoal ocupado na propriedade:

- ( ) Familiar ( ) até 3 ( ) 4 a 6 ( ) Mais de 7  
 ( ) Assalariado permanente ( ) até 3 ( ) 4 a 6 ( ) 7 a 10 ( ) Mais de 11  
 ( ) Assalariado temporário ( ) até 3 ( ) 4 a 6 ( ) 7 a 10 ( ) Mais de 11

### 55 - Sistema de arrendamento

| CULTURA | Participação do arrendatário nos gastos (%) | Participação na produção (%) | Tempo de duração na parceria (meses/ano) |
|---------|---------------------------------------------|------------------------------|------------------------------------------|
|         |                                             |                              |                                          |
|         |                                             |                              |                                          |
|         |                                             |                              |                                          |

Observações: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

### 56- Financiamentos

| FONTE | Finalidade | Início do empréstimo | Valor (R\$) | Taxa Juros | Período de carência | Prazo de pagamento | Amortização anual |
|-------|------------|----------------------|-------------|------------|---------------------|--------------------|-------------------|
|       |            |                      |             |            |                     |                    |                   |
|       |            |                      |             |            |                     |                    |                   |
|       |            |                      |             |            |                     |                    |                   |
|       |            |                      |             |            |                     |                    |                   |
|       |            |                      |             |            |                     |                    |                   |
|       |            |                      |             |            |                     |                    |                   |
|       |            |                      |             |            |                     |                    |                   |

## 8º Parte - MEIO AMBIENTE

### 57 - O Sr. (a) utiliza práticas conservacionistas?

- ( ) Terraceamento ( ) Rotação de cultura  
 ( ) Plantio em nível ( ) Adubação Verde  
 ( ) Faixas de retenção ( ) Estradas  
 ( ) Cordão de contorno ( ) Outras:  
 ( ) Queimada Especificar \_\_\_\_\_

**58 - Existe(m) voçorocas no estabelecimento?** Sim ( ) Não ( )

Se **Sim**, descrever as características e o tamanho da área:

---

---

---

**59 - O Sr. utiliza produtos químicos?** ( ) Sim ( ) Não

**60 - Ao usar produtos agroquímicos, o Sr.?**

- ( ) Recebe orientação técnica
- ( ) Segue as recomendações especificadas na embalagem do produto
- ( ) Utiliza de acordo com o que acha necessário

**61 - Quais os cuidados que o Sr. utiliza na aplicação de produtos químicos?**

---

---

**62 - Destino das embalagens tóxicas**

- ( ) Enterra
- ( ) Reaproveita
- ( ) Queima
- ( ) Joga junto com lixo doméstico
- ( ) Outro \_\_\_\_\_

**63 - Como o Sr. vê a discussão da soja transgênica?**

---

---

---

## 9º Parte - ASSOCIATIVISMO

**64 – Pertence a algum tipo de associação:**

- ( ) Cooperativa
- ( ) Sindicato rural
- ( ) Associação de Produtores
- ( ) Clubes recreativos
- ( ) Nenhum

**65 – Tipo de assunto mais discutidos na associação:**

- ( ) Produção
- ( ) Meio ambiente
- ( ) Tecnologia
- ( ) Crédito e valor da produção
- ( ) Posse da terra

**66 – Se cooperado como o Sr. vê a atuação da Cooperativa?**

---

---

---

**67 – Qual a sua impressão sobre a Política Agrícola?**

---

---

---

## ANEXO B - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA AGROINDUSTRIAL: O PERFIL DAS EMPRESAS OLEAGINOSAS NA MESORREGIÃO DO SUL GOIANO

### 1 - INDICADORES GERAIS DA EMPRESA

1.1. - Empresa: \_\_\_\_\_

1.2. - Fundação: \_\_\_\_\_

1.3. – Atividade Principal: \_\_\_\_\_

1.4. – Histórico da Empresa: \_\_\_\_\_

### 2 - INDICADORES DA PRODUÇÃO

| 2.1. Produtos: | 2001  | 2002  | 2003  | 2004  |
|----------------|-------|-------|-------|-------|
| Produto: _____ | _____ | _____ | _____ | _____ |
| Produto: _____ | _____ | _____ | _____ | _____ |
| Produto: _____ | _____ | _____ | _____ | _____ |
| Produto: _____ | _____ | _____ | _____ | _____ |
| Produto: _____ | _____ | _____ | _____ | _____ |
| Produto: _____ | _____ | _____ | _____ | _____ |

2.2. Faturamento: (ano/em US\$)

■ Mercado Interno: \_\_\_\_\_

■ Mercado Externo: \_\_\_\_\_

■ Faturamento Total: \_\_\_\_\_

2.3. Número total de empregados: \_\_\_\_\_

Quant. \_\_\_\_\_ Setor \_\_\_\_\_ Quant. \_\_\_\_\_ Setor: \_\_\_\_\_

Quant. \_\_\_\_\_ Setor \_\_\_\_\_ Quant. \_\_\_\_\_ Setor: \_\_\_\_\_

Quant. \_\_\_\_\_ Setor \_\_\_\_\_ Quant. \_\_\_\_\_ Setor: \_\_\_\_\_

2.4. Principais fatores que determinaram a sua localização geográfica em Goiás:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

2.5. Incentivos e Vantagens Recebidas

Tipos:

\_\_\_\_\_

2.6. Onde estão localizadas suas instalações em Goiás, do que é composta e sua capacidade agroindustrial por unidade.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### 3 - INDICADORES DE INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

#### 3.1. Porcentagem dos gastos em investimentos sobre faturamento

|                  |                  |                  |
|------------------|------------------|------------------|
| Ano 200__        | Ano 200__        | Ano 200__        |
| ( ) até 30%      | ( ) até 30%      | ( ) até 30%      |
| ( ) de 30 a 60%  | ( ) de 30 a 60%  | ( ) de 30 a 60%  |
| ( ) de 60 a 100% | ( ) de 60 a 100% | ( ) de 60 a 100% |
| ( ) mais de 100% | ( ) mais de 100% | ( ) mais de 100% |

#### 3.2. Gastos Estratégicos/ % sobre o faturamento total

|                                             |       |       |       |       |
|---------------------------------------------|-------|-------|-------|-------|
|                                             | 200__ | 200__ | 200__ | 200__ |
| - Manutenção                                | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |
| - Novas Instalações/ ampliações             | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |
| - Equipamentos mais modernos                | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |
| - Reorganização Interna/ treinamento        | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |
| - Marketing                                 | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |
| - Esforço de Vendas                         | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |
| - Informatização                            | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |
| - Automação das fases de projeto e processo | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |
| - Programa de qualidade e produtividade     | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |
| - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)          | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |
| - Benefícios sociais                        | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |
| - Outros: _____                             | ( )   | ( )   | ( )   | ( )   |

#### 3.3. N° de produtos lançados pela empresa nos últimos, ( ) 5 anos ( ) de 5 a 10 anos

|              |              |
|--------------|--------------|
| Marca: _____ | Marca: _____ |
| Marca: _____ | Marca: _____ |
| Marca: _____ | Marca: _____ |

#### 3.4. Investimentos:

| ANO | Tipo de Investimento |      | Fonte dos Recursos<br>(Valores em US\$) |          | N° Empregos<br>Gerados | Outras<br>Informações |
|-----|----------------------|------|-----------------------------------------|----------|------------------------|-----------------------|
|     | Ampliação            | Novo | Próprios                                | Oficiais |                        |                       |
|     |                      |      |                                         |          |                        |                       |
|     |                      |      |                                         |          |                        |                       |
|     |                      |      |                                         |          |                        |                       |
|     |                      |      |                                         |          |                        |                       |
|     |                      |      |                                         |          |                        |                       |

### 4 - INDICADORES TECNOLÓGICOS

4.1. Tempo médio dos equipamentos: ( ) menos de 5 anos ( ) de 5 a 10 anos  
( ) de 10 a 15 anos ( ) mais de 15 anos

#### 4.2. Ciclo médio de vida dos produtos

( ) até 1 ano ( ) de 1 a 2 anos ( ) de 2 a 5 anos ( ) mais de 5 anos

#### 4.3. Número de Patentes registradas nos últimos

( ) 5 anos ( ) de 5 a 10 anos

## 4.4. Grau de Ocupação dos equipamentos

( ) até 50% ( ) de 50 a 70% ( ) de 70 a 90% ( ) de 90 a 100%

## 4.5. Indicadores de desperdício (em %)

( ) na produção ( ) no transporte e comercialização

## 4.6. Automação na produção:

Sistema (CAD, CAM, C.Numérico, etc): \_\_\_\_\_

## 4.7. Setores Informatizados:

( ) pessoal ( ) financeiro ( ) estoque ( ) custos ( ) vendas (faturamento)

## 4.8. Método utilizado no controle de estoques

Descrever: \_\_\_\_\_

**5 - INDICADORES DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE**

5.1. Implantou programa de qualidade? ( ) não ( ) em andamento ( ) sim

## 5.2. Em sua opinião, os objetivos e metas foram alcançados:

( ) entre 0 e 40% ( ) de 40 a 60% ( ) de 60 a 80% ( ) de 80 a 100%

Comente: \_\_\_\_\_

## 5.3. Programas de qualidade desenvolvidos na empresa

( ) just-in-time, kanban ( ) kaizen ( ) co-gestão e participação decisória  
( ) outros, comente: \_\_\_\_\_

## 5.4. A empresa tem algum produto com registro no Programa de Controle de Qualidade

- Certificado ISO 9000 ( ) sim ( ) não Especificar: \_\_\_\_\_

- Outro: \_\_\_\_\_ Especificar: \_\_\_\_\_

## 5.5. Tempo médio gasto na criação e lançamento de produto no mercado:

( ) mais de 5 anos ( ) de 2 a 5 anos ( ) de 1 a 2 anos ( ) menos de 1 ano

## 5.6. Como procura melhorar a produtividade do pessoal administrativo?

( ) através de aumento de salários e benefícios  
( ) melhores condições de trabalho  
( ) participação nos processos decisórios  
( ) realça os gerentes e técnicos de posição de destaque e *status* de direção  
( ) hierarquia flexível (menor verticalização da estrutura)

Comente: \_\_\_\_\_

## 5.7. Como procura melhorar a produtividade do pessoal da produção

( ) através de aumento de salários e benefícios  
( ) melhores condições de trabalho  
( ) participação no processo decisório  
( ) outro: \_\_\_\_\_

Comente: \_\_\_\_\_

---

5.8. Estabeleceu algum tipo de parceria com seus fornecedores nos últimos anos visando: qualidade, custo e tempo de fornecimento? ( ) sim ( ) não

Tipos:

---

Comente:

---



---

## 6 - RELACIONAMENTOS COM OS DEMAIS ELOS DA CADEIA PRODUTIVA

### 6.1. Produtores Rurais

Produto (s) **1** : \_\_\_\_\_

No. de Produtores: \_\_\_\_\_

Localização: \_\_\_\_\_

Tipo de Contrato: \_\_\_\_\_

Critérios Utilizados p/ Seleção: \_\_\_\_\_

Forma de pagamento: \_\_\_\_\_

Produto (s) **2** : \_\_\_\_\_

No. de Produtores: \_\_\_\_\_

Localização: \_\_\_\_\_

Tipo de Contrato: \_\_\_\_\_

Critérios Utilizados p/ Seleção: \_\_\_\_\_

Forma de pagamento: \_\_\_\_\_

Produto (s) **3** : \_\_\_\_\_

No. de Produtores: \_\_\_\_\_

Localização: \_\_\_\_\_

Tipo de Contrato: \_\_\_\_\_

Critérios Utilizados p/ Seleção: \_\_\_\_\_

Forma de pagamento: \_\_\_\_\_

### 6.2. Fornecedores de Máquinas e Equipamentos

Tipo de Equipamento: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

Ass. Técnica: \_\_\_\_\_

Tipo de Equipamento: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

Ass. Técnica: \_\_\_\_\_

Tipo de Equipamento: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

Ass. Técnica: \_\_\_\_\_

**6.3. Fornecedores de Embalagens**

Finalidade:

Empresas:

**6.4. Compradores - Mercado**

Mercados de Destino da Produção:

Região:

País:

Exterior:

**6.4.1. Distribuidores**

Tipo/ Forma :

Empresa (s):

Localização:

**6.4.2. Exportadores****6.5. Operações Terceirizadas**

|    | Tipos | Empresas | Contrato (tipo/tempo etc) |
|----|-------|----------|---------------------------|
| 1. |       |          |                           |
| 2. |       |          |                           |
| 3. |       |          |                           |

**7 - MUDANÇAS DE PERFIL E COMPORTAMENTO DA EMPRESA (últimos 10 anos)**

Descrever:

**8 - PRINCIPAIS ESTRATÉGIAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS**

**09 - OPINIÕES:** concorrentes/ Política e sistema tributário/ impostos/ transportes/ agentes da cadeia produtiva, etc.